

DILEMAS DO APRENDIZADO POLÍTICO

INTERDISCIPLINARIDADE E
EPISTEMOLOGIAS REBELDES

LEANDRO MARCELO CISNEROS
(ORGANIZADOR)

A POLODORO
VIRTUAL EDIÇÕES

**DILEMAS DO APRENDIZADO POLÍTICO:
interdisciplinaridade e epistemologias rebeldes**

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES

Direção editorial: Evandro Oliveira de Brito

SÉRIE “FILOSOFIA, ARTE E EDUCAÇÃO”

Editor da série: Jason de Lima e Silva (UFSC/Brasil)

Comitê Editorial

- Aline Medeiros Ramos (UQAM e UQTR/Canadá)
- Alexandre Lima (IFC/Brasil)
- Arthur Meucci (UFV/Brasil)
- Caroline Izidoro Marim (UFPE/Brasil)
- Charles Feldhaus (UEL/Brasil)
- Cleber Duarte Coelho (UFSC/Brasil)
- Elizia Cristina Ferreira (UNILAB/Brasil)
- Ernesto Maria Giusti (UNICENTRO/Brasil)
- Evandro Oliveira de Brito (UNICENTRO/Brasil)
- Fernando Mauricio da Silva (FMP/Brasil)
- Flávio Miguel de Oliveira Zimmermann (UFFS/Brasil)
- Gilmar Evandro Szczepanik (UNICENTRO/Brasil)
- Gislene Vale dos Santos (UFBA/Brasil)
- Gilson Luís Voloski (UFFS/Brasil)
- Halina Macedo Leal (FSL-FURB/Brasil)
- Héctor Oscar Arrese Igor (CONICET/Argentina)
- Jean Rodrigues Siqueira (UNIFAI/Brasil)
- Joedson Marcos Silva (UFMA/Brasil)
- Joelma Marques de Carvalho (UFC/Brasil)
- José Cláudio Morelli Matos (UDESC/Brasil)
- Leandro Marcelo Cisneros (UNIFEBE/Brasil)
- Lucio Lourenço Prado (UNESP/Brasil)
- Luís Felipe Bellintani Ribeiro (UFF/Brasil)
- Maicon Reus Engler (UNICENTRO/Brasil)
- Marciano Adílio Spica (UNICENTRO/Brasil)
- Marilia Mello Pisani (UFABC/Brasil)
- Paulo Roberto Monteiro de Araujo (Mackenzie/Brasil)
- Renato Duarte Fonseca (UFSM/Brasil)
- Renzo Llorente (Saint Louis University/Espanha)
- Rogério Fabianne Saucedo Corrêa (UFSM/Brasil)
- Vanessa Furtado Fontana (UNIOESTE/Brasil)

LEANDRO MARCELO CISNEROS
(Organizador)

**DILEMAS DO APRENDIZADO POLÍTICO:
interdisciplinaridade e epistemologias rebeldes**

**Apolodoro Virtual Edições
2020**

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES

Coordenadora Administrativa: Simone Gonçalves

Diagramação: Apolodoro Virtual Edições

Capa: Quadro Abstrato Fusão Vermelha – Carlos Alber

(<https://www.quadroselinas.com.br/loja/quadro-abstrato-fusao-vermelha-carlos-alber/>)

Preparação e revisão: organizador

Concepção da Série

Grupo de Pesquisa "Filosofia, Arte e Educação" MEN/UFSC

Concepção da Obra

Laboratório de Estudos Transdisciplinares (LET-UFSC)

Comitê Científico

Paulo J. Krischke (LET-UFSC)	Carlos Gadea (UNISINOS)
Luiz Fernando Scheibe (LET-UFSC)	Joanildo Burity (FUNDAJ)
Nythamar Oliveira (PUCRS)	JavierIgnácio Vernal (LET-UFSC)
Cintia SanMartin Fernandes (UERJ)	Leandro Marcelo Cisneros (LET-UFSC)
Tullo Vigevanit (UDESC/PUCSP)	Elaine Dorighello Tomás (UFSC)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dilemas do aprendizado político [livro eletrônico]:
interdisciplinaridade e epistemologias rebeldes
/ organização Leandro Marcelo Cisneros. --
1. ed. -- Guarapuava, PR: Apolodoro Virtual
Edições, 2020.

Outros colaboradores.

ISBN 978-65-88619-01-8 [Digital]

ISBN 978-65-88619-00-1 [Físico]

1. Ciências políticas 2. Ciências sociais 3. Interdis-
ciplinaridade I. Cisneros, Leandro Marcelo.

20-44150

CDD 370.1

Atribuição - Uso Não-Comercial

Vedada a Criação de Obras Derivadas

APOLODORO VIRTUAL EDIÇÕES

editora@apolodorovirtual.com.br

Rua Coronel Luís Lustosa, 1996, Batel

Guarapuava/PR, 85015-344

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal [...] A divisão é tal que "o outro lado da linha" desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente [...] A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. O universo "deste lado da linha" só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.

Boaventura de Sousa Santos

SUMÁRIO

Apresentação	11
Agradecimentos	17
Abordagens teóricas ao aprendizado político Paulo J. Krischke	19
A construção social do território do Maciço do Morro da Cruz (MMC) em Florianópolis, Ilha de Santa Catarina Elaine Dorighello Tomás, Luiz Fernando Scheibe e Luciano A. Henning	39
Vidas em refúgio: humanizando a experiência de refugiados sírios João Lupi, Bruna Kadletz e Márcio Voigt	67
Edgar Morin, Chanlat e institucionalistas Sergio Luis Boeira, Alessandra Knoll e Ivan Luis Tonon	91
Inadaptação social e saúde mental no contexto do discurso neoliberal Virgínia Lima dos Santos Levy e Javier Ignacio Vernal	131
Caminhar a palavra verdadeira: fazer a política em contextos de guerra Leandro Marcelo Cisneros	145

A influência da violência simbólica na sociedade de risco mantida pela política de segurança

Dirce Maria Martinello 183

Teoria dramatúrgica e ação comunicativa – de Habermas a Eder

Claudia Venturi 209

Patrimônio cultural em tela: o Cine Palácio, de Joinville (SC), e as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural

Christiane Heloisa Kalb 223

Redes sociais e política: um espaço de embates plurais

Elaine Schmitt 245

Criatividade e inovação: investigando a hipótese da complementaridade

Igor Reszka Pinheiro 257

APRESENTAÇÃO

Dilemas do aprendizado político: interdisciplinaridade e epistemologias rebeldes é fruto do Ciclo de Seminários do Laboratório de Estudos Transdisciplinares do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (LET – PPGICH - UFSC), desenvolvido nos anos de 2015 a 2017, dentro das atividades curriculares do PPGICH, sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo José Duval da Silva Krischke.

Este ciclo de apresentações e debates teve como cerne a socialização dos resultados de pesquisas de doutorado, e contou com a participação de docentes e egressos do PPGICH, alguns deles integrantes do LET, assim como também de convidadas/os.

A presente coletânea também tem a intenção de fazer um público reconhecimento à trajetória do Prof. Dr. Paulo J. Krischke, quem tem se dedicado por mais de quarenta anos à vida acadêmica em universidades e centros de pesquisa no Brasil. A ele, nosso agradecimento pela sua generosidade nos ensinamentos e pelo engajamento na luta epistêmica e política, sempre preocupado com o desenvolvimento de um conhecimento reflexivo e crítico, que sirva para a construção de uma sociedade mais igualitária e emancipada.

Os textos incluídos neste volume apresentam temáticas diversas, alguns deles propõem um olhar particular para situações e fenômenos contemporâneos, enquanto que outros trazem abordagens importantes no âmbito metodológico. Contudo, todos os textos compartilham a vontade de

se debruçar de forma aprofundada e original em assuntos que têm a complexidade como denominador comum.

Paulo J. Krischke abre o livro com o capítulo **ABORDAGENS TEÓRICAS AO APRENDIZADO POLÍTICO**. Nele, o autor argumenta sobre a necessidade de superar alguns limites das abordagens teóricas ao tema do aprendizado político, com o objetivo de alcançar uma visão de conjunto do campo tratado, e eventualmente constatar certas convergências ou complementações entre essas correntes, ao redor de algumas interfaces temáticas diferentemente consideradas pela teoria.

No capítulo **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ (MMC) EM FLORIANÓPOLIS, ILHA DE SANTA CATARINA**, Elaine Dorighello Tomás, Luiz Fernando Scheibe e Luciano A. Henning visam revelar como se deu a construção do conceito de "Maciço do Morro da Cruz", através da agregação de múltiplas comunidades periféricas à área central da cidade de Florianópolis, que passaram então a demandar melhorias como um conjunto e não mais como agrupamentos isolados e invisíveis.

João Lupi, Bruna Kadletz e Márcio Voigt, em **VIDAS EM REFÚGIO: HUMANIZANDO A EXPERIÊNCIA DE REFUGIADOS SÍRIOS**, nos confrontam com uma toma de decisão que atravessa as esferas individuais e coletivas, sociais e governamentais, nacionais e internacionais: optar pela atenuação ou pela acentuação das dificuldades e dos traumas vivenciados por populações em busca de refúgio. Para os autores é imperioso transformar a narrativa global, na qual refugiados são considerados ameaças à segurança nacional, à herança cultural e à ordem social.

No capítulo **EDGAR MORIN, CHANLAT E INSTITUCIONALISTAS**, Sergio Luis Boeira, Alessandra Knoll e Ivan Luis Tonon tratam das relações entre a obra de Morin e algumas das perspectivas teóricas já reconhecidas e legitimadas no campo dos estudos organizacionais. O pressuposto do qual partem os autores é o de que a perspectiva moriniana pode ser melhor compreendida e inserida no

campo dos estudos organizacionais à medida que se estabelecer um paralelo comparativo da mesma com outras perspectivas, como a de Jean-François Chanlat e a perspectiva do institucionalismo.

Em INADAPTAÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DO DISCURSO NEOLIBERAL, Virgínia Lima dos Santos Levy e Javier Ignacio Vernal partem da premissa de que o discurso neoliberal exige, no seu ideal de normalidade, adaptação total ao meio e saúde impecável, e visam pensar, à luz de conceitos como os de "adaptação" e "estresse ambiental", sobre o modo como a culpabilização dos indivíduos que falham no autocuidado tem efeitos sobre a saúde mental dos próprios sujeitos. A partir de um estudo de caso, os autores trazem uma reflexão sobre os critérios contemporâneos de normal/patológico em Saúde Mental.

Leandro Marcelo Cisneros, no capítulo CAMINHAR A PALAVRA VERDADEIRA: FAZER A POLÍTICA EM CONTEXTOS DE GUERRA, desenvolve uma tensão fundamental entre dois termos de grande importância para a vida das comunidades zapatistas de Chiapas, sendo eles: a guerra e a política. Para tal, nesse capítulo, o autor tenta retratar a realidade do dia a dia dessa luta política no marco de um conflito político-militar, mas trabalhando com registros que se reportam a outra linguagem, a das imagens em vídeos documentários.

O capítulo A INFLUÊNCIA DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA SOCIEDADE DE RISCO MANTIDA PELA POLÍTICA DE SEGURANÇA, de Dirce Maria Martinello, busca refletir sobre a violência simbólica, que se dá pela presença do poder invisível, mas que constrói a realidade que tende a estabelecer uma ordem no mundo social. Segundo a autora, é preciso refletir sobre o significado da violência e do poder simbólico na sociedade de risco, em que o Estado e o mercado se misturam, demonstrando pouco entendimento sobre os conflitos que expressam e são oriundos da violência, gerados pela herança cultural, pelo atual padrão social e econômico, pela convivência e pelo acesso ao consumo.

No capítulo **TEORIA DRAMATURGICA E AÇÃO COMUNICATIVA – DE HABERMAS A EDER**, Claudia Venturi desenvolve a ideia de que a comunicação e o aprendizado são formas de vermos mais aprofundadamente o mundo que nos rodeia, com suas pessoas e demais elementos, de nos relacionarmos com ele e de buscarmos um desenvolvimento conjunto com esse meio.

PATRIMÔNIO CULTURAL EM TELA: O CINE PALÁCIO, DE JOINVILLE (SC), E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL, de Christiane Heloisa Kalb, questiona até que ponto as escolhas dos experts sobre o patrimônio das cidades acolhem todos os grupos sociais envolvidos e em que medida as políticas públicas são efetivas para a salvaguarda do patrimônio das cidades.

Elaine Schmitt, no capítulo **REDES SOCIAIS E POLÍTICA: UM ESPAÇO DE EMBATES PLURAIS**, afirma que atualmente, a partir das mudanças estruturais trazidas à comunicação a partir do uso da internet, convivemos com a existência de muitos meios de comunicação social em que o assunto em pauta não é apenas produto das instituições de notícia, mas construído pela simbiose de diversos canais, como veículos formais, coletivos informais e indivíduos, o que faz emergir novas formas de comunicar, informar e manifestar, fenômeno que se apresenta, segundo a autora, em constante estado de transformação.

Por último, no capítulo **CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO: INVESTIGANDO A HIPÓTESE DA COMPLEMENTARIDADE**, Igor Reszka Pinheiro defende que as atuais perspectivas individuais a respeito da criatividade e da inovação não se contradizem, mas sim se complementam, na medida em que os fenômenos investigados se caracterizam como o ponto de equilíbrio, com maior ou menor desvio padrão, entre os diferentes opostos propostos isoladamente. Conforme esta hipótese, o potencial criativo, portanto, não estaria vinculado à capacidade de se ater ao momento e nem de antever o futuro, mas sim à competência de sustentar ambas essas capacidades em equilíbrio ao mesmo tempo. Igualmente, a difusão de novidades não teria início junto à pesquisa de

base e nem ao mercado consumidor, mas sim junto aos atores comerciais engajados em pesquisar os próprios consumidores para atingir o equilíbrio de mercado.

Desejamos uma boa leitura e esperamos contribuir com a geração de novas reflexões e novos debates.

Javier Ignacio Vernal
Leandro Marcelo Cisneros

AGRADECIMENTOS

Interessa especialmente valorizar o caráter colaborativo e cooperativo deste trabalho que aqui apresentamos. Nesse sentido, expressei meu agradecimento às/aos colegas do LET e convidadas/os, que participaram do Ciclo de Seminários do LET entre os anos 2015 e 2017, a partir do eixo *dilemas do aprendizado político* desde a perspectiva da *interdisciplinaridade*.

No início de 2017, elas/es abraçaram este projeto de reunirmos nossas produções, fruto de pesquisas de doutorado (em projeto, em curso ou concluídas), debates e reflexões, numa coletânea, e acompanharam o processo todo até o fim, apesar dos percalços corriqueiros do percurso.

Neste ponto, gostaria de frisar muito especialmente a invalorável colaboração das/os professoras/es Paulo J. Krichke (LET-UFSC), Luiz Fernando Scheibe (LET-UFSC), Nythamar Oliveira (PUCRS), Cintia SanMartin Fernandes (UERJ), Tullo Vigevani (UDESC/PUCSP), Carlos Gadea (UNISINOS), Joanildo Burity (FUNDAJ), Javier Ignacio Vernal (LET-UFSC), Elaine Dorighello Tomás (UFSC), que se desempenharam como membros do Comitê Científico. A elas/es, nossa gratidão pela generosa e solícita colaboração prestada, para o aperfeiçoamento de cada um dos capítulos deste livro.

Por diversos motivos, alguns colegas não puderam participar desta obra, mas, mesmo assim, deixo constância do nosso reconhecimento pela sua participação nos encontros entre os anos de 2015 a 2017, e pelas contribuições trazidas para o grupo.

A todas/os essas/es companheiras/os de caminhada, um singelo e profundo Obrigado!

Leandro Marcelo Cisneros

ABORDAGENS TEÓRICAS AO APRENDIZADO POLÍTICO

Paulo J. Krischke¹

Introdução

Este trabalho argumenta que é necessário superar alguns limites das abordagens teóricas ao tema do aprendizado político, de modo a alcançar uma visão de conjunto do campo tratado, e eventualmente constatar certas convergências ou complementações entre essas correntes, ao redor de algumas *interfaces temáticas* diferentemente consideradas pela teoria. Entre as interfaces salientadas aqui estão: a) o *aprendizado organizacional* com respeito à teoria da democratização das elites (McCoy, 2000); b) o estudo da *socialização reflexiva* (Giddens, 2000; Beck, 2000) no exame da cultura política de massas; c) os debates sobre a *ética discursiva* (Habermas, 1997) referentes às consequências e fundamentos da ação comunicativa. Passamos agora a indicar brevemente algumas das linhas e trajetórias principais desse levantamento bibliográfico.²

1. Aprendizado organizacional

Propomos o aprendizado organizacional como tema de estudo na teoria das elites por suas contribuições eventuais ao "aprendizado complexo" (McCoy, 2000) -- ou seja, a

¹ Professor Permanente, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH)-UFSC.

² Algumas apresentações e publicações acadêmicas foram realizadas no decurso do projeto pelo pesquisador, tratando temas dessas abordagens (Krischke, 2004a; 2004b; 2004c; 2004d).

mudança de objetivos, normas e valores adotados pelas elites políticas -- durante os processos de democratização. Ao revisar diversos trabalhos relacionados ao tema, constatamos que a linha central ("*mainstream*") dos estudos sobre aprendizado organizacional enfatiza principalmente as formas de aprendizado "instrumental" ou adaptativo, que colaboram para ampliar a eficácia ou coerência administrativa dos sistemas complexos. Sob uma ótica quantitativa e às vezes organicista, esta linha central mobiliza e desenvolve recursos e explicações derivados seja da escolha racional (March 1992; Mo, 1996), ou do "equilíbrio multicausal" da teoria sistêmica (Stewart, 1992; Simon, 1991; Ikenberry e Kupchan, 1991). Ainda que esta linha central seja de utilidade à análise da mudança organizacional em geral, sua ênfase adaptativa resulta pouco relevante para os objetivos desta pesquisa, de entender as relações do aprendizado organizacional com os valores, normas e objetivos da democratização.

Neste sentido, muito mais promissora é a vertente que enfatiza o aprendizado organizacional ao redor do tema das "comunidades epistêmicas", pois estas estariam justamente voltadas à criação de novos procedimentos e valores, durante a crise e ausência de regulação sob os paradigmas dominantes (Haas, P. 1992)³. O suposto desta vertente é que toda crise organizacional é também uma crise epistêmica, de modo que a sua resolução necessita mobilizar inovações tanto procedimentais como intelectuais/normativas. Estas iniciativas estariam sujeitas aos testes do consenso valorativo e da eficiência prática, tanto por parte da

³ Empregamos a noção de paradigma segundo a interpretação de Peter e Ernst Hass, que vincula o conceito de Thomas Kuhn com as análises e reflexões de Michel Foucault. Desde esta perspectiva, entendemos que o paradigma não é apenas uma construção racional objetiva, mas, uma "visão de mundo" em que a verdade é uma construção que não está isenta das relações de poder, assim como estas relações pressupõem a construção de critérios e procedimentos para a definição da verdade.

comunidade científica como da direção política. Ernst Haas (2004/1958) inaugurou esta linha de estudos no seu trabalho pioneiro sobre a comunidade econômica européia então nascente. Esta linha se opôs à interpretação "realista" predominante (até hoje) na literatura sobre relações internacionais, com base na ênfase de Max Weber sobre as mudanças dos valores e os processos de racionalização no Ocidente (E. Haas, 1998). Peter Haas posteriormente desenvolveu o argumento sobre as comunidades epistêmicas, ao estudar a influência (por exemplo) das descobertas científicas e das campanhas ecológicas, sobre as políticas ambientais dos governos e órgãos internacionais (e seus impasses contemporâneos).

Portanto, o teste e objetivo do aprendizado organizacional seria a adoção de novos valores e procedimentos, consensualmente emergentes nas comunidades epistêmicas, através de recursos de institucionalização, que os implementariam na resolução de problemas deixados pendentes pelo anterior paradigma dominante. Ernst Haas ainda aplicou também esta abordagem à análise histórica de outras situações, (por exemplo, as relações aparentemente frustradas, entre nacionalismo e democracia, em vários países, inclusive o Brasil) com uma ênfase talvez demasiado linear, estática e funcionalista. (E. Haas, 2000) Porém, alguns seguidores desta linha realizaram importantes contribuições adicionais, por exemplo: acerca da influência da comunidade científica e dos movimentos pacifistas, durante o término da Guerra Fria, sobre a "Glasnost" da burocracia soviética (Stein, 1994; Risse-Kapen, 1996); ou ainda sobre as estratégias organizacionais participativas no aprendizado empresarial (Brown e Duguit, 1991); sobre a integração européia e a estratégia do sócio-constructivismo (Friedrichs, 2003), etc. Na atualidade, tanto as interpretações construtivistas radicais sobre a epistemologia científica (p.ex. Heiskala, 2002) como as de um "neo-funcionalismo democrático" (Trenz e Eder, 2004), acerca da constituição européia -- apenas para dar dois exemplos -- reconhecem a importância do aprendizado organizacional na perspectiva defendida por Ernst e

Peter Haas. Eu mesmo sugeri a sua importância para compreender os atuais impasses da ALCA na América Latina. (Krischke, 2004d)

E todas as referências ao construtivismo político reconhecem a influência decisiva da obra de Searle (1995) no plano lingüístico e epistemológico -- como afirma Eder (1999) quanto às fontes do aprendizado coletivo e organizacional, ou como Corsten (1998) quanto às conexões (muitas vezes conflitivas) do construtivismo com o realismo político. Eder (2004) também relaciona o aprendizado organizacional às dinâmicas diferenciadas da institucionalização da união européia. E especifica melhor essas diferenças em apoio a uma análise igualmente dinâmica da esfera pública (no sentido habermasiano), tendo em vista as condições da "juridificação social" (Habermas, 1997), na "tríplice contingência" -- entre burocracia/sociedade/opinião pública -- (Strydom, 1998) da atual constitucionalização européia. (Trenz e Eder, 2004). Por outro lado, Harris (1999) propõe o aprendizado da democracia como "tecnologia da cidadania", que combina a "auto-reflexividade" de Giddens/Beck (2000) com a expansão de "comunidades extra-territoriais" no aprendizado coletivo. Enquanto Pelad (2000) argumenta que as novas orientações científicas emergentes conduzem ao aprendizado auto-organizativo -- embora este não tenha que ser apenas, ou necessariamente democrático.

Portanto, são visíveis as contribuições desses debates sobre as abordagens ao aprendizado organizacional (nos seus vários níveis e formas de construção, do local ao internacional; ou ainda em suas diversas interpretações às vezes divergentes), para superar os limites anteriormente constatados na teoria do aprendizado da democracia pelas elites políticas. Embora isto nem sempre, ou mesmo raramente aconteça historicamente, as comunidades epistêmicas oferecem uma interface temática que pode eventualmente explicar as variáveis intervenientes no aperfeiçoamento institucional, através dos indicadores da juridificação social -- os quais se poderiam testar e constatar empiricamente,

quanto à influência dos novos valores e procedimentos consensuais emergentes.

2. Socialização Política

O exame das novas tendências de socialização política teve como objetivo principal, apreciar aqui as suas contribuições à superação dos limites dos estudos que focalizam a modernização da cultura política entre os públicos de massa. Um desses limites é o caráter determinista (e determinante) atribuído por estes últimos estudos, aos fatores de modernização tecnológica e sócio-econômica sobre os processos de mudança sócio-cultural (por exemplo, Inglehart 1997; Lipset 1992). Minha pesquisa anterior (CNPq-PQ#523902/95-6) questionou esse determinismo ao comparar as diferenças da cultura política de massas em Porto Alegre e Curitiba -- cidades de níveis semelhantes de modernização sócio-econômica e tecnológica, mas com trajetórias sócio-históricas e político-culturais, que condicionam diversamente a sua inserção no processo de democratização. (Krischke, 2004a)

Contudo, o sentido atual da chamada "modernização reflexiva", sugerido por Giddens (2000) e Beck (2000), é demonstrar o caráter instituído (ou instituinte) dos fenômenos peculiares de socialização entre os diferentes países e localidades (Favell, 1998) -- sendo a modernização reflexiva um "developmental construct open to the future" (Dryzek, 1999), através de redes e intercâmbios que a habilitam. E isto se afirma também na variação, conforme o tempo e o lugar, dos "eventos cruciais" para a socialização política da juventude (Cavalli, 2004). Em outras palavras, o contexto mais amplo e planetário, de "globalização" tecnológica e econômica, que influencia os novos processos de socialização política, implica em uma "dual edged policy" (Putnam, 1988) entre a inserção mundial e a legitimação interna, tendente a instaurar uma sorte de embrião de dupla cidadania planetária (mundial e local).

Embora essas tendências da socialização reflexiva sejam em grande parte emergentes ou embrionárias, a sua constatação permite superar uma certa "naturalização" determinista, que era central nas análises, nos conceitos e processos políticos, anteriormente propostos pelas teorias convencionais da modernização. (Sommers, 1995; Woolcock, 1997; Eder, 1996) Por exemplo, um desses limites foi a redução funcional da socialização e da cidadania à simples reprodução da institucionalidade democrático-liberal do ocidente (proposta por Conover e Searing, 1994). Ou ainda, quanto ao seu reverso, na auto-depreciação determinista dos processos de democratização na América Latina, quando considerados (Torre, 1998; Peruzzotti, 1999) à luz da ameaça persistente do "retorno do atraso" de seu passado político (populismo, clientelismo, tradicionalismo, corrupção, etc). É certo que essas ameaças à democracia realmente persistem, mas elas não são apenas "instituições informais" e ilegais, que certamente merecem a sanção republicana. (Helmke e Levitsky, 2003; O'Donnell, 1996.) Elas, de fato, consistem em relações interpessoais e intergrupais de desigualdade, exercidas através de "políticas culturais" de subordinação -- as quais podem ser corrigidas por intervenções sócio-culturais de sentido contrário. (Alvarez/Dagnino/Escoibar, 1998; Fraser, 1998)

As conclusões das análises de minha pesquisa anterior (Krischke, 2004^a) permitiram também constatar a referência a valores nos processos de socialização -- confirmada em entrevistas individuais em profundidade e grupos de debates -- quando correlacionada a outros dados, de survey, sobre mobilização cognitiva em distintas modalidades de participação política. A ênfase na mobilização cognitiva (Dalton, 1984) permite ir além da análise individual dos índices de sofisticação cognitiva -- ou seja, à referência a conhecimentos empíricos da vida política e seu funcionamento (Neuman, 1986; Moisés, 1995). Pois caracteriza a atuação de sub-grupos e sub-culturas, que correlacionam esses conhecimentos a atitudes, e a seu compromisso comportamental com modos diferenciados de participação coletiva -- os

quais conferem conteúdos, normas e valores historicamente específicos à socialização política. (Norris, 2004; Moisés, 1995; Baño, 1997; Moreira, 2000)

Enfim, esta interface temática no âmbito da socialização política tem sido em princípio demonstrada, nas modalidades disponíveis de participação política, que são adotadas pelos participantes dentro o público de massas. Tais modalidades definem as variáveis existentes de modernização reflexiva em cada contexto histórico, através dos indicadores de mobilização cognitiva, bem como em valores, normas, objetivos e conteúdos manifestos por esses atores coletivos.

3. Ética discursiva

Este projeto sugeriu também que a abordagem de Habermas (1984-7) sobre a ação comunicativa constitui uma aproximação teórica alternativa e integradora, ao tema do aprendizado político (Krischke, 2001). E indicou também o sub-tema da ética discursiva como interface temática em que se poderia apreciar as contribuições complementares, convergentes ou divergentes, de diversos outros autores que se dedicam ao estudo do mesmo tema. Esta revisão da bibliografia pertinente constatou que o centro do debate sobre a ética dos discursos reside no confronto, diálogo, e mútuas influências, entre as vertentes comunitaristas e universalistas. (Avineri e Shalit, 1992; Benhabib e Dallmayr, 1990)

Os autores que adotam o comunitarismo enfatizam principalmente a importância das tradições culturais -- cujo resguardo é considerado inapelável, no sentido de melhor defender e garantir as políticas de reconhecimento do direito à diferença e autogestão das coletividades -- através de sua transmissão e aperfeiçoamento como legado às futuras gerações. (Taylor, 1998) O alvo principal da crítica comunitarista é o liberalismo neo-contratualista, de autores como John Rawls (1993) -- que enfatizam o "racionalismo abstrato" dos indivíduos, como cidadãos "desprendidos" do

seu contexto cultural, com vistas a que assumam a condição de sujeitos de uma ética universal. Sem dúvida, este parágrafo sintetiza excessivamente o confronto entre comunitaristas e universalistas, que abriga muitas diferenças e variações em ambos os lados do debate -- algumas das quais veremos a seguir.

O objetivo desta simplificação polarizada é manifestar a importância das contribuições de Habermas (1997), que buscam reconciliar as ênfases do comunitarismo e do universalismo, através da reforma das tradições pela ação comunicativa entre os indivíduos, situados em uma "comunidade ideal de discurso"-- quando considerados como indivíduos autônomos capazes de desenvolvimento moral e cognitivo. Sabe-se que as teorias de Habermas sobre o "agir comunicativo" e o "desenvolvimento moral/cognitivo" são pluri-dimensionais, pois incluem uma dimensão cognitiva (desenvolvimento de visões do mundo), uma dimensão normativa (desenvolvimento jurídico-moral), e uma dimensão subjetiva (estruturas de personalidade e identidades crescentemente complexas). Tudo leva a crer que o aprendizado político opera em todas essas dimensões, em processos históricos que podem ocorrer desigualmente e diferentemente em cada dimensão, e que admitem também fatores de estagnação e inclusive de regressão. (Krischke, 2001)

Contudo, a proposta de Habermas é vulnerável a muitas objeções -- entre elas a de utopianismo e racionalismo abstrato. (Bernstein, 1990). Outros criticam o paralelismo atribuído por ele (Habermas, 1990) ao aperfeiçoamento moral-cognitivo nos planos filogenético e ontogenético -- ou seja, no âmbito tanto individual como coletivo-institucional. Na verdade, Habermas (1984) defende uma homologia (ou talvez uma correspondência) entre ambos os processos históricos. Mas a utilização que faz desse argumento em sua análise histórica e ética do Estado ocidental, no segundo volume dessa obra, dá margem a uma interpretação integrativa de ambos os fenômenos.

Os críticos desvelam vigorosamente os lapsos tanto teóricos como metodológicos dessa interpretação. (Aragaki, 1993; Wetterstein, 1998; Strydom, 1992 e 1993). Eder (1996) principalmente amplia essas críticas, a uma denúncia de certa tendência "naturalística", que considera central nas ciências sociais, a qual caracterizaria o aprendizado político como um processo sócio-evolutivo, necessário e determinista -- enquanto veículo de uma suposta racionalização iluminista do ocidente. Eder, finalmente, assinala o sentido aberto de sua posição a respeito, no título germinativo de seu ensaio: "as sociedades aprendem, mas é difícil mudar o mundo " (Eder, 2001).

Por certo, sempre há lugar para a crítica de utopianismo, ou universalismo abstrato, nas propostas de Habermas ou dos demais pensadores (principalmente os liberais). E é também verdade que sempre existem possibilidades de progresso, e/ou de estagnação e regressão nas experiências históricas do aprendizado político. Porém, algumas comunitaristas feministas, como Seyla Benhabib (1990) e Amy Gutman (1992) insistiram sobre o caráter transitório e historicamente relativo das tradições e das comunidades, permitindo a sua reforma, pela recuperação da abordagem ética universalista. Nancy Fraser (1999, 2003) situou especificamente essa reforma no âmbito da mudança das relações inter-pessoais e institucionais, pela aplicação de políticas de reconhecimento do direito à diferença e à correção da injustiça -- no exercício de normas parietárias de participação da cidadania. Dessa forma, o apelo utópico e universalista habermasiano, à "comunidade ideal de discurso", pode ser historicamente implementado em procedimentos de autogestão política e comunitária.

No caso do Brasil, o debate se reproduz ao redor das políticas de "ação afirmativa", em que alguns autores estribados em Taylor (1998), questionam a possibilidade de superar o estigma do preconceito e da discriminação, através dessas políticas compensatórias, de cunho liberal. (Por exemplo, Souza, 2003) Enquanto outros (como Barboza,

2003) enfatizam a mesma contribuição comunitarista (Taylor) para análise da tradição cultural do país, associada a propostas de reforma vinculadas à racionalização discursiva no sentido habermasiano. Eu mesmo sugeri (Krischke, 2004c) a atualidade das políticas de reconhecimento para interpretar os resultados da orientação social do governo -- constatada também em relatos posteriores desta pesquisa (Ver Fernandes e Krischke, 2010). Mas essas são apenas aproximações preliminares ao debate sobre a ética discursiva, cuja importância apenas começa a ser aceita entre nós.

Em suma, a abordagem sobre a ética discursiva, no estudo do aprendizado político, gera interfaces temáticas ao redor da disjuntiva entre comunitarismo/universalismo, através de indicadores sobre as políticas de reconhecimento e de correção da injustiça, em seu apelo às variáveis da tradição cultural. Conjugando as contribuições desta linha com as demais que consideramos acima, sobre as interfaces com os sub-temas da socialização política e do aprendizado das elites, será possível traçar um panorama mais abrangente e integrativo das abordagens teóricas ao aprendizado político. Sem dúvida, esse panorama geral do tratamento do tema deve ser capaz de reconhecer também a diversidade de fundamentação teórico-metodológica que caracteriza, e torna em muitos casos incompatíveis, as diferentes abordagens -- por exemplo, quanto aos objetivos que atribuem à democracia, os seus atores ou sujeitos preferenciais, bem como os processos escolhidos para análise histórica. Por essa e outras razões será também necessário testar essas interfaces temáticas em um novo projeto de pesquisa empírica e teórica, cujo detalhamento será apresentado separadamente. O quadro abaixo introduz, em forma provisória, os resultados acima apresentados.

Quadro: Subtemas do aprendizado político: interfaces temáticas

ABORDAGENS	SUB-TEMAS	VARIÁVEIS	INDICADORES	INTERFACES
Teoria das Elites	Aprendizado Organizacional	Desenvolvimento Institucional?	Juridificação Social	Comunidades Epistêmicas
Cultura Política	Socialização Política	Modernização Reflexiva?	Sofisticação Cognitiva	Modos de Participação
Ação Comunicativa	Ética Discursiva	Tradições Culturais ?	Políticas de Reconhecimento	Universalismo/Comunitarismo

Considerações Finais

Finalmente, devemos salientar rapidamente o relativo otimismo presente neste artigo acerca dos potenciais de aprendizado e crescente democratização, que se anteviam naquele final do segundo governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva. É certo que este balanço teórico das abordagens ao aprendizado político sempre salientou a diversidade de objetivos e procedimentos traçados por cada teoria, e as diferenças ideológicas que as pudessem implementar, bem como sua ambiguidade histórica, e sua dependência da definição de rumos, contingências e obstáculos inesperados, dificuldades existentes e condições de realização. Nunca se descartou a possível emergência de contingências históricas que promovessem a estagnação aparente do processo democratizante, e inclusive fatores decisivos de retrocesso político que emergiram de forma impactante nos últimos anos. Tratei deste tema em outra oportunidade em artigo recente (Krischke, 2018, *No prelo*). É certo que este texto evoca frustrações acerca do que poderíamos ter feito e deixamos de fazer desde então, e inclusive convida ao mais sóbrio realismo profissional acerca da nossa condição

como pensadores acadêmicos -- que somos simples cidadãos com pouca projeção ou alcance político prático. Sem recair nem pretender qualquer "neutralidade" ou isenção da vida política pública, reconhecemos aqui o fascínio de nosso estudo pelo sonhado reconhecimento de uma cidadania plena para nossa sociedade -- o qual tem sido sempre suplantado pelo pesadelo terrorista da violência e arbitrariedade pessoal e coletiva. Contudo, devemos pretender que esse futuro sonhado logo poderá chegar -- uma vez que se alcancem as condições necessárias.

Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina, e ESCOBAR, Arturo. **Culture of politics and the politics of culture**. Revisioning Social Movements in Latin America. Boulder, CO: Westview Press, 1998.

ARAGAKI, Hiro. 1993. Communicative ethics and the morality of discourse. **Praxis International**, 13(2): 154-171.

AVINERI, Shlomo; SHALIT, Amir (Orgs.). **Communitarianism and Individualism**. London: Oxford University Press, 1992.

BAÑO, Rodrigo. Apatía y sociedad de masas en la democracia chilena actual. FLACSO-Chile, **Nueva Serie**, 1997.

BARBOZA FILHO, Rubem. Sentimento de Democracia. **Lua Nova**, 59: 5-50, 2003.

BECK, Ulrich. The cosmopolitan perspective: sociology of the second age of Modernity. **British Journal of Sociology**, 51(1): 79-105, 2000.

BENHABIB, Seyla; DALLMAYR, Fred (Orgs.). **The Communicative Ethics Controversy**. Cambridge: MIT Press, 1990.

BERNSTEIN, Richard. (Org.). **Habermas y la Modernidad**. Madrid: Ed. Catedra, 1988.

BROWN, John S.; DUGUID, Paul. Organizational learning and communities-of-practice: Toward a unified view of working, learning, and innovation. **Organization Science**, 2(1):40-57, 1991.

CAVALLI, Alessandro. Generation and value orientations. **Social Compass**, 51 (2): 155-168, 2004.

CONOVER, Pamela J.; SEARING, Donald D. Democracy, Citizenship and the study of political socialization. In: BUDGE, Ian; MACKAY, David (Orgs.), **Developing Democracy**. London: Sage, 1994.

CORSTEN, Michael. Between constructivism and realism -- Searle's theory of the construction of social reality. **Philosophy of the Social Sciences**, 28 (1): 102-121, 1998.

DALTON, Russell J. Cognitive mobilization and partisan dealignment in advanced industrial societies. **Journal of Politics**, 46 (1): 264-284, 1984.

DRYZEK, John S. Transnational democracy. **The Journal of Political Philosophy**, 7(1): 30-51, 1999.

DWORKIN, Robert. Liberal community. In: AVINERI, Shlomo e SHALIT, Amir de (Orgs.). **Communitarianism and Individualism**. Londres: Oxford University Press, 1992.

EDER, Klaus. **The Social Construction of Nature**. A Sociology of Ecological Enlightenment. London: Sage, 1996.

_____. As sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, 53: 5-28, 2001.

_____. The two faces of europeinization. Synchronizing a Europe moving at varying speeds. **Time and Society**, 13(1): 89-107, 2004.

FAVELL, Adrian. A politics that is shared, bounded and rooted? Rediscovering civic political culture in western Europe. **Theory and Society**, 27: 209-236, 1998.

FERNANDES, Cintia SanMartin; KRISCHKE, Paulo. Estilos de Vida e Políticas Deliberativas. **Revista de Ciências Humanas**, V.44, N.2: 343-362, 2010.

FRASER, Nancy. **Social justice in the age of identity politics: redistribution, recognition and participation**. Essex: Centre for theoretical studies, 1999.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or Recognition? A Politico-philosophical Debate**. London: Verso Books, 2003.

FRIEDRICHS, Joerg. Middle ground or half-way house? Social constructivism and the theory of european integration. Unpublished Mimeo. Bremen: School of Humanities and Social Sciences, International University Bremen (4 March), 2003.

GIDDENS, Anthony. **Runaway World: How Globalization is Reshaping our Lives**, New York: Routledge, 2000.

GUTMAN, Amy. Communitarian critics of liberalism. In: AVINERI, Shlomo e SHALIT, Amir (Orgs.). **Communitarianism and Individualism**. London: Oxford University Press, 1992.

HAAS, Ernst. **The Uniting of Europe**. Oxford: Oxford University Press, 1958.

_____. Collective learning: some theoretical speculations. In: BRESLAUER, G.; TETLOCK, P. (Orgs.), **Learning in US and Soviet Foreign Policy**. Boulder, CO: Westview Press, 1991.

_____. **When Knowledge is Power.** Three Models of Change in International Organizations. Los Angeles: UCLA, 1990.

_____. Interview: Conversations with history. Institute International Studies, Ucalif, 1998. Disponível em: bwww.file-ls//haas-com-2-5.html.

_____. **Nationalism, Liberalism, and Progress.** Ithaca: Cornell University Press, 2 vols., 2000.

HAAS, Peter. Epistemic Communities and International Policy Coordination. **International Organization**, 46(1): 1-35, 1992.

HABERMAS, Jürgen. **Communication and the Evolution of Society.** Boston, MA: Beacon Press, 1979.

_____. **The Theory of Communicative Action**, 2 Vols., Boston, MA: Beacon Press, 1984.

_____. Moral Consciousness and Communicative Action. Cambridge, MA: MIT Press, 1990.

_____. **Between Facts and Norms:** Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy. Cambridge, MA: MIT Press, 1997.

HEISKALA, Risto. **Society as Semiosis.** Neostructuralist theory of culture and society. Oxford: Peter Lang, 2002.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. Informal institutions and comparative politics: a research agenda. **Conference on Informal institutions and politics in Latin America.** Kellogg Institute, Notre Dame University, April, 2003.

HONNETH, Axel. **The Struggle for Recognition:** The Moral Grammar of Social Conflict. Cambridge: Polity Press, 1995.

Hund, John. Review Symposium on Searle: II. Searle's The Construction of Social Reality. **Philosophy of the Social Sciences**, 28(1), 122–131, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/004839319802800106>>.

IKENBERRY, G. John; KUPCHAN, Charles. Socialization and hegemonic power. **International Organization**, 44(3): 283-315, 1990.

INGLEHART, Ronald. **Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1997.

KRISCHKE, Paulo. **The Learning of Democracy in Latin America: Social Actors and Cultural Change**. Huntington, NY: Nova Science Publishers, 2001. [Publicado em português como: *Aprendendo a Democracia na América Latina: Atores Sociais e Mudança Cultural*, Porto Alegre: EDIPUC, 2003].

_____. Cultura política: Convergências e diferenças em Porto Alegre e Curitiba. **Revista de Ciências Humanas**, 35, UFSC:141-176, 2004a.

_____. Perfil da juventude brasileira: Questões de cultura política e participação democrática. **Interthesis. Revista Internacional Interdisciplinar em ciências humanas**, 2, 2004b. Disponível em: <www.dich.cfh.ufsc.br>.

_____. Políticas de reconhecimento uma novidade das políticas sociais do PT? **Civitas**, 4(2): 337-352, 2004c.

_____. Uma nova ALCA é possível? Abordagens alternativas à coordenação internacional. [Comunicação]. **Encontro sobre Globalização e cidadania. As novas circunstâncias na América Latina**. DICH/UFSC, Florianópolis, 9/10 de dezembro, 2004d.

_____. Podem voltar a crise e o golpe contra o populismo de 1964? [Comunicação]. **Ciclo de debates: O Golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil**. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

LIPSET, Samuel M. et al. A comparative analysis of the social requisites democracy. **International Social Science Journal**, 136: 155-175, 1993.

MARCH, James G. et al. Learning from samples of one or fewer. **Organization Science**, 2(1): 1-13, 1991.

MCCOY, Jenniffer. (Org.) **Political learning and democratization in Latin America: do politicians learn from crisis?** Coral Gables, MI: North-South Center, 2000.

MO, Jongrin. Political learning and democratic consolidation. Korean industrial relations--1987/1992. **Comparative Political Studies**, 29(3): 290-311, 1996.

MOISÉS, José Álvaro. **Os Brasileiros e a Democracia**. Bases Sociais da Legitimidade Democrática no Brasil. São Paulo: Ática, 1995.

MOREIRA, Constanza. Cultura política no Uruguai ao final do século: a democracia dos inconformados. In: Krischke, Paulo (Org.). **Ecologia, Juventude e Cultura Política**. Florianópolis, SC: EDUFSC, 2000.

NADEAU, Richard; NIEMI, Richard G.; AMATO, Timothy. Emotions, issue importance and political learning. **American Journal of Political Science**, 39(3): 558-573, 1995.

NEUMAN, Russell. W. **The Paradox of Mass Politics**. Knowledge and Opinion in the American Electorate. Boston, MA: Harvard University Press, 1986.

NORRIS, Pippa. Young people and political activism: From the politics of loyalties to the politics of choice? **Report for the Council of Europe Symposium**, 2003.

O'DONNELL, Guillermo. Uma outra institucionalização: América Latina e alhures. **Lua Nova. Revista de Cultura e Política** [online]. 1996, n.37, pp.5-31.

PELAD, Alon. The new sciences, self-organization and democracy", *Democratization*, 7(2): 19-35, 2000.

PERUZZOTI, Enrique. Modernization and juridification in Latin America: a reassessment of the Latin American developmental path. **Thesis Eleven**, 58(1): 59-82, 1999.

PUTNAM, Robert. Diplomacy and domestic politics: the logic of the two-level games. **International Organizations**, 3(42): 427-460, 1988.

RAWLS, John. **Political Liberalism**. New York: Columbia University Press, 1993.

RISSE-KAPEN, Thomas. Ideas do not float freely: transnational coalitions, domestic structures, and the end of cold war. In: LEBOW, Richard N.; RISSE-KAPEN, Thomas (Orgs.). **International relations theory and the end of cold war**. New York: Columbia Univ. Press 1996.

SEARLE, John. **The Construction of Social Reality**. New York: Free Press, 1995.

SIMON, Herbert A. Bounded rationality and organizational learning. **Organization Science**, 2(1): 125-134, 1991.

SOMERS, Margareth R. Narrating and naturalizing civil society and citizenship theory: The place of political culture and the public sphere. **Sociological Theory**, 13 (3): 229-274, 1995.

SOUZA, Jessé. (Não) reconhecimento e subcidadania, ou o que é 'ser gente'? **Lua Nova**, 59: 51-74, 2003.

SPYNOWICH, Christine. Some disquiet about 'difference'. **Praxis Internacional**, 13(2): 99-112, 1993.

STEIN, Janice G. Political learning by doing: Gorbachev as uncommitted thinker and motivated leader. **International Organization**, 48(2): 155-183, 1994b.

STEWART, Jenny. Corporation, pluralism and political learning: a systems approach. **Journal of Public Policy**, 12(3): 243-255, , 1992.

STRYDOM, Piet. The ontogenetic fallacy: the immanent critique of Habermas's development logical theory of evolution. **Theory, Culture and Society**, 9: 65-93, 1992.

_____. Sociocultural evolution or the social evolution of practical reason? Eder's critique of Habermas. **Praxis International**, 13(3): 305-322, 1993.

_____. Triple contingency. The theoretical problem of the public in communication societies. **Philosophy and Social criticism**, 25(2): 1-25, 1998.

TAYLOR, Charles et al. **Multiculturalismo: Examinando a Política do Reconhecimento**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

THIEBAUT, Carlos. Charles Taylor: on the improvement of our moral portrait (moral history, history of subjectivity and expressive language). **Praxis Internacional**, 13(2): 126-153, 1993.

TORRE, Juan Carlos. Populist Redemption and the Unfinished Democratization of Latin America. **Constellations**, 5(1): 85-95, 1998.

TRENZ, Hans-Jörg; EDER, Klaus. The democratic dynamics of a european public sphere. Towards a theory of democratic functionalism. **European Journal of Social Theory**, 7(1): 5-25, 2004.

WETTERSTEIN, John. The analytical study of social ontology: Breakthrough or cul-de-sac? **Philosophy of the social sciences**, 28(1): 132-151, 1998.

WOOLCOCK, Michael. Social capital and economic development: Toward a theoretical synthesis and policy framework. **Theory and Society**, 27: 151-208, 1997.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO DO MACIÇO DO MORRO DA CRUZ (MMC) EM FLORIANÓPOLIS, ILHA DE SANTA CATARINA

Elaine Dorighello Tomás ⁴

Luiz Fernando Scheibe ⁵

Luciano A. Henning ⁶

Introdução

Este estudo se propõe a revelar como se deu a construção do conceito de “Maciço do Morro da Cruz”, através da agregação de múltiplas comunidades periféricas à área central da cidade de Florianópolis, que passaram então a demandar melhorias como um conjunto e não mais como agrupamentos isolados.

O Maciço do Morro da Cruz (MMC) está localizado na porção central do distrito sede de Florianópolis, na Ilha de Santa Catarina, e nele se localizam pelo menos 21 comunidades (figura 01). O setor norte, chamado Morro da Cruz, é mais elevado, atingindo 283m de altitude, e em seu topo se estabeleceram as principais emissoras de televisão e o mirante turístico; no setor sul, mais rebaixado, a altitude máxima é de 188m. A área pertence à unidade geomorfológica Serras do Leste Catarinense, caracterizada pelos modelados de dissecação em outeiro e em montanha, com vertentes de alta declividade separadas por cristas (HERRMANN e ROSA, 1991).

⁴ Doutora em Geografia pela UFSC, pesquisadora no Laboratório Cidade e Sociedade UFSC, elainetomas@gmail.com.

⁵ Professor Emérito Departamento de Geociências, UFSC, scheibe2@gmail.com.

⁶ Doutorando em Geografia UFSC, henning_geo@yahoo.com.br.

Já o conceito de invisibilidade social tem sido aplicado, em geral, quando se refere a seres socialmente invisíveis, seja pela indiferença, seja pelo preconceito, ou até mesmo pelas possibilidades de consumo, o que nos leva a compreender que tal fenômeno atinge somente aqueles que estão à margem da sociedade. Esses seriam as maiores vítimas da invisibilidade.

Entre tantos lugares onde vive gente pobre em Florianópolis, o MMC é o de maior concentração de pessoas. A suntuosa orla marítima da cidade a ele se contrapõe, produzindo tensos contrastes entre as ruelas, barracos e casas que encontramos ao subir o morro em qualquer uma das Comunidades do MMC. Principalmente segundo os próprios moradores, podemos identificar pelo menos 21 nomes de localidades entre as urbanizações existentes – situação que se deve a algumas pequenas comunidades que ao crescerem se aproximaram e acabaram por “integrar-se” a outras nas adjacências. Estas distintas territorialidades entre as comunidades produzem conflitos que revelam algumas das tênues fronteiras do MMC.

A ocupação das encostas, nas comunidades do MMC, se deu de baixo para cima, transversalmente às curvas de nível, com acessos muito íngremes e praticamente sem vias de comunicação direta entre as comunidades (PIMENTA e PIMENTA, 2002).

O único caminho de ligação entre comunidades era o caminho que ligava o Morro do Antão à “Santíssima Trindade de Trás dos Montes”. Este “caminho”, até então só era possível ser feito a pé ou em mula; desde 2012, com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), este “caminho” se transformou em via urbana com intenso trânsito de ônibus, taxis e inúmeros veículos, ligando o centro à Trindade diretamente, sem precisar dar a volta ao Maciço do Morro da Cruz.

1.1 Territórios e possíveis territorializações

Alguns autores concedem ao território um papel simplesmente de substrato físico onde relações sociais e históricas se realizam e outros colocam este mesmo substrato como mediador e como componente determinante das relações sociais. É desde este ponto de vista que desejamos trabalhar, valorizando o papel da espacialidade na construção destas mediações sociais (HAESBAERT, 2007).

O presente artigo pretende trazer à luz diversos momentos históricos (tempo) através de exemplos em diferentes escalas (espaço) demonstrando como a dimensão relacional nesse processo pode ser objeto de disputa ao mesmo tempo em que se coloca como um referencial importante na análise de processos sociais em curso.

A localização do MMC, na porção central da ilha, exerceu forte pressão na ocupação da área apesar das restrições de caráter legal (ambiental e urbanística). Encostas íngremes e áreas de nascentes onde a vegetação encontra-se ainda preservada ou em estado de regeneração (sucessão natural ecológica), foram cada vez mais ocupadas, tanto pelos loteamentos "regulares" como pela população excluída do processo da constituição da cidade legal. Algumas áreas ocupadas da encosta, anteriormente recobertas pela vegetação, expõem agora campos de blocos de matácões que podem vir a se desestabilizar com a gradativa retirada dos materiais mais finos pelos processos erosivos. (SCHEIBE, 2002).

Diante do contexto, de ocupação de áreas geomorfologicamente frágeis, os problemas da população não podem ser reduzidos apenas aos aspectos naturais, mas sim ambientais, pois o ambiente deve ser considerado como algo não passível de redução ao meio natural, mas que engloba também o meio socialmente construído. Problemas como a falta de saneamento básico nos espaços urbanos pobres e segregados são, indiscutivelmente, problemas urbanos primários e, ao mesmo tempo, problemas ambientais.

Aliás, em metrópoles do Terceiro Mundo, esse tipo de problema ambiental, diretamente vinculado a esses subprodutos da urbanização capitalista periférica, que são a pobreza e a segregação em larga escala, é um dos mais importantes. (SOUZA, 2005).

Pode-se dizer, ainda de acordo com Souza (2005), que os problemas ambientais são todos aqueles que, por uma razão ou outra, interferem negativamente na qualidade de vida dos indivíduos no contexto da sua interação com o espaço, seja ele natural ou social.

As origens da ocupação do MMC são controversas. Segundo Pimenta e Pimenta (2005) as primeiras ocupações foram realizadas por escravos recém-libertos, seguidas da população pobre expulsa da área central pelos projetos de renovação urbana sanitária. Para esses autores a ocupação mais antiga do Morro é o Mont Serrat. Observam ainda, que a intensificação da ocupação se deu no início do século XX, quando centenas de famílias foram retiradas das áreas adjacentes ao córrego da Bulha – atual Avenida Hercílio Luz -, e tiveram que buscar uma alternativa de moradia nos morros próximos da área central. Já Cardoso (2004) observa que Florianópolis, como cidade portuária, possuía um ir e vir muito grande de pessoas, marinheiros e viajantes, e que muitos deles foram buscar refúgio no Morro. Santos (2009) afirma que:

[...] Os morros a Leste do antigo perímetro de Desterro começaram a ser ocupados no século XIX, já durante a década de 1850, por libertos e escravos fugidos. (...) Durante aquele século, os Morros já eram ocupados por soldados dos batalhões estacionados na cidade e por homens pobres, para construir um rancho, uma casa de estuque ou madeira e para iniciar uma roça (SANTOS, 2009, p. 224 e 588).

Na outra vertente do morro, em contrapartida, encontra-se a ocupação mais recente: a comunidade do Alto da Caieira, que se constituiu a partir da década de 1970, e que enfrentou, até pouco tempo atrás, dificuldades típicas das

fases iniciais de ocupação, tais como aquelas relacionadas com a precariedade do fornecimento de energia elétrica e do abastecimento de água. Esta comunidade sofreu fortes penúrias, pois por muitos anos o abastecimento de água foi feito a partir de nascentes poluídas ou através de “gatos” nos canos de abastecimento das TVs estabelecidas, também de forma irregular, no topo do Morro da Cruz. (TOMÁS, 2012)

Promovida pela administração da prefeita Ângela Amim (1997-2004) foi instituída uma lei, segundo a qual, novas ligações de água e luz em áreas não regulares não seriam permitidas (Decreto nº 1966 de 8 agosto de 2003). Esta proibição previa que esses serviços não poderiam ser disponibilizados pelas respectivas concessionárias para edificações sem alvará de construção, escritura pública ou dentro de APP. O objetivo da medida era conter as ocupações irregulares, especialmente em áreas de preservação permanente. A medida gerou enormes transtornos não só àqueles que moravam precariamente, mas acabou por atingir também a classe média e média-alta que, tendo construído em locais irregulares também, ao desejarem obter as ligações de água e luz depois de terminada a obra, não conseguiam. Essa situação provocou uma avalanche de reclamações entre os moradores. O argumento utilizado pelos representantes das comunidades florianopolitanas contrários à proibição estava baseado no fato de que a maior parte da cidade é constituída por terrenos de posse. (AN capital, 25 out. 2002).

Esse decreto vigorou até março de 2005, quando o novo prefeito que então assumia (Dário Berger - 2005–2012), adotou como uma das primeiras providências a flexibilização desta medida através do Decreto nº 3296/05 de 15 de março de 2005, com base nas seguintes considerações:

[...] que a água potável e a energia elétrica são bens indispensáveis à qualidade de vida da família, na era moderna, o primeiro, inclusive, essencial à vida; Considerando que situações já consolidadas ultrapassam ao mero interesse individual do cidadão,

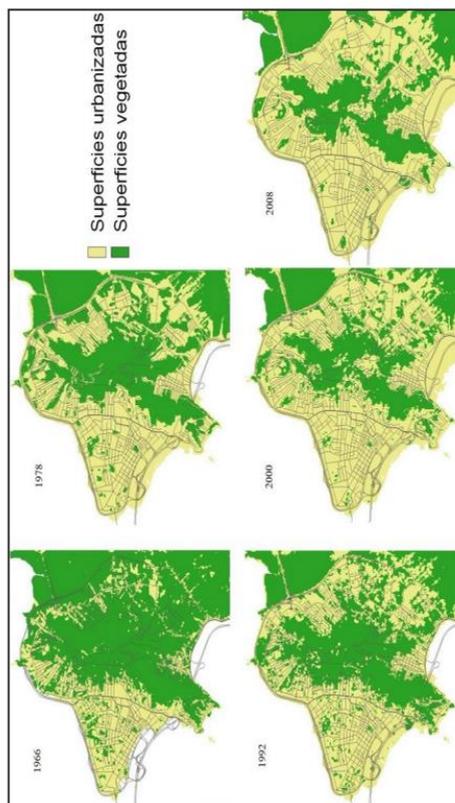
adentrando ao palco do interesse coletivo; Considerando a competência constitucional que consagra ao Município a autonomia para resolver seus problemas locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS/PMF, decreto nº 3296/05, 2005).

O Plano Diretor de Florianópolis (PAIVA *et al.*, 1952), elaborado por 3 arquitetos modernistas em 1952 e consolidado em 1955, não estabelecia nenhuma restrição sobre ocupação em áreas verdes ou que se supusessem em área de proteção ou acima de determinada cota. O próprio MMC sequer é mencionado neste plano, e tampouco o Hospital de Caridade – presente na cidade desde 1789 – e as ocupações no morro são vistas como sinal de atraso. (TOMÁS, 2012)

No entanto, no Plano Diretor de 1976, as áreas verdes acima da cota 100m são classificadas como *non aedificandi*, em consonância com o Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, art. 2º). Posteriormente este artigo foi alterado pela lei nº 7.803 de 18 jul. 1989.

Apesar dessa norma, uma intensa alteração da paisagem natural do MMC vem ocorrendo nas últimas décadas: segundo Pellerin (2010), de 1966 a 2008 a superfície urbanizada na área central de Florianópolis mais do que dobrou, passando de 594 ha a 1278 ha, com a correspondente supressão da vegetação, conforme mostra a Figura 02.

Figura 02: Evolução urbana na área central de Florianópolis, período de 1966 a 2008



Fonte: PELLERIN, 2010.

A construção social do conceito de *Maciço do Morro da Cruz*

Quem chega hoje ao Morro da Cruz e encontra os principais líderes comunitários percebe a forte ligação de muitos deles com a igreja católica. No entanto, nem sempre houve a predominância do catolicismo no morro. A atuação da igreja católica tem sido marcante principalmente nos últimos 30 anos e muito do processo se deve ao trabalho social desenvolvido pelos maristas mas, em especial, pelo padre Vilson Groh. Esse processo teve início ainda em 1954

com a chegada do padre Agostinho Stahelin, já que, de forma embrionária, foi com ele que as lutas por melhorias se iniciaram em algumas comunidades. Mesmo sem morar no morro, padre Agostinho conseguia estar presente no seu cotidiano, tanto que sua lembrança ficou marcada na memória dos habitantes mais antigos. Ele é lembrado como uma pessoa que:

[...] motivou os moradores e aproximou a Igreja da vida comunitária. Tanto que, segundo contam os moradores, Agostinho deixou de celebrar no Mont Serrat porque o governo militar da época entendeu que o padre estaria desenvolvendo uma pequena célula comunista. A hierarquia da Igreja, então, transferiu-o deixando na memória da população lembranças de boas ações (ARAÚJO, 2004, p. 98).

Em 1968, padre Agostinho foi transferido de paróquia. A presença da igreja católica nos movimentos comunitários seria reafirmada anos mais tarde, em 1983, com a chegada do Padre Vilson Groh.

Assim, a comunidade do Mont Serrat, que já trazia consigo o princípio da solidariedade, com a chegada do Padre Vilson iria aprofundar as experiências coletivas.

Araújo (2004) divide estas experiências em fases, com três movimentos distintos:

(1) - Através da conscientização coletiva, forjada em parte pelos mutirões, o primeiro movimento de mudança envolveu o questionamento da estrutura de poder enraizada na comunidade por um Conselho Comunitário pouco representativo.

[...] A luta pelo Conselho Comunitário foi a exteriorização do movimento de ruptura que estava acontecendo entre o setor que historicamente tutelou a comunidade e o outro grupo, formado por novas lideranças e com o apoio do padre Vilson, que pretendia construir a comunidade coletivamente (ARAÚJO, 2004, p. 108).

Primeiro, foi o debate no seio da própria comunidade⁷; depois do embate e da vitória do grupo de renovação no Conselho Comunitário a comunidade olha para fora e começa a contestar as adversidades e a reivindicar os direitos obstaculizados pelo poder público, evidenciando-se a falta de projetos oficiais de melhoria das condições de vida para as comunidades da periferia.

(2) - O segundo movimento, ocorrido entre os últimos anos da década de 80 e a primeira metade dos anos 90 do século passado, buscou a melhoria de vida da comunidade através de estratégias de emprego e renda. A luta pela subsistência será a principal questão a ser abordada. Para tanto a comunidade mais uma vez olhando para o seu entorno une-se a outras comunidades precárias e monta uma pauta com problemas comuns. Neste momento discutem-se predominantemente problemas de abastecimento. O mais importante aqui é destacar que pela primeira vez o Mont Serrat principia a expansão do seu leque de ação, ultrapassando os limites da sua comunidade. Podemos localizar neste movimento o embrião do que viria a ser na primeira década dos anos 2000 o movimento social do "Fórum do Maciço do Morro da Cruz" pois por primeira vez também "Dialogou-se, neste processo, com lideranças das comunidades do Morro do Horácio, Vila Aparecida, Morro do Mocotó e Morro da Penitenciária." (Araújo, 2004, p. 110).

(3) - O terceiro movimento busca a formação e educação de crianças e jovens incluindo-os socialmente. Através da educação prioriza-se a formação de cidadãos críticos e capacitados para o mercado de trabalho. Este período começa no final da década de 80 e toma corpo durante toda a década de 90. (ARAÚJO, 2004, p. 114)

Ao mesmo tempo em que a comunidade se fortalecia e conseguia proporcionar alternativas às inúmeras carências e dificuldades existentes, outros problemas emergiam.

⁷ O descontentamento, era latente, existia antes da chegada do padre, porém no espaço eclesial encontrou suporte.

Problemas não só peculiares à comunidade do Mont Serrat mas comuns aos grandes centros urbanos, como a ausência de emprego, a violência e o tráfico de drogas. A comunidade do Mont Serrat passou por processos políticos e sociais que redefiniram as relações de poder internamente – através da conquista do Conselho Comunitário - e externamente, perante o Estado, através de posturas ora propositivas ora combativas. Esta nova forma de atuar pressupõe a formação de comissões, e representou a pulverização das decisões em diferentes focos possibilitando que cada problema fosse tratado individualmente, mas com mais profundidade. O Conselho Comunitário do Mont Serrat passa então a ser dividido da seguinte forma:

[...] **Comissão de Educação**, formada por representantes do Cebem (Centro de Bem-Estar do Menor), Escola Lúcia do Livramento Mayvorne, Creche Casulo LBA, Creche Mont Serrat, Grupo Pinheiros e Escola de Datilografia; **Comissão de Saúde**, composta pela equipe responsável pelo Posto de Saúde do morro; **Comissão de Produção e Abastecimento**, composto pelos grupos Rosas Vermelhas, Tricô Noturno, Feira Comunitária, Padaria, Sabão e Doces, Mães da creche do Mont Serrat; **Comissão de Ruas**, composto por representantes escolhidos das áreas da comunidade como rua General Vieira da Rosa, Nova Descoberta, Pastinho, Célio Veiga e Nestor Passos; **Comissão de Cultura e Lazer**, que naquele momento, em 1992, ainda não estava devidamente estruturada; e a **Comissão das Igrejas**, constituída pela Igreja Católica, Assembleia de Deus e Cultos Afros (ARAÚJO, 2004, p. 114). Grifo nosso.

A redefinição nas relações de poder proporcionou à comunidade seu reposicionamento perante a realidade vivida e a disseminação desse modelo de gestão coletiva junto a outras comunidades do Morro da Cruz. É o início da caminhada de construção do Fórum do Maciço do Morro da Cruz.

Assim sendo, o primeiro passo em direção à construção deliberada de uma ideia de Território, visando à unificação da identidade de todas as comunidades do Morro da Cruz, foi a introdução do conceito de um Maciço Central da cidade de Florianópolis, designado de Maciço Central do Morro da Cruz, logo abreviada para *MACIÇO DO MORRO DA CRUZ* (MMC). (TOMÁS, 2012).

2.1 A construção do Movimento Social do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (FMCC)

Pela primeira vez o conjunto das comunidades do Morro da Cruz passa a contar com uma territorialidade única, definida a partir dos próprios moradores e não de agentes externos. O Morro do Mocotó, o Mont Serrat e outras 16 comunidades deixam de existir isoladamente e passam a formar um todo, consubstanciado no Fórum do Maciço das Comunidades do Maciço do Morro da Cruz – o “FÓRUM DO MACIÇO” (FMCC) - e à medida que a estratégia de organização de comissões é disseminada pelos outros conselhos comunitários e associações de moradores, este conjunto vai ganhando visibilidade, o que configura novas relações de poder⁸ perante as instituições públicas e a própria “cidade legal”.

A experiência política acumulada previamente por Groh⁹ contribuiu efetivamente para a constituição do projeto político do Fórum do Maciço do Morro da Cruz (DANTAS,

8 Conforme a conceituação do território enquanto “espaço definido por e a partir de relações de poder”, como coloca Marcelo Lopes de Souza, no livro “Geografia, Conceitos e Temas” (2007, p. 78).

9 Segundo Araújo, 2004, [...] 1985 foi importante para a história dos movimentos sociais em Florianópolis. Nesse ano, o Movimento Sem-Terra fez manifestações em frente à Catedral. Articularam-se, então, os Sem-Terra com os movimentos sociais das comunidades da periferia. (...) Groh participou ativamente destes movimentos e, à medida que ia se envolvendo com as questões comunitárias, (...)

2012). De fato, este movimento social não estava isolado da emergência dos movimentos sociais no Brasil, pois que desde os últimos anos da Ditadura Militar já haviam surgido diversas mobilizações de moradores empobrecidos nas médias e grandes cidades brasileiras, reivindicando moradia, transporte, saúde, educação, creches, segurança e canalização de água e esgoto, como os protagonizados pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) – que além de englobar moradores também contava com o apoio de técnicos de administrações municipais progressistas.

Em 1992, a administração municipal da Frente Popular em Florianópolis (governo Sérgio Grandó) favoreceu a visibilidade dos problemas estruturais de moradia, alimentação e infraestrutura das comunidades periféricas - no entanto, a continuidade dos seus propósitos foi interrompida nas gestões posteriores. Apesar da boa receptividade da autoridade político-institucional na esfera administrativa da Frente Popular, os principais problemas estruturais dos morros continuavam os mesmos. (TOMÁS, 2012)

Ao final da década de 1990, na primeira gestão do governo Ângela Amin (1997-2000), os problemas estruturais elencados no MMC ainda eram: insegurança, esgoto a céu aberto, falta de água e energia em muitas residências, coleta deficiente do lixo (com conseqüente proliferação de ratos), perigo de deslizamentos e quedas de blocos de rochas nas encostas, crianças com elevado índice de verminoses, etc... Porém, segundo Dantas (2012, p. 81-82) o que havia mudado era o jogo de forças sociais entre o aparato do estado e as comunidades dos morros, em parte, fruto da experiência obtida durante a administração da Frente Popular. Como exemplo pode-se citar a manifestação conjunta dos Conselhos Comunitários em julho de 1999 que, através

buscava-se [já então], engajar os moradores dos morros aos problemas da vida e da população rural, visto que muitos dos seus habitantes são imigrantes expropriados de suas terras. (ARAÚJO, 2004, P. 77-78)

de uma carta de reivindicações, conseguiram mobilizar vários órgãos: fiscalização ambiental, Polícia Militar, Vigilância Sanitária e a Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP).

Os canais de participação popular em Florianópolis, mesmo com as suas debilidades, conseguiram se estruturar de forma mais orgânica já no final da década de 1990. Durante o período de sua atividade (1999 – 2008/2009), o FMMC realizou diversos trabalhos de ação comunitária, procurou ampliar as oportunidades de participação social, integrar as comunidades carentes, qualificar a vida urbana e estabelecer elos de solidariedade entre cidade e campo. Para alcançar estes objetivos fez várias parcerias, como com a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (AGRECO) e com a UFSC. (TOMÁS, 2012)

Neste âmbito, no ano 2000 o professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSC, Luiz Fernando Scheibe, organiza uma visita de campo em conjunto com o sociólogo mexicano Enrique Leff, onde se encontram com o padre Wilson Groh. A partir desse encontro é criado o projeto Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis envolvendo vários laboratórios e Núcleos da UFSC, ligados aos departamentos de Geociências, Arquitetura e Serviço Social: LAAM, LabGeop, CIDADHIS, NESSOP, e com o objetivo de prestar assessoria ao Fórum.

Através da atuação de três comissões principais, o FMMC desenvolveu logo em seu início vários projetos, apresentados em uma oficina organizada através do Centro Cultural Escrava Anastácia, no II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2003:

Projetos Educacionais:

- ✓ Profissionalização de 600 alunos de magistério em parceria com o Colégio Coração de Jesus;

- ✓ Curso Pré-Vestibular: preparando 150 jovens/ano para ingresso nas Universidades públicas e privadas;
- ✓ 300 Crianças/ano em Período Integral, envolvidas em Projetos Comunitários: CCEA - Centro Cultural Escrava Anastácia e ACAM - Associação Casa da Criança e do Adolescente do Morro do Mocotó;
- ✓ Capacitação Permanente dos Professores da Rede Estadual, para o trabalho com crianças e jovens da área do maciço;
- ✓ Projetos nas Escolas: Sexualidade, Sabor e Saber, Violência, Avaliação, Meio Ambiente;
- ✓ Oficinas do Saber – Instituto Paz no Coração.

Projetos de Comunicação:

- ✓ Rádio Comunitária (em aprovação oficial) e Jornal Guarapuvú (duas edições na rua).

Projetos Ambientais:

- ✓ Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis (Laboratórios e Núcleos da UFSC: Análise Ambiental, Geoprocessamento, CIDADHIS, NESSOP);
- ✓ Levantamento geral das características socioambientais (água/lixo/esgoto; emprego e áreas de lazer; moradia e transporte; segurança);
- ✓ Mapeamento geológico/geomorfológico e cadastro das áreas de risco;
- ✓ Áreas de Preservação permanente e proposta de Horto Comunitário;
- ✓ Diagnóstico socioespacial do Maciço Central;
- ✓ Mutirões de limpeza de lixo, assessoria a projetos nas escolas.

Projetos de Integração Cidade-Campo:

- ✓ Projeto de Merenda Escolar sem Agrotóxicos em 9 Escolas, fornecida pela AGRECO.

Projeto Sabor e Saber:

- ✓ Projeto de Qualificação Alimentar através da Capacitação de Merendeiras para utilização de merenda escolar sem agrotóxicos.

Fórum de Combate à Exclusão e à Violência:

- ✓ Criação de Fórum de Combate à Exclusão e à Violência, visando garantir a vida dos moradores do Maciço do Morro da Cruz, reunindo diferentes associações representantes da sociedade civil.

ADESS – Agência de Desenvolvimento Social Sustentável:

- ✓ Criação da Agência de Desenvolvimento Social Sustentável, visando articular e coordenar todas as ações desenvolvidas simultaneamente em diferentes níveis da vida social. (SCHEIBE, 2003)

O FMMC tinha uma concepção orgânica, segundo a qual todas as comissões deveriam caminhar em conjunto

sem que houvesse precedência de qualquer comissão sobre outra. O projeto estava associado à ideia de melhorias das condições de vida dos moradores das comunidades do Maciço do Morro da Cruz. Nesta direção, ações comuns estavam imbricadas umas com as outras.

Consolidada a ideia da territorialidade do Maciço – inclusive quando se pensa em unidade geológica ou geomorfológica – o Fórum do Maciço do Morro da Cruz passa a agregar as comunidades dessa mesma unidade. Assim, na formação do FMMC, apesar das demandas comuns apresentadas, este não se configurou como uma organização social desvinculada do aparato institucional, pois suas barganhas políticas ocorriam, sobretudo, na esfera político-institucional. Logo, sua atuação estava sujeita a todas as oscilações políticas das gestões públicas, obtendo mais ou menos conquistas conforme a administração. (TOMÁS, 2012).

Para Ilse Scherer-Warren (s.d.), composições sociais como o FMMC podem ser enquadradas como organizações de articulação e mediação política, onde estas formas de mediação se dão na interlocução e nas parcerias mais institucionalizadas entre a sociedade civil e o Estado (audiências públicas, assembleias, conferências políticas, conselhos setoriais de políticas públicas, Agenda 21, etc..). Desse modo, o FMMC assegurava nestes espaços institucionalizados, “oportunidades do exercício do ‘controle social pela cidadania’, considerado como um meio político adequado e legítimo para a expansão da democracia” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 506).

Segundo Cardoso (2009)¹⁰ há muito mito sobre o Maciço do Morro da Cruz:

[...] Até a ideia de Maciço é pra mim um negócio muito engraçado, a igreja construiu a ideia do maciço com esses movimentos sociais. Eu posso falar de um lugar, esse lugar é o Morro da Caixa. Porém, o que acontece? Com

10 Entrevista do Prof. Dr. Paulino de Jesus Cardoso a Elaine Tomás em março de 2009.

a presença do Padre Vilson, no morro, nos últimos 30 anos e também da igreja que tem o apoio dos maristas, das várias irmãs e quadros que foram se formando lá, com isso você tem várias mudanças importantes.

Seu Teco¹¹ recorda que antes da ideia do Maciço do Morro da Cruz (MMC), era a União das Comunidades que existia. Na época perfazia um total de 23 comunidades.

O padre Vilson assim que veio pra cá, começou a trabalhar com todas, dava um total de 23 comunidades que ele, de alguma maneira, participava da vida delas. Mas na formação do Maciço do Morro da Cruz, da união das comunidades eram apenas 16 (que participavam). Todas as segundas feiras todas as comunidades vinham se reunir aqui no Mont Serrat. Na época, então, qual era nossa luta? Era a educação, o saneamento básico, a segurança e o lazer.

2.1.1 As Comissões do Fórum do Maciço do Morro da Cruz

Os grandes eixos: educação, saneamento básico, segurança e lazer estavam sempre presentes fazendo parte da estrutura das reuniões. Estas se desenrolavam da seguinte maneira:

[...] Tinha uma abertura e tinha uma pauta. A gente ia seguindo a pauta, todas as segundas feiras a gente tratava dessas pautas. Víamos o que tinha avançado e o que não tinha. A comunidade que precisava de alguma ajuda, [...] de alguma orientação, a gente, todo mundo, ia procurar com o poder público onde encaminhar aquela comunidade. Isso funcionava vice e versa. Todas as comunidades eram unidas, de repente apareceu uma pessoa para nos auxiliar neste nosso processo, ele se

11 Entrevista do Sr. João Ferreira de Souza - Seu Teco - a Elaine Tomás e Amèlie Bouchard em setembro de 2010.

chama doutor Gercino¹², não sei se é promotor, ele é uma pessoa alta aqui na vila, no poder público. [...] ele atuava na época, na vara da criança e do adolescente, então começou a participar conosco, porque nós tínhamos essa área. [...] Achou por melhor nós mudarmos o nome da união das comunidades daqui do Mont Serrat, passamos a ser Comunidades do Maciço do Morro da Cruz, ficava assim, soava e estavam todas as comunidades ao redor daqui do Mont Serrat dentro desse processo. (Entrevista Seu Teco, setembro 2010).

No início das suas atividades o Fórum representava cerca de cinco mil famílias (SCHEIBE, 2003). Como já mencionado anteriormente, muitas dessas famílias não contavam com serviços públicos regulares, estando proibidas ligações de água e eletricidade, mesmo de moradias antigas.

Em tal contexto histórico, o acúmulo de lixo doméstico – e o seu não recolhimento pela Companhia de Melhoramentos da Capital (COMCAP) – além do esgoto a céu aberto, eram as principais reivindicações das comunidades dos morros do maciço. De acordo com a própria chamada de matéria do jornal Diário Catarinense, os esgotos nas comunidades do maciço já estariam ameaçando os mananciais, colocando em risco a saúde das famílias que ali residem¹³.

Visando enfrentar e superar as dificuldades comuns a todas estas comunidades, o Fórum das Comunidades do Maciço do Morro da Cruz (FMMC) decidiu logo de início formar três comissões: *Comissão de Educação, Esporte e Lazer*;

12 Gercino Gerson Gomes, do Ministério Público Estadual de Santa Catarina.

13 Participantes do Fórum e moradores já têm projetos para a área que foi limpa no sábado, enchendo pelo menos duas caçambas de resíduos. "Iremos iniciar com um projeto de recuperação da mata nativa, mas queremos montar também um horto florestal, com usufruto da comunidade", diz Rui Alves, morador do morro da Mariquinha, mas que foi dar sua colaboração ao mutirão. In: <<http://www1.an.com.br/ancapital/2002/jun/10/index.htm>> Acesso em: 10 set. 2012.

de Meio Ambiente; e de Segurança, Trabalho e Renda (Cf. SCHEIBE et al., 2007). Como reivindicações comuns apresentavam inicialmente três demandas básicas: a questão ambiental enquanto espaço de moradia (que envolvia também questões relacionadas ao lixo e ao esgotamento sanitário); a segurança pública; o esporte, a cultura e o lazer¹⁴. (Cf. SCHEIBE; BUSS 2002). Diante desses objetivos, o FMCC traçou como meta a elaboração de um Plano de Ações, algo com um “Plano Diretor” para o Maciço, visando atingir as demandas prioritárias que haviam sido assinaladas pelas diferentes comissões. Os documentos elaborados ressaltavam crescentes sinais de degradação socioambiental nas diversas comunidades. (SCHEIBE; BUSS, 2002).

Este momento – elaboração do Plano Comunitário - revela o amadurecimento das ações das comissões, uma vez que estas se mostravam aptas a buscar auxílio fora da esfera do assistencialismo estatal e das ações deste. Os trabalhos desenvolvidos pelas comissões evidenciam a integração das ações. Por exemplo, a comissão de Meio Ambiente promovia as mostras ambientais, mas quem desenvolvia o trabalho de Educação Ambiental eram os professores que participavam da Comissão de Educação.

A percepção de um verdadeiro “Território do Maciço” foi decisiva para a mudança de atitudes dos governantes municipais, ao deixarem de propor medidas isoladas de atendimento das reivindicações de moradores, para atuar de modo mais abrangente, através da proposição da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental (SMHSA), de um Projeto de Lei, aprovado celeremente pela Câmara de Vereadores e sancionado pelo Prefeito Municipal, para regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

14 Outras reivindicações foram se explicitando mais adiante, como: regularização fundiária, implementação de infraestrutura e garantia dos direitos sociais.

2.1.2 O Fórum do Maciço do Morro da Cruz no Plano Diretor Participativo de Florianópolis (PDP)

Os debates sobre o PDP de Florianópolis começaram em 2006 com a constituição de (mais) um “Núcleo Gestor”, formado por representantes do poder público, movimentos sociais, ambientalistas, centros comunitários, associações de moradores, sindicatos e entidades de classe.

Vilson Groh considerava que a discussão do Plano Diretor Participativo (PDP) poderia oxigenar o Fórum, eis que participantes deste movimento destacavam a importância da participação do grupo na “leitura comunitária” do PDP. A leitura comunitária ocorreu de maneira específica para o sub-núcleo do MMC (Figura 3) e neste momento os moradores tiveram a oportunidade de manifestar suas necessidades urgentes e fazer uma hierarquização das ações para o PDP. Mais ainda, muitos viam naquele momento a oportunidade de integrar o MMC à cidade legal, o que lhes conferiria legitimidade para todas as suas reivindicações específicas. (TOMÁS, 2012)

Em julho de 2007 as comunidades que compunham o Fórum estavam envolvidas nos seminários regionais de preparação do PDP de Florianópolis. O objetivo desses seminários foi o de levantar quais eram as demandas reprimidas destas comunidades e também fazer um prognóstico (uma imagem) do que seria o MMC como um todo no prazo de 10 ou 20 anos. Buscava-se responder à pergunta: “que cidade queremos, e para quem?” No caso de Florianópolis esta é uma pergunta muito pertinente face à busca incessante dos governos do estado e do município em atrair novos empreendimentos voltados para o turismo.

Figura 3: (Foto A) Formação de comissão do sub núcleo do MMC, março 2007. (Foto B) Participação do Fórum do MMC em sessão da Câmara de Vereadores de Florianópolis - Audiência Pública para contestação da instalação da sub-estação da Celesc na comunidade Angelo Laporta, abril de 2005.



Fonte: Luciano Augusto Henning.

Contudo, em 2009, o Núcleo Gestor foi destituído pela Prefeitura, em uma evidente manobra que objetivava enviar o projeto do Plano Diretor para a Câmara de Vereadores com mudanças significativas em seu teor, no intuito de beneficiar em especial o setor imobiliário. O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) alegou que a Câmara de Vereadores seria mais legítima do que o Núcleo Gestor (formado por 2.066 pessoas), pois foi eleita por 305 mil eleitores (FRIGHETTO, 2011). Essa atitude denotava um sério conflito de entendimento sobre a democracia representativa e a democracia direta.

Em 2010 o plano diretor apresentado pela Prefeitura, depois de quatro anos de discussão – não contemplou satisfatoriamente as comunidades do MMC, muito menos outras localidades da capital catarinense. Aliás, as tentativas de encaminhamento do projeto substitutivo do 'Plano Diretor Participativo' (PDP) à Câmara de Vereadores foram temporariamente suspensas, por não atenderem as reivindicações dos núcleos distritais, além de não respeitarem o Núcleo Gestor constituído (SABOYA, 2010).

Desarticulação do FMMC

Em 2009, as ações do Fórum, de maneira geral, estavam quase paralisadas, e as reuniões muito esvaziadas.

O processo de desarticulação do FMMC teria tido início com a ação dos comitês para implementação das Zona Especiais de Interesse Social (ZEIS), previstos pela Lei Complementar Nº 207/2005 (Art. 6º), intensificando-se mais tarde, com as discussões e com a implementação do Núcleo Gestor das obras do Projeto Morro da Cruz, com recursos do PAC, o programa de desenvolvimento econômico e social adotado pelo Governo Federal a partir de janeiro de 2007, repassados à Prefeitura Municipal de Florianópolis: uma forte razão para a desmobilização do movimento seria a de que, ao invés de tratar do tema institucionalmente, com o Fórum, a Prefeitura preferiu, cooptar individualmente muitas das lideranças do mesmo para participarem do Núcleo Gestor das Obras do PAC acompanhando as obras estruturais.

Outra razão, ainda, teria sido o envolvimento de lideranças mais engajadas em outra importante discussão, a do Plano Diretor Participativo (PDP) de Florianópolis. A ausência de uma articulação mais consistente entre as comissões do FMMC poderia ser apontada como mais uma das razões que teriam ocasionado o enfraquecimento das proposições comuns.

Mais diretamente, ainda que se reconheça a inegável importância do Padre Wilson Groh no processo de coordenação e articulação das lideranças comunitárias em seus diferentes estágios históricos, assim como o seu engajamento empírico em setores marginalizados de Florianópolis, é possível que, até pelo seu forte carisma, sua presença tenha de certa forma inibido a formação de novos quadros de liderança. Estes 'quadros' poderiam adensar as discussões sobre as problemáticas comuns das comunidades dos morros, sem ficar na dependência de um único líder para implementação das decisões coletivas. (DANTAS, 2012)

O próprio Padre Wilson Groh, em reunião do Fórum do Maciço no início de 2007 (26/02/2007, in TOMÁS, 2010), comentava sobre o cansaço destas lideranças, a falta de renovação que sentia nelas e certa segmentação do território do MMC. Desde 2007 muitas das reuniões do Fórum foram

acompanhadas pelos autores, evidenciando-se este processo. No relatório "Síntese das Reuniões do Fórum do Maciço do Morro da Cruz – Período fevereiro 2007 a dezembro 2008 - Primeiros Contatos Referentes à Participação no Fórum do Maciço do Morro da Cruz" (TOMÁS, 2010), elaborado para o projeto de extensão "Plano Comunitário de Urbanização e Conservação do Maciço Central de Florianópolis", foi registrada a crescente escalada que o tema das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para o MMC foi tomando nas reuniões do Fórum, a cada encontro.

Outro aspecto não menos importante se refere ao fechamento de 3 unidades de ensino (Antonietta de Barros, Silveira de Souza e Celso Ramos) em 3 anos, e a municipalização dos centros de educação infantil pelo poder público em nível estadual. Tal atitude denota a gradual desresponsabilização do estado com as crianças e jovens das comunidades do Maciço.

[...] As três escolas fechadas atendiam, basicamente, as comunidades Ângelo La Porta, morro do Duduco, morro do Céu, morro do Mocotó, Nova Descoberta e morro do Tico-Tico, ou seja, um contingente escolar nada desprezível. Com o pretexto de que uma unidade de ensino estaria com problemas estruturais e as demais com poucas matrículas, o poder público (estadual) determinou sem maiores esclarecimentos às comunidades atendidas a desativação destas escolas. (DANTAS, 2012, p. 317)

Cabe ressaltar que o Fórum do MMC ainda existe (2018), mas a Comissão de Educação é a única que está em atividade. As outras comissões se encontram paralisadas, no entanto várias tentativas de rearticulação aconteceram desde 2012, mas pelo que sabemos nenhuma delas foi adiante: o movimento segue sem força, quase paralisado.

Considerações finais

Através da atuação do Fórum do Maciço do Morro da Cruz podemos falar da consolidação de um verdadeiro “Território do Maciço”, não só do ponto de vista dos moradores do mesmo como na percepção dos órgãos públicos e da própria imprensa, que a ele se referia e ainda se refere constantemente. A criação das ZEIS e os recursos advindos das obras do PAC (56 milhões de reais) transformaram as relações comunitárias no Maciço, tornando-o um território em disputa.

As obras do PAC possibilitaram uma visibilidade inédita para essa porção central da Ilha de Santa Catarina até então invisível para o restante da cidade. Apesar da desarticulação do Movimento Social do Fórum, o conceito de Maciço ainda se mantém enquanto unidade para “o asfalto” de Florianópolis.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Camilo Buss. **A sociedade sem exclusão do Padre Vilson Groh: A construção dos movimentos sociais na comunidade do Mont Serrat**. Florianópolis: Insular, 2004. 144p.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. **Institui o novo Código Florestal**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm. Acesso em: 20 mar. 2012.

CARDOSO, Paulino de J. F. **Negros em Desterro: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade do século XIX**, 2004. 291 f. Tese de doutorado (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. p. 32.

_____. Entrevista do Prof. Dr. Paulino de Jesus Cardoso a Elaine Dorighello Tomás em março de 2009.

DANTAS, Jefferson. **Espaços coletivos de esperança: A experiência política e pedagógica da comissão de educação do fórum do Maciço do Morro da Cruz em Florianópolis/SC.** Florianópolis, 2012. 377 f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação), Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

FRIGHETTO, Maurício. **Plano Diretor: Florianópolis quer discutir o seu futuro.** Disponível em:
<<http://www.deolhonailha.com.br/noticias/>>.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios à Multiterritorialidade”.** 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, 400 p.

HERRMANN, Maria Lucia; ROSA, Rogério De O. **Mapeamento Temático Do Município De Florianópolis: Relevô.** Florianópolis: Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, 1991. 20 p.

PAIVA, Edvaldo; RIBEIRO Demétrio; GRAEFF, Edgar. **Plano Diretor de Florianópolis.** Porto Alegre: Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, 1952.

PELLERIN, Joel. **Evolução urbana na área central de Florianópolis, período de 1966 a 2008.** Relatório Interno, Laboratório de Geoprocessamento/GCN/UFSC, 2010.

PIMENTA, Margareth de C. A; PIMENTA, Luiz F. Políticas públicas e segregação sócioespacial: o caso do Maciço Central de Florianópolis. In: **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Violências, o Estado e a Qualidade de Vida da População Brasileira.** Ouro Preto, 2002, 14 p.

_____. Habitação e Qualidade de vida Urbana no Maciço Central de Florianópolis. In: PIMENTA, Margareth C. A. (Orgs). **Florianópolis do outro lado do espelho**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2005. p. 123-149.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a geografia histórica da Pobreza urbana em Florianópolis**. Florianópolis, 2009. 639 f. Tese (Doutorado em Geografia), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 309 Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SCHEIBE, L. F. Aspectos geológicos e geomorfológicos. In: PEREIRA, N. do V. (org) **A Ilha de Santa Catarina: espaço, tempo e gente**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2002. p. 43-60.

_____. **Plano comunitário de urbanização em áreas de risco natural, segregadas ou com conflito de uso** (oficina). In: II Fórum Social Mundial, Porto Alegre, 2003.

SCHEIBE, L. F.; BUSS, M. D. Fórum das comunidades do Maciço Central de Florianópolis: Comissão de meio ambiente e a percepção dos moradores. In: I SENISA -URB: Seminário Nacional de Impactos Sócio-Ambientais Urbanos: Desafios e Soluções., 2002, Curitiba. Anais da I SENISA-URB - Contribuições Científico-tecnicas. Curitiba: Departamento de Geografia da UFPR, 2002. v. único. p. 1140-1150.

SCHEIBE, L. F. et al. A Parceria Universidade e Comunidade na Implantação das ZEIS e Parque Municipal no Maciço do Morro da Cruz, Área Central de Florianópolis, SC. In: Seminário nacional sobre o tratamento de áreas de preservação permanente em meio urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo. São Paulo: FAUSP, 2007, v. 1, **Anais**, CD-ROOM.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das ações coletivas às redes de movimentos sociais.** [s.n.], [s.l.], [s.d.], 17 p.

_____. Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória?. **Cadernos CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, 2008, 505-517 p.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; CORRÊA, Roberto L.; GOMES, Paulo Cesar da C. (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 77-116

SOUZA, Marcelo L. **O Desafio Metropolitano: Um Estudo sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, 366 p.

TOMÁS, Elaine D. **Síntese das Reuniões do Fórum do Maciço do Morro da Cruz – Período fevereiro 2007 a dezembro 2008 – Primeiros Contatos Referentes à Participação no Fórum do Maciço do Morro da Cruz.** Relatório Interno do Projeto Plano Comunitário de Urbanização e Conservação do Maciço Central de Florianópolis, LAAM/GCN/UFSC, 2010, 13p. Inédito.

_____. **Antigos e novos olhares sobre o Maciço do Morro da Cruz: de não território a território do PAC-Florianópolis.** 2012. 361 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2012.

VILLAÇA, Flávio. **Reflexões sobre as cidades brasileiras.** São Paulo: Studio Nobel, 2012. 296p.

VIDAS EM REFÚGIO: HUMANIZANDO A EXPERIÊNCIA DE REFUGIADOS SÍRIOS¹⁵

João Lupi¹⁶
Bruna Kadletz¹⁷
Márcio Voigt¹⁸

Introdução

Em junho de 2016, no porão de um antigo prédio no distrito de Fatih, região que concentra o maior número de refugiados sírios em Istambul, na Turquia, conheci Hamoudi, um menino sírio de 5 anos. Ele e sua mãe, ambos nascidos e criados em Aleppo, cidade ao norte da Síria que foi palco de inúmeras batalhas e atrocidades, haviam se refugiado na Turquia naquele mesmo mês. Eu os conheci num sábado pela manhã, enquanto colaborava com um centro comunitário que oferece atividades educacionais, recreativas e culturais para refugiados sírios naquela cidade. Apesar de lindos, os olhos de Hamoudi carregavam fragilidade e tristeza tangíveis. Tentei me comunicar com o menino por meio de meu primitivo árabe, e nada. Após algumas tentativas

¹⁵ Este capítulo foi redigido por Bruna Kadletz a partir dos relatos das próprias experiências pessoais. Por isso o uso recorrente da primeira pessoa do singular. Porém, no seminário de apresentação, este relato contou com as contribuições teóricas dos profs. J. Lupi e M. Voigt, assim como no suporte para a escrita do texto final, aqui apresentado.

¹⁶ Doutor em Filosofia pela Universidade Católica de Portugal, professor voluntário da UFSC, membro do Núcleo de Investigações Metafísicas (NIM) da UFSC, lupi@cfh.ufsc.br.

¹⁷ Mestrado em Sociologia e Mudança Global, pela Universidade de Edimburgo, Escócia; presidente Círculos de Hospitalidade, brunakad@gmail.com.

¹⁸ Doutor em Ciência Política pela UFRGS, professor do Departamento de História da UFSC, voigtmarcio@gmail.com.

frustradas, sua mãe entrou na sala e me contou, em inglês e com muitos gestos, a história da família.

Ela contou que, aproximadamente duas semanas antes de buscarem refúgio na Turquia, o menino sírio havia sido testemunha ocular do assassinato, com um tiro, de seu tio materno. Bombas, balas e medo constante faziam parte da realidade diária vivenciada pelas famílias que residiam no fogo cruzado das batalhas por Aleppo, que se intensificaram drasticamente entre 2015 e 2016. Até que, em dezembro de 2016, ocorreu a sangrenta batalha final, conhecida como a "Libertação de Aleppo", para os apoiadores do governo sírio, ou a "Queda de Aleppo", para a mídia ocidental, oposição do governo a grupos terroristas. Desde o dia da morte de seu tio, Hamoudi caiu em silêncio e não pronunciou mais nenhuma palavra. Ele já havia perdido seu pai dois anos antes, também por motivo relacionado à guerra. As perdas de seu pai e tio materno impactaram profundamente Hamoudi e foram o gatilho que impulsionou sua mãe a atravessar a fronteira entre a Síria e a Turquia com o menino em um de seus braços e uma bolsa com poucos pertences no outro.

Diante do relato emocionado da mãe, o que eu poderia dizer ou fazer? Assim, caí em silêncio também, pois faltaram-me palavras e reações. Meu silêncio refletia um misto de impotência e empatia. Algo em mim sabia que nenhuma palavra de conforto poderia curar as feridas de Hamoudi. Provavelmente, o menino carregará dentro de si as cicatrizes da guerra por toda sua vida. Por outro lado, já que eu estava numa sala com crianças que passaram por situações semelhantes, decidi me sentar com Hamoudi e com essas crianças, para desenharmos e pintarmos juntos. Eu sabia que não poderia mudar a realidade dos sobreviventes de guerra, mas, talvez, todos juntos poderíamos criar memórias coloridas com alegria. Ao final do dia, para minha surpresa e felicidade, Hamoudi estava rindo, interagindo e brincando. Ele se sentiu seguro para ser uma criança novamente.

Ao ouvir a história trágica do menino e observar a mudança em seu comportamento, mesmo que por breves momentos, um entendimento surgiu: podemos, em âmbitos individuais e coletivos, sociais e governamentais, nacionais e internacionais, optar pela atenuação ou pela acentuação das dificuldades e dos traumas vivenciados por populações em busca de refúgio.

Apesar de não podermos apagar memórias passadas e traumas de sobreviventes de guerra, é possível garantir um presente mais seguro e um futuro com dignidade para os que sobrevivem ao inconcebível: a expulsão de seus lares e de sua terra natal, por bombas, a destruição da estrutura física e da coesão social de países, e a perseguição. Contudo, medidas políticas, tais como o fortalecimento de fronteiras, a criminalização do trabalho, as crescentes deportações e o aprisionamento em centros de detenção, estão progressivamente descartando as comunidades em busca por refúgio em zonas de exclusão, acentuando, assim, seus traumas e sua marginalização. Essas medidas políticas ferem princípios éticos e violam leis internacionais de proteção. Ademais, carregam mensagens hostis: “você não pertence aqui”, “você não é bem-vindo aqui” e “volte para o lugar de onde você veio”.

Globalmente, refugiados são comumente retratados como “convidados indesejados” nos veículos de mídia e nos discursos políticos. Esta narrativa incita movimentos xenofóbicos, legitima o abandono político e a violência nacionalista, além de distorcer a realidade de milhões de pessoas que foram forçadas a se deslocar, despindo-as de sua humanidade. Muito embora haja iniciativas, tanto governamentais como não governamentais, que acolhem e apoiam comunidades refugiadas, estas comunidades ainda vivem inúmeros obstáculos e dificuldades para resgatarem o mínimo de normalidade e restaurarem suas vidas no destino das suas trilhas em busca de refúgio. É preciso, portanto, transformar a narrativa global, na qual refugiados são ameaças à segurança nacional, à herança cultural e à ordem social, e humanizá-la.

1. Guerra síria

1. 1 Qual o custo humano da guerra?

Estamos diante da pior crise humanitária da atualidade. Segundo o relatório anual Tendências Globais¹⁹, do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), de 2018, cerca de 70,8 milhões de pessoas foram forçadas a abandonar suas casas devido a guerras, à violência generalizada e a perseguições (UNHCR, 2019). Desse, mais de 25,9 milhões atravessaram fronteiras internacionais, tornando-se refugiados, enquanto que o restante continua em seu país de origem e está deslocado internamente. Este número não tem precedente, constituindo-se no mais alto já registrado pelo ACNUR. Esta situação desencadeou uma busca por refúgio, tanto por mar como por terra, também sem antecedente. Entre 2015 e 2016, mais de um milhão de crianças²⁰, mulheres e homens arriscaram suas vidas nas perigosas travessias pelo Mar Mediterrâneo e Mar Egeu em busca de segurança e recomeço em países europeus (CLAYTON e HOLLAND, 2015).

A Guerra Síria, que entrou em seu sétimo ano em março de 2017, contribui expressivamente para a crise humanitária e a dos refugiados da atualidade. Há mais de 5,5 milhões de refugiados sírios registrados pelo ACNUR, fazendo com que o país seja o maior gerador de refugiados da con-

¹⁹ Com o agravamento da crise dos refugiados, a União Europeia e muitos governos europeus passaram a adotar políticas migratórias que expõe pessoas em busca de refúgio à violência e ao abuso, causando graves violações de direitos humanos. Leia mais: HUMAN RIGHTS WATCH, *European Union: Events 2019*. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/european-union>. Acessado em: 13 de março de 2020.

²⁰ Mais informações:

<http://www.unhcr.org/afr/news/latest/2015/12/5683d0b56/million-seq-arrivals-reach-europe-2015.html>

temporaneidade. A vasta maioria encontra-se em países vizinhos – Turquia, Líbano e Jordânia –, e não em território europeu, como se acredita popularmente. Enquanto que a Turquia abriga quase 3,6 milhões de refugiados sírios, o Líbano acolheu mais de um 1,5 milhão, e a Jordânia, em torno de 655 mil (UNHCR, 2020). Nestes países vizinhos, os sírios não têm permissão para trabalhar formalmente, salvo raras exceções, e têm sua existência reduzida às margens das sociedades hospedeiras, com escassas perspectivas futuras, sendo que muitos vivem abaixo da linha da pobreza e sofrem com seus recursos limitados para cobrir suas necessidades mais básicas (JANMYR, 2016).

Após atravessarem as fronteiras para os países vizinhos, seja de forma clandestina ou regular, os sírios, assim como outros refugiados, buscam segurança e abrigo ou em campos de refugiados, podendo estes estarem localizados em áreas desérticas nas regiões de fronteira, ou em perímetros urbanos, ou ainda em zonas residenciais do país hospedeiro.

Em campos isolados, a pobre estrutura física e as condições deletérias tornam a experiência do refúgio ainda mais traumatizante, particularmente para mulheres e crianças. Por exemplo, no campo de refugiados Za'atari, localizado no norte da Jordânia, uma simples ida ao banheiro à noite expõe mulheres e crianças ao risco de serem violentadas e/ou molestadas física e sexualmente. Esse campo, que foi erguido de forma provisória numa região desértica, em meados de 2012, como resposta à agravação do conflito na província de Dara'a, região agrícola conhecida pelo estopim da Guerra da Síria, chegou a abrigar, em 2013, uma população de quase 200 mil refugiados. Atualmente, dados oficiais contabilizam uma população de 76 mil residentes (UNHCR, 2020). É desafiante, no que concerne a uma resposta humanitária de caráter emergencial, construir uma estrutura física que abrigue elevada população como esta de forma humana e inclusiva. As emblemáticas tendas arredondadas e de lona brancas das Nações Unidas acolhem diversas famílias ao mesmo tempo. Privacidade é um luxo praticamente inalcançável a partir do momento em que se

busca refúgio em tais campos. Os banheiros coletivos são localizados fora das tendas e compartilhados por centenas de residentes. É no caminho de sua tenda ao banheiro que grupos vulneráveis são expostos a mais riscos. Por esta razão, muitas mulheres, principalmente as que perderam seus pais, irmãos, maridos e filhos, e portanto seus guardiões e protetores, preferem não utilizar os banheiros no período noturno. Esta tentativa de resguardo vem, contudo, acompanhada de um dano à saúde, observado também em outros campos, onde mulheres são submetidas a situações semelhantes, a saber o desenvolvimento de infecções do trato urinário.

É esta dura realidade de conflitos e da vida em exílio, pouco compreendida por nós, que desfrutamos do privilégio de ir e vir e temos um lar para retornar a qualquer momento, que conduz a decisão de se arriscar tudo pela trilha do refúgio. Para compreender um pouco mais essa realidade, entre maio e setembro de 2016, viajei por sete países que fazem parte da atual trilha de refúgio: Turquia, Grécia, Hungria, Sérvia, Alemanha, França e Inglaterra. Nas próximas páginas, compartilho parte da viagem, meus encontros, percepções e relatos de histórias que me foram contadas. Como a Turquia foi o país em que passei mais tempo, aproximadamente dois meses, dedico mais espaço a esse país, onde Ocidente e Oriente se encontram. Finalizo com uma breve contextualização da situação dos sírios que buscam, e continuam a buscar, refúgio em Florianópolis. Consciente de que a experiência de refúgio está situada num contexto social, político e econômico, não sendo universal, e sim extremamente diversa e complexa, rica em nuances e particularidades pessoais, não clamo representar, de forma alguma, comunidades refugiadas.

2. Na trilha do refúgio

Da Turquia à fronteira entre Sérvia e Hungria, passando pela Grécia e Macedônia, a trilha do refúgio, conhecida na-

quela região como a rota dos Balcãs, é marcada por violência, cercas de arame farpado e fronteiras militarizadas. As medidas adotadas pelos países desta rota, as mesmas barreiras físicas ou as restrições políticas visavam conter o crescente movimento em massa de pessoas em busca de segurança e direitos humanos em países europeus, aprisionando-as em centros de detenção e submetendo-as à violência nas fronteiras.

Ao chegar a Istambul, na Turquia, país que abriga o maior número de refugiados no mundo, conheci diversas famílias, compostas por mulheres e homens que haviam saído de Damasco, Homs, Aleppo e de outras cidades sírias, em trajetos realizados a pé, de taxi e de ônibus, com uma única motivação em mente: atravessar a fronteira e pisar em solo turco, onde acreditavam que iriam encontrar proteção e direitos. Apesar de ser signatária da Convenção de Genebra de 1951²¹, relativa ao estatuto dos refugiados, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a Turquia não ratificou o protocolo de 1967²². Este protocolo removeu os limites geográficos do estatuto de 1951, que surgiu em resposta à Segunda Guerra Mundial, e somente reconhecia como refugiados pessoas de origem europeia, e universalizou os direitos daqueles que temem perseguição por motivo de raça, religião, nacionalidade, posicionamento político ou associação a determinados grupos sociais. Na prática

²¹ A Convenção de Genebra de 1951, também conhecida como a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados é um tratado global que define quem é um refugiado e quais são os direitos e deveres entre refugiados e os países de acolhida. Disponível em: [http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao relativa ao Estatuto dos Refugiados.pdf](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao%20relativa%20ao%20Estatuto%20dos%20Refugiados.pdf).

²² A Convenção de Genebra de 1951 restringia-se a refugiados europeus decorrentes da Segunda Guerra Mundial. O Protocolo de Nova Iorque de 1967 removeu os limites geográficos e temporais, expandindo a definição de quem vem a ser refugiado. Disponível em: [http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos Internacionais/Protocolo de 1967.pdf](http://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Protocolo_de_1967.pdf).

significa que, legalmente, refugiados sírios não são reconhecidos formalmente, uma vez que o país somente reconhece pedidos de refúgio oriundos de nacionalidades europeias. Como consequência, sírios são tratados como "convidados temporários" na Turquia, e não têm permissão para acessar emprego formal, salvo exceções específicas. Sírios também enfrentam dificuldades com relação ao acesso a serviços de saúde e educação, além de sofrerem discriminação e serem vistos como um problema social pelos residentes turcos.

Ainda assim, a vida em cidades oferece mais oportunidades aos refugiados. Nos bairros residenciais de Istambul, ao contrário da vigília que impõe restrições de movimento para fora dos perímetros dos campos, refugiados desfrutam de mais liberdade e até, em muitos casos, um senso de normalidade. Este senso de normalidade, que se distingue muito da normalidade da vida antes do refúgio, pode ser conquistado por meio de empregos e estabilidade financeira. Num primeiro momento, os jovens sírios, ao entrarem na Turquia, geralmente dividem apartamentos de dois ou três dormitórios com outras dez pessoas, na maioria das vezes desconhecidas. Assim, o aluguel fica mais barato, mesmo que as condições sejam longe de ideais. Após formarem redes de contato, serem empregados, até que de modo informal, e conquistarem certa autonomia, eles passam a dividir apartamentos com um, dois ou mais amigos. Esta progressão gradual, que para muitos é conquistada arduamente, possibilita a sensação de normalidade e de que a vida está caminhando para alguma direção.

No distrito turco de Fatih, mencionado no início deste texto, a vinda dos refugiados sírios foi seguida por uma vibrante mudança no contexto social e econômico da vizinhança, tradicionalmente conservadora. Ao se andar pelas ruas desse distrito, é possível ver restaurantes e outros comércios com placas em árabe, e não em turco. Muitas lojas com produtos típicos e tradicionais trazem um sabor conhecido e ajudam os refugiados a se sentirem mais próximos de casa.

Nas esquinas, a língua árabe também predomina nas conversas. A grande concentração da comunidade síria em determinadas áreas da cidade turca, aliada às necessidades que surgem em termos de aprendizado de línguas, geração de renda e outros processos de integração, proporcionou o surgimento de diversas organizações não governamentais com o objetivo de atender às necessidades da comunidade refugiada. Foi numa destas organizações, chamada Small Projects Istanbul (SPI), ou Pequenos Projetos Istambul, em tradução livre, que dediquei meu tempo e atenção enquanto na antiga Constantinopla. A organização funciona mais como um centro comunitário, onde a comunidade encontra segurança, projetos de inserção econômica, e integração cultural e social. No porão do SPI aprendi muito sobre as vidas em refúgio e tive a oportunidade de compreender um pouco melhor as histórias que moldam as particularidades da experiência do refúgio.

De todas as histórias que ouvi, desde a de uma mãe que segurou em seus braços o corpo sem vida de seu filho até as de meninas que viveram sob os horrores do Estado Islâmico em Raqqa, na Síria, uma em particular me marcou mais. Fatima, a mãe e esposa que viu sua família ser fragmentada em três países e levava em seu coração a dor pulsante da separação de seus filhos e seu marido. A dona de casa de Homes deixou seu marido, que teve de ficar na Síria para cuidar de seu pai enfermo, e partiu com seus quatro filhos rumo à Turquia. Com pouca roupa, comida e água, pois acreditava que a jornada levaria em torno de dois dias, a família passou 14 dias de fome, sede e humilhações constantes nos *checkpoints* do governo e de grupos de oposição, até chegar a território turco. Fatima ficou em Istambul com dois de seus filhos, enquanto os outros, menores de idade, continuaram a jornada. Os jovens atravessaram o Mar Egeu, entre a Turquia e a Grécia, num bote inflável, e depois continuaram o trajeto a pé até a Alemanha, onde pediram refúgio e foram alocados em abrigos para menores em diferentes cidades.

A dor diária da separação e da fragmentação de sua família, intensificada pela incerteza de uma futura reunião familiar em um único país, sob um único teto, atormentava Fatima e era perceptível em suas palavras e lágrimas, que escorriam enquanto conversávamos. Esta dor, frequentemente excluída das narrativas midiáticas e desconsiderada na resposta à crise dos refugiados, é comum a todas as pessoas que se viram, e se veem, forçadas a abandonarem seus lares e sua terra natal.

Aliados à dor, há o instinto de sobrevivência e a resiliência, que fortalecem a busca por refúgio. Entre os anos de 2015 e 2016, no pico da crise global dos refugiados, a Grécia e suas ilhas tornaram-se o grande portal de entrada para a Europa Ocidental, principalmente após a Chanceler Alemã, Angela Merkel, ter aberto as fronteiras do país em agosto de 2015 (EL PAIS, 2015). Esta medida política mobilizou um fluxo migratório histórico, marcado pela travessia, por mar e terra, de mais de um milhão de pessoas, que escapavam de guerras, da instabilidade política, de desastres e da pobreza em seus países de origem, na África e na Ásia. Como essas pessoas têm vistos de entrada em países europeus negados, elas conseqüentemente não conseguem embarcar em uma viagem, por via aérea ou terrestre, segura e regular, sendo então forçadas a rotas irregulares e extremamente perigosas.

Contam-me os sírios que, no auge da crise migratória de 2015, a praça em frente à estação de metrô de Aksaray, também localizada em Fatih, Istambul, tornou-se o ponto de encontro de milhares de sírios que procuravam fazer a travessia para a Grécia por mar. Nesta praça, as negociações com os "coiotes", traficantes de seres humanos que fazem parte da rede de tráfico responsável pela travessia, eram iniciadas. Os valores da negociação eram exorbitantes, alguns milhares de euros, e havia a incerteza se chegariam vivos ao outro lado. Da praça, partiam todas as madrugadas diversas vans abarrotadas de crianças, jovens, adultos e idosos que desejavam a qualquer custo pisar em solo euro-

peu. O destino das vans era principalmente a cidade de Es-
mirna, na costa turca, de onde partem os barcos rumo à
Grécia. Durante minha passagem pela Turquia, essa movi-
mentação já havia acalmado, e não pude testemunhar ne-
nhuma negociação à luz do dia. Porém, minha caminhada
pelas ruas ao redor da estação de Aksaray revelou mais do
que restaurantes de comida típica síria. Muito embora eu
não tenha presenciado o encontro de refugiados com os
traficantes de seres humanos, ainda havia vestígios das ne-
gociações para as travessias clandestinas pelo Mar Egeu:
em muitas lojas, o laranja fosforescente dos coletes salva-
vidas atraía olhares. Mais alarmante do que as cores neon dos
coletes, era saber que tais vestimentas, supostamente fabri-
cadas para salvar vidas, eram, na verdade, falsas. A maioria
dos coletes vendidos pelas ruas eram fabricados clandesti-
namente em garagens e porões de residências turcas, sem
a cobertura do material que impermeabiliza o colete e con-
fere o efeito flutuante do mesmo, responsável por salvar as
vidas de quem os vestia. Sem o revestimento impermeabili-
zante, os coletes se transformavam em armas letais, já que,
em caso de naufrágio, a espuma absorvia a água do mar
e, ao invés de boiarem, as pessoas afundavam mais rapida-
mente.

Ao ouvir este relato rico em detalhes, pensei que se tra-
tava de uma lenda urbana, exagerada pela boca que me
contava. Mas, para meu desapontamento, a história foi
confirmada em uma rápida busca na internet. Encontrei
uma matéria que confirmava essas denúncias relatando
que a polícia turca havia apreendido coletes fabricados nas
garagens clandestinas e prendido os responsáveis. Ao revisi-
tar meus pensamentos de dúvida, creio que não quis acre-
ditar que tal crueldade pudesse existir. Pensei que fosse uma
lenda, não por desacreditar na pessoa que compartilhava
o fato dos falsos coletes comigo, mas por me negar a acre-
ditar que existiam pessoas capazes de tal ato incons-
equente e de crueldade. Ao continuar a trilha pelo refúgio,

pude comprovar que tais atos de crueldade contra populações extremamente vulneráveis são muito mais comuns do que minha ingenuidade possa imaginar.

Após quase dois meses na Turquia, que também incluiu uma visita a Esmirna, fui à Grécia, passando pela ilha de Lesbos e chegando a Atenas. A beleza paradisíaca da ilha grega contrastava com a feiura do custo humano das guerras e dos conflitos. Ao visitar os costões por onde os barcos clandestinos carregados de crianças, mulheres e homens refugiados chegavam, era possível ver os restos emblemáticos da crise. As trilhas íngremes e estreitas, que ligavam o mar às estradas, estavam repletas de roupas, coletes salva-vidas, calçados e pedaços de barcos e botes, deixados para trás. Os campos de recepção, construídos por voluntários e organizações de resgate, haviam sido substituídos por precários centros de detenções, cercados por muros cobertos por arames farpados e sob o controle do exército. Outro contraste chamava atenção: a solidariedade e hospitalidade dos residentes, que participaram de inúmeros resgates no mar e abriram as portas de suas casas para acolher os recém-chegados. O que se contrapunha à resposta militarizada da União Europeia (UE) que, em julho de 2016, já havia fechado suas fronteiras.

O fechamento oficial das fronteiras e o aumento considerável do uso de tecnologias de controle de movimentação migratória ocorreu a partir de março de 2016, com a assinatura do infame acordo entre a UE e a Turquia. Esse acordo, assinado em Bruxelas por líderes europeus e pelo presidente turco Recep Tayyip Erdogan, prevê que todas as pessoas que realizaram a travessia de forma irregular para as ilhas gregas, incluindo solicitantes de refúgio e sobreviventes de guerra, sejam retornadas para a Turquia. Em troca, a UE pagaria €6 bilhões ao governo turco e facilitaria o visto de entrada dos turcos na UE. A troca também incluía a promessa de que, a cada retorno para a Turquia, um refugiado seria reassentado em um país da UE. A comercialização de refugiados, legitimada por esse acordo, gerou críticas duras à resposta humanitária derivada da UE e o medo entre as

populações migrantes, que temiam retornar à Turquia. O acordo continua ativo e controverso. Desde a sua implementação, os casos de deportações aumentaram drasticamente, assim como o número de pessoas presas nos limbos dos campos nas ilhas e cidades gregas.

Em Atenas, a situação já refletia a problemática deste acordo e tudo o que envolvia a resposta da UE à crise dos refugiados. O antigo aeroporto da capital grega em Ellinikon e o Complexo Olímpico haviam se transformado num grande centro improvisado, com condições insalubres e pouco espaço para caminhar e respirar, devido ao alto número de barracas montadas, umas ao lado das outras. As fileiras de barracas montadas nas calçadas eram separadas por cobertores e lençóis, numa tentativa, falha, de criar privacidade. Os cinco mil residentes temporários eram compostos majoritariamente por afegãos que, muito embora ainda sejam perseguidos e ameaçados por grupos terroristas no Afeganistão, não têm seus pedidos de refúgio reconhecidos, por seu país ser considerado seguro o suficiente para o retorno, segundo a UE. Duas opções lhes restavam: ou viviam no limbo da invisibilidade e do abandono na Grécia ou eram deportados para a instabilidade e a violência no Afeganistão.

Em minha visita ao aeroporto, transformado em abrigo provisório, conheci uma família afegã que se preparava para retornar a uma vila remota no Afeganistão, da qual eles haviam fugido anos antes devido à violência. À família foi oferecido, pela Organização Internacional das Migrações, um pacote financeiro que incluía passagem aérea e uma quantia irrisória para que eles reconstruíssem suas vidas na zona de conflito de que um dia escaparam. Encurralados por meses em barracas na Grécia e sem esperança de terem seu pedido de refúgio reconhecido por algum país da UE, eles decidiram aceitar o “retorno voluntário”, como essas negociações são comumente chamadas.

Outros grupos, formados por diferentes nacionalidades, arriscavam-se e continuavam a desafiante travessia a

pé. Com a crescente monitoração, o fechamento e a militarização das fronteiras, milhares ficavam presos em campos improvisados em regiões de trânsito, como Idomeni, na fronteira da Grécia com a Macedônia, e Subotica, na fronteira entre Sérvia e Hungria. Como a linha de trem entre Budapeste, capital húngara, e Belgrado, capital sérvia, encontrava-se interrompida para bloquear o trânsito de refugiados, ao invés de ir para a capital sérvia, fui para a região de fronteira entre os dois países. Após passar por dois controles rigorosos de imigração, que despertaram medo e tensão até em mim, que possuo passaporte válido, cheguei à cidade de Subotica. Para chegar à zona de trânsito, onde o campo que visitaria estava localizado, peguei um ônibus e caminhei três quilômetros sob um sol escaldante na área rural da Sérvia.

O campo fora construído nas margens da densa floresta de pinho e araucária que separa a Hungria da Sérvia. Assim, igualmente aos outros que já havia visitado, precariedade e abandono eram as marcas registradas. Aproximadamente 250 pessoas, incluindo famílias com crianças pequenas, estavam dormindo em barracas de lona e madeira, montadas diretamente sobre a terra, sem acesso a banheiros e chuveiros. Havia uma única torneira, compartilhada por todos. Nesta torneira, os homens faziam a barba, e as mulheres coletavam água para cozinhar. As crianças, por falta de banho e higiene pessoal, desenvolviam lesões de pele, e muitas apresentavam aparência cansada e doente. Por se tratar de uma população significativamente muçulmana e conservadora, as mulheres se viam mais afetadas pela falta de recintos privados, onde pudessem limpar-se, lavar-se e fazer suas necessidades. Para cozinhar, buracos na terra eram construídos; neles, colocava-se o carvão para fazer o fogo e a panela para preparar as refeições. Algumas famílias carregavam consigo utensílios de cozinha e outros itens básicos para sobreviver à travessia entre o Oriente Médio e a Europa, que tem duração variada, de meses a anos, dependendo do contexto.

Além de terem de dormir sob tetos de lona e sobre o chão duro, todos os dias a primeira visão, ao sair da barraca, e a última, ao entrar nela, era da cerca dupla de arame farpado construída em 2015 ao longo da fronteira da Hungria com a Sérvia e a Croácia. Diariamente, as pessoas que estavam abrigadas temporariamente naquele campo acordavam e iam dormir sabendo que sua presença não era bem-vinda e, pior, não faltariam recursos e medidas para bloquear a entrada delas no bloco europeu. A resposta humanitária do Primeiro Ministro da Hungria, Viktor Orban, relativa à movimentação em massa de pessoas em busca de refúgio e melhores condições de vida pela rota dos Balcãs, foi o fechamento da rota em março de 2016, por meio de barreiras físicas, do monitoramento das fronteiras com tecnologia de ponta e da forte presença militar e policial. Para Orban, que reforça o crescente movimento de extrema direita e anti-imigração no bloco europeu, refugiados e imigrantes, de uma forma geral, ameaçam a segurança nacional. Esses são comumente descritos como "intrusos", "terroristas em potencial" e "veneno" por políticos húngaros. Esta narrativa, que emprega violência e medidas punitivas contra refugiados e outros em movimento, contribui amplamente para a percepção global que desumaniza refugiados e, conseqüentemente, desqualifica-os como seres humanos merecedores de assistência humanitária e segurança.

A cena que mais marcou minha estadia na fronteira entre a Hungria e a Sérvia foi a de um grupo de cerca de dez ou doze homens de corpos magros e franzinos, pele azeitonada e face queimada do sol desaparecendo pela floresta. Eu havia notado a presença do grupo no centro de atendimento construído para atender as pessoas que se abrigavam no campo. Eu sabia que estavam de passagem, pois chegaram no início da tarde, a pé e com aparência cansada. Passaram algumas horas sentados no chão, alguns aproveitavam para recarregar seu celular e usar a internet, outros pude observar que costuravam suas mochilas. Ao final da tarde, como de costume, eu andava de volta à

casa onde me hospedava. Naquele dia, pude avistar em meu caminho o grupo de homens enfileirados à minha frente. Acelerei o passo para observá-los mais de perto. *Onde estariam indo?*, perguntei-me. *Será que estariam voltando para a cidade de onde vieram?*, minhas indagações continuaram. Em determinado momento, a resposta veio. Eles deixaram o estreito caminho de areia que corria ao lado da estrada de asfalto e entraram no gramado que fazia parte do plantio da área rural de onde estávamos. Após o desvio, eles se dividiram em duplas e se espalharam pelo campo. Eles caminhavam em direção à floresta, e cada dupla mirava uma entrada diferente. Então compreendi qual seria o destino deles. Naquela noite, iriam se arriscar e tentar atravessar a fronteira. No dia seguinte, não os vi de volta no centro. Nunca soube se alcançaram seu objetivo ou se foram presos pelos oficiais de imigração.

As medidas punitivas não eram restritas à Sérvia e à Hungria. Pelo contrário, o sentimento xenofóbico e a violência contra pessoas em movimento tornaram-se virais na Europa. Na França, não poderia ser diferente. Pude observar semelhantes medidas punitivas no campo de Calais, localizado na cidade francesa de mesmo nome e que era habitado, predominantemente, por jovens que almejavam fazer a travessia do Canal da Mancha rumo ao solo inglês. Antes de ser demolido pelo governo francês em outubro de 2016, uma média de 400 jovens arriscavam suas vidas diariamente, ao se esconderem no motor ou no interior de caminhões, em tentativas, por vezes mortais, de pisarem na Inglaterra para solicitarem refúgio ou viverem clandestinamente na periferia de Londres.

Calais era como uma prisão ao ar livre, de atmosfera intimidadora e condições deletérias, com ratos mortos em todas as ruas e banheiros químicos transbordando. Ainda assim, apesar das condições de vida adversas, havia certa organização social dos quase nove mil habitantes, população total na época em que visitei o campo. Cheguei na semana em que esquadrões da polícia francesa haviam interditado os restaurantes do campo, confiscando toda comida, água

e documentos de pessoas vulneráveis com recursos escassos. Até mesmo os alimentos do restaurante que oferecia refeições gratuitas para menores desacompanhados haviam sido confiscados, num ato de violência que provocou revolta e amplificou a destituição. Tensão e medo permeavam o campo. Ao interditar os restaurantes, as autoridades francesas não desejavam confiscar comida, sob justificativas higiênicas, mas sim desmembrar a organização social do campo.

Os restaurantes eram o coração comunitário do campo e ofereciam muitos mais que refeições tradicionais e bebidas. Eram santuários para residentes visivelmente exaustos e destituídos. Eram espaços seguros e convidativos, onde residentes podiam sociabilizar, formar laços de amizade e compartilhar histórias ao redor da mesa. Enfim, em tais espaços, havia um senso de comunidade, normalidade, conexão e apoio. Diante de tanta hostilidade, espaços de compartilhamento social têm uma função fundamental: possibilitam um sentimento de *pertencimento*, enquanto cultivam um nível mínimo de humanidade e sanidade para milhares de refugiados e imigrantes que são submetidos a medidas punitivas diariamente. A interdição dos restaurantes e o confisco da comida desestabilizaram a estrutura e a união social do campo, isolando pessoas na solidão de suas barracas.

Fica claro, ao viajar por alguns países que fazem parte da trilha do refúgio, compreender melhor os contextos políticos e ouvir incontáveis histórias de vidas em refúgio, que líderes políticos, com apoio de membros da sociedade e veículos midiáticos, ampliam restrições legais e políticas, negam direitos de proteção internacional a populações forçadas a deslocamento e paralisam a vida de milhares de pessoas em busca de refúgio. Esta resposta gera mais vulnerabilidade e sofrimento, intensificando e piorando a crise humanitária global da atualidade.

Por outro lado, em todas as cidades, vilas, e em todos os campos pelos quais passei, eu pude observar e participar

de ações de solidariedade e assistência humanitária. Inúmeras organizações, sociedades hospedeiras e vários voluntários se mobilizam e criam formas inclusivas de responder às necessidades das populações em busca de refúgio, por meio de redes de apoio, doações e iniciativas no âmbito educacional e de inserção laboral. Essas redes são construídas pelo entendimento de que todos nós fazemos parte de uma única humanidade e habitamos uma casa em comum. Por meio dessas redes, estabeleceram-se pequenos atos de bondade, doação e hospitalidade, que foram, e continuam a ser, essenciais na resposta à crise dos refugiados e nos processos de integração a comunidades hospedeiras.

3. Refugiados sírios em Florianópolis

A partir de 2013, em decorrência da Resolução Normativa N°20 de 21/09/2015 do Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), que facilita a concessão de visto a indivíduos forçosamente deslocados como resultado da Guerra Síria, refugiados começam a chegar ao Brasil, inclusive a Florianópolis. A primeira onda migratória a chegar à capital catarinense foi marcada por jovens sírios, de maioria muçulmana sunita, homens solteiros, e casados, mas que, inicialmente, chegaram sem suas esposas e famílias. Ao longo dos últimos quatro anos, a comunidade refugiada síria em Florianópolis cresceu, estabeleceu-se e sofreu algumas alterações demográficas. Atualmente, mulheres e núcleos familiares também compõem a comunidade, cuja população estima-se variar entre 150 e 200. Como não há órgão público nem instituição que monitore ou realize registro da presença de refugiados sírios na cidade, e como a população, por ter livre trânsito em território nacional, é flutuante, inexistem dados oficiais.

Diferentemente dos países que estão progressivamente fechando as fronteiras para refugiados e os criminalizando, o Brasil facilita, relativamente, o processo de concessão de visto aos sírios atingidos pelo conflito, possibilitando,

dessa forma, viagem segura e regular. Além disso, a eles é concedido o direito a trabalho, atendimento médico, educação, livre trânsito em território nacional e residência.

Parecido com a mudança causada pelos sírios em Fátih, Florianópolis também saboreia as delícias dos sabores árabes nos restaurantes que surgem, principalmente, no centro da cidade. Quibes e esfirras, sanduíches de *falafel* e *shawarma*, *tabouli* e *babaganoush*, assim como tantos outros pratos típicos enriquecem a culinária da cidade. Os restaurantes geram empregos tanto para refugiados como para brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento econômico e cultural de Florianópolis. Na capital catarinense, também é possível se ouvir o árabe nas prosas pela rua Conselheiro Mafra, local que concentra comerciantes libaneses e palestinos, que empregam os sírios. Apesar de todas as limitações e falhas, esta política de acolhimento, que permite o trabalho formal, reconhece a dignidade de refugiados. Quando há a possibilidade de trabalhar, sustentar a família e participar ativamente da construção da sociedade, há possibilidade de reconstruir a vida uma vez despedaçada pela guerra.

Entretanto, a reconstrução da vida, para refugiados, é um terreno árido que precisa de muito esforço para tornar-se fértil e produtivo. Ao chegarem a solo brasileiro, há obstáculos sociais, institucionais e culturais que, frequentemente, dificultam o acesso aos direitos ou não permitem total benefício do que lhes é oferecido. Por exemplo, os professores de uma escola que recebeu algumas crianças sírias desconheciam a origem desses alunos e o fato de eles não falarem a língua portuguesa. Muitos deles estavam frequentando as aulas sem terem sido alfabetizados em árabe e, muito menos, em português. Em certa ocasião, uma professora chegou a me perguntar se os pais haviam sido transferidos para o Brasil, imaginando que os alunos estavam na cidade por razões profissionais dos pais, e não em decorrência da guerra que destruiu sua terra natal. Atualmente, há mais esclarecimento sobre a temática do refúgio, muito embora ainda faltem iniciativas da Secretaria de Educação, tanto

estadual como municipal, e de escolas, visando integrar estudantes oriundos de outros países.

Para a população adulta, muitos dos desafios enfrentados giram em torno da língua e das consequências de não dominarem a língua da sociedade hospedeira. O aprendizado da língua portuguesa e a falta de acesso a cursos gratuitos que reconheçam as especificidades linguísticas e compreendam o contexto de populações em situação de refúgio tornaram-se obstáculos no processo de integração da comunidade ao longo dos últimos anos. Esses obstáculos não somente dificultam a comunicação ao acessarem o serviço de saúde, por exemplo, não conseguem articular plenamente a queixa principal, relataram qualquer histórico médico relevante e não compreenderem as recomendações médicas, mas também tolhem a inserção laboral na área de atuação em seu país de origem, a revalidação de diplomas e o retorno ao ensino universitário. Até o momento (2018), como o processo de revalidação de diplomas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está suspenso, nenhum refugiado sírio pode revalidar seu diploma universitário por essa universidade. E somente um sírio conseguiu transferência da matrícula, ingressando na UFSC em uma área distinta da qual estudava na Síria. Como resultado, de uma forma geral, aos profissionais qualificados e estudantes universitários que tiveram seus cursos interrompidos pela guerra, restam empregos no setor alimentício ou de roupas, que não dependam do domínio da língua portuguesa e de qualificações específicas.

Por mais que a concessão de vistos a comunidades que tiveram suas vidas destruídas por conflitos armados e violência generalizada, garantindo, assim, passagem segura, seja um passo essencial na resposta humanitária à crise global dos refugiados, é preciso também oferecer condições e desenvolver políticas públicas para que essas comunidades possam reconstruir suas vidas de forma plena e integral. A existência de leis internacionais de proteção e direitos constitucionais não garante a implementação dessas leis ou o usufruto de tais direitos. É necessário, portanto, sensibilizar a

sociedade hospedeira, desenvolver estratégias, e implementar programas de inserção laboral e projetos de integração cultural e social para reparar a dissonância entre papel e realidade.

Conclusão

Como podemos observar, pelas constantes violações de direitos humanos e leis internacionais de proteção a populações refugiadas, a comunidade global tem falhado na resposta humanitária aos refugiados e na garantia de sua proteção. Ao se priorizar o discurso de segurança nacional e demonizar refugiados nos veículos midiáticos, vidas humanas são perdidas e futuros são desperdiçados, gerando mais sofrimento e segregação social. Movimentos migratórios, sejam eles forçados ou voluntários, fazem parte da realidade global. Medidas punitivas, que objetivam paralisar tais movimentos e criminalizam-nos, geram mais tensão e instabilidade global, contribuindo para a polarização de sociedades. É necessário despertar para o fato de que a chamada crise dos refugiados não existe em um universo paralelo, e sim está situada num contexto global do qual todos nós fazemos parte. De uma forma ou de outra, querendo ou não, todos nós somos tocados, direta ou indiretamente, por este contexto global, seja de forma positiva ou negativa. A única resposta cabível, a meu ver, é a que reconhece a humanidade das populações em refúgio, que prioriza a vida humana e a manutenção da dignidade dos que perderam tudo. Entretanto, toda e qualquer resposta às crises fabricadas por guerras e pelo complexo industrial bélico são paliativas e não abordam a raiz dos conflitos, as potências globais envolvidas e o interesse financeiro que alimenta infindáveis conflitos.

No âmbito local, a vinda de refugiados sírios para a cidade de Florianópolis nos convida a refletir sobre a crise global e de que forma, individual e coletivamente, podemos contribuir para o alívio do sofrimento dos que se encontram

vulneráveis em nossa sociedade. Ao estreitar meus laços com a comunidade síria, descobri amizades e conheci seres humanos inspiradores, com histórias de vida que desafiaram minha percepção do problema e meus preconceitos relativos à cultura árabe e ao Islã.

Referências bibliográficas

CLAYTON, J., HOLLAND, H. Over one million sea arrivals reach Europe in 2015. **UNHCR**, 30 Dez. 2015. Disponível em: <https://www.unhcr.org/afr/news/la-test/2015/12/5683d0b56/million-sea-arrivals-reach-europe-2015.html>. Acesso em: 13 de março de 2020.

EL PAÍS. Alemanha facilita a chegada de refugiados sírios em seu território. **El País**, 26 ago. 2015. Internacional. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/25/internacional/1440537082_813286.html. Acesso em: 13 de março de 2020.

JANMYR, M. Precarity in Exile: The Legal Status of Syrian Refugees in Lebanon. **Refugee Survey Quarterly**. 35(4), p. 58-78, dez. 2016. DOI: 10.1093/rsq/hdw016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/311419575_Precarity_in_Exile_The_Legal_Status_of_Syrian_Refugees_in_Lebanon. Acesso em: 13 de março de 2020.

UNHCR. Global Trends: Forced Displacement in 2018. **UNHCR**, 2019. Disponível em: <https://www.unhcr.org/statistics/unhcrstats/5d08d7ee7/unhcr-global-trends-2018.html>. Acesso em: 13 de março de 2020.

UNHCR. Operational Portal: Refugee Situations. **UNHCR**, 03 jun. 2020. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/situations/syria/location/53>. Acesso em: 13 de março de 2020.

UNHCR. Syria emergency. **UNHCR**, 2020. Disponível em: <https://www.unhcr.org/syria-emergency.html>. Acesso em: 13 de março de 2020.

EDGAR MORIN, CHANLAT E INSTITUCIONALISTAS²³

Sergio Luis Boeira²⁴

Alessandra Knoll²⁵

Ivan Luis Tonon²⁶

Introdução

Esse artigo visou comparar a abordagem de Edgar Morin com perspectivas de autores já legitimados no campo dos estudos organizacionais, tendo em vista que a mesma ainda está em fase de emergência nesse campo e por isso é pouco conhecida entre pesquisadores das ciências da administração em geral. Optamos, nesse sentido, por tratar da contribuição de Jean-François Chanlat e do institucionalismo (considerando suas principais diferenças internas, como a do antigo e a do novo institucionalismo, bem como suas ramificações em várias ciências sociais). O pressuposto do qual partimos é o de que a perspectiva moriniana pode ser melhor compreendida, nesse campo de estudos, com tal paralelo comparativo.

Inicialmente, cabe ressaltar a relevância da obra de Edgar Morin para os estudos organizacionais, reconhecendo, por um lado, a extensão e a profundidade da produção epistemológica e teórica desse pensador inter e transdisciplinar (KOFMAN, 1996; FORTIN, 2005; RUIZ, 2005) e,

²³ Nota do organizador: os autores agradecem à Revista Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade pela sua anuência para que este artigo possa compor a atual coletânea, publicado originalmente no v.3, n.6 de abril de 2016.

²⁴ Doutor em Ciências Humanas pela UFSC, professor no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em Administração da UFSC, sbsergio762@gmail.com.

²⁵ Doutora em Administração pela UFSC, profaleknoll@gmail.com.

²⁶ Mestre em Administração pela UFSC. Técnico universitário na Universidade do Estado de Santa Catarina, ivan.tonon@udesc.br.

por outro, a crise existente no interior do campo de estudos organizacionais. Tal crise é analisada, por exemplo, em conhecido ensaio teórico de Reed (1999, p. 61), no qual o campo é concebido como fragmentado e “historicamente contestado”. Reed, partindo de uma noção de paradigma de Thomas Kuhn, considera que há uma crise epistemológica na teorização organizacional, em face da qual os pesquisadores vivem uma fase de ciência pós-normal ou revolucionária. Thoenig (2007), por sua vez, questiona o afastamento da análise organizacional no que tange às organizações públicas, enquanto cresce o número de pesquisas sobre organizações empresariais e sem fins lucrativos. Mas Thoenig limita sua abordagem a um enfoque disciplinar (sociologia organizacional ou teoria geral das organizações), diferentemente de Fadul e Mac-Allister da Silva (2008), que analisam os limites disciplinares e o desenvolvimento de abordagens inter, multi e transdisciplinares nos campos da administração pública e dos estudos organizacionais. Por ser a obra de Morin uma das mais densas produções inter e transdisciplinares atualmente disponíveis, com ênfase na ideia de organização, pretende-se contribuir com a inserção da mesma nos estudos organizacionais (sem desvinculá-los das organizações públicas).

Antes de apresentarmos a estrutura das seções, cabe destacar, ainda que brevemente, o que entendemos como ensaio teórico. Trata-se de forma moderna e muito comum de expressar ideias, nas ciências humanas e na filosofia. Com um ensaio teórico não se pretende comprovar algo empiricamente, mas interpretar e argumentar, de forma tão original e consistente quanto possível, sobre um fenômeno (revelando o que o fenômeno esconde), utilizando-se para isso tanto planejamento quanto intuição, reflexão e interpretação sistemática, ainda que fora do padrão e da lógica esquemática da ciência positiva. Inexiste metodologia específica para o ensaio. Meneghetti (2011, p. 325) observa que o diálogo entre epistemologias diferentes têm no ensaio um “campo fértil, sobretudo pela natureza de experimentação”. Tais características do ensaio teórico são adequadas

ao objetivo de comparar a abordagem de Edgar Morin com perspectivas de autores já legitimados no campo dos estudos organizacionais.

Estruturamos o texto segundo as seguintes seções: a) na primeira, tratamos de aspectos centrais da abordagem antropológica de Jean-François Chanlat, como as dimensões fundamentais ou esquecidas nas pesquisas sobre organizações, assim como a questão dos níveis organizacionais; b) na segunda seção, introduzimos a perspectiva de Morin, destacando a ambivalência, a ambiguidade e a complexidade do fenômeno organizacional; c) na terceira, ressaltamos o conceito de instituição (recorrendo a diversos autores) como base para uma análise de aspectos do velho e do novo institucionalismo; d) na quarta seção, examinamos as noções de ambiente, considerando a diversidade do institucionalismo nas ciências sociais e a crítica moriniana; e) finalmente resumimos as conclusões do estudo.

1. Fundamentação teórica

1.1 Chanlat: Dimensões esquecidas e níveis organizacionais

Chanlat (2000) procura compreender algumas dimensões fundamentais ou esquecidas nas pesquisas sobre organizações. Em uma reflexão de duas décadas sobre as relações entre as ciências sociais e o *management*, o autor apresenta os seguintes temas emergentes no século XXI, que ele denomina de dimensões fundamentais: a) retorno do ator e do sujeito (aqui o autor destaca a relevância da subjetividade, da imaginação, que têm sido marginalizadas pela ênfase nos aspectos econômicos e tecnológicos da gestão); b) retorno da afetividade (o autor destaca a relevância da dimensão afetiva na formação de grupos e a crítica ao dualismo cartesiano entre razão e paixões); c) retorno da experiência vivida (ele critica a distância entre o

discurso do *management* sobre o que é concebido e prescrito, por um lado, e, por outro, o que é vivido cotidianamente nas organizações); d) retorno do simbólico (Chanlat ressalta que o mundo das organizações é também um mundo de signos, de diferentes linguagens, um teatro em que se passam comédias, tragédias e dramas, uma realidade imaginária, conforme já havia destacado na primeira dimensão acima); e) retorno da história (o autor enfatiza que a história não está geralmente no centro das preocupações dos gestores, que são orientados pelo curto prazo, com tendência a eliminar a memória e a duração em proveito do imediatismo; a história é constitutiva da identidade dos indivíduos e das sociedades); f) retorno da ética (o autor destaca a ética como disciplina que busca interrogar as regras de conduta constitutivas da moral, que não se limita, portanto, à deontologia, e que está no cerne da política, etc.). Para Chanlat (2000), as organizações do século XXI têm como principais desafios a revisão do enquadramento do econômico no social e a preservação da natureza, a partir da reflexão ética.

As dimensões esquecidas emergem quando a análise do nível organizacional constituído pela organização é percebida como insuficiente para a compreensão das relações biopsicossociais, estruturais, simbólicas, ecogeográficas, econômicas e políticas que afetam a organização, bem como são potencialmente afetadas por esta. Na medida em que as organizações interagem por meios eletrônicos e meios de transporte formam-se redes organizacionais e interorganizacionais de diversos tipos e dimensões espaciais e/ou virtuais. Isolar ou abstrair deste contexto complexo uma organização qualquer para analisar sua estrutura e sua cultura, sua divisão de trabalho, seus recursos e funções, torna-se crescentemente um processo de simplificação, de disjunção entre níveis organizacionais.

O quadro a seguir resume características dos níveis organizacionais de acordo com a perspectiva de Chanlat (1996), embora contenha aspectos complementares de Morin e Kern (1995).

Quadro 1: Níveis de análise organizacional

Nível	Características
Indivíduo	É constituído pelo ser humano como ser biopsicossocial: podem ser realizadas análises enfatizando aspectos biológicos, psicológicos ou sociais, assim como as interfaces dos três tipos de aspectos, com peso maior para um ou outro.
Interação	Três tipos de relações: <i>self</i> -outro, ego-massa e nós-nós.
	A ordem organizacional é produto da interação de dois subsistemas: a) estrutural-material; b) simbólico. O primeiro remete às condições ecogeográficas, aos meios materiais para assegurar a função de produção de bens ou de serviços. O segundo subsistema remete ao universo das representações individuais e coletivas que dão sentido às ações, interpretam, organizam e legitimam as atividades e as relações que homens e mulheres mantêm entre si.
Sociedade	É um conjunto econômico, político, social e cultural, situado num contexto espaço-temporal. Também possui um subsistema estrutural-material e um subsistema simbólico que articulam as relações sociais entre os diferentes indivíduos e grupos. O nível da sociedade engloba, penetra e irriga o universo dos indivíduos, das interações e da organização – a sociedade é o sentido, domínio e condição do sentido. O processo de socialização ou aculturação condiciona o indivíduo aos seus grupos, ensina-lhe um conjunto de gestos, de atitudes, de comportamentos que lhe permitirão atuar em conformidade com as normas (escritas ou não), ser reconhecido como um integrante de grupos e distinguir-se das pessoas

	<p>pertencentes a outros grupos. Esse processo está na base da identidade e da alteridade.</p>
<p>Mundial ou Civilizatório</p>	<p>É, via de regra, constituído por uma rede de relações econômicas, sociais, políticas e culturais mais ampla que as sociedades nacionais. Por exemplo, pode-se considerar a existência das civilizações ocidental, africana, islâmica, sínica (chinesa), hindu, ortodoxa, latino-americana, budista e japonesa. No contexto atual, a globalização dos mercados é acompanhada por uma globalização dos contatos culturais, políticos, ecológicos, etc. A Terra-pátria vive uma agonia planetária (MORIN; KERN, 1995).</p>
<p>Complexidade e Inter-de- pendência</p>	<p>Esta interdependência precisa ser evidenciada, ainda que seja destacado um ou outro nível de análise. O paradigma da complexidade (MORIN; KERN, 1995) facilita a percepção da interdependência enquanto alerta para a necessidade de evitar-se a unilateralidade ou disjunção entre os níveis.</p>

Fonte: Elaboração própria, a partir de Chanlat (1996), Morin e Kern (1995).

Chanlat (2010, p. 150) argumenta que, ao longo das últimas três décadas, a dinâmica do capitalismo fez surgir uma "hegemonia tripla": a) "hegemonia do domínio econômico" com a lógica do mercado crescentemente mais forte; b) "hegemonia da empresa" que se afirma por influência do modelo empresarial privado sobre outros tipos de organizações; c) "hegemonia das categorias de pensamento gerencial" (CHANLAT, 2010, p. 150). Esta avaliação do autor parece contrária à ideia da emergência das dimensões esquecidas ou fundamentais, mas de fato o que ocorre é um paradoxo compreensível por meio do qual as duas tendências se afirmam e se confrontam, simultaneamente, gerando um contexto global que resiste às análises simplificadoras.

Sztompka (1998, p. 331) apresenta “as modernas teorias da agência” referindo-se às contribuições de diversos autores no âmbito da sociologia. Antes de apresentarmos o ponto de vista de Chanlat sobre a teoria da agência, convém, portanto, situá-la com a contribuição de Sztompka. Este trata do tema em cinco tópicos: a) Walter Buckley e o conceito de morfogênese; b) Alain Touraine, Michel Crozier e Erhard Friedberg: algumas contribuições francesas; c) Anthony Giddens e a ideia de estruturação; d) Tom Burns e o grupo Uppsala: a teoria dos sistemas normativos; e) Margaret Archer e a teoria da morfogênese aperfeiçoada.

A teoria da agência, tal como se desenvolveu e se instituiu no âmbito da economia (e não no contexto da sociologia), é analisada por Chanlat (2010, p. 152) “porque é particularmente influente em muitos conceitos gerenciais” e porque, sendo a base de uma “série de abusos”, tem sido impulsionada, com a atual crise econômica, pelas “loucuras cometidas pelos setores financeiros norte-americanos e internacionais durante a última década”. Chanlat (2010, p. 155) critica a teoria da agência que concebe a organização como “um lugar de custos de transação” e a relação comercial se resume a uma relação principal/agente, mandante/mandado. A empresa é percebida como uma “ficção jurídica, não tendo existência própria, e, portanto, fronteiras reais; especialmente a distinção mercado/organização [...] perde muito de seu significado” (CHANLAT, 2010, p. 156). Enfim, o autor questiona, antropologicamente, a concepção de *homo economicus* reafirmada por esta teoria pelo fato de ser uma abordagem que simplifica a gestão ao marginalizar ou relegar ao esquecimento dimensões fundamentais da natureza humana nas organizações.

Na teoria da agência desenvolvida na economia e analisada sob o ponto de vista da antropologia de Chanlat destacam-se as seguintes conclusões: há uma visão empobrecida da ação humana e o ser humano ou o agente é concebido sem vida afetiva, sem raízes sociais, sem cultura, sem história, como um ser amoral. O autor, ao final, destaca a necessidade de “a ciência da ação organizada” refletir

sobre ação humana tendo como objetivo comum “a segurança da Natureza e da Humanidade” (CHANLAT, 2010, p. 181).

Ao referir-se às contribuições francesas às teorias da agência no âmbito da sociologia, Sztompka destaca Touraine e sua crítica ao estruturalismo com a ênfase na volta do ator, que faz sua própria história. Touraine acentua a relevância dos movimentos sociais, da ação coletiva. Trata-se de um ponto de vista que se aproxima da abordagem de Chanlat. Outros dois autores que Sztompka destaca são Michel Crozier e Erhard Friedberg, sociólogos das organizações. Eles consideram que os atores não existem fora de um sistema que determine o alcance de sua liberdade, mas, por outro lado, tal sistema não existe sem os atores que o produzem, o sustentam e o modificam, o que converge com a teoria da estruturação de Giddens, além de se aproximar ao enfoque de Chanlat.

Ao combinar a crítica de funcionalismos e estruturalismos, Giddens “chega a negar a adequabilidade da própria noção de estrutura” (SZTOMPKA, 1998, p. 335). Ele enfatiza a natureza fluida, permanentemente mutável e totalmente contingente da realidade social. Outro aspecto que parece convergir com a abordagem de Chanlat é que, para Giddens, é relevante a constituição corpórea ou biológica dos agentes humanos, com sua inevitável inserção no tempo e no espaço. Esta aproximação entre Chanlat e Giddens é significativa na medida em que o sociólogo britânico exerceu forte influência sobre o chamado novo institucionalismo, o que será retomado logo adiante.

Em capítulo que analisa o panorama da produção sobre análise das organizações em língua francesa contemporânea (1950-2000), Chanlat (2006) destaca as correntes da análise estratégica, da análise sociocultural, da análise psicossociológica, a corrente acionalista, a sistêmica, a sociopolítica, a antropológica, a comunicativa e a epistemológica. A noção de análise institucional consta como uma ramificação da análise psicossociológica, com enfoque crítico das instituições, herdeira, assim como a socioanálise,

“dos acontecimentos sociais do final dos anos 1960, particularmente da influência que as manifestações de maio de 1968, na França, exerceram sobre a psicologia social” (CHANLAT, 2006. p. 34). Sobre análise institucional e socioanálise como parte da corrente psicossociológica, caberia considerar, entre outras, a contribuição de Petit e Dubois (1998). Para os propósitos desse ensaio, contudo, é suficiente ressaltar que na tradição greco-latina, diferentemente do que, via de regra, ocorre na tradição anglo-saxônica (WESTRUM; SAMAHA, 1984; PERROW, 1986), a análise institucional reveste-se de uma interpretação mais crítica que leva em consideração a tensão entre o instituído e o instituinte, a questão do poder (LOUREAU, 1970; LAPASSADE, 1977; CASTORIADIS, 1982), o que será retomado ao tratarmos do conceito de instituição.

Quanto à corrente epistemológica, cabe observar que Séguin e Chanlat (1992, p. 70) fazem uma breve abordagem sobre “le paradigme de la complexité”, afirmando que Michel Serres e Edgar Morin são dois dos principais representantes desse novo e emergente paradigma que visa unir o que a sociedade tem separado: ordem e desordem, ciências humanas e ciências naturais.

1.2 Morin: complexidade do fenômeno organizacional

Para Morin o fenômeno organizacional é caracterizado pela complexidade assim como a complexidade de que ele trata tem no seu cerne a auto-eco-organização:

[...] O imperativo da complexidade é, também, o de pensar de forma organizacional; é o de compreender que a organização não se resume a alguns princípios de ordem, a algumas leis, a organização precisa de um pensamento complexo extremamente elaborado. Um pensamento de organização que não inclua a relação auto-eco-organizadora, isto é, a relação profunda e íntima com o meio ambiente, que não inclua a relação hologramática entre as partes e o todo, que não inclua

o princípio de recursividade, está condenado à mediocridade, à trivialidade, isto é, ao erro. (MORIN, 1998, p. 192, 193).

A lista de temas emergentes ou dimensões esquecidas nas organizações encontra ressonância nas ideias de Morin, expostas ao longo de várias décadas de sua produção, ainda que não tenha uma relação direta com o universo das organizações em sentido reificado ou hipostasiado (como empresa ou firma). Com efeito, a obra de Morin trata do fenômeno organizacional mais do que das organizações. A organização a que ele se refere, com frequência, é a sociedade nacional ou mundial, o Estado-nação, os movimentos sociais e partidos políticos, enfatizando suas crises e contradições, ou relações de ordem-desordem-reorganização, a dinâmica organizacional. O autor trata da complexidade que se inscreve no fenômeno organizacional, que por sua vez está presente em todas as instâncias e relações do universo organizacional e interorganizacional.

Numa das raras vezes que se deteve no tema empresa, Morin escreveu o seguinte:

[...] Não temos de um lado o indivíduo, de outro a sociedade, de um lado a espécie, do outro os indivíduos, de um lado a empresa com seu diagrama, seu programa de produção, seus estudos de mercado, de outro seus problemas de relações humanas, de pessoal, de relações públicas. Os dois processos são inseparáveis e interdependentes (MORIN, 2007, p. 87).

Estes dois processos a que se refere o autor são os relativos aos aspectos internos e externos às organizações. A dinâmica organizacional é vista por meio de três causalidades interligadas: linear, retroativa e recursiva, que proporcionam a integração dos processos internos e externos. Vejamos como o autor sintetiza estas três causalidades:

[...] Primeiro ângulo: a causalidade linear. Se uma dada matéria-prima, ao sofrer um dado processo de transformação, produz um dado objeto de consumo,

este movimento se inscreve numa linha de causalidade linear: tal causa produz tais efeitos. Segundo ângulo: a causalidade circular retroativa. Uma empresa tem necessidade de ser controlada. Ela deve efetuar sua produção em função das necessidades externas, de sua força de trabalho e de suas capacidades energéticas internas. Ora, nós sabemos – já há cerca de quarenta anos, graças à cibernética – que o efeito (uma boa ou má venda) pode retroagir para estimular ou fazer regredir a produção de objetos e de serviços na empresa. Terceiro ângulo: a causalidade recursiva. No processo recursivo, os efeitos e produtos são necessários para o processo que os gera. O produto é produtor do que o produz (MORIN, 2007, p. 86-87).

As três causalidades “se encontram em todos os níveis de organizações complexas” (MORIN, 2007, p. 87). O autor compara o organismo humano, a sociedade e a empresa, ao considerar estas formas de organização complexas, em que o todo está na parte que está no todo. No organismo humano, cada célula contém a totalidade do código genético. Na sociedade, desde a infância o conjunto organizacional se imprime na mente da criança pela educação familiar e pela educação escolar. São “sistemas extremamente complexos onde a parte está no todo e o todo está na parte. Isso é verdade para a empresa que tem suas regras de funcionamento e no interior da qual vigoram as leis de toda a sociedade” (MORIN, 2007, p. 88). A consequência maior desta reflexão é a de que o isolamento da organização, para fins de análise ou de prescrição visando uma eficiente divisão de trabalho, pressupõe uma simplificação epistemológica, uma disjunção entre a organização e seu entorno (histórico, social, ecossistêmico) e favorece uma percepção limitada da complexidade dos seres humanos, ou seja, da natureza humana (MORIN, 1973), no interior das organizações. Neste aspecto encontramos o ponto de contato entre as abordagens de Morin e de Chanlat. Este último ressalta diferentes níveis organizacionais (conforme quadro 1), a interdependência e a complexidade entre eles, enquanto o primeiro ressalta as ambivalências, as múltiplas

causalidades (linear, retroativa, recursiva) entre as diversas realidades do fenômeno organizacional, considerado unomúltiplo.

Para Morin, a burocracia é vista como sinônimo de administração e é considerada ambivalente:

[...] A burocracia é racional porque aplica regras impessoais válidas para todos e assegura a coesão e a funcionalidade de uma organização. Mas, por outro lado, esta burocracia pode ser criticada como sendo um puro instrumento de decisões não necessariamente racionais. A burocracia pode ser considerada um conjunto parasitário onde se desenvolve toda uma série de bloqueios, de atravancamentos que se transformam em fenômeno parasitário no seio da sociedade (MORIN, 2007, p. 90-91).

Para Morin, o problema da burocracia se apresenta sob o duplo ângulo do parasitário e do racional. O autor questiona a sociologia por não ter rompido a barreira entre estas duas dimensões e afirma que o problema "deve ser colocado antes de mais nada em termos fundamentais no plano da complexidade" (MORIN, 2007, p. 91).

Na empresa, segundo o autor, o "vício da concepção tayloriana do trabalho foi o de considerar o homem unicamente como uma máquina física" (MORIN, 2007, p. 91). Num segundo momento, diz o autor, compreendeu-se também que há um homem biológico, adaptando-se o mesmo ao seu trabalho e as condições de trabalho a esta concepção biológica do humano. Depois, ao se compreender que existe um

[...] homem psicológico, frustrado pela divisão do trabalho, inventou-se o enriquecimento das tarefas. A evolução do trabalho ilustra a passagem da unidimensionalidade para a multidimensionalidade. Estamos apenas no início deste processo (MORIN, 2007, p. 91).

Segundo Morin, as relações no interior de uma organização ou empresa, assim como de uma sociedade, são simultaneamente complementares e antagônicas e tal “complementaridade antagônica” está “baseada numa ambiguidade extraordinária” (MORIN, 2007, p. 91). Isto porque “as organizações têm necessidade de ordem e necessidade de desordem” (MORIN, 2007, p. 89). Esta conclusão está baseada numa concepção complexa da organização (física, biológica, antropossocial), para a qual não há receita de equilíbrio além da regeneração permanente:

[...] Toda organização, como todo fenômeno físico, organizacional e, claro, vivo, tende a se degradar e a degenerar. O fenômeno da desintegração e da decadência é um fenômeno normal. [...] Não há nenhuma receita de equilíbrio. A única maneira de lidar contra a degenerescência está na regeneração permanente, melhor dizendo, na atitude do conjunto da organização a se regenerar e a se reorganizar fazendo frente a todos os processos de desintegração (MORIN, 2007, p. 89).

A partir do que foi exposto, constatamos convergência e complementaridade significativas entre as abordagens de Chanlat e Morin. Pois bem, a seguir, questionamos: como se apresenta o institucionalismo e suas variantes, nesse contexto? Até que ponto a perspectiva institucional poderia representar uma resposta confiável aos desafios das relações de ordem-desordem-reorganização, segundo a perspectiva moriniana?

1.3 Instituição e Institucionalismos

O conceito de instituição é “impreciso” e tem um “duplo sentido” (BARBIER, 1985, p. 129): por um lado, designa um estabelecimento ou organização, um sistema honorífico, um serviço público, um símbolo nacional, uma nova disciplina científica, um sistema jurídico, etc. Por outro, “a instituição

está em tudo, pois tanto se pode falar em nível geral (as instituições da república) como em nível pessoal" (BARBIER, 1985, p. 129), como na limitação psicológica derivada de tabus ou sistema de parentesco. A instituição se encontra sem descontinuidade no macro e no microsocial, "com um simbolismo quase sempre inconsciente e mesmo assim bastante impositivo" (BARBIER, 1985, p. 129).

Etimologicamente, instituição significa o que está estabelecido, derivando do latim *instituere* (colocar em). Em sentido próprio e figurado, esse termo significa estabelecer, construir, preparar, fundar, regulamentar, dispor, começar, empreender, resolver-se a, adestrar, ensinar, instruir. Barbier conclui que tal riqueza etimológica torna o conceito ambíguo, concordando com autores como Lourau (1970) e Castoriadis (1975) que analisaram detidamente a genealogia do conceito. Castoriadis critica a visão econômico-funcional, dominante, que visa explicar a existência da instituição e "suas características (idealmente, até os mínimos detalhes) pela função que a instituição preenche na sociedade e as circunstâncias dadas, por seu papel na economia de conjunto da vida social" (CASTORIADIS, 1982, p. 140. Grifos dele). Ele contesta essa visão na medida em que a mesma se limita a reconhecer as funções vitais das instituições na sociedade, esvaziando seus aspectos simbólicos e viabilizando, assim, um processo de autonomização das instituições com relação à sociedade. A visão funcionalista, segundo Castoriadis, tanto na vertente liberal quanto na marxista, apresenta-se como tendo acesso à realidade das necessidades sociais, mas o faz na medida em que minimiza o simbolismo (tornando-o funcional às instituições). Enfim, para Castoriadis (apud BARBIER, 1985, p. 132), a instituição é "uma rede simbólica, socialmente sancionada, na qual se combinam em proporções e relações variáveis um componente funcional e um componente imaginário". Para o filósofo grego há uma tensão histórica permanente entre sociedade instituída e sociedade instituinte.

Um outro autor que muito contribui para o debate sobre a ambiguidade do conceito de instituição é Alberoni

(1991), para quem o objeto central de estudo é o estado ou condição nascente. Ele mostra, inicialmente, que a polaridade entre o instituído e o não-instituído ou instituinte não é nova, aparecendo com frequência nas obras de diversos autores. Abaixo, apresentamos um quadro sinótico dessas polaridades ou classes de fenômenos sociais:

Quadro 2: Fenômenos sociais instituintes e instituídos

Weber	Poder carismático, extraordinário, com base na fé da revelação.	Poder patrimonial e burocrático ligado à ordem da estabilidade e da vida cotidiana.
Tönnies	Comunidade, com base na vontade essencial.	Sociedade, com base no contrato.
Durkheim	Estados de ebulição coletiva, período de criação e renovação.	Períodos estáveis, organizados, com base na solidariedade mecânica ou orgânica.
Simmel	Desenvolvimento social como contínua erupção da vida	Cristalização de formas estabelecidas.
Marx	Períodos em que uma nova classe social se sobressai na história, graças a movimentos e revoluções.	Períodos de estabilidade e conservação.
Nietzsche	Momento dionísíaco, baseado na música, nos instintos, no entusiasmo e no excesso.	Momento apolíneo, baseado no equilíbrio formal e no comedimento.
Bergson	Moral e religião abertas, com base no impulso vital, na paixão, na criação e no amor.	Moral e religião fechadas, com base na repetição e no hábito.

Sartre	Sociedade revolucio- nária, da fusão.	Sociedade serial.
Man- nheim	Pensamento utópico, dirigido para aquilo que não existe na situa- ção atual.	Pensamento ideológico, que justifica o existente.

Fonte: Elaboração própria a partir de Alberoni (1991, p. 16, 17).

Segundo Alberoni, o estado nascente é uma experiência cognoscitiva, que se processa no interior do indivíduo, uma metanoia que o indivíduo pode analisar, narrar. É um fenômeno ao mesmo tempo individual e coletivo, pois ao viver tal experiência o indivíduo tende a formar um campo de solidariedade intenso, com uma capacidade de renovação, de risco, que rompe com a vida cotidiana, acionando um núcleo social, em que os indivíduos se reconhecem uns aos outros, exercendo uma ação de mobilização e direção. O estado nascente “não é uma condição mental que o indivíduo alcança com determinadas práticas. É uma subversão, uma guinada, um novo modo de olhar para o mundo e para si próprio” (ALBERONI, 1991, p. 13). A unidade elementar do movimento, segundo o autor, não é o chefe. É o pequeno grupo formado “quando duas ou três pessoas no estado nascente se encontram, se reconhecem, se identificam e começam a elaborar uma ação comum” (ALBERONI, 1991, p. 13).

Os grandes movimentos apenas surgem quando, no sistema social, estão maduras as condições econômicas, sociais e culturais que viabilizam a emergência de muitos e simultâneos processos de estado nascente.

Para o autor, o “*movimento é o processo histórico que vai do estado nascente à instituição e que acaba quando a instituição já está consolidada e mais uma vez só representa o cotidiano*” (ALBERONI, 1991, p. 14. Grifos dele). Há dois polos opostos: o estado nascente e a cotidianidade. Entre tais polos o movimento e a instituição que ele gera representam a ponte.

O autor conclui que

[...] O estado nascente emerge rasgando a vida cotidiana, como acontecimento revolucionário. Através do movimento, gera a *instituição*, que guarda no coração algo do estado nascente, de que é herdeira e guardiã. Finalmente, até esta energia desaparece e só fica a mera repetição, o hábito, a forma desprovida de significado. (ALBERONI, 1991, p. 14).

A reflexão de Alberoni se encaminha para a distinção entre dois tipos principais de instituição derivadas da experiência fundamental do estado nascente: as instituições de reciprocidade e as de dominação. Entre estes dois tipos ideais, diversos outros são elaborados.

Diferentemente de Alberoni e Castoriadis, que raramente são tomados como referência por autores institucionalistas no campo dos estudos organizacionais, Berger e Luckmann, especialmente a obra *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*, já em sua 23ª edição, é um referencial constante. Para Berger e Luckmann (2003, p. 79), “a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores”. Afirmam também que as instituições, pelo simples fato de existirem, “controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis” (Ibid, 79-80). Institucionalistas como Tolbert e Zucker (1998, p. 207), por exemplo, analisam, a partir da obra de Berger e Luckmann, os “processos inerentes à institucionalização”, destacando a “habitualização”, a “objetificação” e a “sedimentação”.

Feita essa introdução à complexa ideia de instituição, passamos agora às características centrais do institucionalismo, destacando aspectos históricos e conceituais. De acordo com Fonseca (2003, p. 48) o chamado neoinstitucionalismo tem conquistado destaque no campo dos estudos organizacionais desde meados da década de 1980, sendo apontado na literatura especializada como tentativa de

contraposição ao modelo racionalista e seu foco nas exigências técnicas dos processos gerenciais e produtivos, voltando-se para o “exame de redes de ação das organizações”. A reconceituação do ambiente teria sido, segundo Scott (1981), a grande contribuição dos seguidores da abordagem institucional para o tratamento de questões organizacionais. Entretanto, veremos adiante que tal reconceituação se apresenta, em nossa avaliação e à luz das contribuições de Chanlat e Morin, como uma das fragilidades desta abordagem.

Por enquanto, cabe observar aspectos que distinguem o “antigo” do “novo” institucionalismo. De acordo com Fonseca,

[...] a origem da chamada abordagem institucional, ou neoinstitucionalismo, remonta a alguns conceitos formulados no final do século XIX, sob o impulso dos debates empreendidos na Alemanha acerca do método científico. Na antiga tradição da economia, representada por Thorstein Veblen, John Commons e Westley Mitchel, da sociologia de Émile Durkheim e Max Weber, na reação da ciência política aos excessos da revolução behaviorista e, mais tarde, nos esforços de funcionalistas como Talcott Parsons e Philip Selznick em compreender a relação existente entre política, economia e sociedade, encontra-se a base do renovado empenho pela procura de respostas para as eternas dúvidas sobre o modo como as escolhas sociais são modeladas, mediadas e canalizadas pelos arranjos institucionais [...] (FONSECA, 2003, p. 48).

Esses aspectos a respeito da origem histórica do institucionalismo sinalizam uma certa ambivalência epistemológica entre as contribuições de autores clássicos, como Durkheim, representante do positivismo (do qual descende o funcionalismo), e Weber, representante da hermenêutica (e da fenomenologia), conforme a densa análise destes autores proporcionada por Domingues (2004). Não é de estranhar, portanto, que, como afirmam Tolbert e Zucker (1998, p. 197), “há pouco consenso sobre a definição de conceitos-

chave, mensurações ou métodos no âmbito desta tradição teórica".

Seguindo a argumentação de Fonseca (2003, p. 49), o neoinstitucionalismo representa uma "tentativa de continuação" da sua versão mais antiga, e não apenas uma nova roupagem. Apesar disso, divergências também existem entre as duas perspectivas. A autora destaca as seguintes divergências: a) orientação política do antigo institucionalismo, expressa na ênfase dada ao "conflito de interesses na formulação da ação organizacional, pouco considerado no tratamento atual" (FONSECA, 2003, p. 49); b) conceito de ambiente, concebido como "componente constitutivo da organização pela nova geração" (FONSECA, 2003, p. 49), enquanto no antigo institucionalismo era "mero campo fornecedor de elementos de cooptação" (FONSECA, 2003, p. 49); c) transição do pensamento com base na "teoria da ação parsoniana, arraigada na abordagem freudiana do ego, para a utilização dos princípios da teoria da ação prática, originária da etnometodologia e da revolução cognitiva da psicologia" (FONSECA, 2003, p. 49).

Enquanto Fonseca (2003) defende a abordagem neo-institucionalista, Misocky (2003) a critica, concebendo a obra de Parsons como base tanto do antigo quanto do novo institucionalismo, visto a partir da contribuição de Di-Maggio e Powell.

A abordagem crítica de Misocky (2003, p. 165-166) é baseada na contribuição de Bourdieu. Ela conclui que a perspectiva institucional focaliza "resultados, em realidades fenomênicas", e que, segundo tal enfoque, os "agentes são fenômenos da estrutura", a "ação é igual a comportamento social, é reativa e adaptativa", a "organização é reificada", os "sistemas culturais estruturam o campo organizacional"; o campo é concebido como um "agregado de organizações em conflito ou cooperação a partir de influências do ambiente" e como um conjunto de "sistemas de regras compartilhadas"; a autora conclui também que a perspectiva institucional ressalta a "homogeneidade", a "legitimidade das estruturas existentes" e que "o campo organizacional está

em um ambiente reificado". Para ela, a perspectiva institucional destaca a "fase de estruturação" das organizações seguida de institucionalização e a "estabilidade evolutiva das estruturas". Por fim, considera que, enquanto na obra de Bourdieu há uma "articulação dialética entre objetivismo e subjetivismo", na perspectiva institucional existe um "objetivismo"; enquanto a perspectiva de Bourdieu é concebida como "construcionismo estruturalista ou estruturalismo construcionista", a perspectiva institucional é caracterizada pelo "positivismo sistêmico". Mangi (2009), por sua vez, amplia o argumento de Misocky, dizendo que o institucionalismo, ao abrir espaço para as metáforas cognitivistas dos modelos mentais (*scripts* e *schemas*), ao invés de adotar a noção de *habitus*, reforça algumas dicotomias das ciências sociais, como agência/estrutura e indivíduo/sociedade.

Machado-da-Silva, Guarido Filho e Rossoni (2006) avançam numa direção diferente de Misocky, sem desconsiderar totalmente a contribuição de Bourdieu e a ênfase nas relações de poder, à medida que tomam como referência a teoria da estruturação de Giddens. Nesta teoria, considera-se estrutura o

[...] conjunto de regras e recursos implicados, de modo recursivo, na reprodução social; as características institucionalizadas de sistema sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e do espaço (GIDDENS, 1989, p. XXV).

A abordagem de Giddens e a de Morin se aproximam, parcialmente, na consideração da recursividade dinâmica entre os agentes ou sujeitos e as estruturas nas quais estão inseridos, sendo por elas parcialmente condicionados, influenciados, assim como habilitados. Ainda que Giddens esteja aberto ao diálogo entre sociólogos e geógrafos, ele faz uma distinção entre ciências sociais e ciências naturais que Morin busca ultrapassar pela dialógica recursiva, pela consideração da inter e da transdisciplinaridade como um desafio maior e mais contemporâneo do que a demarcação

das diferenças, o que poderia reforçar a disjunção, à separação já instituída entre ciências sociais e naturais.

Morin, diferentemente de sociólogos que se limitam às relações entre indivíduo e sociedade, elabora sua teoria da organização complexa associando e distinguindo quatro níveis de organização: a) no sistema físico (átomo); b) no sistema vivo (célula); c) no sistema social (cultura, associação); d) no sistema de ideias (noosfera). Na sua sociologia (1998), o autor relaciona o microsocial ao macroplanetário, criticando a cientificidade limitada da sociologia parcelar e abstrata que se instalou

[...] numa banda média, um *middle-range* de onde perdeu a vista do concreto, dos acontecimentos, dos fenômenos, da vida cotidiana, do presente, e ao mesmo tempo perdeu a vista dos grandes problemas antropossociais (MORIN, 1998, p. 13).

Nord e Fox (2004) analisam, por outro lado, o processo de desaparecimento do indivíduo nos estudos organizacionais, que desde a década de 1970 passam a enfatizar o indivíduo no seu contexto físico ou social, com crescente relevância destes aspectos sobre o indivíduo. No caso do novo institucionalismo, que enfatiza as organizações nos setores, distinguindo-se do velho institucionalismo, que enfatiza a análise das organizações tomadas individualmente, nota-se também um processo senão de desaparecimento pelo menos de minimização da relevância do indivíduo. Para Chanlat (1996), como vimos, analisar a dimensão esquecida do indivíduo, como um ser biopsicossocial, continua relevante, assim como para Morin (2002; 2005).

A partir do exposto acima, sem entrar aqui no debate sobre diferenças de enfoque crítico entre Morin, Bourdieu e Giddens (o que por si só representaria um desafio para um ensaio teórico específico), pode-se deduzir que, enquanto para os institucionalistas a institucionalização das organizações é uma resposta adequada ao desafio das relações ordem-desordem-reorganização, resultando em estabilidade

e sobrevivência, para um enfoque crítico moriniano tal resposta é inadequada, limitada e unilateral. Para Morin, não há progresso ou desenvolvimento sem regressão e destruição, especialmente desde o final do século XVIII. Há uma policrise, não um único ou maior problema a ser tratado isoladamente. Nem mesmo o problema da tecnociência, que “depende do conjunto da civilização que hoje depende dela” (MORIN; KERN, 1995, p. 98). O autor percebe profunda e complexa crise onde o enfoque institucionalista tende a ver estabilidade e sobrevivência. “Trata-se de diminuir a marcha para evitar ou uma explosão, ou uma implosão. Trata-se de desacelerar para poder regular, controlar e preparar a mutação. A sobrevivência exige revolucionar o devir” (MORIN; KERN, 1995, p. 100). A seguir, para uma compreensão mais ampla do institucionalismo sob a perspectiva moriniana, destacam-se as noções de ambiente.

1.4 Ambiente, Institucionalismo nas Ciências Sociais e a Crítica Moriniana

Caldas e Fachin (2007) consideram que o funcionalismo ainda representa a ortodoxia no campo dos estudos organizacionais. Também consideram que uma das teorias que o funcionalismo gerou desde o início da década de 1980 foi o neoinstitucionalismo e que no Brasil há uma lacuna de estudos sobre os últimos desdobramentos do paradigma funcionalista. Os autores destacam a contribuição de Machado-da-Silva no contexto brasileiro, por defender uma perspectiva estrutural-fenomenológica para o neoinstitucionalismo, visando superar diversas dicotomias nos estudos organizacionais, como a dicotomia entre determinismo e voluntarismo (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010). No trecho abaixo fica claro o posicionamento

[...] a favor de uma abordagem recursiva do processo de institucionalização, ressaltando que as noções de estrutura, agência e interpretação são mais apropriadamente tratadas quando definidas como

elementos fundamentais da institucionalização como processo recorrente, garantido e condicionado, não determinado, por certo grau de estabilização dos sistemas sociais (MACHADO-DA-SILVA; FONSECA; CRUBELLATE, 2010, p. 78).

Tomando como referência Selznick (1996), Fonseca (2003, p. 49) destaca a legitimidade como “imperativo” organizacional, “o reconhecimento da estrutura formal como produto institucionalizado e, portanto, fortemente adaptativo às influências ambientais pelos adeptos do neoinstitucionalismo”. Fonseca (2003, p. 49) acentua que a principal contribuição dos neoinstitucionalistas à teoria organizacional é a “ênfase na influência do ambiente, ao colocar a legitimidade e o isomorfismo como fatores vitais para a sobrevivência das organizações”. A autora conclui, a respeito da relação entre organização e ambiente, que as escolas estruturalista, comportamental e contingencial, ou mesmo a ecologia populacional, não “conseguiram explicar satisfatoriamente essa relação” [...] “por visualizarem o ambiente apenas como categoria residual formada por dimensões objetivas, como recursos materiais” (FONSECA, 2003, p. 49).

Com base em diversos autores neoinstitucionalistas, Fonseca (2003, p. 55) distingue dois tipos de ambiente (e por consequência dois tipos de isomorfismo), da seguinte forma: o ambiente técnico é definido como aquele que se baseia na troca de bens e serviços e no qual as organizações são avaliadas pelo processamento tecnicamente eficiente do trabalho. Afirmar que “o controle ambiental é exercido sobre os resultados em termos de quantidade e qualidade, modelando as organizações por meio do isomorfismo competitivo” (FONSECA, 2003, p. 55). Empresas privadas em geral são exemplos de organizações relacionadas a esse tipo de ambiente. O ambiente institucional, por sua vez, é caracterizado pela “elaboração e difusão de regras e procedimentos, que proporcionam às organizações legitimidade e suporte contextual” (FONSECA, 2003, p. 55). O controle ambiental, então, ocorre na medida em que há uma “adequação da forma organizacional às pressões sociais, resultando

em isomorfismo institucional" (FONSECA, 2003, p. 55). Organizações como igrejas, escolas, hospitais públicos, órgãos governamentais e científicos são apontados pela autora como exemplos de influência de fatores institucionais. Apesar da distinção entre ambiente técnico e institucional, a autora, seguindo ainda diversos autores neoinstitucionalistas, admite que

[...] tratar as distinções propostas como facetas de uma mesma dimensão talvez se revele uma alternativa mais promissora [já que] os mercados também se constituem como sistemas estruturados institucionalmente, sustentados por crenças relativas à propriedade privada e por normas que regulam historicamente a honestidade das trocas (FONSECA, 2003, p. 56).

Em nosso modo de ver, e tomando como referência o enfoque crítico moriniano, a distinção de Fonseca (2003) entre ambiente técnico e institucional têm frágil sustentação, já que se limita a uma abordagem antropocêntrica, bem distante da ecologia social ou ecossistemismo (conforme definição abaixo). Isto é compreensível no contexto da história da autoafirmação institucional das ciências sociais/humanas, que surgem historicamente sob a hegemonia das ciências naturais (SOARES, 2001; DOMINGUES, 2004). Edgar Morin escreve o seguinte:

[...] A noção de meio, limitada pela sua origem geográfica, impõe necessariamente antolhos quando se trata de complexidade, ou seja, de ciência do vivo ou de ciência social. Remete unicamente para características físicas que atuam por determinismo ou condicionamento sobre os seres vivos ou sociais. Mais rica, por ser mais envolvente (e de conotação eventualmente planetária), mas mais vaga, é a noção de ambiente, atualmente em voga. Mas tanto ambiente como meio ignoram dois caracteres fundamentais: 1. O conjunto dos fenômenos num dado nicho ecológico constitui, pelas suas interações, um sistema de tipo original: o ecossistema; 2. Todo o organismo (sistema aberto) está intimamente ligado ao ecossistema numa relação

fundamental de dependência-independência, em que a independência aumenta ao mesmo tempo que a dependência (MORIN, 1998, p. 114).

Para Morin, a ecologia social (ecossistemismo) não é uma disciplina no sentido tradicional do termo, mas uma

[...] ciência das interações entre elementos (sistemas) de natureza diferente (geológicos, climáticos, vegetais, animais, humanos, sociais, econômicos, tecnológicos, mitológicos, etc.) no seio de um “nicho” natural ou de uma aglomeração social. Ora, estas interações têm um caráter sistêmico, quer dizer, sofrem ou estabelecem constrangimentos, regularidades, ciclos, complementaridades, antagonismos, etc., cujo conjunto constitui um *ecossistema* para todos os sistemas que nele estão imersos (MORIN, 1998, p. 120).

Assim, na perspectiva moriniana, pressupõe-se uma vinculação fundamental e dinâmica entre ambientes naturais e sociais/culturais. Seres humanos são 100% naturais e 100% culturais – há unidualidade entre cérebro e mente/espírito, assim como entre sociedade e natureza. Dito de outra forma, para Morin as noções de sociedade, indivíduo e espécie não devem ser desarticuladas, sob o risco de incompreensão das mesmas e reprodução do paradigma disjuntor-reductor, que segundo ele está na base da crise mundial contemporânea (MORIN, 2013). A sociabilidade, nessa perspectiva, está distribuída no reino animal, não é monopólio dos humanos, ainda que a sociabilidade humana seja mais complexa que a de outros animais. O ambiente é visto como sistema aberto, como ecossistema, que inclui e viabiliza a vida social, fornecendo-lhe as condições fundamentais, ao mesmo tempo em que é interpretado, construído e modificado pela dinâmica das sociedades.

[...] A relação ecossistêmica é muito vasta; vai da relação metabólica à relação cognitiva, une a relação sensorial e a relação psicológica; a relação psicológica não é só cognição; assim como os arcaicos projetavam no seu ambiente os seus poderes fantasmáticos que tomavam

formas de mitos e de deuses, também os modernos projetam no seu ambiente sociourbano-técnico uma mitologia que ainda não deixou de causar maravilha. [...] O ecossistema é não só presença imanente na experiência fenomênica, mas também presença co-organizadora na auto-organização da personalidade (que também depende da informação genético-cultural). Assim, *é a dependência da independência que deve vir a ser a grande aquisição da nova ciência ecológica, enquanto o antigo determinismo linear e unívoco se desvanece na descoberta da relativa independência da dependência (determinismo interno e resposta aleatória do organismo)*. (MORIN, 1998, p. 118. Grifos dele).

Essa abordagem complexa (inter e transdisciplinar) de Morin não é alcançada pelas vertentes antiga ou neoinstitucionalista, que frequentemente se limitam ao enfoque disciplinar (sociologia organizacional). Entretanto, esta conclusão parece simplista sem o reconhecimento de que o institucionalismo tem se diversificado, permeando diversas ciências humanas, além de contar com aspectos críticos, especialmente na tradição greco-latina.

Théret (2003), na linha de argumentação aberta por Hall e Taylor (2003), admite que o institucionalismo desenvolveu-se em três correntes ou versões na ciência política: o institucionalismo histórico, da escolha racional e sociológico. A partir desta distinção de Hall e Taylor (2003), Théret sustenta que houve também uma diversificação semelhante na economia e na sociologia. Na economia, segundo ele, desenvolveu-se a nova economia institucional a partir do institucionalismo da escolha racional, a economia das convenções, a partir do institucionalismo sociológico, e a teoria da regulação, a partir do institucionalismo histórico. Na sociologia, desenvolveu-se o chamado institucionalismo sociológico, o da escolha racional e o institucionalismo histórico sob a forma de sociologia histórica e cultural.

Quadro 3: Correntes institucionalistas nas ciências sociais²⁷

Desenvolvimento dos Institucionalismos		
Na ciência política	Na economia	Na sociologia
Histórico	Nova economia institucional	Sociológico
Escolha racional	Economia das convenções	Escolha racional
Sociológico	Teoria da regulação	Sociologia histórica e cultural

Essa classificação ampla e diversificada supera a classificação binária entre novo e antigo institucionalismo, mas também não alcança a complexidade (inter e transdisciplinar) da abordagem moriniana no que se refere à relação entre as ciências humanas e a ecologia. As múltiplas formas do institucionalismo, entretanto, permitem uma compreensão multidisciplinar ou mesmo interdisciplinar de médio alcance sobre as relações entre política, economia e sociedade. Scott (2008), ao estabelecer relações entre as diversas ramificações da teoria institucional nas ciências sociais, evita identificar um denominador comum entre elas e apresenta o processo de institucionalização como inerentemente histórico, além de dar maior atenção à mudança institucional.

Théret (2003) corrobora a avaliação e a expectativa de Hall e Taylor (2003) quanto a possíveis convergências interdisciplinares entre diferentes versões do institucionalismo. Para Hall e Taylor (2003), o pivô da evolução convergente entre os três institucionalismos no âmbito da ciência política tem sido o institucionalismo histórico. Théret (2003) vai além

²⁷ Elaboração própria a partir de Théret (2003).

da ciência política e considera que há uma tendência a uma "síntese institucionalista":

[...] À luz de desenvolvimentos recentes nos três grandes polos do novo institucionalismo, impulsionados por suas insuficiências teóricas iniciais, é possível pensar dessa maneira, mas é preciso fazer a ressalva de que essa é uma simples tendência, sempre problemática e que não levará ao desaparecimento da diversidade de paradigmas (THÉRET, 2003, p. 240).

Théret (2003, p. 251) acredita que o "ponto focal" da possível síntese ou integração de paradigmas (termo este não questionado por ele) seja a concepção "mediana de instituição", segundo a qual a instituição é vista como "convenção para a cooperação e forma de regulação de conflitos para a ação coletiva estratégica e rotineira". A abordagem do autor

[...] conduz a um quadro onde o conceito ideal de instituição para o qual tendem a conduzir essas pesquisas é localizado à meia distância entre, de um lado, o holismo e o individualismo metodológico e, de outro, o universalismo nomológico e o culturalismo idiográfico (THÉRET, 2003, p. 251-252).

Dito de outra forma, de um lado estaria o holismo e o universalismo de Durkheim, de outro o individualismo metodológico e o culturalismo idiográfico de Weber e, no centro, aparentemente, duas possibilidades: a) defesa do *status quo*, do instituído; b) um processo complexo, tenso e recursivo, entre aspectos instituídos e instituintes, como parte de um processo de institucionalização. Percebe-se, portanto, que a ambivalência epistemológica da perspectiva institucionalista mantém-se desde suas raízes entre os autores clássicos até pesquisas da última década, que vislumbram uma possível, ainda que problemática, síntese ou convergência interdisciplinar no âmbito das ciências sociais (ciência política, economia e sociologia).

Poderíamos concluir, então, que há uma insensibilidade quanto à crise ecológica, na perspectiva institucionalista voltada para os estudos organizacionais? No início da década de 1970, na qual ocorreu uma significativa mudança institucional a favor da defesa do meio ambiente (LEIS, 1999), o sociólogo institucionalista Perrow (1973) critica com razão o determinismo da abordagem funcionalista denominada ecologia das populações, mas paradoxalmente reforçando, em contrapartida, uma leitura antropocêntrica e centrada nos interesses das organizações sobre o meio ambiente, sem uma preocupação quanto à extinção de espécies e de ecossistemas. A complexidade das organizações é considerada por Perrow de forma apenas quantitativa. Seus níveis de análise incluem o individual, o grupo, o departamento, a divisão, a organização, a interorganização e o conjunto organizacional (*organizational set*). A base biofísica, o ecossistema, a base ecogeográfica, que se observa no quadro 1, no enfoque de Chanlat, desaparece ou é minimizada em muitas abordagens institucionalistas. Tal insensibilidade ecológica, entretanto, é reduzida com Giddens (1985), que com sua teoria da estruturação influenciou diversos institucionalistas e recentemente tornou-se uma referência mundial no debate sobre a mudança climática (GIDDENS, 2010). No âmbito nacional e no campo dos estudos organizacionais, Barbieri *et al* (2010) propõem o modelo das organizações inovadoras sustentáveis (a partir da conjugação das dimensões social, ambiental e econômica) e Assis (2011) busca articular uma certa interpretação da contribuição de Morin com o neoinstitucionalismo na abordagem de um complexo problema socioambiental.

A abordagem da complexidade de Morin (2005), entretanto, parece não somente superar a abordagem que o autor denomina complexidade restrita ou baixa (predominante no Santa Fe Institute), mas também vai além da abertura interdisciplinar observada entre os institucionalistas, especialmente no que se refere à noção de ambiente e de natureza humana.

A via para o futuro da humanidade, segundo Morin, requer uma superação de polaridades alternativas, expressas por termos tais como mundialização e desmundialização, crescimento e decrescimento, desenvolvimento e envolvimento, conservação e transformação. A teoria política do pensamento complexo moriniano implica em simultaneidade entre tais alternativas: “É preciso *simultaneamente* mundializar e desmundializar, crescer e decrescer, desenvolver e reduzir, conservar e transformar” (MORIN, 2013, p. 41. Grifo dele). Ele defende uma “reproblematização generalizada” (MORIN, 2013, p. 41) das instituições globais e locais (em diversas áreas ou políticas públicas), reconhecendo que

[...] Em todos os continentes, em todas as nações, já existem efervescências criativas, uma profusão de iniciativas locais no sentido da regeneração econômica, ou social, ou política, ou cognitiva, ou educacional, ou ética, ou existencial. Mas tudo o que devia ser religado encontra-se disperso, separado, compartimentado. As iniciativas desconhecem a existência umas das outras, nenhuma administração as menciona, nenhum partido toma conhecimento delas. Elas, porém, são o viveiro do futuro. Trata-se de reconhecê-las, de enumerá-las, de examiná-las, de repertoriá-las, a fim de abrir uma pluralidade de vias reformadoras. São essas múltiplas vias que, ao se desenvolverem em conjunto, poderão conjugar-se para formar a nova Via, que, por sua vez, desarticulará a via que seguimos e nos dirigirá rumo à ainda invisível e inconcebível Metamorfose (MORIN, 2013, p. 41).

Segundo esse enfoque, a institucionalização de organizações, sem sua regeneração permanente, leva à degradação das mesmas. A organização requer desordem e capacidade de reorganização, auto-eco-organização, ou seja, organização permanente e pertinente aos seus respectivos ambientes, ecossistemas. A economia, assim, é concebida como plural (moderna e tradicional, global e local, etc.), reinserida em comunidades, que podem contar com

certas dinâmicas planetárias, mas privilegiam as economias de proximidade. Na obra de Morin a economia social e solidária e empreendimentos econômicos ecologicamente sustentáveis são articulados por uma política de civilização que considera necessário passar de situações de baixa complexidade (BC) para situações de alta complexidade (AC) institucional. Enquanto o tipo BC comporta dominação e exploração da sociedade pelo centro e pela cúpula do poder, o tipo AC viabiliza a expressão de antagonismos e de concorrência de interesses e ideias, no âmbito das leis democráticas, tolerando desordens e incertezas, respondendo aos riscos. AC comporta autonomia individual e civismo. Enquanto em BC há tendência à hiperespecialização, em AC há tendência à integração de múltiplas comunicações, especializações e policompetências. Enquanto em BC há tendência à integração rígida e repressiva, liberdades reduzidas, múltiplos controles, etiqueta, rituais – em AC há tendência à hierarquia de níveis de organização com fraca hierarquia de controle e forte componente poliárquico e anárquico (MORIN, 2002).

[...] A alta complexidade é, contudo, ameaçada, nas sociedades contemporâneas, pelos progressos que a possibilitaram: na medida em que a técnica e a burocracia desempenham um papel cada vez mais importante, vastos setores da vida dos indivíduos são invadidos pela lógica da máquina artificial (hiperespecialização, mecanização, cronometrização, uniformização). A avalanche tecno-econômica homogeneizadora tende a eliminar a diversidade. Daí o aparecimento de novos problemas... (MORIN, 2002, p. 191).

Considerações finais

Nesse artigo, tratamos das relações entre a obra de Morin e algumas das perspectivas teóricas já reconhecidas e legitimadas no campo dos estudos organizacionais. O

pressuposto do qual partimos é o de que a perspectiva moriniana pode ser melhor compreendida e inserida no campo dos estudos organizacionais à medida que se estabelecer um paralelo comparativo da mesma com outras perspectivas, como a de Jean-François Chanlat e a perspectiva do institucionalismo (considerando-se suas principais diferenças internas, como a do antigo e a do novo institucionalismo, bem como suas ramificações em várias ciências sociais). Concluímos que, entre a perspectiva de Chanlat e a de Morin, há convergência e complementaridade, sob diversos aspectos, como, por exemplo, a compreensão de que há uma interdependência complexa entre diversos níveis de análise organizacional. Em Chanlat há uma predominância dos níveis individual e organizacional, enquanto em Morin destaca-se um constante entrelaçamento (dialógico, recursivo) entre os diversos níveis do fenômeno organizacional.

Já entre esses dois autores (por um lado) e o institucionalismo (por outro) o que se destaca é uma relação crítica e antagônica, ainda que se possa perceber alguns aspectos de complementaridade, em razão da complexidade do conceito de instituição, bem como em razão das relações entre as dinâmicas instituintes e instituídas, dinâmicas recursivas, transformadoras, entre desinstitucionalização e reinstitucionalização.

Com efeito, isolar ou abstrair do contexto institucional a interdependência entre os níveis organizacionais uma organização qualquer (ou mesmo um campo organizacional) para analisar sua estrutura e sua cultura, sua divisão de trabalho, seus recursos e funções, torna-se crescentemente um processo de simplificação e de disjunção que tem consequências danosas. Tal processo ocorre, por exemplo, com a teoria da agência, tal como tem sido desenvolvida no âmbito da economia, com amplas repercussões nos estudos organizacionais. Como consequência da difusão desta perspectiva, especialmente nos centros financeiros norte-americanos e europeus durante a última década, dimensões da natureza humana – como a afetividade, as raízes sociais, a

cultura, a história e a ética – têm sido esquecidas na dinâmica organizacional. Paradoxal, mas compreensivelmente, tais dimensões também têm retornado como temas emergentes nos estudos organizacionais. A teoria da estruturação e a da agência, na vertente sociológica, entre outras abordagens, parecem ter contribuído nesse sentido. As duas tendências se afirmam e se confrontam, simultaneamente, gerando um contexto global que resiste às análises simplificadoras.

Para Morin, as relações no interior de uma organização ou empresa, assim como de uma sociedade, são simultaneamente complementares e antagônicas. As organizações e as sociedades, com sua necessidade tanto de ordem quanto de desordem, requerem um processo de reorganização ou regeneração permanente, ou seja, a manutenção da tensão entre o instituído e o instituinte, entre episódios de estado nascente e a instituição.

No que se refere à perspectiva institucional, à luz da perspectiva moriniana, destacou-se a ambivalência epistemológica desde as origens históricas do institucionalismo até as pesquisas recentes. Criticou-se as noções de ambiente técnico e institucional por seu viés antropocêntrico e reducionista. Entretanto, é relevante considerar a diversificação do institucionalismo na ciência política, na economia e na sociologia e suas possíveis complementaridades interdisciplinares ou multidisciplinares.

Se considerarmos o potencial de antagonismo entre as perspectivas críticas (de Chanlat, de Morin e outros), por um lado, e, por outro, os diversos institucionalismos, será possível encontrar confrontos epistemológicos que resultam em interpretações opostas no que se refere a várias instituições do sistema industrial-capitalista. Enquanto no institucionalismo, de forma predominante, será possível observar um viés antropocêntrico e disciplinar, no contexto das ciências sociais, enfatizando-se as transformações da sociedade, da economia e das organizações no sentido do isomorfismo – nas perspectivas críticas aqui destacadas será possível observar um forte questionamento das instituições centrais do sistema

industrial, no contexto da crise planetária, do diálogo inter e transdisciplinar entre ciências sociais, filosofia e ciências da natureza. Segundo as perspectivas críticas, incluindo as que se manifestam no interior do institucionalismo greco-latino, é relevante o questionamento do processo, tenso e complexo, de desinstitucionalização-reinstitucionalização, a mudança institucional (SCOTT, 2008), no contexto de crise planetária e climática (MORIN; KERN, 1995; GIDDENS, 2010).

Estamos cientes, por fim, de que, para uma apropriada inserção da extensa obra de Morin no campo dos estudos organizacionais, esse ensaio teórico não é suficiente, mas apenas uma das muitas contribuições necessárias. Assim, convidamos outros pesquisadores e pesquisadoras a dar continuidade a esse processo, comparando e confrontando outras perspectivas já legitimadas no campo dos estudos organizacionais com outros aspectos da obra moriniana.

Referências bibliográficas

ALBERONI, F. **Gênese**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

ASSIS, A. N. Institutionalizing the concept of sustainability from a tetralogical perspective: the case of Pro-Gauíba. *Revista Organizações & Sociedade (O&S)*, Salvador, v. 18, n. 57, p. 335-353, abril/junho, 2011.

BARBIER, R. **Pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

BARBIERI, J. C.; VASCONCELOS, I. F.; ANDREASSI, T.; VASCONCELOS, F. C. Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 50, n. 2, abr/jun, p. 146-154. 2010.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CALDAS, M. P.; FACHIN, R. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (Coords.) **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

CASTORIADIS, C. *L'Institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.

_____. **A instituição imaginária da sociedade**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHANLAT, J.F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: _____. (Org.) **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

_____. *Ciências sociais e management*: reconciliando o econômico e o social. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. Análise das organizações: panorama da produção em língua francesa contemporânea (1950-2000). In: CHANLAT, J-F; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.) **Análise das organizações**: perspectivas latinas. Vol. 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. **Gestão empresarial**: uma perspectiva antropológica. Tradução de Laura Gillon. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

DIMAGGIO, P. J. Constructing an organizational field as a professional Project: U.S. Arte Museums, 1920-1949. In: POWEL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Orgs.). **The new institutionalism in organizational analysis**. London: Sage, 1991, p. 267-92.

_____. Interest and agency in institucional theory. In: ZUCKER, L. (Org.) **Institucional patters and organizations**. Cambridge: Ballinger, 1998, p. 3-22.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The iron cage revisited: institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Orgs.) **The new institutionalism in organizational analysis**. London: Sage, 1991b, p. 63-82 (1ª ed. artigo 1983).

DOMINGUES, I. **Epistemologia das ciências humanas**. Tomo I: Positivismo e hermenêutica. Durkheim e Weber. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

FONSECA, V. S. A abordagem institucional nos estudos organizacionais: bases conceituais e desenvolvimentos contemporâneos. In: VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. A. (Orgs.) **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 47-66.

FORTIN, R. **Compreender a complexidade**. Introdução a O Método de Edgar Morin. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.

GIDDENS, A. **The constitution of society**. Berkeley, CA: University of California Press, 1985.

_____. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

HALL, P.; TAYLOR, R. Três versões do neoinstitucionalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003, p. 193-223.

KOFMAN, M. **Edgar Morin: from Big Brother to fraternity**. London: Pluto Press Limited, 1996.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações, instituições**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1997.

LEIS, H. R. **A modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: Ed. UFSC, 1999.

LOURAU, R. **L'Analyse institutionnelle**. Paris, Ed. De Minuit, Col. Arguments, 1970.

MACHADO-DA-SILVA, C.; FONSECA, V.; CRUBELLATE, J. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, Edição Especial 2010, art. 4, pp. 77-107.

MACHADO-DA-SILVA, C.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e a perspectiva da estruturação. **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, Edição Especial), pp. 159-196, 2006.

MANGI, L. C. Neoinstitucionalism and appropriation of Bourdieu's work: a critical assessment. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 3, v. 49, jul/set, p. 323-336. 2009.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico? **Revista de Administração Contemporânea (RAC)**, Curitiba, v. 15, n. 2, pp. 320-332, Mar./Abr., 2011.

MISOCKY, M. C. Poder e institucionalismo: uma reflexão crítica sobre as possibilidades de interação paradigmática. In: VIEIRA, M. M.; CARVALHO, C. A. (Orgs.) **Organizações, instituições e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, pp. 141-176.

MORIN, E. **O paradigma perdido: a natureza humana**. 3ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, 1973.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORIN, E. **Sociologia**. Edição revista e aumentada pelo autor. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998.

_____. **O método 5:** a humanidade da humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2002.

_____. **O método 6:** ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.

_____. Restricted complexity, general complexity. Presented at the **Colloquium Intelligence de la complexité: épistémologie et pragmatique**, Cerisy-La-Salle, France, June 26th, 2005. Translated from French by Carlos Gershenson.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina, 2007.

_____. **A via para o futuro da humanidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

NORD, W. R.; FOX, S. O indivíduo nos estudos organizacionais: o grande ato de desaparecimento? In: CLEGG, S. R., HARDY, C., NORD, W. R. (Orgs. edição original); CALDAS, M., FACHIN, R., FISCHER, T. (Orgs. edição brasileira). **Handbook de estudos organizacionais**. Vol. 3. Ação e análise organizacionais. São Paulo: Atlas, 2004.

PARSONS, T. **Sociological theory and modern society**. New York: Free Press, 1967.

_____. Conceito de sistema social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Orgs.) **Homem e sociedade:** leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973a, p. 47-55.

_____. Os componentes do sistema social. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Orgs.) **Homem e sociedade:** leituras básicas de sociologia geral. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973b, p. 56-9.

PERROW, C. **Complex organizations: a critical essay**. 2 ed. Illinois: Scott, Foresman and Company Glenview, 1973.

REED, M. Teoria organizacional: um campo historicamente contestado. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs.) **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999, p. 61-98.

RUIZ, J. L. S. (Coord.) **Con Edgar Morin, por un pensamiento complejo**. Implicaciones interdisciplinares. Madrid. Universidad Internacional de Andalucía; Ediciones Akal, S. A, 2005.

SCOTT, W. R. **Organization: rational, natural, and open systems**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall, 1981.

_____. **Institutions and organizations: ideas and interests**. Estados Unidos: Sage Publications, 2008.

SÉGUIN, F.; CHANLAT, J-F. **L'analyse des organisations**. Tome 1, Les théories de l'organisation. Paris: Editeur Gaëtan Morin, 1992.

SELZNICK, P. Institutionalism "old" and "new". **Administrative Science Quarterly**, 41 (2): 270-7, 1996.

SOARES, L. C. (Org.) **Da revolução científica à big (business) science: ensaios de história da ciência e da tecnologia**. São Paulo: Hucitec; Niterói: EdUFF, 2001.

SZTOMPKA, P. **A sociologia da mudança social**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

THÉRET, B. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, n. 58, 2003, p. 225-254.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER. (Orgs.)

Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1998, p. 196-219.

WESTRUM, R.; SAMAHA, K. **Complex organizations:** growth, struggle, and change. New Jersey: Prentice-Hall, 1984.

INADAPTAÇÃO SOCIAL E SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DO DISCURSO NEOLIBERAL

Virgínia Lima dos Santos Levy²⁸
Javier Ignacio Vernal²⁹

Introdução

"Para morrer, basta estar vivo." A frase, parte do nosso folclore, faz referência a um aspecto inseparável da vida: tudo o que é vivo está fadado à morte, e o ser humano, enquanto ser vivo, não escapa desta sentença. Ainda assim, temos, como já se percebia na obra de Foucault (2008), um aumento da percepção da vida como algo gerenciável - ou ainda, da morte como algo negociável -, o que se traduz em aumento exponencial dos cuidados com corpo e saúde, conforme apontado por Mitjávila (2015). Observada a natureza, esta é "traduzida" em leis, com o estabelecimento de relações causais entre os fenômenos da vida, e em dados estatísticos, em que não há, a princípio, explicações: apenas a frequência concomitante que liga um fato a outro. Destas leis e dados, analisados por um seleto grupo de "especialistas", emergem códigos de conduta e regras de comportamento a serem seguidos para a manutenção tanto de uma vida plena e saudável como de um contexto produtivo associado a essa vida, e, mais importante, garantido por ela.

²⁸ Mestra em Saúde Mental e Atenção Psicossocial pela Universidade Federal de Santa Catarina, Doutoranda Interdisciplinar em Ciências Humanas na Universidade Federal de Santa Catarina, virginia-levy@gmail.com.

²⁹ Doutor em Bioquímica pela Universidad de Buenos Aires e Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina, Professor permanente do Programa de Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, jvernal@gmail.com.

Portanto, dentro desta perspectiva, que não visa à saúde em si, mas que a impõe como pré-requisito para atingir uma vida que se encaixe à perfeição num modelo de produção que recompensa a exaustão com a possibilidade de consumo de espelinhos das mais variadas cores, o indivíduo que falha em seguir os ditames da vida normal e adoece é considerado culpado de um baixo engajamento nos processos de autopolicimento. Como aponta Foucault, "vivemos num sistema que funciona com a culpa (...). Em nossa sociedade ocidental, tão logo adoecemos, há que se ter medo, se ocultar e já não se pode viver. Seria ridículo que a doença não fizesse parte da vida" (FOUCAULT, 2016, p. 118, tradução nossa).

Assim, considerando que o discurso neoliberal exige, no seu ideal de normalidade, adaptação total ao meio e saúde impecável, visamos pensar, à luz de conceitos como os de "adaptação" e "estresse ambiental", sobre o modo como a culpabilização dos sujeitos que falham no autocuidado tem efeitos sobre a saúde mental dos próprios sujeitos. Com esse objetivo, partimos de um estudo de caso, para que, observando uma situação específica, tenhamos mais recursos para identificar efeitos mais gerais do fenômeno, cientes das limitações que o foco em um único sujeito pode ter para a compreensão do problema.

1. Um estudo de caso

Na ocasião da coleta de dados da pesquisa "Narrativas de Usuários de *Crack*: O dizer sobre si e o mundo através do audiovisual" (LEVY, 2015), foi contatada G.³⁰ O processo de coleta de dados para a referida pesquisa consistiu na proposta de que os participantes construíssem vídeos de 15

³⁰ Os nomes dos participantes da pesquisa foram substituídos por letras aleatórias para garantir o sigilo, por questões éticas. Neste trabalho, optou-se por manter a mesma letra que já havia sido utilizada na pesquisa citada.

minutos sobre a própria história de vida, com entrevistas abertas durante o processo de edição/montagem dos vídeos.

Tanto no vídeo como nas entrevistas, G se descreveu como "pessoa errada, que faz escolhas erradas, querendo acertar", e atribuiu a si mesma a responsabilidade por não se enquadrar nas expectativas normatizadoras de sua família, que vivia no Maranhão, preferindo deixar o tradicionalismo interiorano para viver como mulher, negra, lésbica, roqueira, de cidade grande. Ainda assim, mesmo não seguindo as normas sociais tradicionais, G não acreditava que tivesse o direito de divergir: tinha sido por culpa apenas de suas escolhas que, a seu ver, foi parar nas ruas, e não pela situação de vulnerabilidade em que se encontrava, sem vínculos familiares e com baixa escolarização (estudou só até a quinta série - atual sexto ano - do Ensino Fundamental).

Na época das entrevistas, em 2015, G, de 47 anos, trabalhava em um posto de gasolina, e vivia em um pequeno apartamento na zona Sul do Rio de Janeiro com sua companheira. G relatou que cerca de três anos antes, em junho de 2012, sem qualquer vínculo familiar e após um período em que estivera em situação de rua durante cinco meses, fazendo uso compulsivo de cocaína e crack, começou, por decisão própria, um "tratamento" em um CAPS Ad (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Outras Drogas), além de conseguir vaga em um acolhimento institucional para mulheres (abrigo que, além de encaminhar suas usuárias para o CAPS AD, as levava e buscava na Unidade, garantindo assim a sua frequência).

Durante o tratamento, G mostrou interesse por diversas atividades, principalmente fotografia, destacando-se em oficinas terapêuticas e exposições de trabalhos de usuários realizadas dentro e fora do CAPS. Mencionou também frequentemente, durante as entrevistas, o desejo de ter "uma vida normal", desejo que a tinha levado a procurar emprego enquanto ainda comparecia ao CAPS. G relatou que não demorou a ser admitida como faxineira em um posto de gasolina, o que lhe permitiu alugar uma quitinete, e que em

pouco tempo tinha sido promovida a frentista, razão pela qual decidiu viver com sua namorada, uma mulher bem mais nova a quem conheceu em uma internação emergencial em um hospital psiquiátrico.

Sentindo como concluído seu processo de reabilitação psicossocial naquele momento, G afastou-se do CAPS, para o qual retornou poucas vezes até o período da pesquisa - de 2013 a 2015 - e apenas para visitaçãõ. Mais tarde, porém, voltou a frequentar a unidade na condição de usuária³¹ do serviço. No ano de 2018, quando retornamos ao CAPS para uma roda de conversa com apresentação dos resultados da pesquisa realizada, G relatou que o último episódio de consumo de cocaína havia sido aquele descrito na pesquisa de 2015, mas que, ainda assim, sentia necessidade do suporte na Unidade de Saúde para lidar com as dificuldades cotidianas³².

O relato de G durante a pesquisa era "surpreendentemente" pessimista, pois ela tinha moradia, emprego, e havia conseguido se livrar da dependência química, todos esses indicativos de sucesso para o tratamento em saúde mental na perspectiva neoliberal. Ainda que considerasse melhor a sua situação que a da companheira, pois "ela fica em casa o dia inteiro sem fazer nada e isso faz mal pra cabeça", G achava que não estava recuperada, pois não era feliz.

³¹ De acordo com a atual Política Nacional de Saúde Mental brasileira, deve-se promover um cuidado conjunto, compartilhado, com menos barreiras hierárquicas entre o especialista e o "paciente". Por esta razão, utiliza-se o termo "usuário", em contraposição a "paciente", que evoca a cultura hospitalar e a ideia de "passividade".

³² G apresentava um histórico de sentimento de abandono, desde a infância, que externalizava ao perguntar se os profissionais que já não trabalhavam na unidade ainda se importavam com ela ou se simplesmente sumiram. Esta informação é utilizada aqui para frisar que é o desejo de manter vínculos, estabelecer laços, receber e oferecer suporte o que a levou de volta ao CAPS, mais que o de receber cuidados médicos.

Mesmo que falasse com alegria de como estava sendo bom, naquele momento, sentir-se inserida na sociedade de consumo, ter celular (e, assim, poder retomar e construir, ainda que virtualmente, alguns vínculos), poder pagar um café para amigos³³, sair da invisibilidade social em que esteve, assustava-se pelo fato de que este tipo de (re)inserção, despidido de outras características, não lhe fazia plenamente feliz, como imaginava que a faria quando o conquistasse.

Quanto ao seu cotidiano, é importante observarmos que fora contratada para trabalhar 6 horas por dia, mas sempre precisava ficar mais de 8 horas no local de trabalho, sem receber pelas horas extras trabalhadas (ou qualquer outro tipo de vantagem/bonificação) e sem ampliação do horário de almoço, que era de apenas 15 minutos para a sua carga horária oficial (ou seja, não almoçava, pois "não dá tempo", dizia). No emprego, existiam diversos conflitos, somados a uma escala de trabalho que possuía poucas folgas por mês, em dias alternados. O pouco tempo que lhe sobrava era dedicado aos cuidados com a casa e com a companheira. Não conseguia, portanto, ter atividades de lazer ou de investimento pessoal e/ou profissional, como a realização de cursos. Dizia-se deprimida por não conseguir se adaptar à vida normal, algo que atribuía à abstinência³⁴ de drogas, e não aos inúmeros percalços da vida cotidiana.

³³ "É a maior alegria poder pagar um café pra alguém. Eu lembro de quando não podia pagar nem pra mim".

³⁴ A palavra "abstinência" é muito utilizada em alusão à "síndrome de abstinência", que é um conjunto de sinais e sintomas que ocorrem quando um organismo não obtém determinada substância a que havia se acostumado. Dentre estes sinais e sintomas, é comum que se fale em "depressão", encarada do ponto de vista de um *déficit* orgânico, sem que se atente para a pluralidade de fatores envolvidos (questões psicossociais) nos sinais e sintomas ditos "depressivos".

Apresentado o caso de G, cabe pensarmos sobre o que se espera do sujeito contemporâneo e sobre as possibilidades que ele tem de corresponder às expectativas – suas e dos outros.

2. A saúde mental do sujeito neoliberal

Independentemente de defendermos ou não o discurso neoliberal, não podemos negar que seu horizonte de racionalidade perpassa a vida cotidiana, principalmente no Ocidente (aqui incluída a América do Sul, apesar das contestações decoloniais que podemos fazer a esta inclusão). Como apontam Dardot e Laval (2016), a ascensão do modelo empresarial como modelo a ser seguido pela sociedade não é algo restrito ao âmbito financeiro nem à "modelagem da sociedade pela empresa" (p. 326), mas abrange também uma modelagem de cada sujeito – ou, ao menos, assim se espera:

[...] cada indivíduo deve aprender a ser um sujeito 'ativo' e 'autônomo' na e pela ação que ele deve operar sobre si mesmo. Dessa forma, ele aprenderá por si mesmo a desenvolver "estratégias da vida" para aumentar seu capital humano e valorizá-lo da melhor maneira (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 337).

Assim, é ao sujeito que cabe, em primeira instância, a responsabilidade pela gestão de si, ainda que possua limitações sociais ou biológicas. Nestes casos, deve buscar se tornar "bem-adaptado" ao meio, mesmo que para isto precise recorrer a especialistas, como professores, *coachings* e terapeutas diversos. Segundo Han:

[...] A psicopolítica neoliberal encontra sempre formas mais refinadas de exploração. Numerosos seminários e oficinas de *management* pessoal e inteligência emocional, assim como jornadas de *coaching* empresarial e liderança prometem uma otimização pessoal e o incremento da eficiência sem limite [...] O

imperativo neoliberal da otimização pessoal serve unicamente para o funcionamento perfeito dentro do sistema. Bloqueios, debilidades e erros têm que ser eliminados terapêuticamente com o objetivo de incrementar a eficiência e o rendimento (HAN, 2015, p. 47-48). Tradução nossa.

Contudo, como aponta o próprio Han (HAN, 2012), essa sociedade do desempenho na qual estaríamos inseridos, onde os próprios sujeitos - com a colaboração de especialistas em rendimento e otimização pessoal - cobram de si iniciativa, motivação e rendimento, acaba gerando sujeitos depressivos e esgotados mergulhados numa sensação de fracasso.

Algumas autoras, como Magda Zurba (2012), Isabel Oliveira e Ilana Paiva (2016), dentre outras, destacam o papel histórico e fundamental daqueles especialistas na patologização do sujeito desadaptado ou mesmo descontente com o *status quo*. Como contraposição a essa perspectiva que isola no sujeito a causa da sua inadaptação, e não faz a menor menção acerca das características alienantes e pouco dignas do meio ao qual deveria se adaptar, Oliveira e Paiva (2016) relatam mudanças com a inserção da psicologia nas políticas públicas, em busca de uma Psicologia Política que não mais entenda as militâncias políticas (como os movimentos de oposição às ditaduras militares na América Latina, por exemplo) como sinais de transtorno mental, ao passo que Zurba (2016) fala de uma Psicologia Clínica que já não esteja mais isolada nos consultórios particulares, mas que esteja mais atenta aos determinantes sociais das questões de saúde mental.

Contudo, essa classe de iniciativas e perspectivas não consegue desencadear uma completa revisão dos conceitos de normal e patológico dentro dos limites da sociedade contemporânea. Como exemplo, destacamos o fato de que promover autonomia é uma das diretrizes de organização da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), instituída pela portaria 3.088/2011, do Ministério da Saúde, para direcionar o cuidado em saúde mental (BRASIL, 2011). Não que se

deva preferir usuários ancorados na heteronomia, mas cabe nos perguntarmos que resultados são possíveis - e quais não o são - pela via da autogestão de si diante da realidade social de cada usuário. Por outro lado, também faz parte dessas diretrizes "auxiliar os sujeitos excluídos no processo de tomar lugar no território", tarefa nobre, necessária, que ironicamente é obstaculizada pelas resistências do próprio território (preconceitos, discriminação, ausência de postos de trabalho...), que fazem parte do próprio modelo neoliberal, e não apenas pelas dificuldades psíquicas dos usuários dos serviços de saúde mental, pois "manter a miséria e oferecer uma saída possível é o grande recurso do capitalismo" (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p. 158).

Não é de surpreender, no contexto do neoliberalismo (e no contexto da Reforma Psiquiátrica, em que a palavra de ordem é não mais subjugar "pacientes" psiquiátricos) que o conceito de "adaptado" ganhe espaço para se referir ao sujeito considerado mentalmente sadio: aquele que trabalha, tem moradia, consome, ou seja, está "adaptado" ao sistema social. Entretanto, como nos alerta Otero (2005), a "adaptação" não é algo que pode ser tomado como sinal de saúde, de ausência de doença, ou ainda, como um método de reestabelecimento da saúde mental, e sim algo que tanto pode ser salutar como adoecedor. Nesse sentido, Han aponta para o fato de que a permanente otimização pessoal, que o autor associa à autoexploração total, é destrutiva e conduz ao colapso mental (HAN, 2015).

Mesmo assim, no caso dos transtornos mentais, prevalece a perspectiva que estabelece que cabe ao profissional e ao usuário buscarem mecanismos para que o usuário se adapte, aprenda a *gerir seus sintomas*, pois é a sua autonomia para conseguir uma inserção social (para conseguir se tornar um sujeito adaptado) o que está em jogo no cuidado contemporâneo. Porém, a autonomia, questiona Otero

(2005)³⁵, tornou-se o grande padrão, ou ainda, a grande obrigação da individualidade contemporânea. E o sofrimento psíquico fica restrito ao sofrimento por estar à margem: espera-se que, tornando-se inserido no mercado de trabalho e nos processos de circulação de capital e bens, todas as *aflições* cessem.

Paradoxalmente, este momento que fomenta a ideia de "autonomia" e de "liberdade" do "construir-se", é também um momento que limita o sujeito nesta tarefa de autoconstrução de si e de sua vida, impedindo-o de acessar todas as oportunidades que o meio social possui. Embora se cobre do sujeito que cuide de uma inadaptação que é atribuída a uma falha pessoal (orgânica ou psíquica), sabe-se que muitas vezes são as condições sociais que produzem uma vulnerabilidade adoecedora, como aponta Otero (2005) ao abordar o conceito de "estresse ambiental"³⁶.

No campo da Saúde hoje, segundo Otero (2005), assume-se que o "estresse ambiental" é um dos "determinantes sociais" dos problemas de saúde mental. Este tipo de estresse está ligado à precariedade e à instabilidade que cercam a vida, condições às quais é praticamente obrigatório se adaptar, e à incapacidade dos indivíduos de controlar e de lidar com as diversas situações que se apresentam, incapacidade que é enxergada como falta de empoderamento, e pela qual seriam culpados, certamente sem se considerar os limites reais, as possibilidades disponíveis e não disponíveis aos sujeitos. Para o discurso neoliberal, portanto,

³⁵ "L'autonomie n'est-elle pas devenue la grande norme de l'individualité contemporaine?" (OTERO, 2005, p. 78).

³⁶ "Na área da 'saúde mental', hoje é comumente aceito que um dos 'determinantes sociais' dos problemas da saúde mental é aquele que denominamos como 'estresse ambiental'. Esse 'estresse', impossível de ser definido de maneira precisa, está associado, dentre outras condições, à instabilidade do conjunto dos contextos de vida atuais aos quais 'é necessário' se adaptar e à incapacidade dos indivíduos de controlar o que lhes acontece (ausência de empoderamento, como nos é dito)" (OTERO, 2005, p. 80-81). Tradução nossa.

ter êxito é ajustar-se ao lugar que merecemos no jogo social: não se considera que o sucesso em sobreviver em condições precárias seja algo que já demonstre, em si, um grande "empoderamento", sem dúvida muito maior do que aquele necessário para a autogestão da vida daqueles que não devem enfrentar múltiplas condições socioambientais desfavoráveis.

Assim, a inadaptação social é uma situação complexa relacionada a algo externo ao sujeito, que este não pode controlar, ainda que exista uma cobrança para que o sujeito tenha controle total sobre si e sobre o contexto de sua vida. Isto é visível no caso que abordamos aqui: G não teve condições socioeconômicas que lhe possibilitassem um maior preparo para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, precisa se submeter a um estilo de vida que não lhe satisfaz, mesmo estando empregada, e é "culpada" por não conseguir se adaptar totalmente, por sentir desejos esporádicos de retomar o consumo de psicoativos, por se sentir "deprimida", por não conseguir dar um sentido para sua existência. Como afirmado no livro "Motim e destituição agora":

[...] Vendendo seu tempo, sujeitando-se àquilo a que é empregado, o assalariado põe o sentido de sua existência nas mãos daqueles que a ela são indiferentes, isto é, daqueles cuja vocação consiste em pisoteá-la. (COMITÊ INVISÍVEL, 2017, p. 112).

Assim, mesmo depois de ser "pisoteada" uma e outra vez, G não consegue questionar se realmente haveria alguma possibilidade de felicidade com tal escala de trabalho e sem acesso a lazer e oportunidades de crescimento pessoal. Contudo, a sua falta de adaptação, evidenciada quando fala acerca da sua vontade de deixar o trabalho e voltar a usar drogas para se afastar momentaneamente de uma realidade tão difícil, poderia efetivamente representar um olhar "saudável" para sua situação.

3. A Inadaptação (saudável) de G

Os questionamentos introduzidos acima servem de ponto de partida para a reflexão sobre os critérios diagnósticos da saúde mental do sujeito contemporâneo, bombardeado de maneira ubíqua pelo discurso neoliberal. Como vimos, estando G triste e deprimida, sua *mente* parece estar em pleno funcionamento, produzindo pensamentos pessimistas e sentimentos melancólicos que são respostas adequadas à situação sem perspectivas que G vive. Não se pode dizer (ou não se poderia dizer), portanto, que G tenha algum tipo de *déficit* ou alteração psíquica ou orgânica que lhe impeça de reagir face à realidade. Contudo, não só G, mas todo um discurso contemporâneo que atinge tanto o senso comum como os *especialistas* só vai considerar G saudável quando não se sentir tão mal, mesmo em condições socioambientais desagradáveis, sem perceber o quanto sua possibilidade de mudança da própria realidade social está, neste momento, limitada.

Dentro desta lógica, G será considerada doente quando tentar fugir destas condições (do estresse ambiental) por vias não aceitas socialmente, renunciando à "vida normal" e voltando-se para o consumo de psicoativos, em lugar de "escolher" a gestão profissional/pessoal de si rumo à autopromoção e à otimização; ou quando, mesmo se obrigando a seguir uma vida "regrada", desanima frente ao fracasso iminente, inevitável, da ascensão social na sociedade capitalista, disfarçada de sociedade da liberdade e das oportunidades.

Frente a um saber e um poder médico fundado numa concepção de saúde e do que é saudável inteiramente discutível, já faz algum tempo que é neste disfarce, e não na fisiologia do ser humano, o lugar no qual um conjunto de critérios diagnósticos está dando enfoque. Diante do sofrimento psíquico de G, não podemos negar que esta tenha diversos problemas importantes, mas não podemos dizer que se devam a uma falta de "saúde mental" ou ainda de "adaptação" (principalmente se é a "adaptação" à "vida

normal" o que está, neste momento, *deprimindo* G). Cabe nos perguntarmos, como Otero (2005)³⁷, até que ponto, ou ainda, em que sentido, esses problemas são mesmo "mentais" – problemas no funcionamento da mente ou perceptíveis com o processo de funcionamento *satisfatório* da mente.

Considerações finais

A proposta deste capítulo foi refletir sobre os critérios contemporâneos de normal/patológico em Saúde Mental. Vimos que, no contexto do discurso neoliberal, a mesma lógica meritocrática que anuncia que todos são igualmente dotados da possibilidade de ascender economicamente, dependendo, para o seu sucesso, apenas da sua vontade e do seu próprio engajamento no mundo laboral, se estende a outros âmbitos e mesmo às subjetividades de cada um. Atinge, assim, o modo como cada sujeito vê a si mesmo e aos outros, em termos de culpabilização e fracasso, e mesmo em termos de saúde/doença. Isto porque a preocupação do discurso neoliberal não aponta para o bem-estar do indivíduo, mas para sua adaptação ao sistema, visando a máxima utilidade possível: somente indivíduos plenamente adaptados podem exercer com eficácia seus papéis na engrenagem de produção capitalista e são aptos para o adiestramento específico que é necessário nesse modelo de produção. Contudo, acreditamos que auxiliar aqueles que passam por sofrimentos psíquicos é, muitas vezes, ajudá-los a reconhecer as estruturas sociais que lhes atingem e o modo como são atingidos por essas estruturas, mais do que tentar adaptá-los a elas.

³⁷ "Jusqu' à quel point, ou plutôt dans quel sens, ces problèmes s'ont ils 'mentaux'?" (OTERO, 2005, p. 86).

Referências bibliográficas

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria GM n. 3.088, De 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt3088_23_12_2011.html>. Acesso em: 27 mar. 2018.

COMITÊ INVISÍVEL. **Motim e destituição agora**. São Paulo: N-1 edições. 2017

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A Fábrica do Sujeito Neoliberal. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Razão do Mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 321-376.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008 (2004).

FOUCAULT, Michel. **Sexualidad y Política**. Escritos y Entrevistas 1978-1984. Buenos Aires: El Cuenco de Plata, 2016.

HAN, Byul-Chung. **La sociedad del cansancio**. Barcelona: Herder Editorial, 2012.

HAN, Byul-Chung. **Psicopolítica**. Barcelona: Herder Editorial, 2015.

LEVY, Virgínia. **Narrativas de Usuários de Crack: O dizer sobre si e o mundo através do audiovisual**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde Mental e Atenção Psicossocial) – Universidade Federal de Catarina – UFSC-SC, Florianópolis. 105 p. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PPSM0022-D.pdf>. Acesso em 24 out 2016.

MITJAVILA, Myriam. Medicalização, risco e controle social. **TEMPO SOCIAL**, São Paulo, 2015. v. 27, n. 1, p. 117-137. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0103-20702015015>>. Acesso em: 10 out 2016.

OLIVEIRA, Isabel; PAIVA, Ilana. Atuação do psicólogo no campo das políticas sociais: mudanças e permanências. In: HUR, Domenico; LACERDA JR., Fernando (orgs.). **Psicologia, Políticas e Movimentos Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 142 – 156.

OTERO, Marcelo. Santé mentale, adaptation sociale et individualité contemporaine: **Cahiers de Recherche Sociologique**, Montréal, 2005. n. 41-42. p. 65-89. Disponível em: < <https://www.erudit.org/en/journals/crs/2005-n41-42-crs1517944/1002460ar.pdf> >. Acesso em: 12 dez. 2018.

ZURBA, Magda. **Psicologia e Saúde Coletiva**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2012. Introdução, p. 21 – 24.

CAMINHAR A PALAVRA VERDADEIRA: FAZER A POLÍTICA EM CONTEXTOS DE GUERRA

Leandro Marcelo Cisneros³⁸

Introdução

Este capítulo desenvolve uma tensão fundamental entre dois termos fundamentais para a vida das comunidades zapatistas de Chiapas, sendo eles: a guerra e a política. Aqui me explano no segundo deles, por entender que é o mais significativo na proposta política e existencial das/os Zapatistas. Esta primazia de significado vem não apenas pelo meu olhar interessado em indagar e analisar esse aspecto da vida e da luta zapatista, todavia, porque minha atenção foi cativada por esse polo do binômio guerra-política. Justamente, porque são as/os próprias/os Zapatistas que têm manifestado provadamente que é esse o cerne da sua luta para a construção de outra vida e de outro mundo, para que, como eles declaram, seja possível *um mundo onde caibam todos os mundos*, no qual *caibam todas as cores*. Aqui, é importante ter em mente essa ideia de binômio, porque todos os dois termos dessa relação só se entendem em relação ao outro.

Para tal, nesse capítulo, tento retratar a realidade do dia a dia dessa luta política no marco de um conflito político-militar, mas trabalhando com registros que se reportam a outra linguagem, a das imagens em vídeos documentários. Analiso esses testemunhos, como amostras de um processo que entendo como significativo na construção política de

³⁸ Doutor em Ciências Humanas (PPGICH-UFSC), Membro do Laboratório de Estudos Transdisciplinares (LET-UFSC), Professor no Centro Universitário de Brusque – UNIFEBE. E-mail: leocis69@gmail.com.

outra relação que as/os Zapatistas estabelecem com a sociedade civil e com o Estado mexicano, para sentar as bases de outra cultura política. Dialogo com algumas produções elaboradas, na sua maioria, por indígenas dedicados a fortalecer a memória e a contribuir com a divulgação da própria realidade, fazendo valer a própria voz, sem esperar nem depender de iniciativas que venham de fora. Nesses vídeos, sobretudo, procuro explorar de que maneira é vivida a experiência cotidiana da *resistência* a partir da proposta de *autonomia* e da *rebeldia*. Esses exercícios de análise também permitem confrontar o *discurso oficial* com o *discurso coloquial* zapatista (LEYVA SOLANO, 1999, 2006).

Para facilitar o aprofundamento do leitor, deixo os *links* ativos dos vídeos que foram analisados, para que esses registros e testemunhos sejam apreciados na íntegra. De toda maneira, para quem não possa se deter nessas produções, no presente texto, o leitor poderá apreciar certa preocupação com a riqueza de detalhes dessa realidade a ser retratada. Em termos gerais, esse cuidado tem a ver com a intenção de ser o mais fiel possível tanto à palavra, quanto com o contexto de produção dessa palavra, identificada aqui como pertencente ao *discurso coloquial* zapatista. Isto é, aqui interessa apresentar da forma mais completa a palavra das/os Zapatistas que não são da comandância geral do EZLN, nem são da comandância do CCRI, nem são porta-vozes oficiais, nem são os quadros intelectuais da vanguarda zapatista.

A partir destes elementos de juízo, a intenção deste texto é a de aprofundar o entendimento do significado e do sentido da *dignidade rebelde*, construindo *autonomia*.

1. Caminhar a palavra verdadeira

Caminhar a palavra é uma expressão própria das/os indígenas zapatistas, cuja simbologia é muito rica, além de poeticamente sugestiva. Para elas/es, esse caminhar envolve, claro, a ideia de andar, isto é, viver, ter experiências,

mas em se tratando de andar a palavra, não é qualquer uma, e sim a palavra verdadeira. Isso também refere a pensar, refletir, conhecer, aprender nesse andar e com essa palavra. Mas, esse conhecimento desse andar não é apenas intelectual, o caminhar é, também e fundamentalmente, no coração, ou seja, nos sentimentos, no espírito, na alma de cada um. Finalmente, voltando ao sentido mais lato e menos metafórico, caminhar a palavra refere a um claro sentido de ação. Dito de outra maneira, não é suficiente saber, conhecer, aprender e sentir, se não é para fazer acontecer essa palavra. Pois, por ser verdadeiro o conteúdo dessa palavra, ela gera compromisso. Por enquanto, não me detenho na questão do que significaria que essa palavra seja verdadeira.

Leyva Solano (1999, 2006) faz uma distinção entre discurso zapatista *oficial* e *coloquial*, sendo o primeiro aquele que as instâncias de mando e a estrutura organizativa formal (CCRI – EZLN)³⁹ reconhecem como seu, por exemplo, as Declarações da Selva Lacandona⁴⁰. Por outro lado, o discurso coloquial é produzido entre as bases indígenas, camponesas ou urbanas, das organizações zapatistas, tanto de Las Cañadas (sudeste de Chiapas) como de diferentes regiões de México. Essa diferenciação é importante, porque nos permite ter uma leitura crítica do processo, ao mesmo tempo em que reconhecemos e tentamos entender mais uma das complexidades desse processo, dessa realidade. Contudo, não se trata de duas realidades dicotômicas ou esquizoides, embora haja contradições, defasagens e ruídos que não permitem vê-las como idênticas, pois seria absurdo. Também, não sabemos se seria isso o que as instâncias de mando desejariam. A autora o expõe da seguinte maneira:

³⁹ Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, máxima autoridade política das comunidades zapatistas, e Exército Zapatista de Libertação Nacional, órgão militar insurgente.

⁴⁰ Em CISNEROS, 2014, p. 208-246 o leitor pode acessar uma análise pormenorizada desses documentos, e de outros, que são considerados os principais discursos *oficiais* zapatistas.

[...] Entre estos **dos niveles de producción simbólica** existe un **vínculo**, una especie de punto de intersección donde los discursos se cortan. Sin embargo, la **textura** de su narrativa **no es la misma**. He ahí la relevancia de los líderes políticos quienes fungen como *cultural brokers* entre estos niveles (LEYVA SOLANO, 1999, p. 10). Grifos meus.

Dessa maneira, aqui proponho, por um lado, me aproximar do nível de produção simbólico não oficial, mas, sim, o do cotidiano da vida das bases camponesas zapatistas. Por outro lado, me afasto (relativamente) da escrita, como suporte documental, para utilizar outra linguagem: as imagens de vídeo documentário, para estabelecer um diálogo.

Para isto, processei, sistematizei e analisei vinte e dois vídeos, dos quais, apenas três deles são apresentados a seguir, mediante um exercício de *descrição densa* (GEERTZ, 1989). Com isto, quero dizer que, embora eu não seja antropólogo e não tenha essa prática, concentro esforços em desenvolver algum tipo de exercício etnográfico, trabalhando com esses registros fílmicos, assumindo que eu, como pesquisador, parto da base que o que estava prestes a conhecer são mais do que “atores-agentes” ou “comportamentos”, pois é uma cultura, entendendo-a como um *contexto*, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível. Também nesse sentido, é evidente o fato de que as minhas construções, isto é, o que se constitui em *meus dados*, elas são feitas a partir das construções de outras pessoas. Portanto, não duvido que a minha produção final, como dizia Geertz, é uma interpretação de segunda e terceira mão, é uma *ficção*, um *ato de imaginação*, e me sinto plenamente contemplado quando ele afirma que a “importância [desta escrita] reside nas condições de sua criação e o seu enfoque” (GEERTZ, 1989, p. 13-44).

Os materiais escolhidos foram realizados por três grupos midiáticos alternativos independentes e sem fins lucrativos, cujas produções são acessíveis nos respectivos canais

do sitio web aberto YouTube. Um deles é Resúmen Latinoamericano⁴¹, que se autodefine como “un medio televisivo de contrainformación para dar voz a todas las luchas y resistencias de Latinoamérica y el Tercer Mundo”. O outro canal é Desinformémonos⁴², que não apresenta autodefinição no site. Finalmente, o terceiro e mais importante para nosso trabalho, são as produções de Promedios⁴³, quem se apresenta assim:

[...] Promedios ayuda a **difundir** a través del video la compleja realidad social de los pueblos indígenas de México. En **Chiapas** han ayudado a que sean **las propias comunidades quienes realicen el trabajo de documentar** por medio del video su lucha por un mundo mejor y en contra del olvido. Grifos nossos.

Pela citação, pode-se apreciar o por quê da sua maior importância e, portanto, maior presença de materiais. Através de Promedios, são as/os próprios indígenas zapatistas que falam de si próprios, da sua vida, seus problemas, dificuldades, conquistas, etc.

Para expor o conteúdo deles, apenas respeito o critério cronológico dos fatos noticiados/documentados, para, de alguma maneira, acompanhar a progressão e rumos tomados pelas decisões na vida diária. No entanto, pode-se apreciar que eles contribuem, em linhas gerais, em duas dimensões: por um lado, apresentando a *autonomia em resistência* de forma ampla e geral e, por outro lado, desenvolvendo esse mesmo eixo, só que explorando algum dos seus aspectos particulares, como é a educação, a saúde, a produção, etc. Todos eles estão ativos e podem ser acessados livremente. Junto aos relatos, intercalamos algumas imagens correspondentes ao respectivo vídeo.

⁴¹ Disponível em:

<https://www.youtube.com/channel/UCbojUJsn3YaE_95sq_HzO4w>

⁴² Disponível em: <<https://www.youtube.com/user/desinformemonos>>

⁴³ Disponível em:

<<https://www.youtube.com/channel/UCuGL9ifJpazmqGpTFw3EWLw>>

Recomendo assistir todos eles, entre tantos outros que têm sido produzidos. Aqui, apenas analiso três deles, por uma questão de economia de espaço. Pois entendo que com este pequeno grupo conseguirei atingir os objetivos já enunciados.

1.1 Educação em resistência⁴⁴

Na legenda inicial do vídeo aparece a seguinte frase: “*Te Nop JunYu'um Pobrehetic*”, que segundo aí mesmo informa, significa *educação em resistência*.

A primeira imagem é uma foto de uma placa pintada em madeira que diz: “A educação autônoma pela paz e pela humanidade”, frase que se dispõe em arco, na parte superior, por acima de uma estrela de cinco pontas.

Imagens de meninos de diferentes idades andando dentro da comunidade, levando materiais escolares na mão, em quanto o áudio deixa escutar uma música zapata que fala sobre a educação que eles mesmos propõem.

Chegando numa construção bem simples, observam-se imagens de uma menina, de mais ou menos 12 anos, sentada num banco coletivo de madeira e, numa madeira coletiva que serve de mesa, para apoiar seus cadernos. A construção é de chão batido, com paredes, que mais parecem divisórios, de troncos finos amarrados um ao lado do outro com grandes frestas entre eles que não chegam até o telhado, sendo este de material. Na sala há meninos e meninas de diferentes idades. A professora é uma adolescente de aproximadamente 16 ou 17 anos, que faz a chamada.

Depois, em outro local, aparecem três jovens adolescentes, que aparentemente são os promotores comunitários de educação, dois rapazes e uma moça. Um deles fala em

⁴⁴ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=MeC3zxL0AMo&index=145&list=UUuGL9ifJpazmaGpTFw3EWLw>.

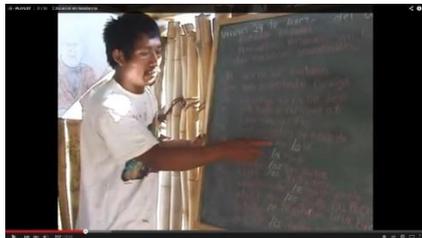
espanhol sobre a *educação autônoma*, que é o trabalho, a cultura e o pensamento deles, independentes das propostas do governo. O outro rapaz continua a fala, dizendo que a educação autônoma que a comunidade e o município pensaram está sustentada na ideia da justiça para que todos recebam educação.

Mais imagens de crianças em sala de aula, apoiando os cadernos num banco comum. Em registro de áudio, a voz de homem jovem fala em língua indígena, e as legendas permitem entender que fala sobre o tipo de educação que desenvolviam os professores do sistema oficial do Estado, destacando que, na verdade, só faziam as crianças brincar. Comenta também que, geralmente, esses professores eram mestiços e nunca eram indígenas.

Depois, em áudio e imagem de um adolescente, que fala em língua indígena, comenta que o governo mandava "só mestiços para que não lhes ensinem nada"⁴⁵.

As imagens mostram um professor, que é um homem adulto, de uns trinta e poucos anos, ensinando o alfabeto em espanhol. Em quanto escreve no quadro verde, as crianças repetem em conjunto em voz alta a letra escrita pelo professor.

⁴⁵ O critério geral deste trabalho é de manter as citações literais na língua original, mas no caso destas entrevistas, na maioria dos casos optamos por traduzir nós mesmos para o português, pelas seguintes razões: o áudio não é muito claro, então a citação não é literal e sim o sentido geral da fala; também porque o espanhol que os indígenas falam apresenta dificuldades, até para quem é hispano-falante, por causa dos regionalismos, a linguagem coloquial ou as misturas com termos ou estruturas gramaticais da língua indígena; e também, pela pouca fluência nesta língua, pois lembremos que para elas/es é sempre sua segunda ou terceira língua, nunca a de nascença.



Ele fala em espanhol sobre a educação que recebem os “filhos de ricos”, e a diferença que existe com os pobres, que nada recebem, porque “o governo não quer que eles acordem”. Ele comenta que como eles são da proposta da educação autônoma, então eles ensinam sobre o que é deles, sobre a realidade deles. Explica sobre a decisão do povo de formarem parte da resistência e, portanto, da importância de que os professores também compartilhem da luta pela resistência. Ele, por exemplo, foi nomeado pelos companheiros da comunidade, para ser *promotor de educação*, porque ele já tinha conhecimento e sabe ler e escrever e porque todos coincidem em que seu povo precisa aprender isso: ler, escrever e cálculos matemáticos.

Seguem imagens de crianças no pátio, um grupo de pequenos enfileirados em pé e outro grupo de meninas mais velhas, de 9 a 12 anos aproximadamente, correndo alinhadas por trás.

Depois, só em áudio, uma mulher velha fala em língua indígena sobre a vantagem delas/es agora terem seus próprios professores, porque já não mais querem depender do governo, que é mau e comete injustiças com eles. A questão é que as crianças sintam interesse e ponham vontade em aprender. Porque os professores mestiços só chegam batendo neles, sobretudo nas crianças e, principalmente, quando brincam. Muitas vezes, até voltam para casa machucados por esses professores. Em quanto se escuta sua voz, vemos mais imagens de sala de aula e de um professor ensinando. Também vemos imagens de rapazes adolescentes sentados no chão, à sombra de uma árvore, todos com

cadernos em mãos, escrevendo e um deles falando. Os demais prestam atenção ao que ele fala. Outro grupo de adolescentes está sentado em cadeiras ao redor de uma mesa dentro da escola. Sobre o final da fala, as imagens mostram a mulher que parece uma anciã, mas que deve ter entre 50 e 60 anos aproximadamente.

Na sequência, em áudio e imagem, uma moça de 20 anos aproximadamente, fala em língua indígena sobre o bom que é que agora haja professores, porque no tempo em que ela era criança não tinha professores, aliás, nem tinha escola. Então, seus pais sempre a levavam com eles para o trabalho deles na lavoura, então ela nunca aprendeu nada de escola, nem a ler nem a escrever. Só aprendeu a trabalhar no campo. Mas, agora, já não é mais assim, pois agora há professores e as crianças devem aprender. Ela comenta que ela tem três filhos, mas só uma das crianças quer estudar e os outros não. O seu depoimento acontece junto a toda a família, sentados no tronco de uma árvore caída: ela, outra moça nova, uma menina adolescente, um senhor, uma senhora bem idosa e uma criança. Acompanham seu relato, imagens de outras moças, adolescentes e crianças, trabalhando na lavoura.

Depois segue o depoimento de um homem adulto que fala em espanhol sobre a dificuldade de ter professores que queiram ir até lá para trabalhar. Em quanto fala, vemos imagens de crianças que sozinhas vão por trilhas para chegar à escola. Por causa dessas dificuldades de ter professor, por exemplo, que nunca chegavam porque não havia estradas até suas comunidades. Então, o que acontecia era que as crianças não aprendiam nada, pois só ficavam brincando e andando na mata. Diz que eles já sabem o duro e triste que é essa realidade, que eles já conhecem bem. Lembra que seus pais "morreram na mão dos latifundiários e não podiam ir para a escola e não podiam estudar" e, desse jeito, também cresciam as crianças. Acompanhando a fala deste homem, apreciamos imagens de desenhos de crianças, retratando situações de hostilização de soldados nas comunidades, também vemos a bandeira do México desenhada e

pintada em madeira dentro da sala de aula. Seguidamente, observamos um homem adulto carregando grande saco nas costas andando por caminho de mato.



Em outro local, se escuta uma música cantada por crianças, acompanhada de violão, junto à imagem de uma moça adolescente que leva um caderno em mão, e que vai andando pela rua da comunidade, primeiro, sozinha, depois sendo seguida por uma fileira de crianças de 4 a 6 anos aproximadamente.

Agora vemos uma jovem adolescente, de 16 anos aproximadamente, uma professora, que fala em espanhol sobre sua vontade de querer ensinar às crianças o que ela sabe. Também comenta que foi a comunidade que a nomeou promotora de educação, porque era a única que tinha concluído o sexto ano. Ela comenta que também quer ensinar sobre o que são seus costumes, as brincadeiras, as músicas e comenta que, por exemplo, ela lhes ensina a cantar o Hino Zapatista. Durante a fala dela, observamos imagens de jovens em sala de aula, sentados em carteiras, estudando. A jovem professora está no grupo. Também vemos a jovem professora ensinando a crianças pequenas, todas em volta dela, com cadernos em mãos e ela explicando com caderno também.

Ainda durante a fala desta professora, se apreciam imagens de um grande grupo de adolescentes e crianças andando em caminhos de pradaria levando bandeiras, instrumentos musicais e alguns com folhas na mão, como se estivessem indo participar de um evento especial. Também vemos imagens de crianças brincando com uma bola na

grama e numa quadra de basquete de chão batido, assim como imagens de crianças andando em trilhas dentro do mato e em pastos, cantando o Hino Zapatista. Se apreciam paisagens de montanhas selváticas. O grupo chega à beira de um rio, onde os pequenos, nus, tomam banho. A professora toma banho de vestido mesmo.

Depois, disso, vemos dois homens e duas mulheres jovens, sentados numa madeira, do lado de fora de uma construção de madeira, e um dos homens fala em espanhol sobre a importância e a decisão deles de construir sua própria educação a partir do trabalho coletivo deles mesmos, a partir da sua realidade comum como camponeses. Não querem trazer a ninguém de fora, do governo, pois querem alguém que conheça sobre seus costumes e sua cultura. Durante sua fala, acompanham imagens de outra sala de aula, numa construção de alvenaria, paredes pintadas, carteiras para cada estudante, onde se observa um grupo de rapazes adolescentes. Entre todos eles, só se vê uma única moça, que é a professora que falou anteriormente.

Brevemente, aparecem dois dos jovens professores, sentados juntos, do lado de fora de uma construção de material, e um deles, um rapaz, fala em espanhol frisando a decisão da comunidade de nomear promotores de educação que sejam das comunidades, para que saibam ensinar o que são os costumes deles. Acompanham sua fala, imagens de um grande grupo de adolescentes andando com bandeiras e instrumentos musicais, como se estivessem participando de algum tipo de cerimônia ou evento e ruas de uma cidade.

Volta a falar o homem jovem, professor, que fala em espanhol insistindo sobre a importância de ensinar sobre a sua história. Em quanto fala, observamos imagens de fotos de desenhos feitos por crianças sobre castigos/torturas feitos aos indígenas. Também, sobre as doenças infecciosas trazidas pelos espanhóis e contagiadas aos índios. Outros desenhos são alegóricos a Zapata e a Virgem Maria.

Na sequência, observamos imagens de crianças ordenadas em formação na quadra de basquete de chão batido, e escutamos uma música cantada por esse professor, acompanhado de violão, que fala sobre a história deles. Paralelamente, alterna com imagens de garotos cortando a grama a facção.

Depois, observamos três homens jovens sentados no interior de uma construção de madeira, um deles fala em língua indígena sobre a importância de que cada vez se apoiem mais para que a população possa realizar mais trabalhos em coletivo, para ir cada vez se ajudando mais e mais os uns aos outros. Diz que a população deve se fortalecer por essa via para poder estabelecer acordos de trabalhos coletivos e isto é para que cada vez haja mais trabalho. Pois, sem trabalho coletivo, não há organização nem luta e o povo se desanima. Com o trabalho coletivo se acabam esses sofrimentos, pois, assim, eles conseguem ter meios para se sustentar e para vender seus produtos para poder apoiar o educador e que não tenha que ficar esperando apoio do governo. Ao mesmo tempo em que ele fala, também observamos imagens de grupo de pessoas trabalhando conjuntamente, debulhando feijão numa *milpa*⁴⁶, assim como imagens de homens andando na floresta, atravessando um córrego, carregando grandes sacos nas costas. Também se observam mulheres, com crianças nas costas, preparando alimentos de forma coletiva.

Mais uma vez fala o homem jovem que é professor, agora fala em espanhol sobre a existência de trabalho coletivo no povoado, e que ele vê que há cooperação. E é por isso que devem seguir resistindo ainda mais.

⁴⁶ Estratégia pré-colombiana para a produção de alimentos. Há aproximadamente 5 mil anos, na mesma parcela de terra, se cultiva milho, abóboras e feijões são cultivados juntos pelos povos nativos de Mesoamérica e a península de Yucatán.

Uma jovem adolescente, de aproximadamente 16 anos, é professora e aparece no início do vídeo, fala em língua indígena sobre os acordos [feitos na comunidade] de lhes entregar certa quantidade de milho ao ano.

Depois desses depoimentos, vemos homens jovens roçando a facção e um deles, senta na sombra e fala para o cinegrafista em espanhol sobre sua história pessoal e diz que sente que "cresceu como se fosse um animalzinho", porque nunca aprendeu a ler, porque não tinha escolas e só se dedicavam a trabalhar.

Como dando continuidade a esta fala, em outro local, um homem mais velho, de aproximadamente 50 anos, também trabalhador rural, fala em espanhol que o governo não mandava professores, porque o que o governo quer é só que eles vivam a vida inteira "em escravidão", porque ficam dependentes e se submetem ao patrão e não vão para outro lado. E assim foi que os seus pais nunca entraram numa escola e assim morreram, ignorantes, porque não tinha professores naquela época. Acompanhando esta fala, vemos imagens de um grupo de soldados zapatistas, homens e mulheres, marchando em formação com armas ao ombro. Também, paralelamente, imagens de adolescentes (professores que já falaram) lavando utensílios de comida juntos numa torneira comum no lado externo da escola. Então, ele justifica que se não tivesse sido pelo sangue derramado em 1994, ele ainda seria *mozo* (serviçal doméstico) na casa de um patrão ou de encarregado num rancho.

Uma moça adolescente, professora, fala em espanhol sobre como é na escola regular, comentando que os maltratam, que dão muita bronca aos indígenas e que zombam deles por serem pobres.

Ainda com as imagens dos jovens professores lavando, começamos a escutar a voz de uma moça, também professora, que fala em espanhol que o governo nunca os respeita, mas que elas/es sim respeitam. Também diz que o governo nunca sabe nem se importa se estão aprendendo ou não, mas eles sim sabem quando isso acontece. Logo de-

pois, aparece ela, junto a outra jovem, sentadas nas cadeiras de uma sala de aula, numa construção de madeira, com as paredes pintadas com desenhos muito coloridos. Em quanto ela fala das variadas faltas de respeito que têm sofrido de parte dos professores da rede oficial, aparecem imagens, numa escola zapatista, de um professor colocando orelhas de burro num menino, que fica sentado, aceitando em silêncio e de cabeça baixa (envergonhado). Aparentemente, por ser um registro na mesma qualidade que a observada até aqui, nos dá a entender que é uma filmagem feita pelo mesmo grupo de ProMedios. Assim sendo, nos leva a pensar que, talvez, seja uma encenação para a câmera do tipo de destrato que as crianças sofriam. Continuando no mesmo sentido deste depoimento, observamos imagens de meninas de diferentes idades em sala de aula, escrevendo em cadernos com caneta, em quanto ouvimos, em língua indígena, a voz de outra moça, professora, também falando dessa falta de respeito e do descaso do Estado, não se importando se estão aprendendo ou não. Mas, que eles sabem. Novamente, imagens do menino com orelhas de burro, sozinho, em silêncio e sem fala em *off*.

Volta a falar em espanhol um homem jovem que é professor, a respeito de que eles estão aí, trabalhando com muita dificuldade, porque os militares não os respeitam na sua autonomia, por exemplo, quando eles vão tomar cursos, os soldados estão vigiando e controlando, ou quando são obrigados a passar pelos postos de controle, lhe revisam seus materiais. Paralelamente à sua fala, vemos imagem de crianças num espaço aberto e um veículo do exército com soldados a uns 30 metros delas. Também se passam imagens de um veículo militar e de soldados rondando em volta de uma casa.

Com imagens de crianças pequenas comendo em pé, de uma vasilha plástica, se escuta a voz de outro homem jovem, falando em espanhol, comentando que o problema da desnutrição é muito grande, por causa de não ter bons alimentos. Logo aparecem as imagens de dois homens jovens sentados dentro de uma construção de madeira,

aparentemente um espaço destinado a ser sala de aula, um deles é o que fala.

Depois, como dando continuidade a esta fala, outro jovem, em outro espaço fala em espanhol sobre a escassez de alimentos na comunidade, e que das plantações só conseguem tirar feijão. Vemos as imagens de uma refeição, aparentemente coletiva, em que só servem um prato de feijão. Seguidamente, se passam imagens de um homem adulto e um jovem adolescente levando uma criança de aproximadamente 6 anos, deitada numa rede, aparentemente doente. Em quanto isto, continua a fala do jovem para dizer que eles, que são adultos, podem aguentar mais, mas que as crianças desnutridas não aguentam. Comenta que, muitas vezes, eles saem, mas no meio do caminho têm que voltar, "porque o bebê sempre morre no caminho". Embora não fique bem explícito, estes comentários parecem ter a ver com o efeito que isso causa na saúde e nos processos de aprendizado das crianças e jovens.

Novamente, fala aquele homem jovem que tinha comentado que nunca tinha ido à escola, falando em espanhol comenta que não quer que seus filhos passem pela mesma história que ele teve que viver quando criança. Em quanto o escutam falar, apreciamos imagens de meninos de aproximadamente 6 anos, carregando um tronco e com facão na mão. Ele quer que eles saibam escrever, porque ele nunca aprender a ler nem a escrever, porque, talvez, seus pais nunca pensaram que deviam tê-lo mandado para a escola. Acompanhando essa fala, temos imagens de uma sala de aula, com crianças e o professor escrevendo no quadro. A construção é de material, mas as paredes sem reboco e as crianças sentam em bancos comuns de madeira, assim como as mesas para apoiar os cadernos. Mas, ele diz que não pensa como pensava seu pai e que ele quer que seus filhos saibam ler e escrever, sim. Ele afirma enfaticamente que eles querem que isso mude, que já não pode ser como era antes, porque se não mudar, essas crianças também não vão ter um futuro melhor que o dele.

Agora aparecem imagens de crianças enfileiradas, chegando num espaço aberto de chão batido, o que parece ser como uma quadra ou um pátio de escola. Em quanto isso, começamos a ouvir a voz de um homem jovem, que fala em espanhol que o objetivo da *educação autônoma* é o de conseguir um avanço com as crianças, que não seja como era com seus pais e avós, que não sabiam ler nem fazer contas. Logo aparece a imagem dele, encauzado, falando ao cinegrafista. Eles não só querem que suas crianças tenham uma melhor educação, como também que aprendam e consigam ensinar aos outros colegas da comunidade. Acompanhando sua fala, aparece a imagem de um menino lendo em sala de aula em pé. Também aparecem meninos brincando no pátio, assim como adolescentes e jovens sentados numa mesa estudando, com livros e cadernos. Comenta que a decisão de eles se decidirem a construir sua educação autônoma em resistência, também tem a ver com uma situação, já comentada por outros, que é a seguinte: os professores que o governo manda, quando chegam, também abandonam o trabalho sem dar satisfação e as crianças, simplesmente, ficam sem escola e sem poder aprender. Por isso acharam necessário criar sua própria educação e com o claro perfil de que seja em "resistência indígena".

Dentro da mesma sala de aula, de uma construção de material, junto ao homem que falou anteriormente, aparece outro homem jovem fala em espanhol, também encauzado, o segundo que aparece neste vídeo, que, continuando com a fala do anterior, diz que os professores do governo não ensinavam bem. Afirma que eles querem sua própria educação, sua própria língua e sua própria cultura. E pensam isso para que haja mudanças e melhoras, sendo diferente da educação do governo. Acompanhando sua fala, aparecem imagens do que parece ser essa mesma sala de aula, só que desde o lado externo, jovens e adultos, alguns dentro de sala, outros saindo e, no pátio, há jovens deitados na grama, aparentemente, fazendo uma tarefa, todos com cadernos.

Novamente vemos imagens da família sentada no tronco da árvore caída e, agora, é o homem mais velho, entre 55 e 60 anos aproximadamente, que fala em espanhol dizendo que “é muito bonito saber ler e escrever”, mas que para isso se precisa de professor. Em quanto ele fala, vemos imagens de uma sala de aula com crianças e professora sentada, rodeada de crianças lhe mostrando seus cadernos e ela, aparentemente, corrigindo um desses cadernos.

Em quanto vemos essas imagens, começa a falar novamente a jovem professora, a que aparece junto às crianças, e fala em espanhol que ela acredita que vai continuar trabalhando nisso, ensinando, para que as crianças saibam ler e escrever e para que, quando eles já tenham aprendido, talvez, eles sejam os próximos promotores de educação. Sua fala também é acompanhada de imagens dela escrevendo em espanhol no quadro para as crianças lerem.



Nos últimos minutos do vídeo só temos imagem sem depoimentos, primeiramente, as de uma menina de aproximadamente 10 ou 11 anos que está saindo de uma casa, andando por trilha no mato até chegar à escola, onde a recebe a professora. No fundo desta cena, escuta-se o Hino Zapatista interpretado por crianças. Também apreciamos a imagem de mulher, penteando a arrumando as crianças, para que vão para a escola, acompanhados da professora, andando pelo caminho de terra da comunidade. Fecha uma cena de crianças sorridentes na sala de aula e, já nos slides dos créditos desta produção, escutamos a voz do professor que em espanhol ensina a ler as letras do alfabeto em

espanhol, para ler uma palavra, e as crianças repetem junto com ele.

Estes depoimentos e as imagens, além de mostrar qual era a realidade antes de 1994, manifesta a vontade e decisão das comunidades de não se somar ao descaso do Estado e providenciar elas/es mesmas/os a educação que as crianças precisam e merecem, e que a muitos desses adultos lhe foi negada. Isto também nos permite apreciar o forte conteúdo político-ideológico que está em discussão, quando a educação é o assunto da pauta. No caso das comunidades zapatistas, o fazem desde sua convicção de construir *autonomia* e, sob essas circunstâncias, não tem como ser de outro modo, que não seja em *resistência* e em *rebeldia*, para construir uma educação na base da *democracia*, para a democracia, que seja *justa* e que promova a *liberdade*.

1. 2. Trabalhos coletivos em resistência⁴⁷

O vídeo inicia, diretamente, mostrando imagens de campos de cultura e, logo imediatamente, uma mulher jovem que fala em espanhol, de dentro do que parece ser sua casa, dizendo que a luta e resistência deles, que tem força, fôlego e muita fé, apesar do grande problema que eles enfrentam. Declara a importância de “seguir avançando com os trabalhos, para não se deixarem vencer”. Em quanto fala, também observamos imagens de um grupo de homens jovens debulhando feijão, como assim também outro grupo de homens trabalhando na colheita, aparentemente de trigo. A mulher insiste na importância de continuar resistindo e associa isto à situação de que as famílias passam muita necessidade. Acompanhando sua fala, vemos mulheres

⁴⁷ Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=IHGGCMGTrQo&list=UUuGL9ifJpazmaGpTFw3EWLw&index=120> (este não permite ser baixado).

com vestimentas típicas com criança amarradas nas costas, trabalhando na separação de grãos da casca. Também observamos outras imagens de mulheres com vestimentas típicas, junto a crianças, trabalhando sentadas com costura/bordado. E a fala da mulher afirma que a luta deles “é assim, é resistir a toda hora, com problemas ou sem problemas. Porque se não resistem, o governo e os inimigos os acabam”. Acompanhando essa fala, observam-se grupos de jovens e crianças, trabalhando no que parece ser a preparação da terra para uma horta.

Após essas imagens e esse primeiro depoimento, aparece um slide no qual a legenda fala: “Trabalhos coletivos em resistência. Homens, mulheres e crianças – I A colheita de arroz”. Seguidamente, começa com as imagens de grupos de homens, mulheres e adolescentes trabalhando na colheita de arroz. Observamos que o trabalho é coletivo, realizado entre 20 ou 30, organizadas em diferentes tarefas coordenadas. Logo, imediatamente, vemos um homem jovem sentado à sombra de uma árvore, falando em língua indígena sobre o arroz, época de semeia e de colheita. Talvez, mais do que a fala do jovem, que parece mais informativa e técnica, as imagens ilustram muito bem a divisão de tarefas, a coordenação dos trabalhos e a participação de todas/os, sem distinção de gênero nem idades. Todos colaboram, na medida das suas condições.



Um segundo slide, agora, informa sobre: “II – A colheita de feijão”, e inicia com a fala daquele mesmo homem jovem, que em língua indígena, comenta sobre onde, qual a

época de semente e de colheita do feijão. Logo, imediatamente, vemos grupos de homens trabalhando na colheita de feijão. São diferentes tarefas coordenadas, que mostram como é o processo de colheita, debulha, ensacado e transporte até a comunidade. As imagens mostram que os barcos de feijão são tirados de entre pés de milho, o que nos permite ver como é o sistema indígena ancestral de cultivo em *milpa*. Em quanto vemos imagens de homens carregando grandes sacas de feijão nas costas por trilhas, no mato, ou por caminhos de terra, o jovem, comenta que a *milpa* fica a duas horas de caminho a pé pela selva, até chegar à comunidade.

Depois, aparece um terceiro slide, cuja legenda fala “III – Conservação dos solos”. Aqui vemos um homem jovem falando em língua indígena sobre como cuidam e fiscalizam para que não se cultive em áreas que degradem o ecossistema (ladeiras de morros). Sua fala vai sendo ilustrada por imagens de homens observando o terreno e a câmera enfocando partes de ladeiras que têm sido completamente desmatadas. Também observamos, em outro local, um grupo de homens usando aparelhos simples, mas eficazes para medição, nivelção e marcação de áreas para cultivo, plantando *barreiras* (linha de plantas tipo babosa). Ele fala que essas *barreiras* são para conservação do solo. Não explica como.

Depois, aparece um quarto slide, cuja legenda fala: “IV – Construção de um canal de água”. Novamente, aparece a moça do início do vídeo falando em espanhol que a estratégia do governo é a de enfraquecê-los em sua luta, através dos programas sociais como Procampo. Em quanto ela fala, também vemos um grupo de homens adultos com machado, derrubando árvores na floresta, talhando as toras, para fazer encanamento, que serão deslocadas de forma coordenada, porque são muito grandes e pesadas. Utilizam só a força dos homens, cipós, calços e alavancas feitos de troncos menores. A tora talhada serve de conexão entre o rio e um canal cavado na terra.



Depois de que as meras imagens mostram o grande trabalho e esforço para derrubar, talhar a tora, deslocar e coloca-la para conectar o rio com um sistema de valas cavadas na terra; depois de ver como estava funcionando, segundo o previsto, outro slide com legenda informa que esse canal foi destruído um mês depois por paramilitares financiados pelo governo federal.

Um quinto slide anuncia: “V – Artesanatos em coletivo”. Uma mulher com vestimentas tradicionais típicas, fala em língua indígena e, em quanto borda, comenta sobre os bordados e diz que fazem isso para apoiar e complementar o trabalho dos homens, e que eles não fazem esse trabalho. Também diz que é uma forma das mulheres se apoiar entre elas, pelo pouco dinheiro que ganham. As imagens permitem ver que é um grupo de mulheres com vestimentas tradicionais típicas que estão bordando. A mulher que fala, não olha para a câmera ou o entrevistador, só olha o bordado, que não interrompe.

Complementando este depoimento, vemos novamente a jovem mulher do início, que fala em espanhol sobre a dificuldade para vender seus artesanatos e que às vezes contam com a ajuda de pessoas de fora que vendem para elas. Sua fala vai acompanhada de imagens de um tipo de exposição de diversos tipos de confecções de roupas típicas bordadas.

O sexto slide leva o título de “VI – Educação autônoma”. Após o qual, aparecem imagens de crianças em sala de aula e um jovem professor no quadro verde e giz, explicando. No áudio, a voz de um homem jovem que fala

misturado espanhol com língua indígena, em relação à educação autônoma. Logo imediatamente, aparece ele, falando para o entrevistador. O jovem frisa a importância da relação entre teoria e prática, da matemática pela sua grande utilidade no dia a dia. Sua fala vai ilustrada com imagens de crianças fora de sala de aula, aprendendo a semear na horta, a mexer com a terra com picaretas, orientadas por adultos. Explica que esses conhecimentos estão presentes a toda hora na vida cotidiana dessas crianças e, por isso a importância de poder mostrar a relação entre teoria e prática.

O sétimo slide fala sobre "VII – A recuperação de nossa cultura". O áudio é da voz de uma mulher jovem, a mesma do início, que fala em espanhol sobre os trabalhos que alguns homens sabem fazer, para não perder sua cultura.

As imagens mostram um homem mais velho, de uns 50 anos aproximadamente, talhando um bambu à faca para fazer um instrumento musical, um tipo de flauta. Em quanto isso, o áudio é da voz da moça do início, que fala em espanhol, comentando sobre a importância que tem para elas/es o resgate dos conhecimentos de pessoas que ainda sabem fazer coisas, como antigamente se fazia, e que isso não é bom que seja perdido.

Agora vemos imagens de um grupo de homens tocando instrumentos musicais tradicionais feitos com materiais naturais, um grupo de mulheres e crianças assistindo e um grupo de homens dançando com fantasias feitas de cores de animais e outros materiais naturais, imitando animais. Outros homens e mulheres dançam sem fantasias. Paralelamente, escutamos a voz de um homem jovem que fala misturando espanhol e língua indígena, para frisar a importância que tem a história para os promotores educacionais e, claro, sua transmissão para seu conhecimento, sobretudo, repassá-la para as crianças, para resgatar os conhecimentos que têm sido perdidos. Finalmente, aparece o jovem falando, sentado num banco que parece ser de uma sala de aula.

Um oitavo slide fala em “VIII – Integração”. Vemos um homem jovem que fala em língua indígena, misturado com espanhol, explicando que “integração” tem a ver com as demandas deles e com a recuperação do que lhes foi tirado pelos poderosos. Suas reivindicações são “terra, trabalho, moradia e outras” ... A fala dele é acompanhada das imagens de um grupo de homens, mulheres e crianças em formação militar com espingardas de madeira, marchando na rua com a bandeira do México, sem uniforme, encapuzados. Na frente da coluna, portam e estendem a bandeira do México.

Já fechando o vídeo, aparece mais uma vez a moça do início, que fala em espanhol sobre a persistência e união das comunidades para se manter na luta, para avançar, buscando outras formas de trabalho, para se apoiar. A sua fala é ilustrada com cenas de pessoas trabalhando conjunta e coletivamente numa lavoura. A mulher afirma que esse apoio mútuo é importante porque “se eles como povo, não procuram a forma de se organizar para os trabalhos, acaba a cultura deles”.

O fim do vídeo é um slide com uma legenda traduz a fala de um jovem, cuja voz se ouve em *off*, afirmando a importância de que as crianças aprendam a trabalhar em coletivo, porque essa é a cultura deles e porque assim é o modo de viver dos camponeses indígenas.

Este vídeo retrata de forma muito clara a profunda relação entre o sustento material da vida, a cultura e a política e, sobretudo, como os princípios da autonomia e da resistência não sendo apenas uma opção a mais, e sim, o cerne para sua subsistência, não só material, mas também na sua forma de pensar e de viver a vida com dignidade.

1. 3. A resistência⁴⁸

O vídeo inicia com um slide, cuja legenda informa que: “Este vídeo está dedicado a todos os homens, mulheres e crianças que durante mais de sete anos têm resistido ao cerco militar e que ainda estão em resistência”⁴⁹. O seguinte slide diz assim: “A Resistência”.

Primeiramente, sem mais som que uma música instrumental, vemos imagens de várias cenas de grande quantidade de soldados do exército federal em caminhões, circulando por ruas das comunidades ou fechando a passagem em caminhos. Em todas as cenas, há civis, homens, mulheres e crianças confrontando os soldados, sem agressões, mas manifestando seu descontento e repúdio a essa presença.



O próximo slide diz assim: “San Rafael. Agressão militar”. Seguidamente, observamos imagens de um grupo de homens jovens exaltados correndo atrás de um caminhão do exército por um caminho de terra, cheio de soldados. Depois, um jovem fala em espanhol, respondendo ao cinegrafista, sobre o que aconteceu nesse dia. Responde que eles estavam em San Rafael quando chegou o exército mexicano acompanhado da Segurança Pública (parece ser um tipo de corpo de polícia). Então, eles solicitaram apoio

48

Disponível

em:

<https://www.youtube.com/watch?v=qWxiBykeVZ0&index=136&list=UUuGL9ifJpazmqGpTFw3EWLw>.

⁴⁹ Lembrando que esse vídeo foi postado em março de 2012.

de companheiros civis de outra comunidade e quando os militares viram que chegavam mais civis, começaram a disparar para o ar. Eles estavam correndo na estrada e comenta que numa curva foi que os soldados lançaram pedras contra eles, o que causou ferimentos numa criança no rosto. Em quanto relata o acontecido, observam-se imagens que desde dentro de um caminhão do exército lançam pedras, mirando nos homens que corriam atrás dele. O cinegrafista continua e pergunta quantos soldados eram, e o jovem responde que eram uns seis carros mais a caminhonete da Segurança Pública. Em paralelo, observamos imagens de um grupo de pessoas agitadas que, aparentemente coloca alguém dentro de um veículo, que sai rapidamente. Talvez, seja o menino ferido, indo para o pronto socorro. Seguidamente, vemos um grupo de indígenas correndo atrás de um carro do exército, que gritam "fora daqui!". Esse grupo de civis, homens, mulheres e crianças, alguns com bastões de madeira, correm trás os caminhões do exército, que se afastam com velocidade. Isto se observa em diferentes locais, com diferentes grupos de civis e diferentes veículos. Em algumas ocasiões, também se observa a alguns jovens jogando pedras contra os soldados nos veículos.

Na sequência, em áudio um homem jovem fala em espanhol e diz que a mais de um ano de ter denunciado a agressão militar contra o menino, que identifica com nome e sobrenome, informando que perdeu a visão de um dos olhos, o Ministério da 39 Zona Militar ainda não tem castigado ao responsável nem tem reparado os danos causados. Acompanham o relato, fotos do menino de uns 7 ou 8 anos, deitado numa cama, aparentemente, de hospital, dando para perceber o prejuízo no olho direito.

Próxima legenda diz: "Segurança Pública em Nazareth" (uma comunidade zapatista). Em seguida, vemos imagem de um caminhão do exército dentro de uma comunidade bem tranquila (Nazareth), em zona selvática, do qual descem soldados. Em áudio, o jovem relata que na comunidade de Nazareth, do Município autônomo de San Manuel, a Segurança Pública se posicionou, sem consentimento dos

habitantes. E que dias depois, a comunidade expulsou a Segurança Pública. Nas imagens, observamos um grande grupo de vizinhos que se reúne, preocupados e impacientes, em volta do caminhão. Alguns com bastões de madeira. A multidão de vizinhos, homens, mulheres e crianças se movimentando em grupo trás os soldados, descontentes, repudiando sua presença, em atitude de expulsão, sem agressões. Os soldados, em muito menor número, dispersos, não correm em direção ao caminhão, que sai rapidamente. A multidão continua pelo caminho, atrás do caminhão na mesma atitude. O jovem informa que, dias depois, os habitantes conseguem que os soldados se retirem do local. Áudio e imagens de multidão expulsando os militares, gritando "Fora daqui!", e eles fugindo.

O seguinte slide informa: "Incurso militar em La Galeana". Seguidamente, observamos imagens de uma grande coluna de soldados do exército federal a pé num caminho de terra em região selvática, sendo seguidos por uma multidão de indígenas civis, homens, mulheres e crianças, indo atrás deles. Os soldados se posicionam num ponto de um caminho de terra e o fecham, ficando um ao lado do outro. A multidão foi ao encontro e os confrontam no caminho, questionando e repudiando sua presença, mas sem agressões. Os militares, não dão satisfação, só olham, atrapalham a imagem do cinegrafista e ficam em silêncio. Logo depois, o homem jovem fala em espanhol sobre a manifestação de homens e mulheres dessa comunidade em resistência, que se manifestaram contra a "incursão de elementos do exército mexicano". Podemos apreciar manifestações verbais dos vizinhos, que respeitosa, mas enfaticamente, falam para os soldados que "são todos iguais", "temos o mesmo sangue", que "podem ir", que "entendam!", "respeitem", "fora daqui!".

Seguidamente, vemos imagens de dois caminhões com soldados, circulando devagar. No áudio escutamos a voz de um homem jovem, que depois aparece e o cinegrafista cuida de não mostrar o rosto. Ele fala em espanhol di-

zendo que os vizinhos começaram a correr atrás dos soldados para que saíam, porque não querem que estejam ali. Sobretudo, temem pelas crianças. Denuncia que os soldados os estão incomodando bastante, porque vão entrando e eles não podem trabalhar. Após sua fala, vemos Imagem de veículo pequeno do exército, circulando devagar e os soldados ostentando os fuzis.

Outro slide diz assim: "Protesto em La Garrucha pelo assassinato de Guadalupe Méndez". Primeiramente, vemos imagens de um grande grupo de civis indígenas, exaltados, em volta de um caminhão, aparentemente do exército. Alguns jovens atiram pedras contra os soldados, alguns soldados revidam. Os soldados, em menor número, mantêm distância, um pouco dispersos, com fuzis prontos para atirar, alguns, até, apontam e miram contra os indígenas. Os soldados estão muito nervosos. Observa-se o caminhão indo. Esses registros levam a logomarca da TV Azteca⁵⁰, como sendo imagens de arquivo. Em áudio se escuta a voz de um homem jovem falando em espanhol que explica que tudo isso é decorrência de uma manifestação em contra a presença de militares. Ele continua e relata que, comentando sobre o assassinato de Guadalupe Méndez de 25 anos, natural de La Garrucha, como sendo responsabilidade de "elementos da segurança pública" durante um protesto na cidade de Ocosingo contra a presença militar. Também comenta que durante o cortejo fúnebre a comunidade de La Garrucha repudiou outro ato mais de repressão ao passar perto do acampamento militar, que está a poucos metros do povoado. Acompanham este relato fotos, uma do caixão de Guadalupe na caçamba de um caminhão e outra de homens encapuzados carregando o caixão. Também vemos imagens de cortejo fúnebre multitudinário pelo caminho de terra e atravessando campos. Em quanto uma multidão enfileirada caminha por uma trilha, vemos um soldado tirando fotos e não permite que vejam seu rosto. A multidão

⁵⁰ Segunda maior rede de televisão mexicana.

continua, mas grita repudiando essa presença. No local do enterro, a multidão reunida grita consignas políticas como, por exemplo, “Zapata vive! La lucha sigue! ...” E a uns 100 metros, os soldados estão observando, vigiando e registrando imagens.

No próximo slide, a legenda informa: “Amador Hernández”. Seguidamente, observamos um grupo grande de homens, mulheres e crianças, encapuzadas, primeiro em silêncio, depois cantando o Hino Zapatista, se posicionando num local na floresta que está cercado com arame farpado e, do outro lado, há soldados do exército mexicano. Predominam em quantidade as mulheres e meninas, algumas com crianças de colo nas costas. Apostos no local, parece ser uma formação estratégica, na primeira linha as mulheres e crianças, logo atrás, os homens. Todo mundo está encapuzado. Em áudio, a voz de um homem jovem, que fala em espanhol, afirma que por mais de um ano a comunidade de Amador Hernández resistiu à hostilização do exército. Imediatamente, vemos uma linha de soldados com apetrechos de força de choque, atrás de uma linha de cerca bem fechada de arame farpado. Atrás deles, aterrissa um helicóptero do exército. Os habitantes da comunidade, continuam se manifestando, cantando consignas políticas relativas à luta zapatista. Sem demora, se observa um rápido movimento de soldados e logo em seguida, o helicóptero decola novamente.

Um próximo slide diz assim: “Despejo do acampamento militar em *Jolnacho*”. Seguidamente, vemos imagens de um grande grupo de homens, mulheres e adolescentes, predominam os homens, e marcham por um caminho de montanha em direção ao acampamento militar de *Jolnacho*. Aparentemente é inverno, está nublado e bastante húmido. Soldados, vendo os indígenas se aproximarem, fecham o ingresso com uma barreira e um grupo armado com fuzis fica apostado em formação de ataque, alguns deles, apontando diretamente às pessoas. Um soldado também registra imagens da manifestação. Em áudio, o jovem homem que fala em espanhol, informa que o 31.12.2000, os

Zapatsitas dos Altos de Chiapas fizeram uma marcha até o acampamento militar de *Jolnachoj*, para exigir a retirada do exército. As imagens mostram que a multidão tem rodeado o acampamento em mais de uma frente. Também percebemos a inquietação e o nervosismo dos soldados, prontos para usar seus fuzis. No entanto, apesar das falas dos indígenas para que vão embora, a manifestação é pacífica, só jogam aviõezinhos de papel aos soldados, talvez, contendo mensagens. Não se observam agressões de nenhuma das partes. Um poucas mulheres gritam e empurram um soldado que não reage e pede calma. Imediatamente dois homens zapatistas chegam perto e pedem para se acalmarem e parar com isso. Elas param imediatamente. Em quanto isso, aos poucos, a multidão vai avançando para dentro do acampamento, e os soldados não reagem.

A marcha retorna pacificamente. Uma pessoa arrasta pelo chão um boneco vestindo uniforme do exército federal. Depois, penduram o boneco de uma árvore. Em quanto isso, em áudio, o jovem relata que finalmente, mais tarde, os militares se retiraram desse acampamento.



O seguinte slide diz assim: "Sinais de paz?". Na sequência, observa-se um grande grupo de soldados do exército federal se movimentando rapidamente com bastões em mão, fuzis nas costas e apetrechos de força de choque, e ficam apostos de um lado de um cerco de arame farpado. Em formação, correm de um lado para outro. Em áudio, o homem jovem que fala em espanhol, informa que em 27.01.2001, há um movimento militar na comunidade de La

Garrucha. Pergunta-se se esses são os "sinais positivos para reiniciar o diálogo". E se questiona por quanto tempo mais deverão resistir ... Do outro lado do arame farpado, por uma das ruas da comunidade, observa-se um grupo de cinco crianças indígenas de uns três, quatro e até seis anos. Imediatamente, também vemos um caminhão do exército com alguns soldados, que transita por uma rua da comunidade, onde também se observam crianças à beira, algumas carregando crianças de colo e andando a passo apressado.

O vídeo fecha com a imagem de uma pintura mural pintada na parede de madeira de uma construção da comunidade, na qual se lê: "Resistência" e se retrata a imagem de mulheres freando soldados, reproduzindo uma das imagens mais conhecidas que têm circulado pela web. Seguidamente, a legenda num slide informa: "A retirada das tropas do exército mexicano das comunidades em resistência não é o suficiente para reiniciar o diálogo e atingir a paz. É necessário o cumprimento dos acordos de San Andrés e a liberdade dos presos políticos".

Esse vídeo deixa muito claro alguns elementos já mencionados e retratados. Primeiramente, as comunidades zapatistas, seus habitantes, homens e mulheres de diferentes idades, civis, pessoas simples, não os soldados do EZLN, não os quadros intelectuais, não as lideranças, esses cidadãos comuns manifestam sua firme decisão de não deixar que o Estado os invada à força, que os perturbe na sua vida, que os agrida, que os assassine. O mais impressionante de tudo é como fazem isto com grande organização, estratégia e coordenação, sempre mantendo sua palavra de insistir na via política e pacífica para defender condições de vida digna. Finalmente, o que fica evidenciado, mais uma vez, é a real política do governo em relação ao conflito político-militar.

Considerações finais

Embora haja uma enorme quantidade de material audiovisual circulando, inclusive, elaborado pelos próprios indígenas zapatistas, por uma questão de economia de espaço, aqui apresento e dialogo com esses três vídeos. Entendo que atingi o objetivo de construir um diálogo com, ao menos, alguns fragmentos dessa realidade, que servem de amostra do que é, em termos gerais, a vida das comunidades zapatistas no seu cotidiano, enfrentando os problemas que qualquer um de nós enfrenta corriqueiramente, porém, destacando as peculiares dificuldades a mais que elas/es vivem, pelo simples fato de serem indígenas. A isso se soma o histórico descaso do Estado e o alarmante destrato com as populações indígenas, processo agudizado de forma escandalosa a partir da implementação de políticas neoliberais. Esse é o fenômeno que as/os Zapatistas chamaram de "la larga noche de los 500 años" (MARCOS, S/D). Dito destrato, chega ao ponto de violência armada e organizada numa *guerra de baixa intensidade* (CISNEROS, 2014, p. 128-148), por serem Zapatistas, persistindo na sua *rebeldia* para construir *autonomia em resistência*, lutando por uma vida digna, com base na democracia, na liberdade e na justiça.

Lembremos brevemente, que essa resistência começou a gestar-se na selva Lacandona no início da década de 1980, e se fez explícita em 1º de janeiro de 1994, quando o EZLN declarou a guerra ao Poder Executivo Federal, clamando aos outros dois poderes da nação. No mesmo sentido, a autonomia começou a ser construída naqueles anos, mas, talvez, o marco mais significativo tenha sido o ano 2003, quando as comunidades zapatistas deram nascimento aos Caracóis e Juntas de Bom Governo. Isto quer dizer, quando decidiram cumprir e executar unilateralmente os Acordos de San Andrés (1997), após as múltiplas traições dos poderes da república e dos partidos políticos (HERNÁNDEZ NAVARRO; VERA HERRERA, 1998). Pois, já que o Estado não só que não os trata nem os reconhece como cidadão, efetivamente, como o Estado simplesmente fica

ausente, ou mantém uma presença muito negativa para os indígenas em todo o país, mas, especialmente, nas regiões afastadas, como é o caso de Chiapas, então, as/os Zapatistas decidiram que não precisam do Estado para ter uma vida digna.

Como já o adverti no início, minha leitura traz estas amostras do que entendo seja um processo mais largo, abrangente, diverso, contraditório e multifacetado, que considero muito significativo para a construção política de outra relação entre as/os Zapatistas com a sociedade civil e com o Estado mexicano, para sentar bases para outra cultura política regional e nacional.

O diálogo desenvolvido nas páginas precedentes mostra como são vividas essas múltiplas experiências que, desde esse eixo ideológico-ético-político, se multiplicam, cada uma com sua particularidade. Sobretudo, entendo ter cumprido com o objetivo de oferecer um espaço para que as/os mesmas/os Zapatistas pudessem falar por si próprios, de alguma maneira. Mais especificamente, uma visibilidade do *discurso coloquial* zapatista, e não do *discurso oficial* (LEYVA SOLANO, 1999; 2006). Por ser esse primeiro menos conhecido que o segundo, que é o que mais tem circulado pela web e tem sido interpelado por jornalistas, políticos e intelectuais. Isto, porque compartilho a inquietação que nos traz a antropóloga-ativista mexicana, quando se questiona sobre o quanto os textos do Subcomandante Marcos ou do CCRI refletem as expectativas, práticas e discursos dos Zapatistas da selva Lacandona no seu cotidiano. Dito questionamento surge pelo interesse de não excluir nenhum discurso nem prática.

Finalmente, gostaria de destacar que, desde meu entendimento, esses discursos e práticas das comunidades zapatistas se tornam muito mais legíveis para nossa compreensão, se analisados sob a lupa da ética zapatista, que eu interpreto como sendo a coluna vertebral dessa construção política diferenciada. Pois, na proposta zapatista, a política deve ser regida por princípios éticos e, uma ética forjada no

convívio social e político em rebeldia, resistência e autonomia, nas ações cotidianas. E, dessa ética zapatista, destaco o aspecto que considero como mais relevante, isto é, aquilo que os gregos antigos denominavam com o termo *parrhesia*, e que nós podemos entender como o falar verdadeiro, a fala franca, um corajoso e arriscado dizer veraz (FOUCAULT, 2010; CISNEROS, 2014, p. 296-318).

Referências bibliográficas

CISNEROS, Leandro Marcelo. **Guerra e política nas comunidades zapatistas de Chiapas-México: resistência e criação**. 2014. 933 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas, Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.bu.ufsc.br/teses/PICH0137-T.pdf>.

FOUCAULT, Michel. **Defender la sociedad**: Curso no Collège de France (1975-1976). México: FCE, 2002.

_____. **El gobierno de sí y de los otros**: curso en el Collège de France (1982-1983). 1. ed. 1. reimp. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara, p. 13-41, 1989.

HERNÁNDEZ NAVARRO, Luis; VERA HERRERA, RAMÓN. (comp.) **Acuerdos de San Andrés**. México, D.F.: Era, 1998.

LEYVA SOLANO, Xóchitl. Del "comón" al Leviatán : (síntesis de un proceso sociopolítico en el medio rural mexicano). In. **América indígena**, México, D.F., v. 55, n. 1/2, pp. 201-234, 1995.

_____. De las Cañadas a Europa: niveles, actores y discursos del nuevo movimiento zapatista (nmz) (1994-1997). **Revista Desacatos**, Año 1, No.1, primavera, pp. 56-77, 1999. ISSN 1405-9274. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13900106>>. Acesso em: 22 fev. 2018.

_____. El Neozapatismo. De guerrilla a “social movement web”. In: OIKÓN SOLANO, Verónica; GARCÍA UGARTE, Marta Eugenia (Editoras). **Movimientos armados en México, siglo XX**. Vol. III. Zamora, Michoacán: El Colegio de Michoacán; CIESAS, 2006.

LEYVA SOLANO, Xóchitl; ASCENCIO FRANCO, Gabriel. **Lacandonia al filo del agua**. México: CIESAS, UNAM, FCE, 2002.

MARCOS, Subcomandante Insurgente. **Manifiesto zapatista en náhuatl**, S/D. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=13900106>>. Acesso em: 27 fev. 2018.

Referências audiovisuais

YouTube, Canal: ProMedios Mx
Recuperación del municipio autónomo San Andrés Sacamch'en.
https://www.youtube.com/watch?v=to_ao7Cno60&list=UUuGL9ifJpazmqGpTFw3EWLw&index=156 (11:27). Enviado em 07/02/2012.

Educación en resistencia.
<https://www.youtube.com/watch?v=MeC3zxl0AMo&index=145&list=UUuGL9ifJpazmqGpTFw3EWLw> (21:08). Publicado em 01/03/2012.

Trabajos colectivos en resistencia. <https://www.youtube.com/watch?v=IHGGCMGTrQo&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw&index=120> (18:38, Não permite baixa-lo). Publicado em 20/04/2012.

El silencio de los zapatistas. <https://www.youtube.com/watch?v=hWXXq7X2ULE&index=133&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw> (12:21). Publicado em 13/03/2012.

Palabras zapatistas contra la injusticia. <https://www.youtube.com/watch?v=5CGUJTSDWKw&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw&index=131> (33:49). Publicado em 14/03/2012.

La resistencia. <https://www.youtube.com/watch?v=qWxiBvkeVZ0&index=136&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw> (20:18). Publicado em 07/03/2012.

La guerra del miedo. <https://www.youtube.com/watch?v=4662VmRanwU&index=134&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw> (25:58). Publicado em 12/03/2012.

El dinosaurio -tejedoras de los Altos en resistencia.932 <https://www.youtube.com/watch?v=GvgQ0SDTzeM&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw&index=127> (15:49). Publicado em 19/03/2012.

El huerto de Zapata. https://www.youtube.com/watch?v=7SV_6OT0AhM&index=141&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw (19:18). Publicado em 05/03/2012.

Viva la vida, muera la muerte. <https://www.youtube.com/watch?v=zxu-wEWbHQ8&index=116&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw> (10:08). Publicado em 23/04/2012.

La lucha del agua.

<https://www.youtube.com/watch?v=4pmCqaycc2k&index=122&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw> (14:20). Publicado em 20/04/2012.

La tierra es de quien la trabaja.

<https://www.youtube.com/watch?v=S2pirit5mjM&index=118&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw> (15:19). Publicado em 20/04/2012.

Caracoles -los nuevos caminos de la resistencia.

<<https://www.youtube.com/watch?v=608dw6JVfSg&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw>> (30:18). Publicado em 23/04/2012.

La vida de la mujer en resistencia. <https://www.youtube.com/watch?v=MdHZ19NVh5k&index=128&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw>

(17:17). Publicado em 19/03/2012.

YouTube, Canal:Discursospeligrosos

Zapatismo chiapaneco. Primera parte. El eterno retorno del anhelo libertário. <https://www.youtube.com/watch?v=qWluKt0kUGA> (17:47, Não permite baixá-lo). Publicação sem data.

Zapatismo chiapaneco. Segunda parte. El eterno retorno

del anhelo libertário. https://www.youtube.com/watch?v=6gugj1bj4_0 (16:01, Não permite baixá-lo). Publicado em 13/02/2011.

YouTube, Canal:Resumen Latinoamericano

La autonomía zapatista crece y se consolida.

<https://www.youtube.com/watch?v=3naLAvxOvRw> (14:36). Publicado em 28/10/2013.

YouTube, Canal:Desinformémonos

Clínica de la Mujer "Comandanta Ramona", un proyecto de la autonomía zapatista. <https://www.youtube.com/watch?v=cDUc01QszkE> (10:51). Enviado em 19/02/2011.

YouTube, Canal: ProMedios Mx
Promocional Proyecto de Medios de Chiapas.
<https://www.youtube.com/watch?v=CY4HdgWzFJ4&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw> (11:28). Enviado em 02/02/2012.

La familia indígena.
<https://www.youtube.com/watch?v=wsbUPHHIgnM&list=UUuGL9ifJpqzmqGpTFw3EWLw&index=157> (06:26). Enviado em 02/02/2012.

YouTube, Canal: Ikherzero
Subcomandante Marcos sin pasamontaña.
<https://www.youtube.com/watch?v=qRnoJt7PTDE> (01:58).
Publicado em 02/01/2010.

YouTube, Canal: Cassio Brancaleone
Zapatistas: Construindo autonomia. <https://www.youtube.com/watch?v=MVseOACHLHE> (41:46). Publicado em 20/03/2013.

A INFLUÊNCIA DA VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA SOCIEDADE DE RISCO MANTIDA PELA POLÍTICA DE SEGURANÇA

Dirce Maria Martinello⁵¹

Introdução

Pierre Bourdieu criou o conceito *violência simbólica* ao tratar das relações de dominação consentidas, ou seja, o sujeito da ação impõe condições ao outro que está em condições desfavoráveis. Outros modos de aceitação ocorrem mediante uma indução de crenças. Também pode ser pelo reconhecimento e legitimação dos discursos ou das presenças de autoridades. Além disso, ocorre quando há aceitação por parte do desfavorecido das regras e dos condicionamentos sociais, das estruturas institucionais, da incorporação de comportamentos de subordinação. Nessas condições, o sujeito que está em condição desfavorável pode-se tornar objeto de controle social, devendo obediência às hierarquias, bem como pode ter forçado pela suspensão ou pelas ameaças surgidas das ações cidadãos contra os problemas sociais (manifestações, atos, movimentos que necessitam da livre expressão, entre outros).

Deste modo, violência simbólica, para Bourdieu é o meio pelo qual se exerce o *poder simbólico*, ou seja, invisível, ocorre sub linearmente com cumplicidade daqueles que estão sujeitos a esse poder ou daqueles que exercem o poder. Portanto, o poder é reconhecido a ambos.

O poder simbólico é um poder que constrói a realidade orientada sobre o sentido do mundo com certo con-

⁵¹ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Membro do Laboratório de Estudos Transdisciplinares (LET) e servidora pública do Estado de Santa Catarina. E-mail: dircemaria88@gmail.com.

formismo ou com concepção homogênea e de concordância. Os símbolos são instrumentos de integração social. Enquanto os instrumentos de conhecimento e de comunicação se tornam passíveis de consenso acerca do sentido e da reprodução do mundo social que contribui para o estabelecimento da ordem e da cultura dominante.

Assim, neste estudo busca-se refletir sobre a violência simbólica, que se dá pela presença do poder invisível, mas que constrói a realidade que tende a estabelecer uma ordem no mundo social.

A sociedade de risco volta-se à busca de segurança em decorrência dos perigos e das incertezas trazidos pelo processo de modernização. É a sociedade dos conflitos sociais oriundos das desigualdades socioeconômicas e políticas, na qual a sua formação política está estruturada e se fundamenta num modelo de desenvolvimento concentrador de riqueza e de renda. Há nessa sociedade eminentes conflitos sociais. Uma pequena parte dela questiona a divisão social da riqueza cujo tratamento se dá nos moldes antigos e antidemocráticos dificultando as formas de gerir os conflitos (BECK, 2011).

Para se observar a influência e as consequências da violência simbólica no controle social, buscaram-se elementos que consideraram a formação da sociedade brasileira, na sua identidade cultural, características psicológicas e regionais (CHAUI, 2001; FREIRE, 1997; IANNI, 2002, 2004), a qual elucida a presença da violência simbólica como mecanismo de poder e de controle social.

Nesse contexto, a violência simbólica constrói as relações de poder através da imposição da legitimidade de significados, disfarçando as relações de força e dissimulando o poder. Portanto:

[...] Estas relaciones de fuerza que se ocultan al instaurar un poder de violencia simbólica, al imponer unos significados legítimos ilegítimando a otros convenientes, contrarios, la otra parte de la relación, fortalecen el ejercicio del poder al ocultar la procedencia del poder (MORENO, 2006, p. 3).

Segue o autor, as relações poder são exercidas pelo uso da força que combatem de uns sobre outros. Entretanto, o uso da força é legitimada pelo Estado, o qual adota outros atributos, outros dispositivos como a inclusão do medo e do incerto.

1 A violência simbólica na formação da sociedade brasileira

1.1 A ordem conduz ao controle social

A dinâmica da sociedade, analisada pela teoria política, mostra como o soberano era considerado uma figura jurídica que impunha o poder aos súditos através da tomada de seus bens e dos seus corpos, pela limitação da liberdade, causando-lhes a morte ou deixando-os viver. Foucault (2008, p. 41) cita o exemplo do soberano: "O crime, além da vítima imediata, ataca o soberano; ataca-o pessoalmente, pois a lei vale como a vontade do soberano; ataca-o fisicamente, pois a força da lei é a força do príncipe".

Estudos apontam que, desde a Idade Média, o poder concentrava-se entre os homens de bem e podiam policiar aqueles que eram considerados hereges.

Fahri Neto analisa:

[...] O dispositivo de segurança resultaria da incorporação paulatina, pelo mecanismo de poder soberano, a partir do século XVI até nossos dias, de técnicas de obediência desenvolvidas num domínio alheio ao Estado, técnicas pertinentes ao poder pastoral. (FAHRI NETO, 2010, p. 120).

Ao tratar das semelhanças entre governar e o poder pastoral, Foucault dá-lhes a configuração de um rebanho. O pastor guia o seu rebanho com objetivo e sabedoria. Põe

o seu serviço a favor das ovelhas. O governo assume a responsabilidade de cuidar da população e inicia a regularização das práticas disciplinares voltadas a uma sociedade útil, produtiva e dócil.

No Brasil, o ordenamento social foi determinado pela criação de símbolos que fizeram parte da construção da nacionalidade brasileira, através das três raças – índios, negros e brancos. Na ideologia da “identidade nacional”, o negro é visto como classe social, a dos escravos, e sob a perspectiva da escravidão como instituição violenta que coisifica o negro. Há também a visão entre o branco bom e o negro bom; entre o branco ignorante e o negro indolente (CHAUI, 2001, p.14).

A identidade nacional social pode ser vista pela construção da sociedade brasileira, considerando as três raças predomina, entre alguns, o pensamento de que a escravidão pode ter sido benevolente ou violenta. Nos dois casos, os negros não são percebidos como indivíduos com consciência social e política, dando a impressão de que havia certa homogeneização. A identidade nacional também considerou como categorias alienadas os escravos e homens livres pobres, no período colonial, ou os operários, no período republicano. O que não se considerou foi a relação entre a apropriação de bens econômicos e sociais de alguns mais privilegiados em detrimento de outros.

Na análise de Gilberto Freire (1933), questões sociais tinham relevância. Os filhos mestiços, legítimos ou não, subdividiram parte considerável das grandes propriedades, fato que colaborou com a quebra da divisão das terras pelas sesmarias feudais e latifundiárias, embora este modelo de construção familiar desagradasse à igreja católica, pois a vida sexual não seguia as suas orientações. Os donos das casas-grandes eram os donos dos homens, das mulheres e das terras. Parte da sociedade brasileira mais endinheirada herdou essa visão e pensamento, criando lacunas profundas entre as classes sociais no Brasil, especialmente com os menos favorecidos economicamente.

Existem estudos que apontam que os colonizadores trataram as características psicológicas do negro e do índio como “inconsistência de caráter”, que repercutiu na formação do sistema social e econômico. Essa condição é reforçada ao tratar da pouca iniciativa, da lealdade, de antagonismos, de introversão-extroversão e de sexualidade exaltada (FREIRE, 1933).

O encontro entre índios e europeus foi marcado pelo contato com doenças (como gripe, sarampo, doenças venéreas), pela escravidão do seu modo de vida, quando muitas mulheres indígenas foram violentadas, promovendo a miscigenação de raças, enfraquecendo o substrato humano tribal. Houve a utilização da sua força de trabalho nos moldes da economia pastoril, agrícola ou extrativista, estabelecendo novos ritmos de alimentação, de trabalho, de atividades ocupacionais, engajando-os em sistemas produtivos e submetendo-os a outra cultura.

Diz o autor:

[...] São tradições, práticas, valores, ideais, mitos, fantasias muito presentes na sociedade em que se manifestam, desde os seus primórdios: o “animismo”, o “fetichismo”, a “pajelança”, o “candomblé”, a “umbanda”, a “quimbanda”, o “espiritismo” popular, o “catolicismo” e outros traços mais ou menos notáveis de origem não só indígena, africana e portuguesa, mas também ibérica e mediterrânea (IANNI, 2004, p. 71).

Havia definições de características por região, como ser gaúcho ou pernambucano. Expressões carregadas de invisíveis preconceitos, de relações de poder, de prestígio repercutindo na formação do sistema social e econômico assegurado por relações que dominaram os meios sociais.

Uma interessante análise de Ianni, trata da formação sociocultural, político-econômica e psicossocial do brasileiro, principalmente nas culturas mais fortes e nas suas tradições indígenas, africanas e portuguesas, através da criação de tipos que têm algo em comum, dando a impressão de

que se compõem uma “família” ou “linhagem”, reciprocamente definidos: “homem cordial”, “Macunaíma”, “Martim Cererê”, “Pedro Malasartes”, “preguiça”, “luxúria”, “jeca-tatu” (IANNI, 2002, p. 75). Esse autor diz que tais símbolos podem ser reconhecidos na cultura brasileira e ter as raízes na sociedade, mas deve-se ter o cuidado para não ser compreendido como um estilo de pensamento ou nas tentativas de desclassificar indivíduos de uma classe social menos favorecida economicamente ou mesmo tratá-los de forma pejorativa (IANNI, 2004).

Como construção social, a mistura de culturas é tratada pelos portugueses como indisciplinadas e improvisadas, pouco dadas ao trabalho. Portanto, foi necessário buscar mão de obra europeia. Com relação aos aspectos mitológicos, Ianni (2004) traz como questão de análise que o “homem cordial” e “Macunaíma” lembram a “preguiça” e a “luxúria”, os quais, enquanto figuras, podiam satanizar valores, ideais e modos de ser que floresceram nas cercanias da casa-grande, longe das senzalas. Conforme o autor, “o que está em causa, implícita, subjacente ou evidente é a gênese da nova ética do trabalho, como atividade dignificante. Por isso é que ‘jeca-tatu’ sofre tanto” (IANNI, 2004, p.75).

Nos tipos étnicos, compostos de diferentes culturas e aspectos psicossociais, entra a figura do *homem cordial*, dócil e pouco racional, interpretado por Sérgio Buarque de Holanda (1939, pág147), que é traduzido dentro de uma cultura patrimonialista, como a condição de ser apenas mão de obra pacífica e obediente, cuja cultura é colonizada ou, se servisse, era como espetáculo exótico. A aceitação dos privilégios e da corrupção, em favor das causas próprias, posteriormente se configura na aplicação do jeitinho brasileiro, aceito para indivíduos pertencentes a classes sociais mais abastadas, mesmo tendo implicações jurídicas.

Essa revisitação histórica permite afirmar que a violência simbólica conduziu à aceitação da obediência, de condutas dóceis e de disponibilidade de trabalho ou até mesmo a subjugação entre as classes sociais, eram fatores

garantidores de desenvolvimento. A organização desse modelo de sociedade priorizou, como centralidade, a família ou as linhagens, a propriedade, as fazendas de café, a criação de gado e a tradição. Também a casa-grande, o clã, o patriarcado, a oligarquia e, posteriormente, o fazendeiro, o camponês e o imigrante. Este mais valorizado do que o índio e o negro, devido à sua cultura pelo trabalho. Incentivando as relações informais e afetuosas com os nativos e com os escravos, pelo caráter benigno de um regime escravo, Ianni (2004) cita que a história do Brasil é uma história de revoluções brancas, uma história de conciliação e reforma. Isso permitiu que todo o seu processo de colonização, independência, república e no período da ditadura não alterasse em seu cerne o crime de racismo e de preconceito.

Colabora nessa linha de pensamento Elias (1994), ao analisar que a dinâmica social se deu de forma desproporcional entre a população que crescia e propriedade privada. Elas foram conquistadas pelas classes mais abastadas, não permitindo o acesso dos trabalhadores que pertenciam a outras classes sociais.

A expansão do sistema econômico trouxe outras demandas, como o surgimento das cidades e a migração de uma população heterogênea, que necessitavam ser controladas. Trouxe consigo também diferentes interesses, atitudes, valores, que não encontravam espaços de protagonismo social, em que a interatividade, a livre expressão, a espontaneidade e a convivialidade pudessem ocorrer. Os espaços socialmente reconhecidos eram as fábricas, as igrejas, os hospitais, as escolas. Os espaços de Os Alguns espaços públicos tornaram-se amedrontadores, onde surgiram outras demandas, com a presença da segurança, do policiamento, da ampliação do controle, das penas e dos riscos.

É necessário criar ações de controle para os ameaçadores, sejam eles considerados pela cor, por serem desobedientes, por romperem com as normas estabelecidas, seja

pela preservação da ordem pública, da liberdade, da segurança individual. É deixado para trás a prática do suplício e passa a ser substituída por procedimentos que puniam o corpo: a privação alimentar, sexual, a expiação física, entre outros. A prisão é um dispositivo que aplica medidas de sofrimento físico e de controle de todos os gestos e movimentos dos detentos, sem que esses percebam que estão sendo vigiados. É uma situação classificada por Foucault (2008) como o *panóptico*, construção de ambiente que pode ser observado a partir de um único ponto.

O *panóptico* também é um dispositivo disciplinar da sociedade, que, nos moldes micro, é aplicado nas escolas, nas prisões, nos hospitais e nas fábricas. Contudo, nos moldes macro, ocorre dentro de uma sociedade que possui seu sistema político convergente entre o público e o privado, em que o objeto de proteção é o bem material privado, que se sobrepõe à proteção da vida humana. São estruturas panópticas voltadas ao modelo econômico e político que vão adentrando pelas instituições e seus programas, como é o caso da política de segurança.

Citando-se as práticas de segurança no Brasil, se dá pela oferta do cuidado aos indivíduos que demonstram comportamentos convergentes à ordem social. Aos não cumpridores da ordem, são construídas razões para criminalizar, para impor a disciplina e a correção, através da prisão, captura do tempo no corpo *homem* ou o seu desaparecimento (GIORGI, 2006).

A ordem social brasileira tem em sua criação a imagem do homem dócil e cordial, um condicionamento ideológico de submissão, de controle e de forma de exclusão. Esse homem reagia diante das bárbaras formas de violência que sofria. Registram-se guerras, movimentos, rebeliões e revoluções, como discórdias políticas, a não aceitação do nível de exploração e de condicionamento de alguns determinando a vida de todos, seja por relações de forças diretas ou por relações sutis.

O processo sócio histórico, permeado pelos temores, permite a ampliação dos espaços de dominação gerando

a subordinação do indivíduo ao capital, pelo medo da perda, reproduzindo-a no contexto social que emerge a estrutura básica da condição humana, em que o controle é determinado pelo mais forte que domina os demais grupos que fazem parte da mesma sociedade.

A identidade, no plano individual, é construída pelas desigualdades e pode ser percebida pela presença da propriedade privada. No plano social, é observada na divisão do trabalho, na inserção social de classes. De acordo com Jessé de Souza (2012), é como as pessoas são produzidas como seres humanos, com capacidades distintas, de acesso distinto a todos os bens e recursos sociais escassos em competição na luta social. Isso demonstra, como consequência, que a identidade nacional precisa ser concebida como harmonia e/ou tensão entre o plano individual e o social, bem como no interior do próprio social (CHAUÍ, 2001). Através disso, pode-se identificar a gênese social dos privilégios injustos (SOUZA, 2012).

A configuração da sociedade brasileira é constituída de diversas formas, tanto pela política como pela ciência, tanto pela lei como pela profissão. Os governantes e os seus funcionários tratam de controlar e subordinar os cidadãos, as suas reivindicações e conquistas populares. Os partidos, os sindicatos, as eleições, os debates públicos, as assembleias, as greves, os movimentos sociais, muitas reivindicações e conquistas populares dissolvem-se em expedientes burocráticos, manobras de cooptação e diversionismos. Conforme Ianni:

[...] A “burocracia”, com a qual se defronta qualquer pessoa em toda a repartição pública (federal, estadual e municipal), é uma poderosa técnica de dominação, de garantias das estruturas prevaletentes, de bloqueio das reivindicações populares (IANNI, 2005, p. 237).

Como resultado, a sociedade brasileira traz na sua estrutura a despolitização e a ausência de uma cultura política igualitária, relacionada ao sistema tributário, às lutas por

políticas protetivas, aos regimes políticos que favoreceram as classes sociais mais ricas.

Através da segurança, o Estado liberal promove práticas políticas e econômicas excludentes, a violência simbólica se materializa na sociedade de risco através da construção do medo e da obediência. Uma das fortes características são as expressões do sistema policial e penitenciário, inseridas na política de segurança, cujos resultados dependem de componentes técnicos, constitutivos, preparados para responder a condutas de delitos criminais, especialmente aqueles que afetam a propriedade privada — a vida ou bens materiais e a liberdade.

São relações de poder que se apresentam de forma disciplinar com ações diretas e imediatas penalizando os indivíduos com uma organização voltada para garantir a disciplina da vida social, a ordem pública, o individual e o coletivo. Tudo era direcionado para que os mecanismos de dominação prevalecessem.

No campo da política econômica, a violência simbólica exerce um papel central, numa lógica de produção e distribuição de riscos, comparando-a com a lógica de distribuição de riqueza. A história da distribuição dos riscos mostra que eles se atêm, assim como as riquezas, ao esquema de classe, mas de modo inverso: as riquezas acumulam-se para cima; os riscos, para baixo, reforçando as desigualdades sociais.

São formas de estruturar o campo de ação da população. Pode-se ilustrar essa afirmação através da análise de Foucault, para quem o exercício do poder consiste em conduzir e em ordenar a probabilidade, como por exemplo, o cuidado com as crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes, os quais precisam de ações direcionadas a sujeição do modelo econômico, para serem sujeitos produtivos.

Essa formação e esse modelo de desenvolvimento do sistema econômico brasileiro se reproduziram, pois contou com os dispositivos aplicados pela segurança como meio de ordenamento no controle social. Conforme Andrade

(2009), controle é como a sociedade brasileira se mantêm, se transformou e como se constituiu as identidades de boa parte desses indivíduos.

O mito do homem cordial era resultado da manutenção das relações de mando e obediência, da sociedade constituída pelas hierarquias, que aos poucos se constituem em formas institucionais, em que os poderes disciplinares (dos olhares, das normas, da repreensão, da punição, da exclusão, da ordenação, da instituição) e sociais se dispõem a ver as coisas de maneira minuciosa, exata, eficiente e poderosa, em que se estabeleceram as formas objetivas e subjetivas de controle social (CHAUI, 1995; FOUCAULT, apud BRUNI, 1989).

A identidade da sociedade brasileira é constituída por relações que prestigiam o poder assegurado pela política de segurança, onde a ordem conduz o controle social, forçando entendimento de normalidade e pacificação quando se trata das causas que tratam as contradições e desigualdade social, conforme podemos observar ao tratar do poder simbólico através da aplicação da política de segurança.

2. A complexa sociedade de risco

2.1 A legitimidade do poder simbólico revelado na política de segurança

A categoria sociedade de risco usada neste artigo refere-se à construção social da sociedade brasileira, nas suas dimensões históricas, da identidade, da internalização e da reprodução de atitudes e comportamentos preconcebidos. De forma mais abrangente, Beck (2011) analisa o desenvolvimento da sociedade de classes, da presença da desigualdade, da vulnerabilidade social, levando em consideração dimensões como a incerteza, a incoerência, a contradição,

a ordem e a desordem. Entre outras categorias as quais podem ser caracterizadas como antigas, mas ainda estão em curso, portanto presentes na realidade social.

A sociedade de risco é aquela que sofre as ameaças das perdas, sejam elas de proteção e bem-estar social, perdas de direitos, de acessos aos serviços, enfim, de todas as ordens. É um momento onde a sociedade enfrenta o aumento das categorias de risco entrando num processo de transição, a qual passa a buscar mecanismos de segurança.

Para Foucault (2008) trata da problemática governamental do Estado e dos seus instrumentos de racionalização de políticas para gerir a organização da sociedade, contando com a formação da riqueza, dos militares, da polícia, da justiça, do sistema tributário e das instituições, em que o ordenamento das condutas humanas precisa ser organizado de forma eficiente, a fim de se ter uma população disciplinada e obediente. Portanto, pode-se aceitar a "violência como um meio e não um fim" (ZALUAR, 2001). A segurança representa a ordem jurídica, um sistema entrelaçado de regulação e controle, cujos elementos se mantêm e se apoiam uns nos outros (DIAS, 2012).

Como ponto central da análise pode-se afirmar que a violência simbólica na sociedade de risco é um mecanismo eficiente, pois a gestão de riscos torna-se objeto principal da ação política, onde a construção social dos riscos remete a uma produção e reprodução das condições de vulnerabilidade que definem os efeitos da presença das ameaças.

Neste entrelaçamento são engendradas ações que podem ser apontadas como razões do Estado, denominadas por Foucault (2008, p.14) *sociedade de segurança*, ou, as sociedades modernas, em que as técnicas biopolíticas estão inseridas nos cálculos do governo, os quais podem ser identificados através da medicina, onde o conhecimento médico pode fazer a intervenção reguladora sobre a vida dos indivíduos. Outro modelo é o sistema prisional, o qual estabelece relações de poder e de obediência, de forma disciplinar, punitiva, com capacidade de capturar, de assegurar os gestos e as condutas, as opiniões e as

falas. São formas de controle social que tentam tornar o corpo do indivíduo dócil e útil ao sistema produtivo.

Assim, a biopolítica está inserida na política. Passa a estudar a natureza do ser e a sua realidade, onde a vida torna-se inseparável da experiência política e da inerência do poder político, ou biopoder, instrumentalizado, permitindo que o Estado atue sobre a forma de vida coletiva. (FOUCAULT, 1988, p. 135).

Portanto, a complexidade da sociedade de risco leva em conta a legitimidade do poder simbólico e da política sobre a vida que deve ser entendida como a percepção do risco em si, uma construção social culturalmente determinada. Como consequência a violência simbólica torna-se imperceptível e se reproduz de uns sobre os outros.

Para reconhecer a intermediação praticada pela violência simbólica deve-se analisar a atividade exercida pelo Estado na vida biológica de uma população, ou seja, pode-se reconhecer através da execução de uma política pública, serviço prestado pelo Estado, o qual Bourdieu considera ser esse o detentor do monopólio da violência física e simbólica.

O Estado é o que possui a base de classificação social, dados populacionais, censos demográficos, cartografia, o direito de viver, oferecendo segurança e facilitando o acesso aos serviços de saúde, ao controle de doenças, sistemas educacionais, entre outros.

Na atual lógica econômica, a violência simbólica se manifesta através do controle social, o qual se materializa com presença na segurança de políticas públicas que dizem minimizar a pobreza, a desigualdade e promovem sobremaneira a inserção social. A segurança é uma das políticas mais requeridas pela população. Parece que ser acompanhado por policiais se têm a garantia de ter segurança. Essa conduta, significa que a escolha da sociedade é querer que o Estado seja biopolítico. É nesta escolha que o Estado mantém o controle da população, dentro de um discurso de manter a estabilização e a ordem social, bem

como para que o Estado possa distribuir parte da riqueza social e assegurar a expansão, mas, deve ser sem riscos ao mercado e ao sistema financeiro. Portanto, a abordagem direcionada pela violência simbólica, que visa o controle social se desdobra na dupla função de proteger os bens de capital, de proteger os indivíduos de bem, os homens de negócios, os homens dóceis e produtivos. Torna-se tarefa central do Estado controlar os indivíduos que põem a sociedade em risco, que são indivíduos perigosos, criminosos, desordeiros, mendigos, pedintes.

A lógica do mercado é punitiva, voltada à sociedade que também é punitiva. O discurso produzido utiliza os instrumentos de controle social: o medo e a punição. O sistema punitivo é aplicado pelo Estado, que esclarece que a política de segurança está voltada para a ordem e para o controle da violência. Há reconhecimento, que se cuida de uma parcela da população para que seus bens e seus corpos sejam protegidos.

Observando o estabelecimento do poder punitivo para todos, a demanda é por segurança da ordem, do ponto de vista do Estado. Contudo, para os indivíduos, a demanda é por segurança para seus bens e seus corpos. A ordem estabelece a proteção dos bens e dos corpos através dos serviços oferecidos pelo Estado e pelo mercado, a uma sociedade culturalmente individualista e subjetivamente amedrontada. Portanto, tornou-se comum a responsabilização individual, como se não houvesse um coletivo que influenciasse a convivência social. Outro aspecto que gera consequências é o incremento dos sistemas de segurança, fortalecidos pela presença de sistemas de controle e pelo policiamento em todos os lugares onde ocorre a exclusão de indivíduos menos favorecidos economicamente, que muitas vezes são jovens, de pouca instrução e moradores de periferia — maiores protagonistas e vítimas da violência (ZALUAR, 1999). Esse segmento social sofre coerções e repressões, mas ao mesmo tempo são incluídos em núcleos definidos como marginais, criminosos ou malfeitores.

Esse apontamento significa que as contradições sociais estão sendo expostas através da violência simbólica. Esse é um fenômeno concreto e em crescimento, destacando como problema central que o único protagonista é o pobre, morador da periferia, que tem desejos de consumo. A visibilidade dada à política de segurança no Brasil e tratada pelos meios de comunicação é vista pelo viés da causa e efeito descontextualizada da sociedade, que traz consigo a história de exploração em que a vida pouco ou quase nada tem de sentido.

Através da análise política de segurança pode-se compreender que os resultados trazidos pela aplicação da violência simbólica são devastadores para a sociedade. Os esforços feitos voltaram-se ao predomínio de modelos que aplicam dispositivos para punir e controlar a vida, o corpo e os prazeres promovidos pelo consumo, alguns sexuais e outros de aquisição de bens duráveis ou não. Em relação aos indivíduos que cometem algum crime, os agentes da política de segurança aplicam dispositivos, tais como a humilhação, a ameaça, o desprezo, que opera sobre suas identidades, e promove sua submissão a condições de obediência. Os criminosos resistem, disputam. Ocorre um processo de correlação de forças.

No contexto da correlação de forças, em que há inserção de pobres nas atividades ilícitas, ocorrem as manifestações de violência, inclusive no cerne da questão social a violência legitimada (ZALUAR, 1999).

O poder do Estado direciona-se à segurança pública, que tem uma função estratégica, cujo papel essencial é a manutenção da ordem pública e a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ou seja, é a situação oposta à desordem, assegurada pela lei e pela presença policial. Essa referência sobre segurança pública determina ser um fim em si mesmo (SILVA, 2011). A segurança, nas subliminares, pode ser entendida como relações de poder.

Para o sociólogo Jesse de Souza (2011), a classe média é uma das classes dominantes em sociedades modernas,

como a brasileira, porque é constituída pelo acesso privilegiado a um recurso escasso de extrema importância: o capital cultural e técnico. É formada por advogados, engenheiros, professores, entre outros, e tem acesso à reprodução e legitimação do mercado e do Estado. Esse estrato social possui remuneração e prestígio social, diferentemente da vida dos trabalhadores, que são desprovidos de privilégios, de incorporação de novos conhecimentos, de acesso à qualificação técnica, científica ou filosófica. Estes são superexplorados, possuem baixa formação escolar, desdobram-se para atender às condições impostas pelos donos do capital, oferecendo-lhe sua estrutura física para compensar a ausência de cultura.

Outra característica hegemônica é que o Estado não reconhece as desigualdades sociais e culturais intrínsecas em uma sociedade de classes. Essas desigualdades são tratadas com desconfiança e tornam-se caso de polícia. Para a sociedade brasileira, a população despossuída de riqueza e de cultura deve ser dócil e cordial para com os outros, para com o mercado, para com o sistema financeiro. Os casos de docilidade ou cordialidade mantêm os indivíduos empregados e empregáveis, seguidores dos princípios religiosos, distantes dos problemas trazidos pela droga, pelos ladrões, sequestradores, estupradores, sem-terra, sem-teto, desocupados, criminosos organizados, traficantes, entre outros. São fatores que estão em estruturas e na construção social da violência e nas ilegalidades dos bens e dos corpos (ANDRADE, 2009).

Essa massificação construída atribui o monopólio dessa violência apenas a uma determinada classe social. Com isso, promove-se a despolíticação da sociedade nas questões centrais. Essa promoção resulta na ameaça pertinente à sociedade de risco, em que a violência é uma forma de controle social invisível, além de deslocar as causas da violência das questões econômicas e sociais.

A política de segurança não é vista apenas como contraponto da violência, é também uma forma de controle so-

cial invisível e de proteção aos indivíduos que possuem riqueza, ou seja, aqueles considerados bem-sucedidos pelo sistema capitalista.

Assim, pode-se perceber que a criminalidade é uma forma de eliminar pessoas consideradas excedentes, não produtivas, indivíduos envolvidos com a violência, uso excessivo de drogas, com condutas hostis.

2.2 O Estado liberal e a violência simbólica

Na contemporaneidade, o Estado se apresenta como um dos detentores de saber, que tem por objeto a riqueza da nação e que se preocupa com a população, a ponto de desenvolver conhecimentos que favoreçam a minimização de problemas coletivos, tais como a pobreza, a violência. O Estado espera que a sociedade responda de forma disciplinada, aceitando e convergindo com as orientações determinadas por aqueles que detêm o poder (BIDET, 2007).

Assim, a estrutura estabelecida à população, pelo Estado, é identificada pelas características do Estado liberal, indicadas nos estudos de Paulo Bonavides e citada por Alves de Souza e Soliano, como:

[...] A lei, o código, a segurança jurídica, a autonomia da vontade, a organização jurídica dos ramos da soberania, a separação de Poderes, a harmonia e equilíbrio funcional do Legislativo, Executivo e Judiciário, a distribuição de competências, a fixação de limites à autoridade governante; mas fora por igual, abstratamente, o dogma constitucional, a declaração de direitos, a promessa programática, a conjugação do verbo "emancipar" sempre no futuro, o lema liberdade, igualdade e fraternidade – enfim, aqueles valores superiores do bem comum e da coisa pública (ALVES DE SOUZA; SOLIANO, 2011, p. 5).

O liberalismo⁵² deve ser compreendido como um sistema político e econômico defensor da liberdade individual, dos direitos políticos e civis, dos direitos naturais e das igualdades diante da lei, mas que também promove riscos, que exigem o incremento das políticas de segurança e a potencialização dos aparatos de polícia e de controle social (BAZZICALUPO, 2014).

O sistema de controle se beneficia da violência simbólica com o uso de tecnologias tradicionais de segurança, como a exclusão, a repressão, a inclusão e o acesso ao consumo. São condicionamentos às questões que dão seguimento as regras institucionais. A obediência é inquestionável e o cumprimento das regras institucionais aplicadas em forma de lei. A assistência promovida à população pelo Estado só se realiza se os mecanismos de controle estão em pleno funcionamento, aparentemente justo, aplicados à lei.

O Estado é o detentor da política de segurança, o que lhe outorga a capacidade de criar políticas e sistemas de segurança, de garantir a vida das pessoas, de combater crimes, de adquirir tecnologias, de capacitar seus quadros, de envolver a sociedade. Ao mesmo tempo enfrenta a proliferação do medo, a falta de confiança, as reações físicas e críticas que a sociedade faz ao Estado diante da não correspondência das suas promessas. A deterioração dos laços sociais, o sentimento do não pertencimento como um ser político, as inseguranças sociais promovidas pelo preconceito e pela dificuldade de acesso às políticas sociais quando delas necessita, faz com que a política de segurança mostre para que, e para quem, é útil. A violência sim-

⁵² Liberalismo clássico, século XIX, também é conhecido como liberalismo *laissez-faire* ou de mercado, que defende as liberdades individuais, igualdade perante a lei, limitação constitucional do governo, direito de propriedade, proteção das liberdades e restrições fiscais ao governo. A partir do século XX e na década de 1980, com a chegada ao poder de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Margaret Thatcher na Inglaterra, a liberdade econômica é instalada e sem regulação.

bólica se concretiza com a aplicação das técnicas de controle social sobre determinados indivíduos que romperam o pacto com o Estado, por isso são submetidos à lei, à responsabilização individual e à desarticulação com a sua história de vida social.

O Estado assume um pacto de segurança com a sociedade, através do cuidado com a vida, sustentado pelo discurso de proporcionar proteção diante dos riscos e das ameaças a que ela está submetida, ao mesmo tempo em que ocorre o poder do Estado sobre a vida.

A promoção da atual política de segurança tem viés de purificação da raça, da sexualidade, dos problemas de saúde, da apropriação indevida de objetos materiais.

Os reflexos da política de segurança influenciam na cultura da população, construindo pensamentos e internalizando preconceito e discriminação nos comportamentos. Isso acaba gerando maior violência social, comprometendo as relações de confiança, criminalizando a pobreza, fortalecendo a desigualdade social, construindo e mantendo um processo intenso de relações de poder e de violência em todos os campos: social, econômico, cultural e político. Assim, atribui-se à sociedade a produção da violência, responsabilizando, de maneira individualizada, em todos os seus atos, a culpabilização individual pelo mal-estar trazido pela insegurança. Coloca-se uma cortina de fumaça aos cometimentos de crimes imputáveis, sendo que a segurança não teve êxito em minimizar a formação de gangues e práticas do tráfico, a promoção do uso de armas de fogo, o envolvimento de jovens com o crime, o comércio de drogas ilícitas, os promotores da prostituição, enquanto que a segurança pública adota uma espécie de gestão punitiva especialmente aqueles que fazem a mediação.

A contradição entre acessar liberdade ou reduzi-la revela uma forte concentração de poderes políticos. Observa-se nesta análise:

[...] O meio que organiza inteiramente a sociedade é a insegurança e a correlativa periculosidade pessoal e

coletiva. Os instrumentos de gestão desse status ontologicamente incerto são os mesmos de que qualquer biopolítica governamental: classificação, seleção, estigma. Aquilo que é decisivamente novo é mobilidade de critérios, dependentes da instabilidade e intermediação dos próprios riscos. A indecidibilidade do risco, sobretudo aquele que reenvia às conjunturas de um mercado transformado em meio único de acesso ao sistema, introduz no próprio sistema uma lógica modal e critérios móveis que fazem os governados viverem em uma condição desestruturante e dependente, ainda que em um imaginário de grande liberdade (BAAZZICALUPO, 2014, p. 93).

As mudanças sociais ocorridas no Brasil, a partir da década de 1980, trouxeram, em sua cultura, o modelo do individualismo valorizado pela concentração do capital e pelo acesso ao consumo e pela tecnificação que se deu com a instrumentalização na constituição de instituições a fim de viabilizar políticas que tinham em seus discursos a abertura para a democracia, a defesa das liberdades individuais e civis. Isso vai remodelando os padrões sociais, gerando entre outros efeitos, uma minimização da importância e gravidade do fato de que os indivíduos sejam reconhecidos pelo poder de acesso ao consumo, como forma de integração e de equidade social.

Pensa-se que a violência simbólica que se traduz no poder simbólico concretizado pela execução dos sistemas de segurança respondeu aos interesses do capitalismo.

Tais sistemas são altamente produtores da desigualdade e concentradores de capital, que são as principais causas da construção da violência, especialmente porque o Estado prioriza o capital e os meios de produção em detrimento do estreitamento das desigualdades sociais. Esses e outros fatores podem estar na gênese do atual estado de coisas em que vivemos (PELEGRINI, 2014).

Nesse sistema de segurança, a violência simbólica materializa a sociedade de risco, pois é a população quem financia os homicídios, a repressão, a coerção contra si

mesma. É o uso da força justificada pela busca do bem-estar da população.

Para efeitos de esclarecimento, a gestão de riscos se trata da gestão das populações para além dos dados estatísticos para controlar doenças e epidemias, empregos e empregabilidade, mas para tomar decisões políticas a partir das consequências de uma sociedade estruturada na desigualdade social com rupturas de laços sociais, instalando sobre ela a gestão do medo de uns sobre os outros como forma de controle social em conjunto com o mercado de produtos voltados à garantia da segurança.

O Estado liberal é responsável em alimentar e desenvolver a sociedade de risco, visto que a segurança pública possui o monopólio da função administrativa da segurança, e que a matriz que regulamenta a dinâmica da sociedade deve ser revista e ressignificada. Assim, a segurança se tornou uma mercadoria garantida por empresas privadas, por agências internacionais, por indivíduos que comercializam seus corpos e serviços ao favorecimento de proteção de outros indivíduos (DIAS, 2012).

Outra percepção é que a sociedade estabelece profunda intolerância, expressa a sua insegurança e se sente ameaçada diante dos indicadores de homicídios e de furtos, embora os números apontados expressem que a maioria das vítimas da violência pertence às classes menos favorecidas. Da polícia, a sociedade exige proteção, mas se abastece de produtos e serviços para garantir a segurança diante de certas pessoas que ocupam as cidades, categoria indesejada, normalmente moradores das periferias e que possuem um determinado perfil descrito pelas roupas que vestem, por serem jovens que andam em grupos, pretensos delinquentes de rua. São categorias situadas à margem da nova ordem econômica e moral, que ocorre sob a imposição do capital financeiro (LAZZARO, 2012, WACQUANT, 2010).

Pode-se dizer que a forma que se dá a organização social foi e ainda é baseada no regime de condutas. Os indivíduos eram e são conduzidos a participar, através de seu

trabalho, de uma economia caracterizada apenas pela polarização “mérito ou demérito”, condicionando-os a serem facilitadores do processo de produção, numa condição de servidão. Suas questões íntimas, como os medos ou as revoltas, eram e ainda são tratadas pelos religiosos locais. A participação social também é outra forma de conduta, em que determinadas pessoas são convidadas para decidir sobre as necessidades identificadas nas suas regiões, preferencialmente convergindo ao plano de governo.

Em sua prática, o sistema de segurança detém fortes características burocráticas, tanto no que diz respeito ao cumprimento das exigências legais quanto do seu sistema de poder dissimulado e sutilmente controlado, dando uma aparência de ordem.

Considerações finais

A formação da sociedade brasileira possui elementos fundantes, como a desigualdade social, constituídos pela violência e pelo poder simbólica expresso pelas políticas de Estado liberal promotor e controlador da sociedade de risco.

O Estado se preocupa com a violência em si, embora seja um reprodutor de violência e de poder simbólico, trata de forma descontextualizada das questões econômicas e suas consequências sociais. Das classes pobres, ele exige uma espécie de ajustamento de condutas à crise. Por isso, precisa-se refletir sobre o significado da violência e do poder simbólico na sociedade de risco, em que o Estado e o mercado se misturam, demonstrando pouco entendimento sobre os conflitos que expressam e são oriundos da violência, gerados pela herança cultural, pelo atual padrão social e econômico, pela convivência, pelo acesso ao consumo.

Referências bibliográficas

ANDRADE, V.R.P. **Horizontes de projeção do controle penal no capitalismo globalizado neoliberal**. Capítulo Criminológico. Vol.37, N. 37, julho – setembro 2009, ISSN: 0798-9598.

BECK, U. **Sociedade de risco. Rumo a uma outra modernidade**. Trad.: Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Ed.34, 2011.

BRUNI J.C. Foucault: **O silêncio dos sujeitos**. Rev. Tempo Social. USP, São Paulo. V. 1, 1989. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/site/imagens/stories/edicoes/v011/foucaut.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2015.

CHAUÍ, M. **Brasil o mito fundador e a sociedade autoritária**. 2ª. reimpressão, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

_____. **Cultura política e política cultural**. Estudos Avançados, 1995. Disponível em: <http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-20-2013-cultura-politica-e-politica-cultural.pdf>. Acesso em: 20 out.2014.

COSTA, N.S. **O poder simbólico e a violência simbólica**. Não me calo, 2015. Disponível em: <http://www.naomekahlo.com/single-post/2015/06/29/O-Poder-Simb%C3%B3lico-e-a-Viol%C3%Aancia-Simb%C3%B3lica>. Acesso em: 04.03.2018.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Org. Michael Schoter, Trad.: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FAHRI NETO, L. **Biopolíticas**. As formulações de Foucault. Florianópolis: Cidade Futura, 2010.

FALCON, R, KELLER, J.R. **A sociedade risco: avanços e limites da teoria de Ulrich Beck e c k.** Rev. Quaestio Iuris, Rio de Janeiro, Vol. 8, Nº 3, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/quaestioiuris/article/view/19388/14181>. Acesso em: 04.03.2018.

FOUCAULT, M. **Segurança, território, população.** Trad.: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir. História da violência nas prisões.** Trad.: Raquel Ramallete. 35 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: 2008.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **Em defesa da sociedade.** Trad.: Maria Ermantina. 3. ed. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FREIRE, G. Casa grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Copyright, 1933.

GIORGI, A. D. **A miséria governada através do sistema penal.** Trad.: Sérgio Lamarão. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006.

IANNI, O. **Estado e capitalismo.** 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **O Pensamento Social no Brasil.** São Paulo: EDUSC, 2004.

_____. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

_____. [et.al.] O negro e o socialismo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

MORENO, H.C, **Bourdieu, Foucault y el poder,** <http://www.redalyc.org/pdf/2110/211015573008.pdf>.

Iberóforum. Revista de Ciências Sociais de la Universidad Iberoamericana E-ISSN: 2007-0675 revista.ibero-forum@uia.mx Universidad Iberoamericana, Ciudad de México México.

PAIVA, PIRES S. **Do conceito de liberdade em Friedrich A. Hayek Um contributo para o estudo do liberalismo clássico em Portugal. Lisboa**, 2011 [Dissertação em Ciência Política]. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior em Ciências Sociais e Políticas. Disponível em: <http://samueldepai-vapires.com/wp-content/uploads/2012/06/Do-conceito-.A.-Hayek.pdf>. Acesso em: 04 fev.2015.

SANTOS, J.V.T. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. Revisões Críticas, 108, 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/6169>. Acesso em: 04.02.2018.

SOUZA, J. **Ralés, batalhadores e uma nova classe média. Entrevista especial Jessé de Souza**. Rev. Unisinos. 2011. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/40345-ralés-batalhadores-e-uma-nova-classe-media-entrevista-especial-com-jesse-de-souza>. Acesso em: 23 jan.2015.

_____. **Entrevista com Jessé de Souza**. Enviada por: Guilherme Freitas. Prosa & Verso. O Globo. 12.05.2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/05/12/entrevista-com-sociologo-jesse-souza-444686.asp>. Acesso em: 05 fev.2015.

WACQUANT, L., Trad.: **Sergio Lamarão Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000200007.

TEORIA DRAMATURGICA E AÇÃO COMUNICATIVA – DE HABERMAS A EDER

Claudia Venturi⁵³

Introdução

O texto abaixo é uma reflexão sobre a Teoria Dramatúrgica proposta para os alunos do seminário Tópicos Especiais do Laboratório de Estudos Transdisciplinares, coordenado pelo Professor Paulo Kruschke em 2017, no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Este estudo foi realizado com base nos textos “As Sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar”, de Klaus Eder, e “Teoria da Ação Comunicativa” de Jürgen Habermas. O seminário propôs aos alunos uma avaliação de textos selecionados entre as propostas para o semestre, a partir da qual foi realizada uma apresentação oral e a composição do artigo, agora apresentado.

A autora propôs a observação das teorias a partir de sua vivência como atriz e educadora, aproveitando tais conhecimentos para traçar paralelos entre a filosofia e as artes dramáticas. Desta forma, a maior dificuldade encontrada se refere ao fato de sua trajetória ter sido marcada por atuações profissionais que requerem uma abordagem menos técnica do que a exigida pelos padrões acadêmicos gerais. Assim sendo, o estudo também necessitou de grande esforço para adequar a linha de pensamento e a linguagem utilizada a uma forma menos subjetiva do que a habitualmente utilizada em seus trabalhos.

Abaixo também resumo as obras e autores estudados:

Jürgen Habermas, filósofo e sociólogo alemão nascido em 1929, participante da tradição da teoria crítica e do pragmatismo, também foi membro da Escola de Frankfurt,

⁵³ Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina, e-mail: claudiaventuri@yahoo.com.

estudou profundamente a democracia, especialmente através das teorias do agir comunicativo, da política deliberativa e da esfera pública:

[...] Habermas sugere um modelo ideal de ação comunicativa e Democracia Deliberativa, no qual as pessoas interagem através da linguagem, organizam-se em sociedade e procuram o consenso de forma não coercitiva.

Uma Democracia Deliberativa que defende que o exercício da cidadania estende-se para além da mera participação no processo eleitoral, exigindo uma participação mais direta dos indivíduos no domínio da esfera pública, em um processo contínuo de discussão e crítica reflexiva das normas e valores sociais (MEDEIROS, 2014).

Trata-se de um debate contemporâneo, apesar de todo o tempo decorrido desde o seu desenvolvimento. Ainda hoje não conseguimos, pelo menos no Brasil, que a democracia atinja níveis de consenso não coercitivo e que a população compreenda que não basta votar, mas precisa participar, acompanhar, fiscalizar, cobrar, se envolver. Já a coerção é realizada através do medo, mantendo o povo na ignorância, a mesma que o faz crer que basta votar, sucateando a educação e a cultura, através da manipulação midiática e também do dinheiro – desde a compra de votos com dentaduras até as grandes fortunas transferidas em processos de corrupção.

Os conceitos de Teoria Comunicativa, ação normativa (regras) e de coletividade de Habermas também serviram de base para Klaus Eder desenvolver seu estudo sobre o aprendizado da sociedade, segundo texto abordado neste trabalho.

Klaus Eder também nasceu na Alemanha em 1946 e foi professor de sociologia em Florença, na Itália, e em Berlim, sendo também co-editor do Berliner Journal of Sociology.

1. Habermas

Para podermos compreender o interesse de Habermas pela comunicação, tema que norteou os seus estudos, é interessante dar uma olhada em sua trajetória pessoal: Ainda muito jovem o filósofo foi submetido a duas cirurgias do palato – uma no nascimento e a outra aos cinco anos de idade. O fato lhe proporcionou uma dificuldade para se comunicar, principalmente pelo fato de não ser bem compreendido pelas demais pessoas. Tal experiência o teria motivado a desenvolver as suas teorias assim como a perceber a fragilidade da vida humana e a nossa dependência de um sistema de relações sociais baseado na comunicação, para atingir o desenvolvimento.

Também é importante, antes de falarmos das ações comunicativas em si, observarmos brevemente as categorias utilizadas pelo filósofo em sua análise da sociedade moderna, que são O Mundo da Vida e O Mundo Sistemico. Para ele, o mundo da vida seria mais orgânico, compreendendo as intersubjetividades dos atores inseridos em situações concretas da vida, o que resultaria em uma forma de interação social obtida por meios linguísticos de busca de consenso. Por outro lado, o mundo sistêmico seria regido pela razão instrumental, compreendendo dois subsistemas: o econômico e o político. A sistêmica seria a segunda forma de interação social, obtida por meios não linguísticos, como o mercado e a burocracia. Neste artigo nos ateremos mais ao mundo da vida.

1.1 Teoria da Ação Comunicativa

O que para nós parece óbvio é a base dessa teoria: o fato de que a comunicação só pode existir com duas ou mais pessoas, não é possível um sujeito solitário agir comunicativamente. O ser humano possui uma necessidade de se comunicar. Dessa forma, quando se encontra desprovido de outra pessoa para que possa se dar a ação, o ator

acaba criando colegas fictícios, “animando” seres originalmente inanimados para que possa ter a ilusão de uma comunicação, como nos ilustra tão bem a ficção cinematográfica⁵⁴. A partir daí, chegamos à premissa básica da Teoria da Ação Comunicativa que é a de que os homens são capazes de ação e, para tanto, se utilizam da linguagem para se comunicar com seus pares, buscando chegar a um entendimento. Sendo o princípio base da razão comunicativa a linguagem, esta constitui o meio através do qual as interações sociais se dão no mundo da vida.

A comunicação é concebida como um ato intrinsecamente intersubjetivo. Por isso a teoria do agir comunicativo só pode ser fundada sobre as estruturas da linguagem natural – verbal ou não, capaz de produzir uma racionalidade baseada em uma compreensão intersubjetiva.

O conceito de agir comunicativo, mais relacionado ao Mundo da Vida, parte do pressuposto de que as decisões levam em conta os interesses interpessoais do bem comum e da reciprocidade. Logo ele não pode ser orientado por interesses pessoais, já que pressupõe satisfazer as condições de entendimento, cooperação e consenso. A este, Habermas opõe o conceito de agir estratégico, relacionado ao Mundo Sistemico, que pressupõe que as decisões levam em conta os interesses pessoais individuais da ação, com o objetivo de obter sucesso e poder. Ambos os conceitos estão ligados entre si, porém se distinguem e se diferenciam.

Retornando a coerção exercida em nosso país, parece interessante observar que muito do medo insuflado nas massas diz respeito a filosofias políticas que buscam reduzir as diferenças sociais, levando em conta os interesses co-

54 Um exemplo é o filme americano *Cast Away*, conhecido no Brasil como “O Naufrago”, lançado em 2000, com direção de Robert Zemeckis. O roteiro conta a história de um naufrago que, ao se encontrar por anos sozinho em uma ilha deserta, faz amizade com uma bola de couro, objeto que também sobreviveu ao grave acidente que o vitimou.

muns sobre os individuais. Mesmo que no Brasil esses interesses individuais nunca tenham realmente chegado a ser reduzidos.

Da mesma forma, a coerção também se dá através da perseguição de algumas ações sociais que visam a conscientização da população em geral, como atividades artísticas e culturais em geral. Através do sucateamento da educação e do empobrecimento geral de suas metodologias de ensino, o poder dominante no país não precisa mais perseguir os artistas. O que acontece é que o povo alienado e distanciado da sensação de empoderamento que provém do seu reconhecimento cultural e do sentimento de pertença, discrimina e persegue os agentes culturais por não conseguirem perceber a relação desse trabalho com a própria situação frágil em que se encontram. Assim sendo, os políticos se isentam da “culpa” por terem abandonado essas atividades, com a desculpa de que elas não interessariam à população, que as têm abandonado sistematicamente.

Neste momento nos atemos ao agir comunicativo, o “não estratégico”, no qual encontramos a ação regulada por normas, onde o entendimento serve como uma atualização de um acordo grupal normativo já vigente e a ação dramaturgica, que se refere a uma autorrepresentação para um público, em que os “atores” se impressionam uns aos outros.

O conceito de ação regulada por normas não se refere ao comportamento de um ator em princípio solitário, que encontre a sua volta outros atores, mas, a membros de um grupo social que orientam sua ação através de valores comuns. O ator particular segue uma norma (ou a transgide), no interior de uma dada situação, onde se estabelecem as condições nas quais a norma se aplica. A ação regulada por normas responde a uma ordem social entendida como um sistema de normas reconhecidas ou de instituições vigentes.

1.1.1 A ação dramática

O conceito de ação dramática também não se refere primariamente a nenhum ator solitário nem a um determinado membro de um grupo social, mas aos participantes da interação que constituem um público, uns para os outros, onde realizam apresentações de si mesmos. Este conceito foi justamente inspirado no teatro e representa a perspectiva teatral. O ator suscita em seu público uma determinada imagem e certa impressão de si, revelando a sua subjetividade de forma mais ou menos calculada no sentido de uma imagem com a qual quer se apresentar. Todo agente pode controlar o acesso público à esfera de suas próprias intenções, pensamentos, atitudes, desejos e sentimentos etc. a que só ele tem acesso privilegiado. Se pensarmos no teatro, que serviu de inspiração para a ação, podemos traçar um paralelo com o uso das máscaras, no qual os atores podem alterar completamente a imagem que passarão ao público apenas através do uso desses acessórios, conceito este que já foi vastamente estudado e utilizado pela psicologia.

O autor ressalta que no teatro o ator representa uma cena fictícia enquanto que na vida as cenas são reais e às vezes “não muito bem ensaiadas”. Outra distinção apresentada é que no teatro o ator, quando representa um personagem, apresenta a si mesmo ao personagem, de forma que o público constitui um terceiro elemento na relação. Enquanto que na vida essas três partes estariam reduzidas a duas, pois que o indivíduo e o personagem seriam a mesma pessoa. Neste momento retomo o conceito de máscaras, no caso o utilizado pela psicologia e não o do teatro, para contrapor o texto, pois numa sociedade nunca somos apenas uma pessoa, frequentemente utilizamos máscaras que nos ajudam a enfrentar as dificuldades, a nos adaptarmos a situações diferenciadas e a sermos aceitos por um mundo que costuma discriminar tudo o que não se encaixa em padrões pré-estabelecidos. Dessa forma, mantemos a ideia teatral de sermos dois – ator e personagem – enquanto que o público se mantém sendo um terceiro elemento na relação.

Também dentro desta ideia reflito sobre o fato de “na vida” as cenas muitas vezes serem “mal ensaiadas”, se pensarmos nas máscaras, passamos essa vida ensaiando o seu uso, testando-o em diversas situações e para públicos distintos, aperfeiçoando a interpretação, a técnica.

Observando mais atentamente o teatro, que serviu de inspiração para a teoria em questão, e a vida “real”, acabaremos encontrando mais semelhanças do que diferenças entre o número de partes envolvidas, os conceitos de realidade e ficção e o quão bem ensaiados seriam um e outra.

No caso da ação dramaturgica o ator há de se inventar, sobre o seu próprio mundo subjetivo, para se apresentar ante um público com um aspecto de si mesmo. Esse mundo subjetivo pode ser definido como o conjunto de experiências do qual o agente possui acesso privilegiado. Novamente se aproximando da analogia com o mundo teatral, no qual o ator se utiliza de suas experiências pessoais para a construção do personagem que será apresentado ao público. Aparentemente esse personagem não teria qualquer relação com a intimidade de quem o apresenta, porém terá sido moldado dentro da individualidade e das vivências do ator, o que o tornará único e distinto de qualquer outra representação do mesmo personagem, realizada por outra pessoa ou mesmo em outra fase da vida desse mesmo interprete.

2 Klaus Eder

O texto de Eder inicia com uma reflexão muito pertinente:

[...] Aprendizado não é o mesmo que evolução cultural. O aprendizado social não muda o mundo, mas fornece os elementos para mudá-lo. Promove um incremento de variação, aumentando o escopo de possibilidades de evolução (EDER, 2001).

O fato de que as sociedades aprendem não havia sido problematizado até o surgimento das sociedades modernas. O autor relata que nas sociedades tradicionais o processo de aprendizado era função da religião. As religiões ocidentais têm em Deus o papel de educador do mundo social. Já as orientais, com o seu conceito de perfeição, consideram que uma vida seria pouco para atingir tal estado, sendo necessárias várias vidas para que se alcançasse o objetivo e, para isso, do auxílio de especialistas, virtuosos, religiosos. Neste último caso, a unidade de aprendizado é a coletividade, da qual a vida individual seria um meio para a perfeição do ser humano como tal.

Já a sociedade moderna substituiu Deus como um educador do homem, por intelectuais, ou seja, pela sociedade em si. Assim a base do aprendizado não é mais externa, mas interna a ela. A sociedade moderna tornou-se assim uma estrutura que aprende.

No texto Eder apresenta três questionamentos interessantes:

- Como as sociedades aprendem?
- O que as sociedades aprendem?
- Por que as sociedades aprendem?

2.1 O Aprendizado das Sociedades

Para a primeira questão colocada pelo autor, Eder nos apresenta o modelo clássico, no qual a educação implica em uma relação hierárquica, baseada no poder. Então explica que uma teoria relacional não se utiliza mais do indivíduo como a unidade básica de análise, mas das relações entre eles. Dessa forma, como na ação comunicativa de Habermas, a produção de cultura moderna é um processo de aprendizado coletivo, relacional, não mais individualista.

[...] O aprendizado das sociedades, portanto, é um fenômeno que não pode ser explicado pelo aprendizado individual, já que é uma consequência da

coordenação social do processo de aprendizado dos indivíduos (EDER, 2001).

Quanto à pergunta sobre o que as sociedades aprendem, o autor menciona que quando as sociedades aprendem, elas não se produzem a si mesmas, mas produzem cultura.

As sociedades desenvolveram mecanismos para acumular o conhecimento, porém tal acúmulo só tem significado se puder ser utilizado por atores sociais, permitindo assim a comunicação de conhecimentos em uma sociedade.

O texto também fala sobre as regras que definem as sociedades e as instituições e que intelectuais em geral também contribuem para o aprendizado institucional, ao fornecerem a reconstrução da experiência institucional. Ao fazê-lo, eles definem também as regras pelas quais o conhecimento coletivo pode ser transformado. No processo de reconstrução da experiência institucional eles geram um sistema de regras baseado na liberdade de expressão e no debate crítico. Levando-se em consideração que entre esses intelectuais o autor também cita os jornalistas, devemos prestar atenção na particular influência que as grandes mídias têm tido sobre a sociedade, principalmente após a ampla difusão da televisão nas casas, em todas as esferas sociais. Dessa forma, consideramos que a contribuição dos intelectuais apresenta duas vertentes: de um lado a liberdade de expressão e o debate crítico são estimulados, e de outro, uma censura mascarada e a manipulação midiática que seguram o desenvolvimento do aprendizado coletivo, em busca de uma manutenção do sistema vigente e do medo de aprender, temática que tratarei mais adiante.

Enfim, sobre a terceira pergunta: “Por que as sociedades aprendem”, voltamos a perceber a influência de Habermas que respondia, em breves palavras: “porque não aprender é impossível.”

O autor ainda cita Siegenthaler (1993), que explica o aprendizado como sendo uma reação à incerteza. Isto é,

em situações de incerteza, de crises, as pessoas, organizações e instituições têm que reorganizar suas regras, de onde se pressupõe que em períodos de crise se aprende mais. Quando vivemos em períodos “organizados”, com rotinas regradas, as pessoas se sentem relativamente seguras. Nesses casos as regras costumam suprir as necessidades das pessoas. Qualquer alteração, ainda que para o bem, pode parecer um abalo nas estruturas e, logo, ser considerada uma ameaça ao sistema, prejudicial e, portanto, devendo ser evitada.

Se tudo funciona normalmente, a sociedade tem uma falsa impressão de saber o que é ou não é o certo e o errado. Existe uma sensação de certeza. Com instabilidade social, essa sensação se dilui e começam a surgir dúvidas quanto às regras, e seriam essas dúvidas que permitiriam a abertura necessária para o aprendizado. Pode parecer óbvio, mas onde há certeza e estabilidade não há espaço para o aprendizado, afinal, já sabemos o que precisamos. Dessa forma, percebemos que a rotina e as certezas são contrárias ao processo de aprendizado.

Abriremos uns parênteses para uma breve observação sobre a Teoria do Caos e o princípio das incertezas⁵⁵, utilizado pela Física Quântica. A Teoria do Caos⁵⁶, desenvolvida por Edward Norton Lorenz a partir de uma falha de cálculo do computador, para dados meteorológicos, e que sugere a possibilidade de pequenas variações no sistema poderem provocar uma alteração gigantesca no resultado final. Esta ideia ficou conhecida também como Efeito Borboleta⁵⁷,

⁵⁵ Ambos os temas foram profundamente debatidos com o público nos três anos de apresentação do espetáculo “Aos poucos ouvidos moucos que virão, falaremos um pouco da nossa escuridão” (1999 – 2001), com o grupo Êxedra de Teatro (Curitiba) do qual a autora fez parte. O espetáculo abordava temáticas da Física Quântica e abria espaço, em dois momentos, para a participação do público em debates sobre teorias e aplicação da física em nosso cotidiano.

⁵⁶ Para mais detalhes sobre o assunto, observar: MARQUEZI, 2006.

⁵⁷ “The Butterfly Effect”, 2004, direção de Eric Bress J. Mackye Gruber

que teria inspirado o filme de mesmo nome, e se tornado popular através de sua tese: “O bater de asas de uma borboleta no Brasil provoca um tornado no Texas?”

Já o Princípio das Incertezas, formulado por Werner Heisenberg, se diferencia das premissas elementares das teorias físicas clássicas porque para essas, quando conhecemos as condições iniciais conseguimos com precisão determinar o movimento e a posição dos corpos de forma simultânea. Embora tal teoria seja aplicada mais a nível subatômico, quando abrimos o pensamento para valores como indeterminação e probabilidade no campo do experimento empírico, “tal princípio constitui uma transformação epistemológica fundamental para a ciência do século XX”⁵⁸. A reflexão a qual tais estudos nos levam é a de que precisamos repensar, e talvez até abandonar, concepções clássicas e a linearidade do pensamento.

Observando rapidamente os conceitos da física quântica resumidos a pouco, transpondo-os para as sociedades, permitindo que tracemos um paralelo, podemos nos aproximar muito do conceito mencionado anteriormente, sobre a relação entre a crise e o aprendizado. Na teoria da física a instabilidade, mesmo um pequeno abalo nos padrões, poderia promover grandes transformações globais, questionando o papel das certezas e apresentando novas probabilidades para o desenvolvimento das situações apresentadas, gerando uma instabilidade no processo de desenvolvimento. Dessa forma o caos seria tão importante para a evolução quanto a crise o é para o aprendizado. O fim das certezas apresentando um mundo de novas possibilidades e conhecimentos.

A partir do conflito, os indivíduos precisam se reorganizar, abrindo espaços de comunicação que possibilitem a criação de novas formas de conhecimento ou a reconstrução de velhas formas.

58 Idem.

Então o autor coloca uma última pergunta: “Por que é tão difícil mudar o mundo?” E a resposta sugerida é:

[...] porque as sociedades não gostam de aprender. Elas preferem permanecer com o que sabem e com as regras que estabilizam o que elas sabem. Portanto, as sociedades que produzem riscos são as sociedades em que os atores sociais realmente têm a opção de mudar o mundo (EDER, 2001).

Dessa forma, a sociedade parece resistir às tentativas de mudá-la, mesmo que mudemos os grupos, as organizações e as instituições (e mesmo as pessoas). Para poder haver mudança é necessário admitir que as certezas não são tão seguras quanto se pensava, o que gera medo. Para muitos é melhor ter uma falsa ilusão de viver em um sistema regido e funcional do que admitir que algo pode estar errado e, conseqüentemente, precisa de ajustes. Ou ainda, que simplesmente esse sistema com o qual nos habituamos pode ser ampliado, aperfeiçoado, que como o mundo está em constante movimento, também nós deveríamos acompanhar esse processo e nos permitir transformações em busca de novos horizontes. Abrir os olhos e observar o que está em torno, além de nosso jardim, pode parecer assustador.

Para encerrar o autor sugere que os processos de aprendizado servem à evolução porque fornecem mais possibilidades. Eles não mudam o mundo, mas fornecem os elementos para mudá-lo, para prosseguir com a mudança.

[...] Eles fornecem o material que a sociedade seleciona para sua reprodução contínua. Essa é a evolução fundamentada nos processos de aprendizado social, e nesse sentido as sociedades aprendem (EDER, 2001).

Considerações finais

Para que haja comunicação é necessário o envolvimento de mais de um indivíduo e de algum tipo de linguagem. As formas de comunicação são definidas pelas suas funções. Na comunicação dramaturgica, segundo Habermas, as pessoas se representam para o mundo como atores em um espetáculo teatral.

O aprendizado também pode ser visto como resultado da comunicação e é considerado uma condição para a evolução, que se dá a partir de momentos de crise, quando as certezas começam a ser questionadas.

A comunicação e o aprendizado são formas de vermos mais aprofundadamente o mundo que nos rodeia, com suas pessoas e demais elementos, de nos relacionarmos com ele e de buscarmos um desenvolvimento conjunto com esse meio

Referências bibliográficas

CHAPANI, D. T. e Carvalho, L. M. O. de - Entre o sistema e o mundo da vida: possibilidades de ação comunicativa na trajetória formativa de professores de ciências. **Práxis Educacional**, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), vol. 6, nº 9, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/433/460> - acesso em 09/07/2017. Acesso em 14 out. 2017.

EDER, Klaus. As sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política. São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC -, nº. 53, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452001000200002 – acesso em 17/06/2017. Acesso em 14 out. 2017.

HABERMAS, Jürgen. Notas sobre o conceito de ação comunicativa. [Tradução de Mauro Guilherme Pinheiro Koury].

RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção. João Pessoa: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) – Universidade Federal da Paraíba, v. 14, n. 40, pp. 1-25, abril de 2015. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/rbse/HabermasArt.pdf>. Acesso em 17 jun. 2017.

-HABERMAS, Jürgen. **Theory of Communicative Action**, Vol. 2 Boston: Beacon Press, 1985.

MARQUEZI, Dagomir. Edward Norton Lorenz, o criador da teoria do caos -* 23 maio 1917 + 16 abril 2008. **Revista Época.** Sem cidade: Globo.com, 2006. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI3471-15228,00-EDWARD+NORTON+LORENZ+O+CRIADOR+DA+TEORIA+DO+CAOS+MAIO+ABRIL.html>. Acesso em 30 jul. 2018.

MEDEIROS, Alexsandro. M. Jürgen Habermas. **Consciência Política.** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2014. Disponível em: <http://www.portalconscienciapolitica.com.br/filosofia-politica/filosofia-contempor%C3%A2nea/escola-de-frankfurt/habermas/>. Acesso em 17 jun. 2017.

PATRIMÔNIO CULTURAL EM TELA: O CINE PALÁCIO, DE JOINVILLE (SC), E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Christiane Heloisa Kalb⁵⁹

Introdução

Este estudo teve origem em observações realizadas durante a pesquisa de doutoramento em Ciências Humanas (2013-2017) na Comissão de Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan) da cidade de Joinville, localizada no nordeste do estado de Santa Catarina. Anali-sei os processos de patrimonialização de bens com interesse de preservação do patrimônio cultural do município.

No ano de 2013 ingressei no doutorado interdisciplinar em Ciências Humanas do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), quando senti que poderia expandir o tema do direito para o campo do patrimônio, que tenho estudado desde 2010. Meu projeto de pesquisa inicial buscava examinar os resíduos produzidos pelas ferramentarias de produção de plástico situadas em Joinville, aliando temáticas da sociologia ambiental e do direito. Apesar de o tema ser continuidade da pesquisa de mestrado, em que trabalhei com as memórias dos primeiros ferramenteiros da cidade, aquela temática sobre os resíduos das ferramentarias me afastaria do campo do patrimônio cultural, o que me fez recuar. Assim, decidi por uma pesquisa que pudesse avaliar os processos de políticas públicas voltados para a preservação de bens de valor cultural de

⁵⁹ Doutora em Ciências Humanas pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora de Ciências Criminais do curso de Direito da Faculdade CESUSC, em Florianópolis. *E-mail*: christianekalb@hotmail.com

Joinville e, de tal modo, verificar em que medida essas políticas são efetivas ou não para a salvaguarda do patrimônio da urbe⁶⁰.

Esta pesquisa é fruto de uma relação subjetiva entre o objeto principal e determinado local – as políticas públicas de preservação do patrimônio e a cidade de Joinville – e o caso paradigmático da patrimonialização e da judicialização do edifício do antigo Cine Palácio.

1. Breves apontamentos históricos

As políticas públicas da cidade de Joinville voltadas para a preservação do patrimônio cultural tiveram sua origem no processo de patrimonialização do Museu Nacional de Imigração e Colonização (MNIC), localizado em frente à Alameda Brüstlein e que foi tombado em 1939 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)⁶¹. Na década de 1960, a comissão que participou do processo de

⁶⁰ Cerdà (1867), engenheiro e político catalão, usou o termo *urbe* para denominar de modo geral os diferentes tipos de assentamento humano e cunhou o neologismo *urbanização* (*urbanización*) designando a ação sobre a urbe. Cerdà publicou extensos estudos sobre Barcelona e Madri, que versavam sobre os mais diversos aspectos das cidades, indo desde questões técnicas (como a análise da rua e seus sistemas de infraestrutura) até questões teóricas e territoriais. Utilizarei esse termo como sinônimo de cidade, sendo essa cidade entendida como qualquer núcleo com diversos assentamentos humanos, em referência a esse autor.

⁶¹ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde sua criação, em 1937, até 1945 era chamado de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); de 1946 a 1970, de Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN); e de 1970 a 1979, de Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Em 1979, dividiu-se em SPHAN, Atos Normativos e Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM), ação executiva. Em 1990, foi extinto e substituído pelo Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, voltou a ser Iphan e mantém-se assim até hoje. Informações disponíveis em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2014. A fim de evitar

gestão desse museu tentou ser o gestor paralelo do patrimônio municipal, tributando a certos grupos de imigrantes e a seus descendentes europeus uma tradição identitária de sucesso empreendedor.

Nos anos 1980, houve uma mobilização na Comphaan de Joinville – criada em 1980 com o apoio do arquiteto e urbanista Dalmo Vieira Filho, diretor regional da Superintendência em Santa Catarina do Iphan —, para que se criasse uma lista de bens imóveis que representassem a identidade cultural da cidade. A intenção inicial da lista era barrar a especulação imobiliária que vinha atingindo alguns bairros centrais do município. Essa lista foi chamada de Unidades de Interesse de Preservação (UIP), e os bens apontados nela deveriam, de alguma maneira, ter ligação com a história e a memória de seus fundadores.

Essa lista foi a forma encontrada pelos gestores públicos de criar o discurso entendido como oficial de patrimônio cultural na cidade. Por meio dos atores sociais da época, inventaram, construíram e interpretaram a cidade que se dizia germânica numa tentativa de revalorizar a tradição alemã, combatida e silenciada na Segunda Guerra Mundial e, também, particularmente, durante a Campanha de Nacionalização. No entanto, para a instituição dessa cidade-imagem, foi preciso a oficialização da Comphaan, mediante ações da Fundação Cultural de Joinville (FCJ), que se sobrepôs à comissão anterior, que havia auxiliado a institucionalização do MNIC.

Partindo desses constrangimentos e conflitos, iniciaram-se os acordos e as negociações entre os agentes do campo⁶² do patrimônio e as lideranças municipais: empre-

erros de nomenclatura, usualmente chamarei esse órgão de preservação federal de Iphan, a não ser em casos específicos, em que seja importante nomeá-lo conforme a data do evento discutido.

⁶² A ideia de campo, de Bourdieu (1992; 2011), auxilia-nos a identificar quem são os agentes na cidade e como seus atos devem ser problematizados e questionados.

sários, políticos, técnicos e (i)migrantes (e seus descendentes). Portanto, concomitantemente à criação da Lista de UIP, houve a institucionalização da Comphaan, por intermédio da Lei n.º 1.772/1980, que tem por objetivo formular políticas públicas de preservação do patrimônio cultural em nível municipal (JOINVILLE, 1980). Os integrantes dessa comissão são 18 pessoas voluntárias. Destas, nove não recebem nenhum dinheiro público ou privado nem têm vínculo com a municipalidade. Elas advêm da sociedade civil, podendo vir de conselhos, grupos específicos, universidades e afins. A outra metade dos membros, de órgãos e instituições públicas, é, sim, remunerada pela municipalidade, porém não por participar da Comphaan.

A invenção de certas tradições, conforme o historiador inglês Hobsbawm (2008), teve o seu *boom* na década de 1980. Em Joinville não foi diferente. A tese de Hobsbawm auxiliou-nos a entender por que Joinville é conhecida tradicionalmente como a cidade das flores, dos príncipes, das bicicletas e, mais recentemente, da dança. Todas essas representações imagéticas que se fazem da maior cidade em população do estado de Santa Catarina foram inventadas, criadas pelos órgãos de gestão turística e cultural do município, confirmadas por outros discursos autorizados na cidade, de historiadores (autodidatas, jornalistas) que escrevem/escreviam sobre a história de Joinville, como, por exemplo, Apolinário Ternes, Carlos Ficker, Teresa Böbel, entre outros/as. Hobsbawm explica a noção de tradição inventada como um

[...] conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado (HOBBSAWM, 2008, p. 9).

Assim, constroem-se pelas narrativas da cidade diferentes olhares sobre o passado, enaltecendo a trajetória his-

tórica de certos grupos formadores de Joinville, especialmente a forma alegórica do “mito do pioneiro imigrante alemão”. Nesse sentido, Rodowicz-Oswiecimsky (1992) critica essa alegoria, pois em primeiro lugar o pioneirismo nunca foi alemão, já que anteriormente à vinda dos emigrantes europeus às terras da Colônia Dona Francisca existiam ali grupos indígenas, que mais tarde seriam chamados de bugres. Segundo, porque não eram apenas alemães que chegaram à colônia, uma vez que, conforme afirma o militar prussiano em seu relato de viagem de pesquisa, o grupo era composto em sua maioria de suíços e noruegueses e somente de uma pequena parcela de alemães propriamente ditos. E não menos importante, em terceiro lugar, Rodowicz-Oswiecimsky também afiança em todo o seu relato que os emigrantes sofreram muito em sua chegada à colônia, foram ludibriados, enganados pelas campanhas imigratórias, o que destrói por completo a idealização de um herói, ou de um pioneiro desbravador.

As flores lembram tanto a Festa das Flores⁶³, em sua 79.^a edição em 2017, quanto as varandas floridas das casas de arquitetura enxaimel. Os príncipes são referenciados em razão da história da cidade, que é contada e repetidamente lembrada, sobre o dote que foi dado ao Príncipe François Ferdinand por se casar com a Princesa Francisca Carolina (filha de Dom Pedro I), em forma de terras, que são hoje parte de Joinville. Contudo, apesar de uma mansão ter sido construída para o casal, local que hoje abriga o MNIC, eles nunca moraram na cidade. A cidade das bicicletas é em lembrança aos operários das fábricas instaladas no município, principalmente após a década de 1950, que se deslocavam de casa para o trabalho por esse meio de transporte. A última referência que faço lembrar é a dança, porque Joinville, além de sediar o Festival de Dança há 35

⁶³ Flores (1997), nesse sentido, explica que a festa, trazendo em sua obra especialmente a Oktoberfest de Blumenau, é um lugar de privilégios, pois reafirma as identidades e recria tradições, colocando em cena uma história idealizada e reificada.

edições (em 2017), abriga a Escola do Teatro Bolshoi no Brasil, a única fora de seu país sede, a Rússia, o que é um prestígio para a cidade. Todas essas imagens, ou melhor, todos esses discursos da cidade, são invenções criadas pelos gestores públicos, incentivadas e ressignificadas pela mídia e pelo setor turístico com a intenção de perpetuar a aura advinda da tradição germânica, dos que chegaram a Joinville em meados do século XIX. Invenções que, muitas vezes, encontram ressonância na população, já que geram sentido de permanência e estabelecimento, no entanto esses discursos vêm confrontando-se recentemente com novos atores, que perseguem a idealização de uma Joinville cosmopolita, integradora de diversos grupos sociais de diferentes laços étnicos, não só enraizados à germanidade.

A reinvenção das cidades a que se estaria assistindo promove, assim, a sua espetacularização e molda as representações acerca de sua transformação. No contra jogo dessa atitude de *marketing* é que, ironicamente, quanto mais as cidades buscam se diferenciar umas das outras, por meio de sua valorização patrimonial, mais se assemelham. Portanto, a construção da imagem da cidade está intrinsecamente ligada a representações e ideais. Efetivamente,

[...] a pasteurização das culturas e a parque-tematização parecem ser os caminhos mais proveitosos dos programas de renovação urbana contemporâneos, promovendo uma ordem branca da cultura, teatros da memória que procuram avançar sobre os enclaves resistentes (ACSELRAD, 2009, p. 185).

A pertinência da fala sarcástica de Acselrad (2009) é o que se vê ao visitar cidades colonizadas por imigrantes germânicos. Joinville entra nessa esteira, bem como Blumenau, Jaraguá do Sul, Pomerode e outras tantas. As casas em estilo enxaimel e de arquitetura teuto-brasileira são as que em primeiro lugar foram e são preservadas pelos órgãos de proteção patrimonial até hoje.

Michel de Certeau (2013, p. 88-90), ao discutir a mercantilização da cultura, explica que, diante de uma produção racionalizada, expansionista, centralizada, espetacular e barulhenta, se posta uma produção do tipo totalmente diverso, qualificada como consumo, que tem como característica suas astúcias, seu esfarelamento em conformidade com as ocasiões, suas “piratarías”, sua clandestinidade, seu murmúrio incansável. Em suma, fazendo uma crítica aos projetistas da cidade, o autor acredita que esses técnicos projetam para indivíduos sem carne. Portanto, são projetos massificados para um cidadão modelo, um homem ordinário, como que numa quase invisibilidade, pois praticamente não se fazem notar por produtos próprios (onde teria o seu lugar?), mas por uma arte de utilizar aqueles que lhes são impostos. Os usuários, os que vivem e experienciam a cidade, nem sempre são ouvidos.

Desse modo, aquilo que se chama de vulgarização ou degradação de uma cultura seria então um aspecto caricaturado e parcial da revanche que as táticas utilizadoras tomam do poder dominador da produção, que é o desenraizamento da cidade. Seja como for, o consumidor não pode ser identificado ou qualificado conforme os produtos jornalísticos ou comerciais que assimila: entre ele (que deles se serve) e esses produtos (indícios da ordem que lhe é imposta) existe o distanciamento, mais ou menos grande, do uso que é feito.

Ainda, na escala da história contemporânea, parece também que a generalização e a expansão da racionalidade tecnocrática criaram, entre as malhas do sistema, um esfarelamento e um pulular dessas práticas antigamente reguladas por unidades locais estáveis. Cada vez mais as táticas vão saindo de órbita, com o homem comum usando a cidade de forma tática. Desancoradas das comunidades tradicionais que lhes circunscreviam o funcionamento, suas práticas põem-se a vagar por toda a parte num espaço que se homogeneiza e amplia. A homogeneização das cidades é o processo de museificação urbana, planejado pelas po-

líticas e por projetos urbanos que buscam produzir uma imagem singular de suas cidades⁶⁴, mas recebe no contragolpe o seu contrário. Os consumidores tornam-se migrantes por meio do turismo e do consumo. O sistema pelo qual circulam é demasiadamente amplo para fixá-los em alguma parte, mas demasiadamente regulamentado para que possam escapar dele e se exilar alhures (CERTEAU, 2013).

O turismo cultural não utiliza os conhecimentos de sustentabilidade e torna-se gestor dos espaços de cultura, um mau gestor por algumas vezes, que apenas se preocupa com o poder econômico que poderá gerar por intermédio dos patrimônios como mercadoria. Afinal, o turismo, sendo uma indústria sem chaminé⁶⁵, é um lazer de viagem, um lazer especial e elitizado, voltado às pessoas e aos grupos que se mobilizam facilmente, como conceitua Martins (2006, p. 33), com o objetivo de se reencontrar ou encontrar algo perdido, esse algo que os órgãos de turismo vendem como a "mercadoria exótica, o produto perdido, o lugar esquecido" (MARTINS, 2006, p. 33). Esse é o projeto de modernização que Canclini (1997) chama de democratização da cultura em seu extremo, em que as pessoas se identificam pelo que consomem.

A espetacularização das cidades é tema que vem sendo discutido já desde o início dos anos 1990. Trata-se de um assunto atrelado ao reconhecimento do lugar que atinge todas as cidades que se preocupam de alguma

⁶⁴ Apesar de Ítalo Calvino (1990), em sua obra *Cidades invisíveis*, indagar as múltiplas cidades por suas singularidades, as cidades são complexas, rebeldes, inflexíveis. Portanto, o que se observa é que, à medida que Marco Polo descreve as 55 cidades do império mongol, cada uma se mostra única em sua paisagem urbana e natural, além da diferenciação na construção feita pelos habitantes de seus espaços.

⁶⁵ Termo trazido da dissertação de mestrado em História Cultural de Hellen Rios (2016), que estudou os processos de patrimonialização da Ponte Hercílio Luz, de Florianópolis. A mestra utiliza o termo para falar da indústria carro-chefe da capital, que é uma indústria, no entanto, sem chaminés, diferentemente do que em Joinville e Blumenau.

forma com o seu patrimônio – seja mediante a atividade turística, seja resgatando o orgulho de seus habitantes pela cidade a ser preservada ou por meio de fundações culturais, comissões de patrimônio, órgãos gestores do turismo e da cultura, pela agenda pública que molda e ressignifica a cidade com base em um ideal identitário. “Se a população compreender que é dona e guardiã de seus bens e de sua cidade, o turismo se incorpora para agregar valor e não para subtraí-los” (SIMÃO, 2013, p. 81).

O direito tenta, assim, acompanhar os anseios da sociedade, e foi a Constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã, que deu à municipalidade mais autonomia no que se refere à gestão do seu ordenamento territorial, abrangendo também aí a gestão do seu patrimônio cultural (BRASIL, 1988). Esse ordenamento territorial foi expresso no plano diretor urbano em cidades com mais de 20 mil habitantes. Em Joinville, o plano diretor, implantado em 2008, sofreu readaptações e foi discutido em amplos debates públicos, incluindo áreas de interesse especial que são voltadas à preservação de bens culturais, e recentemente vem sofrendo novas pressões, uma vez que em 2018 haverá uma revisão do plano.

Londres (2004) explica em seus termos essa situação, pois as criações humanas são identificadas como patrimônio cultural de um grupo social, seja ele uma pequena comunidade, seja uma tribo indígena, uma nação ou mesmo a humanidade. Depende, como bem observa o antropólogo Antonio Augusto Arantes, mencionado por Londres (2004, p. 22), tanto de critérios internos de valoração ao grupo quanto de critérios externos, formulados por especialistas e por agentes do Estado. A criação de espaços públicos de interlocução municipal, como, por exemplo, os conselhos de patrimônio, é fundamental para que essas diferentes perspectivas possam ser explicitadas, discutidas e negociadas de forma democrática. É a gestão compartilhada que envolve técnicos e população.

2. Patrimônio cultural e o Theatro Nicodemus

A problematização das políticas públicas de patrimonialização de espaços com importância arquitetônica e/ou histórica diante dos novos usos e das questões oriundas das transformações urbanas contemporâneas (verticalização, especulação imobiliária, direito à memória urbana, interesses legítimos etc.) é um fenômeno que tem gerado disputas de poder. Essas disputas, operacionalizadas pelas categorias capital cultural e *habitus*⁶⁶, refletidas na perspectiva de patrimônio como um campo eminentemente político (MENESES, 1999; 2012), surgem em Joinville em consonância com a esfera nacional.

A realidade nacional das políticas públicas de preservação do patrimônio constrói as regras jurídicas também na cidade, no entanto tais políticas nem sempre encontram legitimidade ou ressonância perante a sociedade local. Tanto dentro quanto fora da Comphaan há pouco diálogo entre os projetistas do município e os agentes do patrimônio com a sociedade. Os espaços patrimoniais, tombados ou inventariados normalmente, não englobam os interesses dos que vivem e usam a cidade, promovendo, desse modo, falta de ressonância entre as escolhas do que é patrimônio e a população. Uma das dissonâncias que se verifica ao analisar a efetividade ou ineficiência das políticas e, dessa forma, das regras de preservação do patrimônio é que nem sempre o tombamento protege o bem em si.

⁶⁶ Termo cunhado muito antes de Bourdieu (1977), que significa "segunda natureza" ou "saber social incorporado", por Norbert Elias (1997). A expressão é usada para superar os problemas da antiga noção de caráter nacional como algo fixo e estático. Elias (1997) esclarece que ainda hoje é comum ligar o *habitus* social e nacional corrente de uma nação a uma chamada história, especialmente quando se fala do processo formador do Estado pelo qual passou. O *habitus* de Bourdieu (1977) faz-nos perceber que os problemas contemporâneos de certos grupos privilegiados ou excluídos são totalmente influenciados por seus êxitos ou fracassos na história de determinado território.

O instrumento de tombamento constitui um ato administrativo, previsto em lei, que reconhece valor a determinado bem, normalmente tangível, escolhido por certas pessoas ou grupos para representar uma coletividade. Esse ato, porém, não protege nada, mas dá margem aos portadores do poder público, os atores e agentes do campo do patrimônio, para salvaguardá-lo. Um dos casos de disputa de poder e, portanto, de extrapolação dos interesses entre preservação e uso afetos ao direito são o processo de patrimonialização e a conseqüente judicialização do edifício do antigo Cine Palácio de Joinville.

Esse cinema de rua, inicialmente chamado de Theatro Nicodemus, foi edificado em 1917 e tinha como seu idealizador e administrador Francisco Nicodemus, um alemão da elite joinvilense que fez o centro da cidade despontar com a construção de um dos maiores expoentes da modernidade.

Assim como ocorreu em diversos outros cinemas espalhados pelos municípios brasileiros, que antes abrigavam os cinemas e teatros – muitas vezes denominados de palácios ou cines-teatros –, o Cine Palácio, de Joinville, passou por um processo de decadência⁶⁷, principalmente após o seu sistema de exibição cinematográfica tornar-se obsoleto. Esses cinemas geralmente possuíam salas com capacidade para receber mais de mil pessoas e foram construídos entre as décadas de 1920 e 30, e a sua manutenção foi sobremaneira encarecida com a vinda das tecnologias modernas, sobretudo após o fim da Segunda Guerra Mundial. Na época do pós-guerra, entre os anos de 1950 e 60, os cinemas estavam em seu apogeu em muitas cidades brasileiras, apesar de já estar completamente hollywoodizados.

A decadência dos cinemas de rua foi conseqüência também do surgimento das salas de cinema dentro dos

⁶⁷ A ideia de decadência com que aqui se trabalha é a que entende que os cinemas, até os anos de 1970, eram vistos como uma ocasião especial. Você via um filme sem saber se teria chance de revê-lo em outra oportunidade. O cinema causava deslumbramento.

shopping centers e, igualmente, da vinda dos televisores em cores, das TVs a cabo, da criação e da divulgação das fitas cassetes e, depois, dos DVDs e *blu-rays* e, mais recentemente, da possibilidade de exibição de filmes e séries *on-line* com a chegada da internet. Tudo isso ocasionou a saída da empresa de cinema que operava no espaço do Cine Palácio, para dar lugar a um novo uso.

Em razão das consequências trazidas pela contemporaneidade aos antigos edifícios de cinema de rua, eles foram ressignificados e reapropriados por novos usos sociais e econômicos. O mais comum tem sido a sua transformação em espaços religiosos. Outros prédios, contudo, foram realocados por supermercados, bingos e estacionamento, sofreram invasões urbanas ou a pura demolição. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), da linha neopentecostal, é um dos exemplos de reapropriação desses amplos espaços para seus cultos, fato recorrente em muitos lugares do país e também no caso em estudo aqui, o Cine Palácio. Em meados da década de 1990, esse espaço foi locado para a IURD, que até hoje faz uso dele para seus cultos.

Por isso, a maior de minhas inquietações, com base em meus estudos nas áreas do patrimônio cultural e do direito, é entender por que o uso do espaço de um antigo cinema, desativado na década de 1990 e alugado por uma igreja evangélica, gerou tantas ações, tanto pelo meio universitário, iniciadas oficialmente pela professora doutora Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes⁶⁸, quanto pela imprensa local e também pelos agentes do campo, por intermédio da Comphaan e da FCJ. O que esses grupos queriam

⁶⁸ Graduada, mestre e doutora em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Lisboa. É professora e pesquisadora da Universidade da Região de Joinville (Univille), do departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. Informações disponíveis em: <<http://lattes.cnpq.br/6348615294762269>>. Acesso em: 12 out. 2016>.

dizer e manter com seus discursos sobre o valor atribuído ao edifício? Como ficou a identidade alemã nesse contexto histórico de ressignificações, desde a glória até a segregação e, novamente, a exaltação, em meio às transformações urbanas?

2.1 O processo de patrimonialização

Pouco mais de dez anos se passaram desde o início da locação pela igreja do espaço do antigo cinema, em 1991, quando alguns estudantes universitários da cidade começaram a se mobilizar, mediante reportagens publicadas nos jornais locais, em prol da preservação da edificação em seu uso cultural. O engajamento desses universitários do curso de História da Universidade da Região de Joinville (Univille), juntamente com o apoio da professora Sandra Guedes, gerou, em 2003, o tombamento do edifício pela municipalidade. A patrimonialização do lugar, porém, não o "livrou", como assim esperavam os gestores públicos municipais e os estudantes, de sofrer com as transformações urbanas da cidade, como a verticalização e as interferências em seu entorno, com a construção de lojas comerciais e obras ditas emergenciais no prédio tombado sem o devido consentimento do poder público.

Por isso, o processo de patrimonialização do edifício que abrigava o Cine Palácio consiste em um caso paradigmático do patrimônio, havendo discrepâncias entre seus usos e sua representação como símbolo da cidade, especialmente após o seu tombamento, bem como pela longa celeuma jurídica envolvendo os proprietários, o locatário e os agentes do campo do patrimônio da cidade.

Discutem-se até hoje em processo judicial as formas de preservação do edifício como patrimônio cultural. Pergunto-me se os critérios intrínsecos aos valores simbólicos utilizados para o seu tombamento ainda mantêm, de fato, o valor de uso e de cultura do bem. Quer dizer, trata-se de um conflito

entre o direito de propriedade e, por conseguinte, a dinâmica da vida social em relação ao instituto de tombamento, método que visa, teoricamente, e tenta, na prática, proteger o bem de valor cultural. Por isso, meu questionamento é no sentido de problematizar a eficiência das regras jurídicas aplicadas ao tombamento nesse caso, que se reflete em outros tantos. Portanto, a problemática do privado *versus* o público, do novo *versus* o velho e da preservação *versus* o progresso é algo latente na história de Joinville, representada na pesquisa pelo caso do edifício do antigo Cine Palácio diante da mudança do seu sentido patrimonial.

Quando esse edifício era um cinema, pode-se afirmar que possuía aspecto privado. Isso porque, mesmo que qualquer pessoa que pagasse pela sessão conseguisse entrar nele, sem diferenciação, esse fator, por conseguinte, impedia o acesso daqueles que não podiam pagar pelas sessões. Além disso, muitos buscavam vestir a melhor roupa para frequentá-lo, o que mostra ainda mais esse quê de privado, uma forma de distinção social. Tirone Meier (2001), que acompanhou durante muitos anos a trajetória do Cine Palácio, fala sobre alguns fatos que mostram a desigualdade econômica entre seus frequentadores e a realidade salarial da época:

[...] O Cine Palácio, no meu entendimento, sempre foi um cinema... criado e... Ele sempre existiu para todos. Jamais houve distinção. Todas as classes, A, B, C ou D ou qualquer que seja... Ele sempre foi totalmente aberto. E na verdade ele era uma empresa. Uma empresa que tinha que gerar lucros. Que visava lucros, logicamente. Não fazia distinção, absolutamente. A verdade é que muitas pessoas, de fato, por uma questão até de oportunidade, às vezes, de empresa ou então pelo pouco salário, que naquela época era muito pequeno, muitas pessoas, de fato, não tinham condições de ir, por uma questão única e exclusivamente financeira. Não tinham dinheiro mesmo disponível para ir ao cinema (MEIER, 2001).

Portanto, esse ícone, mais do que representar uma elite que podia frequentar as sessões de cinema, teatro e outros espetáculos, era um lugar onde se entrecruzavam vários discursos de Joinville. Após a apropriação do espaço pela igreja neopentecostal, o edifício tornou-se parcialmente democrático, tendo um novo fim social, no qual a maioria de seus frequentadores é composta de fiéis da IURD, os iurdianos. Todos que quiserem entrar no espaço têm passagem livre, no entanto até certo ponto. O limite imposto é tornar-se fiel daquele credo, e, dependendo de sua ligação com tal credo, o ingresso poderá ficar mais caro que algumas entradas de cinema.

Esta pesquisa partiu de uma proposta interdisciplinar, já que não há um campo específico em que assentei os problemas de pesquisa, porém certas categorias de análise⁶⁹ se basearam em determinados aportes teóricos, que se aproximam dos campos do direito e do patrimônio cultural, que são: políticas públicas, patrimônio cultural e processo de patrimonialização.

Tais categorias, por sua natureza interdisciplinar, também dialogam com outras áreas, como as ciências políticas e a antropologia, sob o viés da antropologia urbana e dos estudos urbanos, especialmente com base em Gilberto Velho e José Reginaldo Santos Gonçalves, dos quais me aproprio do conceito de patrimônio cultural. Ainda, da história, uso a base da linha história cultural, pois estudo dada cultura em determinado período de tempo, sob o aspecto dos estudos da cultura material, podendo citar Pierre Bourdieu, Roger Chartier e, novamente, José Reginaldo Santos Gonçalves.

A interdisciplinaridade dos questionamentos do paradigma objetivista da ciência é tema que surgiu em meados dos anos 1970. O campo do patrimônio, por muito tempo,

⁶⁹ Minayo (2010) esclarece o que são as categorias de análise. Para a autora, categorias analíticas são aquelas que retêm historicamente as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais. Elas comportam vários graus de abstração, de generalização e de aproximação.

também foi discurso de disciplinas específicas, como a arquitetura e a história, prioritariamente, sem abrir brechas para estudiosos de outras áreas de conhecimento – o problema era visto e resolvido fundamentado em um ponto de vista. Até que isso mudou, e, atualmente, o problema é solucionado por diversos vieses.

Para Japiassu (1976), a chamada interdisciplinaridade estrutural é uma combinação de disciplinas convergentes para solucionar campos de novos problemas, tendo em vista levar a efeito uma ação informada e eficaz na tentativa de haver “diálogo de disciplinas”. Foi o que tentei fazer. Afinal, vinda do direito, como formação, sentia que o viés exclusivista jurídico em si era excludente e afunilado e não poderia solucionar todos os problemas da tese que me propunha a pesquisar. Por isso, a pesquisa interdisciplinar usada como uma estratégia é a que melhor se encaixou à problemática epistemológica.

Quando falo de patrimônio cultural, aproprio-me das ideias do antropólogo José Reginaldo Gonçalves (2007), que trabalha com a noção de diversidade cultural como uma das formas de riqueza da nação. Ele critica a homogeneização das cidades, advinda da globalização, que acaba por destruir as culturas locais. Essa perspectiva do autor faz com que o conceito de patrimônio seja tomado como uma categoria de pensamento, partindo de uma noção de sistema total (fato social total), referência criada por Marcel Mauss (1974 *apud* GONÇALVES, 2007). É uma concepção bem mais ampla e complexa, que articula as diversas esferas da vida social, obrigações, deveres, crenças e conflitos, indicando o patrimônio como uma construção que se articula com representações políticas que expressam a identidade⁷⁰ e a memória de determinado grupo ou nação. Escolhi adotar as

⁷⁰ A noção de identidade aqui trabalhada não supõe essencializações homogêneas ou estáticas em determinado tempo, mas assume uma condição relacional em que trata de uma construção social com base em narrativas e discursos sempre em relação direta ou indireta com uma alteridade, muitas vezes colocando em xeque pertencimentos culturais.

ideias de Gonçalves pois esse autor trabalha com a perspectiva de que as comissões que decidem sobre o que se deve preservar em termos de patrimônio cultural não são estritamente técnicas nem científicas e apresentam um número maior de representantes da comunidade, onde as práticas democráticas deveriam ser mais bem difundidas, em tempos atuais.

O conceito de patrimonialização, apesar de não ser considerado uma categoria por si só nem, portanto, possuir definição própria, foi trabalhado durante toda a pesquisa, principalmente quando se discutem as políticas públicas de preservação de patrimônio e, depois, o processo de patrimonialização do edifício do antigo Cine Palácio. Assim, o processo de patrimonialização tem vínculos com o direito por ser uma forma de reparação, na qual o proprietário do bem tornado patrimônio público tem possibilidade de buscar benefícios em contrapartida a essa declaração. O conceito não tem autor específico, contudo pode ser entendido como todo o sistema de proteção jurídica e administrativa aos bens de valor cultural (tanto simbólicos quanto nos usos) no âmbito nacional, estadual ou municipal e também como uma construção sistematizada que atribui valor aos bens visando a uma transmissão futura, definindo, de tal modo, as formas de usar e de se apropriar desses bens. Vale ressaltar que esse sistema também abrange a proteção comunitária dada aos bens, ainda que não institucionalizada por meio de tombamento, inventário ou registro, dependendo do caso. Para essa concepção ficar um pouco mais clara, trago a perspectiva de Meneses (2012), que vê o campo do patrimônio como eminentemente político.

A categoria *políticas públicas* é um termo originário da ciência política, porém foi abordada com base na jurista Maria Paula Dallari Bucci (2006), que a explicita como os programas de ação governamental visando à coordenação dos meios à disposição do Estado e das atividades privadas para a concretização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados. Portanto, políticas públicas são aquilo que o governo escolhe fazer e, também, não fazer.

Além disso, a despeito dos problemas teórico-metodológicos que envolvem o campo do patrimônio cultural, percebi que as comissões de patrimônio locais demandam pessoas com algum conhecimento técnico a fim de gerar decisões interdisciplinares, de modo que esse conhecimento a ser utilizado para dar respostas aos problemas enfrentados pelas comissões não seja exclusivo de uma ou duas áreas de conhecimento, mas que atinja a verdadeira interdisciplinaridade para resolver os litígios e os requerimentos apreciados pelos grupos.

Considerações finais

O patrimônio das cidades e a sua espetacularização ficam nas mãos dos *experts*, por terem conhecimento técnico e especializado, sendo considerados aptos para fazerem escolhas, entretanto questiono até que ponto as escolhas acolhem todos os grupos sociais ali viventes. O patrimônio cultural parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do início do século XXI, nascidos no fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem.

A Comphaan busca repensar a questão da preservação *versus* o progresso dos espaços da cidade, envolvendo processos vivos com funções para a nova economia na contemporaneidade, porém há lacunas nas ações dessa comissão que, muitas vezes, permitem que bens significativos sejam demolidos pelos proprietários, ou ressignificados com um novo uso nem sempre condizente com o "original", podendo perder a sua autenticidade em relação ao uso para o qual foram construídos – o que pode ou não ser um problema, dependendo do que se espera com a preservação de determinado bem ou conjunto. Outros exemplares, por sua vez, são abandonados ou engolidos em seus pequenos espaços pela verticalização e modernização do espaço urbano, suportando as consequências das transformações contemporâneas também em sua ambiência, deixando o

instrumento de tombamento e seus efeitos jurídicos serem objeto de celeumas judiciais, caso do edifício do antigo Cine Palácio, de Joinville.

Por isso, ao pensar a cidade pelo que é publicado nas mídias locais e pelos órgãos de gestão turística e da cultura, foram criados discursos de uma tradição germânica joinvilense de um povo ordeiro, trabalhador, limpo e educado. Consequentemente, muitos lugares que possuem práticas diferentes das aqui mencionadas são excluídos das escolhas da Comphaan.

Outros problemas enfrentados não somente em Joinville, mas também em outras cidades detentoras de edificações com interesse de preservação, são a falta de informação sobre as formas de preservar e a ausência de conhecimento e divulgação de incentivos fiscais para reformas e restaurações. Essas questões frequentemente resultam em atitudes extremas, como incêndios criminosos, abandono do imóvel ou até mesmo demolições e reformas não autorizadas, podendo gerar multas e outras penalidades previstas nas leis de tombamento e de inventário, que fazem com que o proprietário, na pior das hipóteses, perca a propriedade do imóvel pela desapropriação indireta. Esses debates, somados a outras preocupações externadas nas reuniões da comissão de patrimônio, abrem sentidos contraditórios relacionados à problemática do campo do patrimônio na cidade de Joinville.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. **A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. 256 p.

BOURDIEU, Pierre. Cultural reproduction and social reproduction. In: KARABEL, J.; HALSEY, A. H. **Power and ideology in education.** Nova York: Oxford University, 1977. p. 487-511.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2011.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 152 p.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão. São Paulo: Edusp, 1997.

CERDÀ, Ildenfon. **A teoria geral da urbanização**. Espanha: [s.n.], 1867.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2013.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FLORES, Maria Bernadete R. **Oktoberfest**: turismo, festa e cultura na estação do chopp. Florianópolis: Obra Jurídica, 1997. v. 3. (Coleção Teses).

GONÇALVES, José Reginaldo S. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Iphan, 2007.

HOBBSAWM, Eric. A invenção das tradições. *In*: _____;
RANGER, Terence. (org). **A invenção das tradições**.
Tradução de Celina C. Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra,
2008. 158 p. p. 9-24.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**.
Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOINVILLE. **Lei n.º 1.772, de 25 de novembro de 1980**. Altera
o art. 17 da Lei n.º 1.514, de 27 de maio de 1977, criando a
COMPHAAN. Joinville, 1980.

LONDRES, Cecília. Patrimônio e *performance*: uma relação
interessante. *In*: TEIXEIRA, João Gabriel; GARCIA, Marcus.
(Orgs.) **Patrimônio imaterial, performance cultural e
(re)tradicionalização**. Brasília: ICS-UnB, 2004.

MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural**: da memória
ao sentido do lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MEIER, Tirone. **Tirone Meier**: depoimento [set. 2001].
Entrevistador: Geovani Silveira. Joinville: Univille, 2001.
Arquivocine.mp3. Entrevista concedida ao Projeto Cine
Palácio: Fragmentos da História do Cinema em Joinville.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. O campo do patrimônio
cultural: uma revisão de premissas. *In*: Instituto do
Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **I Fórum
Nacional do Patrimônio Cultural**: sistema nacional de
patrimônio cultural: desafios, estratégias e experiências
para uma nova gestão, Ouro Preto, 2009. Anais, vol. 2,
tomo 1. Brasília: Iphan, 2012.

_____. Os "usos culturais" da cultura: contribuição para
uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. *In*:
YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia
A. da. (Orgs.). **Turismo**: espaço, paisagem e cultura. 2. ed.
São Paulo: Hucitec, 1999. p. 88-99.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010. (Coleção Temas Sociais).

RIOS, Hellen Martins. **“Preserve” ou “deixe ruir”?: os processos de patrimonialização da Ponte Hercílio Luz (Florianópolis-SC)**. Dissertação (Mestrado em História Cultural)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Joinville: Editora da UFSC/FCC, 1992.

SIMÃO, Maria Cristina R. **Preservação do patrimônio cultural em cidades**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Redes sociais digitais

As mudanças estruturais trazidas à comunicação a partir do uso da internet podem ser estudadas por diferentes vieses que perpassam, dentre outros, o campo da história, da sociologia, do jornalismo e da política, e compõem o novo modelo de comunicação de rede.

Posterior à comunicação interpessoal, a comunicação de “um-para-muitos” e da comunicação em massa, vemos na sociedade contemporânea um modelo comunicacional que interliga, por meio da rede, a mídia de massa e a mídia interpessoal. A forma como é organizada e utilizada tal comunicação reflete os diferentes níveis de interatividades possíveis, bem como seus paradigmas, que tendem a acompanhar a necessidade e a importância de novas dinâmicas de acessibilidade à informação e de novos papéis de inovação, (CARDOSO, 2009). Neste sentido, estudar as redes sociais online, em sua forma de representar uma realidade e as mudanças que elas trouxeram para a comunicação, é um campo vasto para exploração, que cresce exponencialmente, sobretudo pela quantidade de casos e acontecimentos que surgem e que proporcionam observação curiosa. Sua utilização crescente também chama atenção, de forma que traduzem os mecanismos utilizados no século XXI para posicionar-se como usuário, cidadão e ser humano em um mundo conectado por rede. A possibili-

⁷¹ Doutoranda do Programa de pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: elaine.schmitt@gmail.com

dade de expressão e sociabilização, por meio das ferramentas de Comunicação Mediada pelo Computador (CMC) é, dessa forma, a mudança mais significativa que o advento da Internet trouxe à sociedade (RECUERO, 2010). Com ela, foi possível que atores pudessem ganhar visibilidade, interagir e comunicarem-se com outros atores.

O conceito de rede, utilizado há mais de um século por pesquisadores que buscavam padrões e elementos de conexão, dinâmicas e estruturas da sociedade, se estendeu com o passar do tempo para o conceito de internet, dando vazão ao surgimento de sites de rede social. Esses sites, compreendidos como ferramentas que traduzem e complexificam as redes sociais para o espaço online, trouxeram a possibilidade de examinar tanto as redes sociais, quanto sua interatividade e discursividade, em larga escala, (RECUERO, 2015). Dessa forma compreendemos uma diferenciação entre redes sociais e redes sociais na Internet:

[...] As chamadas "redes sociais" na Internet são traduções das redes sociais dos espaços off-line dos indivíduos, de suas conexões sociais. No espaço on-line, essas redes sociais são demarcadas não somente pelos rastros deixados pelos atores sociais e pelas suas produções, mas também pelas suas representações, (RECUERO, 2015, p. 23).

Tais rastros, publicados em ambiente virtual online, são arquivados e, por isso, recuperáveis. Essa é uma das características que irão diferenciar uma rede da outra. A forma como essas redes online são representadas é outro ponto incomum, pois possuem maior estabilidade, complexidade e ampla pluralidade de relações, uma vez que dispensa frequente contato presencial e estreitamento de laços.

Situados neste novo espaço, que nos coloca em convívio com diversas tecnologias vinculadas a Internet, temos o surgimento da web 2.0, que permite aos usuários desenvolver, protagonizar e controlar seus próprios processos e intercâmbios comunicativos graças à interatividade

(CASERO, 2010). Por ultrapassar a perspectiva unidimensional da mídia massiva, dos monopólios e das práticas de controle de informação, as novas tecnologias de comunicação permitem, ainda, interlocução entre diferentes parceiros mediante ações recíprocas e vínculos virtuais variados, o que favorece a potencialidade de interação inédita (MAIA, 2008). É importante dizer, no entanto, que este novo modelo não é dado como substituto dos modelos anteriores, mas os articula e produz novos formatos que fazem emergir a autonomia comunicativa e possibilitam a comunicação horizontal. Para Cardoso (2009), podemos perceber a ligação de audiências, emissores e editores sob uma nova matriz: de media em rede, em que as sociedades informacionais têm a rede como central na sua organização:

[...] Essas transformações [...] tornam a mediação uma experiência integrada, combinando o uso de diferentes media, do telefone à televisão, do jornal ao jogo de vídeo, da Internet à rádio, do cinema ao telemóvel, recolocando o utilizador, as suas práticas e as literárias de que necessita, no centro da análise, (CARDOSO, 2009, p. 17).

Diferente também da web 1.0, que possuía conteúdo estático e pouca possibilidade de interação, este novo patamar é marcado pelo seu caráter social, que abre caminho para uma redefinição do papel desempenhado pela cidadania no campo da comunicação política e coloca em situação de igualdade o emissor e o receptor. Dentre as outras características deste modelo, está o aumento da pluralidade de vozes, o surgimento de uma cultura colaborativa e a emergência de super-usuários. Todas estas possibilidades supõe um progresso no sentido de tirar o público de um papel passivo para uma "posição ativa" e fomentar a participação e o estabelecimento de dinâmicas relacionais (CASERO, 2010).

Para Castells (2013) neste modelo de comunicação já transformado técnica e organizacionalmente, temos em sua base as redes horizontais de autocomunicação de massa.

Essa configuração marcada pela interatividade e comunicação multidirecional, representa a principal plataforma de comunicação da atualidade. Por trás de um cenário de modificações sociais, o pesquisador percebe como reflexo algumas transformações culturais, como a emergência de novos valores que passam da individuação para a autonomia. Ao problematizar principalmente o desempenho de movimentos sociais na contemporaneidade, Castells (2013) percebe, também, uma interação entre o espaço dos fluxos da internet e das redes de comunicação sem fio com o espaço dos lugares ocupados e dos prédios simbólicos visados em seus atos de protesto. É este híbrido de cibernética e espaço urbano que constitui um terceiro espaço: o da autonomia.

[...] Autonomia refere-se à capacidade de um ator social tornar-se sujeito ao definir sua ação em torno de projetos elaborados independentemente das instituições da sociedade, segundo seus próprios valores de interesse. A transição da individuação para a autonomia opera-se por meio da constituição de redes que permitem aos atores individuais construir sua autonomia com pessoas de posição semelhante nas redes de sua escolha, (CASTELLS, 2013, p.168).

Com a passagem da interação individual e empresarial na internet para a construção autônoma de redes sociais, controladas e guiadas pelos próprios usuários que podem conectar dispositivos, dados, pessoas e organizações em uma "teia de comunicação que envolve tudo e todos", percebemos as redes sociais, também, como a atividade mais importante do ciberespaço hoje, que tem como chave do sucesso a autorepresentação (CASTELLS, 2013) de pessoas reais se conectando. A indução ao compartilhamento de conteúdos produzidos por essas pessoas autorepresentadas tem por efeito o estabelecimento de vínculos e conexão de práticas que podem variar de intenções, que "[...] se tornam plataformas para todos os tipos de atividade, não apenas para amizade ou bate-papos pessoais, mas para marketing, e-commerce, educação, criatividade cultural,

distribuição de mídia e entretenimento, aplicações de saúde e, sim, ativismo sociopolítico", (CASTELLS, 2013, p.169).

A comunicação mediada por computador tem como dualidade de funções a potencialidade de servir para fins democráticos e antidemocráticos, uma vez que facilita a operacionalização de formas variadas de participação com âmbitos múltiplos, seja em nível local, nacional ou transnacional (MAIA, 2008). Além disso, estudiosos apontam para dois problemas possíveis neste processo relacionados ao indivíduo: 1) é preciso considerar que, apesar da expansão da internet em todo o globo, grande parte da população adulta não tem chances reais de acesso à rede por motivo de pobreza, infraestrutura comunicativa ou falta de habilidades técnicas; 2) a ignorância do público sobre os negócios políticos rotineiros, com uma atenção reduzida sobre as ações do governo, governantes e plataformas partidárias é um agravante:

[...] As pessoas em geral retêm uma parcela mínima das informações relativas à política factual, exposta nos noticiários jornalísticos. Mesmo quando o acesso à internet é possível, muitas pessoas não têm tempo, capacidades técnicas ou motivação para fazer uso dos recursos oferecidos pela web. Assim, é impossível que os cidadãos venham a desenvolver um interesse político ativo apenas porque têm mais informação à disposição ou apresentam mais chances de participar em discussões políticas sobre questões políticas em geral, (MAIA, 2008, p.332).

Uma resolução dada pela própria autora para o segundo problema, seria pela atividade de associações voluntárias e de movimentos sociais para construir conhecimento e organizar ações políticas que consigam envolver os indivíduos e vencer os obstáculos da "ignorância política" e da "apatia" existente hoje para desenvolver habilidades cognitivas, críticas e políticas na sociedade civil.

Redes sociais digitais e política

Antes de estabelecer diálogo entre redes sociais digitais e política gostaríamos de discutir a definição de redes sociais na internet e suas implicações para além do ciberespaço. Boyd e Ellison (2007), às constituem como ferramentas que permitem a construção de um perfil individual e a publicação de conexões sociais que, a partir disso, fazem emergir novos valores simbólicos. Podemos considerar tais redes como metáforas, pois a estrutura das redes sociais compreende, de fato, em elementos de desgaste e interação constitutiva de laços que não estão, necessariamente, presentes no online. Portanto, as redes sociais na internet não devem ser consideradas transcrições do offline, mas reinterpretadas e reconstruídas com novas características e implicações (RECUERO, 2014), com elementos que ampliam a esfera pública e revelam um espaço de socialização onde os (as) atores (as) podem expressar e reproduzir opiniões políticas que influenciam e contribuem para o debate político.

A facilidade técnica para essa atividade, bem como a ampliação ao acesso à internet no Brasil, caminha para um lugar onde o conceito de opinião pública, enquanto rede de comunicações que intermedia múltiplas relações entre sistemas sociais, é possível. Essa rede de opiniões e comunicações, contudo, não é necessariamente fática e permeia tanto posições explícitas como arranjos tácitos. Para além disto, são diversas as formas de ciberativismo, por exemplo, que se desenvolvem a partir da rede, tais como listas eletrônicas de abaixo assinado, ciberprotestos, guerrilha de e-mails a dirigentes e a oficiais públicos e desobediência civil eletrônica (Palczewski, 2001, apud Maia, 2008). Com suas próprias dinâmicas, estas ações corroboram para tencionar uma prática mais participativa e democrática na internet.

Há, entretanto, um alerta no que diz respeito à compreensão sobre as características de uma esfera pública, pois estas devem, no ambiente de rede, considerar igualdade moral e política entre os participantes, ser inclusiva,

conceder oportunidades para livre expressão de opiniões e considerar os pontos de vista apresentados no debate (MAIA, 2008). É a partir desses princípios que se forma a opinião pública, resultado de variados discursos que se interpenetram e se sobrepõem. Junto à estes indicativos que nos ajudam a caracterizar tal esfera, coexiste uma sensação de disputa entre os (as) atores (as) pela maior capacidade de terem suas vozes ouvidas e que, por isso, monopolizam a atenção, controlam a agenda e o estilo da discussão produzida, da mesma forma estratificada que os recursos do mundo real apresenta:

[...] Nem sempre os participantes se mostram interessados em considerar cuidadosamente as opiniões dos demais participantes ou de reformular suas próprias posições, cumprindo as exigências do debate crítico-racional. Muito frequentemente, os indivíduos fazem avançar suas próprias idéias, mas raramente reconhecem o vigor das críticas endereçadas a eles, ou alteram as próprias posições ou seus compromissos, no curso da discussão, (MAIA, 2008, p.341).

Dentre a quantidade de redes sociais digitais existentes hoje há uma que, politicamente, se destaca. O Twitter reúne uma grande quantidade de usuários (as) interessados (as) na temática política e proporciona um debate de ideias e opiniões maior que em outras redes. De acordo com o próprio site da Companhia, a plataforma possui cerca de 320 milhões de usuários ativos e um bilhão de visitas mensais únicas. A rede, criada em 2006, tem entre seus objetivos a troca de informações sobre questões e temas variados que servem como insumo para a comunicação ordinária e cotidiana.

Aggio (2014) possui duas hipóteses sobre os motivos que tornaram o Twitter uma rede social da internet atraente para atores e atrizes políticos (as), instituições e agências influentes na política do mundo todo: 1) a demografia dos usuários do site; 2) e o sucesso da campanha do candidato à presidência dos Estados Unidos, Barack Obama, em 2008.

[...] Ao invés de uma plataforma voltada apenas para o compartilhamento de informações subjetivas, o Twitter se transformou numa caixa de ressonância da comunicação pública que é fomentada pela presença de diferentes agentes sociais, políticos, instituições públicas e privadas, grupos organizados e cidadãos avulsos, a exemplo de empresas privadas, líderes de opinião, veículos noticiosos, celebridades, empresários, jornalistas, agências de notícia, partidos políticos, ONG's, militantes, agentes da política, líderes de Estado, intelectuais, movimentos sociais, órgãos e instituições do Estado, etc. (AGGIO, 2014, p.55).

A dinâmica de expor manifestações originárias de interações discursivas entre perfis diversos é determinante para situar o Twitter como um social media singular quanto ao debate público, pois oferece aos (as) atores e atrizes sociais de status públicos variados se comunicam de maneira horizontal e vivem oportunidades de ampliar seus discursos para um número maior de pessoas. Este "espaço discursivo na Contemporaneidade", (RECUERO, 2014) produz influências de grande escala à opinião pública, quando comparada às oportunidades proporcionadas pelos meios tradicionais como a televisão e o rádio a um cidadão comum. Tais fatos revelam como hoje o espaço para manifestação estendeu-se para além de um plano material, através de diferentes níveis de interação e formas de debate.

Outro fenômeno interesse no âmbito da comunicação diz respeito à possibilidade do compartilhamento, outra característica básica da web 2.0. A partir dele, poder de publicação passa dos detentores de grandes audiências àqueles que possuem maior número interações. Dessa forma, o valor de uma rede supera suas características anteriores e começa a ser calculado de acordo com a quantidade de público que interage com a página ou perfil de rede social:

[...] No modelo 2.0, o usuário não tem "home". Tem "timeline". E deixa de ser usuário para se tornar um perfil. A timeline funciona como um mural de notícias, cuja

atualização vai sendo feita, ao mesmo tempo, pelo dono ou por qualquer outro perfil que ele decida incorporar nela; seja como amigo, seguidor ou membro do seu “círculo”. Essa incorporação se faz de modo automático pela atribuição do status. [...] Nessa ecologia participativa, o público se transmuta em parceiro e amigo, (MALINI; AUTOUN, 2013, p. 213).

O valor atribuído a partir dessa lógica se tornou cada vez mais calculado por meio da abrangência atingida por replicações, menções, comentários, curtidas e compartilhamento de conteúdo. Tal abrangência revela a potência que um (a) usuário (a) consegue deter e seu poder de mobilização e transformação. Com isso, percebe-se a constituição de uma nova hierarquização social, que para Malini e Autoun (2013), possui dois pontos: um em termos internos ao capital “a hegemonia de empresas como Facebook, Apple, YouTube e Google sobre as indústrias da notícia e do entretenimento”; e outro sobre a relação capital-trabalho: “captura do tempo livre social do trabalho para gerar gratuitamente valor e inovação às corporações de tecnologia”, (p.217).

Terminamos com um novo panorama: com a existência de muitos meios de comunicação social em que o assunto em pauta não é apenas produto das instituições de notícia, mas construído pela simbiose de diversos canais, como veículos formais, coletivos informais e indivíduos, que faz emergir novas formas de comunicar, informar e manifestar. E que permanece, diariamente, em estado de transformação.

Referências bibliográficas

AGGIO, Camilo. **Campanhas Políticas e Sites para Redes Sociais**: Um estudo sobre o uso do Twitter na eleição presidencial brasileira de 2010. [Tese de doutorado, Faculdade de Comunicação, Programa de Pós-

Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas (POSCOM)] Salvador: UFBA, 2014.

BOYD, Danah; ELLISON, Nicole. Social network sites: Definition, history, and scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, 13(1), article 11. <<http://jcmc.indiana.edu/vol13/issue1/boyd.ellison.html>>, 2007. Acesso em 30-05-201.

CARDOSO, Gustavo. Da comunicação de massa para a comunicação em rede. In: CARDOSO, G; CÁDIMA, F. R; CARDOSO, L. L. **Media, redes e comunicação: futuros presentes**. Lisboa: Quimera Editores, 2009

CASERO, Andreu. El despertar del público? Comunicación política, ciudadanía y web 2.0. In: VICENTE, Maximiliano Martin; ROTHBERG, Danilo (orgs.). **Meios de comunicação e cidadania**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 107-122.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MAIA, Rousiley. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **@internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marcos; ZAGO, Gabriela. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

CRIATIVIDADE E INOVAÇÃO: INVESTIGANDO A HIPÓTESE DA COMPLEMENTARIDADE

Igor Reszka Pinheiro⁷²

Introdução

Existem fenômenos, como a criatividade e a inovação, que aparentam desafiar a compreensão científica, pois quanto mais se estuda e se descobre a seu respeito, mais fragmentadas, e não coesas, se tornam as teorias voltadas para a explicação dos seus respectivos princípios básicos. No campo da criatividade, isso se constata, por exemplo, pela multiplicação de perspectivas alternativas que ora vinculam o potencial criativo dos indivíduos à sua capacidade de ater-se ao momento (CSIKSZENTMIHALYI, 1996), e ora à sua capacidade de antever o futuro (STERNBERG; LUBART, 1996). Já no campo da inovação, esse mesmo cenário de achados contraditórios se constata, por exemplo, pelas proposições de que a difusão de novidades ora se inicia junto à pesquisa de base (ROTHWELL, 1994), e ora se inicia junto aos anseios do mercado consumidor (TIDD, 2006).

Uma vez que as pesquisas das diversas vertentes de estudo, tanto da criatividade quanto da inovação, não tem sido capazes de refutar as hipóteses concorrentes, a postura padrão dos cientistas é, então, aceitar que todas elas de fato estão corretas, pelo menos à sua maneira. Assim sendo, não há um único fenômeno que possa se chamar de criatividade, e um único fenômeno que se possa chamar de inovação, mas sim vários fenômenos relativamente paralelos que honestamente recebem essas mesmas alcunhas (PINHEIRO; CRUZ, 2009). Logo, vivemos em um cenário de

⁷² Doutor em psicologia e em design pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, professor e pesquisador vinculado ao Centro Universitário de Brusque - Unifebe. E-mail: pinheiro.ir08@gmail.com.

aceitação da complexidade, em que, por um lado abundam os ricos debates e as demonstrações de humildade intelectual em relação a ambos esses fenômenos, mas por outro, criam-se alguns problemas de ordem prática para a sua gestão sistemática.

Se existe mais de um determinante da criatividade e da inovação, e esses determinantes frequentemente se mostram contraditórios entre si, como estimular de maneira inequívoca e ordenada esses fenômenos? Como, de forma justa, escolher entre um ou outro programa de treinamento para ser publicamente financiado? Como, na prática, orientar os alunos e os funcionários que buscam se aprimorar nas competências relativas a um desses dois fenômenos? Essas são algumas das perguntas deixadas em aberto devido, justamente, à sua multiplicidade de respostas.

Para começar a solucionar esses problemas de ordem prática, neste capítulo, então, serão relatadas duas investigações científicas próprias que tentaram criar uma visão coesa, e relativamente simples, desses fenômenos tidos como tão complexos (PINHEIRO, 2011; PINHEIRO, 2016). A hipótese norteadora de ambas as pesquisas é a de que as atuais perspectivas individuais a respeito da criatividade e da inovação não se contradizem, mas sim se complementam, na medida em que os fenômenos investigados se caracterizam como o ponto de equilíbrio, com maior ou menor desvio padrão, entre os diferentes opostos propostos isoladamente. Conforme esta hipótese, o potencial criativo, portanto, não estaria vinculado à capacidade de se ater ao momento e nem de antever o futuro, mas sim à competência de sustentar ambas essas capacidades em equilíbrio ao mesmo tempo. Igualmente, a difusão de novidades não teria início junto à pesquisa de base e nem ao mercado consumidor, mas sim junto aos atores comerciais engajados em pesquisar os próprios consumidores para atingir o equilíbrio de mercado. Esta é a chamada hipótese da complementaridade.

O texto segue organizado da seguinte maneira. Na seção 1 relata-se brevemente o contexto científico da criativi-

dade e, em suas subseções, o método e os resultados encontrados na pesquisa própria que investiga a hipótese da complementaridade em relação a esse primeiro fenômeno. Na seção 2 relata-se brevemente o contexto científico da inovação e, em suas subseções, o método e os resultados encontrados na pesquisa própria que investiga a hipótese da complementaridade em relação a esse segundo fenômeno. Por fim, na sessão 3, cria-se um paralelo entre ambas as pesquisas e discute-se algumas possíveis repercussões.

1. Criatividade e a hipótese da complementaridade

Não há nenhum trocadilho em se dizer que a criatividade só existe na cabeça das pessoas. A despeito das mais fascinantes e inusitadas combinações de temperos gastronômicos, notas musicais ou cores em uma tela, não se pode cheirar, ouvir nem ver esse fenômeno propriamente dito, somente imaginá-lo e teorizá-lo. Em termos concretos, então, pode-se dizer que a criatividade é nada mais que aquilo que os seus testes medem, pois todas as suas teorias resistentes ao crivo científico estão alicerçadas em uma precisa e transparente definição operacional do seu construto (PASQUALI, 2003).

Assim sendo, enquanto, por exemplo, para a perspectiva psicométrica de Guilford (1953) a criatividade consiste da manifestação do pensamento divergente, este operacionalizado pela quantidade, pela diversidade e pela elaboração de respostas a perguntas abertas, para a teoria componencial de Amabile (1982) a criatividade é a relação sinérgica entre a motivação e as habilidades relevantes ao domínio, simbiose esta acessada através do consenso de especialistas pares. Além dessas definições, encontra-se também correntemente na literatura sobre a criatividade teorias fundamentadas em traços de personalidade, estes medidos por listas de adjetivos, no potencial de eminência, medido por inventários biográficos, em processos cognitivos específicos, como os medidos pela capacidade de associação de

palavras e, ainda, na análise *ex post facto* de portfólios através de checklists (STERNBERG; LUBART, 1996).

Dada a ausência de evidências substanciais a favor de qualquer uma dessas teorias, não raro, contudo, sugere-se que o fenômeno da criatividade, como um todo, em verdade não pode ser descrito por qualquer um desses testes isoladamente, mas, somente por uma bateria de medidas conjuntas. Dessa forma, abarcar-se-ia de maneira mais completa a complexidade do fenômeno e, ainda, observar-se-ia a criatividade por uma perspectiva menos sujeita às particularidades contextuais derivadas da administração de cada teste.

Nesta primeira pesquisa, então, teve-se como objetivo levar ao extremo o trabalho dos autores que já utilizaram escores compostos por duas ou mais medidas de criatividade, para descobrir, afinal, como se configura o construto formado pelo conjunto dos mais representativos testes de criatividade. Espera-se, com isso, obter um primeiro entendimento da concorrência, complementaridade ou contrariedade das mais diversas definições operacionais da criatividade.

1.1. Método da primeira pesquisa

Dada a impossibilidade de se aplicar aos mesmos sujeitos, em uma única bateria de testagem, o volume necessário de medidas de criatividade para se compor um mapa geral da dimensionalidade desse construto, assim como de se interpretar intuitivamente tamanha quantidade de informações, recorreu-se a duas técnicas formais para o manejo e a explanação de grandes ajuntamentos de dados. Primeiro, por meio de uma variante da meta-análise, a retro-análise, compilou-se o maior número possível de coeficientes de correlação entre os instrumentos de medida da criatividade e, depois, através da análise de redes, organizou-se esse conjunto de dados, o qual teve sua centralidade inspecionada por meio da métrica de fragmentação.

Nisso, seguindo os princípios da revisão sistemática, realizou-se a busca por artigos indexados em todas as bases de dados disponíveis no portal Periódicos da CAPES no ano de 2011, que contivessem nos campos “título”, “resumo” e “palavras-chave”, dos respectivos mecanismos de busca, a palavra “creativity”. Foram selecionados todos os artigos que apresentassem dados de correlação entre duas medidas de criatividade ou uma medida de criatividade e outro fenômeno adjacente, provenientes de trabalhos que cumprissem os critérios de cientificidade e objetividade, sendo aqueles passíveis de replicação após sua leitura completa. Dentre os itens selecionados, posteriormente, ainda foram excluídos os artigos que não apresentassem as médias ou os desvios-padrões das medidas correlacionadas, aqueles cuja amostra não estivesse explícita ou fosse menor que 100, aqueles redigidos em idioma que não fosse o inglês, o português, o espanhol ou o italiano e aqueles que só possuísem correlações entre uma medida de criatividade e outras medidas fundamentais dos sujeitos (como a idade, o sexo etc.).

Os textos remanescentes, então, tiveram as suas tabelas de correlação de Pearson submetidas à técnica de Transformação Inversa, na qual criou-se bancos de dados equivalentes aos das pesquisas primárias. Em seguida, os escores brutos dos bancos de dados criados foram normalizados e compilados em uma única tabela contendo todas as variáveis encontradas nos artigos selecionados. Na posse dessa base de dados geral, realizou-se, então, uma varredura com o intuito de discernir os diferentes conjuntos de elementos vinculados diretamente entre si por ao menos um par de variáveis, e manteve-se, deste ponto em diante, somente os escores referentes ao maior dos grupos.

Nisso, a tabela final está composta pela justaposição de todos os escores criados cujas variáveis foram mantidas, foi submetida ao processo de imputação múltipla através da metodologia MICE, o que resultou em 10 bases de dados completamente preenchidas. Calculou-se, então, a matriz de correlação conjunta das 10 bases de dados completas. Multiplicou-se cada casa da matriz de correlação conjunta

por cem e adicionou-se, também em cada casa, o menor valor existente mais um.

Nisso, utilizou-se a tabela resultante do procedimento anterior para três fins: 1) investigar, pelo método da máxima distância, a aglutinação hierárquica das variáveis relacionadas à criatividade; 2) calcular, por meio do seu potencial de fragmentação, a centralidade desses mesmos elementos relacionados à criatividade; e 3) construir, através do procedimento iterativo de escalonamento multidimensional métrico, o gráfico que mapeia a rede de relacionamentos entre os nós desse sistema. Os três resultados, por fim, foram compilados em uma única imagem.

1.2. Resultados da primeira pesquisa

Dentre as 118 bases de dados pesquisadas, 26 apresentaram resultados à pesquisa pelo termo "creativity". Após a inspeção visual de todo material, somente 699 artigos se mantiveram nesta pesquisa, já que os demais não se enquadraram na categoria de estudos correlacionais. Deste total, outros 495 artigos ainda foram excluídos por se tratarem de duplicatas, pela ausência de alguma informação essencial ou por estarem redigidos em idiomas desconhecidos.

Nisso, com base nos 204 artigos remanescentes, catalogou-se, 1845 variáveis, as quais agruparam-se em 107 grupos desconexos entre si. O maior desses grupos, único mantido na pesquisa, se mostrou composto por 974 dessas variáveis, sendo 64 delas intituladas "criatividade" pelos autores de seus respectivos artigos de origem. A geração dos bancos de dados equivalentes às pesquisas primárias criou escores simulando a resposta de 42381 sujeitos.

Dessa última matriz de dados obteve-se 5 grupos estruturalmente equivalentes (Índice E-I igual a 0,52). No primeiro grupo, além de três variáveis rotuladas como criatividade, encontra-se elementos como o neuroticismo, a dimensão de julgamento do MBTI, as defesas primitivas, o tempera-

mento negativo, o traço de personalidade esquizóide, a ansiedade, o medo e outras variáveis relacionadas às emoções tidas como negativas. Já no segundo grupo, além de doze variáveis rotuladas como criatividade, encontra-se elementos como o escore de utilidade, o escore do SAT, a magnitude de inovação, a capacidade de ordenação de figuras, a mestria de conceitos abstratos, o humor afiliativo, a inteligência fluida, o escore do teste de QI e outras variáveis relacionadas ao alto desempenho cognitivo. O terceiro grupo, por sua vez, além de contar com 32 medidas de criatividade, apresenta elementos como a percepção de controle do tempo, a abertura a novas experiências, o estilo de liderança transformacional, a ambivalência emocional, a confiança no planejamento a longo prazo, a tenacidade, a interação social, a originalidade, a flexibilidade, a tolerância ao risco e outras variáveis relacionadas à valorização da novidade. Em seguida, o quarto grupo exhibe, além de 8 variáveis rotuladas como criatividade, elementos como a identidade coletiva, a aceitabilidade, o compromisso organizacional, a sobrecarga de funções, as preferências por equipes cooperativas, a eficiência no trabalho, o idealismo, a confiança externa e outras variáveis relacionadas à liderança social. Por fim, o quinto grupo possui, além de 9 variáveis intituladas criatividade, elementos como a autoestima, a motivação, a extroversão, o temperamento positivo, a capacidade de comunicar ideias, a jovialidade, a capacidade de influência, a estabilidade emocional, a satisfação com o trabalho e outras variáveis relacionadas às emoções tidas como positivas.

Levando em consideração o tamanho de cada um desses grupos, ou seja, 10%, 28%, 31%, 12% e 19% do total, respectivamente, encontra-se uma desproporcional concentração de medidas da criatividade somente no grupo número 3. Esse grupo, cuja dimensionalidade, de fato, é a que mais se aproxima da criatividade teorizada, não apenas agrupa o maior número de instrumentos de medida desse fenômeno, como também é o único cuja formação seria comprometida se tais variáveis fossem excluídas, dado

o seu elevado potencial de fragmentação (Mann-Whitney $U=3382,5$; $z=-2,12$; $p=0,03$). Já nos demais grupos, a diferença entre as variáveis rotuladas como criatividade e todas as outras não se encontra estatisticamente significativa, o que impossibilita afirmar que tais elementos exercem um papel central nestes últimos quatro grupos.

Todos os grupos e as suas dimensões, entretanto, até certo ponto, aparentam interagir para compor a rede de variáveis presentes no universo da criatividade, pois, quando unificados em uma única entidade, o potencial de fragmentação das medidas desse fenômeno exibe um tamanho de efeito maior e uma probabilidade associada menor que aqueles calculados com base no cluster número 3 sozinho ($U=24203,5$; $z=-2,26$; $p=0,02$). Tal resultado, mais que corroborar com o método utilizado para a construção de um mapa de variáveis centradas na criatividade, demonstra a real complementaridade dos mais diversos instrumentos utilizados para acessá-la, já que as medidas fora do cluster central, de alguma forma, também colaboram para a coesão e, por conseguinte, para a definição, desse fenômeno como um todo.

Quatro dos cinco grupos discernidos estão presentes dentre as 25 medidas de criatividade com maior potencial de fragmentação, e dentre as 10 maiores somente cinco pertencem ao grupo número 3. Além disso, percebe-se também que os diferentes tipos de medidas tendem se concentrar em grupos específicos e, portanto, que restrições na configuração da rede total convertem-se em limitações na variedade de técnicas de coleta de dados disponível. Destarte, verifica-se que, enquanto nos grupos 1 e 5 concentram-se os inventários auto-aplicável de atitude e de personalidade, no grupo 4 encontra-se uma medida que consiste ao mesmo tempo do julgamento de produto e da nomeação de supervisores, e, finalmente, no grupo 3 residem os instrumentos de acesso ao pensamento divergente, os registros autobiográficos e a maioria das medidas compostas por dois os mais escores primários.

Ao cruzar as informações da aglutinação hierárquica com a métrica de fragmentação, aparentemente, então, discerne-se um núcleo de medidas voltadas para a infrequência dos comportamentos e das realizações cotidianas significativas, o qual é orbitado pelos instrumentos dedicados à avaliação da personalidade, das atitudes e dos produtos julgados socialmente como criativos. Tal configuração torna-se ainda mais nítida ao se inspecionar visualmente a simplificação da rede formada por esse conjunto de variáveis (Fig. 01). Nessa imagem, percebe-se que o grupo número 1 tende ao quarto quadrante de um círculo trigonométrico, que o grupo 2 volta-se para o terceiro quadrante, que o grupo 3 agrupa-se no centro, que o grupo 4 localiza-se no segundo quadrante e, por fim, que o grupo 5 repousa sobre o primeiro quadrante.

Figura 01: Escalonamento Multidimensional Métrico dos 5 grupos de variáveis relacionadas à criatividade



Fonte: Elaboração própria.

De modo geral, então, apesar do grupo 3 ser individualmente o único que mantém semelhança estrutural com a rede completa, se todos os demais grupos forem empregados coletivamente de maneira equilibrada, obtém-se, também, um gráfico focalizando o centro do construto definido

por essas variáveis. Mais que medir a criatividade propriamente dita, contudo, o papel dos instrumentos presentes nos grupos 1, 2, 4 e 5 demonstra ser auxiliar no diagnóstico dos desvios desse fenômeno, indicando possíveis caminhos para se chegar ao núcleo desejado. Nisso, em suma, o mapa de variáveis compilado nesta pesquisa, além de indicar as variáveis do grupo 3 como as mais adequadas para se medir a criatividade, sugere que pessoas cujos escores estão desequilibradamente voltados para a dimensionalidade do grupo 5 requerem exercícios que melhorem a pontuação nos elementos típicos do grupo 2 para se chegar ao fenômeno central (e vice-versa), assim como desequilíbrios voltados para o grupo 4 requerem melhoria nos escores dos atributos presentes no grupo 1 (e vice-versa).

2. Inovação e a hipótese da complementaridade

A inovação, ainda mais que a criatividade, é um mistério científico a ser solucionado. Tal assertiva se sustenta no fato de que o foco dos mais de 2000 anos de estudos sobre a criação tem se concentrado, principalmente, no indivíduo e não nas organizações ou na sociedade (PINHEIRO; CRUZ, 2009). Nisso, não raro se constata que existem vários métodos de estímulo e de mensuração da capacidade de superação dos comportamentos de resistência à mudança individual, o que caracteriza a criatividade, porém, que o mesmo ferramental não se encontra disponível para a superação dos mecanismos de resistência à mudança social, o que caracteriza a inovação.

Conforme Crossan e Apaydin (2010), essa fragilidade dos métodos para a gestão da inovação não é, todavia, causada pela falta de interesse acadêmico no fenômeno em si, o qual já foi objeto de milhares de artigos nos últimos 40 anos, mas sim da incapacidade de se formalizar uma teoria única que seja coerente com a infinidade de dados díspares encontrados até então. Com base em seus estudos meta-analíticos, esses mesmos autores argumentam que

além dos antecedentes da inovação não se vincularem diretamente aos índices de desempenho econômico das empresas, nem as próprias implicações da inovação, os novos produtos ou os novos processos, exibem forte relação direta com o desejado lucro. Tal ausência de resultados estatisticamente significativos não ocorre, porém, ao se analisar os mesmos dados utilizando os atributos da inovação somente como mediadores do processo criativo, os quais, por essa nova perspectiva, passam a prever suficientemente bem a obtenção de valor econômico.

Destarte, os dados empíricos apontam cada vez mais para o fato de que os índices de desempenho da inovação não se baseiam em qualquer um de seus atributos particulares, como as operações, o marketing, a estratégia ou, mesmo, a pesquisa e desenvolvimento, mas sim no fluxo de informações promovido pela dinâmica da rede que interliga cada um desses elementos em um todo coeso (BINNEWIES; GROMER, 2012). Assim sendo, vislumbra-se o estudo da inovação migrando das suas dimensões individuais, geográficas, ambientais ou mercadológicas, para a dimensão da sua estrutura social, a qual é passível tanto de mensuração, quanto de controle gerencial.

Uma alternativa para rumar nesse sentido seria, então, investigar os métodos formais de gestão da inovação voltados para o controle de aspectos estruturais em si, tais como o padrão de conectividade e a dinâmica de rotatividade em equipes de trabalho. Apesar dessas propriedades estruturais não influenciarem diretamente o processo de inovação, a manipulação de alguns de seus estados já demonstrou aumentar a eficiência coletiva em tarefas operacionais (RADOSEVIC; YORUK, 2013;), fomentar a permanência de bons profissionais nas mesmas equipes projetuais (EDWARDS; JENSEN, 2014) e alinhar, ao longo do tempo, os diferentes hábitos, orientações, prioridades e interesses individuais (KLEINSMANN; VALKENBURG, 2008).

Nesta segunda pesquisa, teve-se como objetivo, então, investigar experimentalmente a influência do padrão

de conectividade e da dinâmica de rotatividade no processo de inovação. Para tal, verificou-se o resultado de diferentes estruturais sociais formadas por essas variáveis em um cenário controlado, que são os grupos de alunos de profissões essencialmente criativas. Espera-se, com isso, obter um primeiro entendimento da concorrência, complementaridade ou contrariedade existente entre as duas variáveis que mais nitidamente operacionalizam a rede de informações que determina a inovação como um todo.

2.1. Método da segunda pesquisa

Para testar experimentalmente o impacto do padrão de conectividade e da dinâmica de rotatividade no sucesso das inovações, realizou-se uma pesquisa entre março de 2014 e julho de 2016. Como um todo, o estudo consistiu do cruzamento dos dados obtidos em uma série de dinâmicas de criação, em que as estruturas dos grupos foram rigorosamente controladas, com os dados do impacto das produções então realizadas, e posteriormente publicadas, em uma rede social para artistas gráficos.

Participaram da pesquisa 137 alunos matriculados em cursos de design em nível de graduação e de pós-graduação, com no mínimo 18 anos, de três instituições de ensino. Optou-se por estudar as estruturas organizacionais por meio de alunos, e não por meio de equipes profissionais em suas respectivas empresas, para evitar o efeito de fixação funcional. Todos os participantes assinaram voluntariamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, referente ao projeto previamente aprovado pelo Comitê de Ética.

As dinâmicas de criação sempre ocorreram em ciclos de 6 etapas, com duração aproximada de 2 horas, as quais se repetiram para cada grupo de até 16 participantes. No total, foram realizadas 10 coletas de dados, o que resultou em uma amostra de 450 observações para análise (10 coletas x 5 rodadas x 9 estruturais sociais). As dinâmicas ocorreram sempre em uma sequência de 6 etapas.

Primeiro, dadas as devidas instruções, deu-se início ao processo de criação pelo sorteio da estrutura social a ser utilizada. No total foram 9 estruturas sociais investigadas em cada grupo, os quais correspondem às possibilidades presentes em um delineamento 3 x 3. As diferentes possibilidades dizem respeito a 3 variações de forma do padrão de conectividade (consensual, centralizada e fractal) e a 3 variações de rotatividade do poder de escolha das melhores propostas (sem rotatividade, com rotatividade arbitrária e com rotatividade meritocrática). Assim sendo, na estrutura 1, a proposta mais votada coletivamente foi considerada a vencedora, cabendo o voto de desempate, quando necessário, a um único sujeito sorteado no início da rodada. Na estrutura 2, a proposta mais votada foi a vencedora e a cada rodada um novo sujeito foi sorteado para dar o voto de desempate. Na estrutura 3, a proposta mais votada foi a vencedora e o seu criador teve o voto de desempate na próxima rodada. Na estrutura 4, um único sujeito, sorteado no início decidiu a proposta vencedora sempre. Na estrutura 5, um único sujeito sorteado em cada rodada decidiu a proposta vencedora em sua própria rodada. Na estrutura 6, um único sujeito decidiu a proposta vencedora, sendo ele o criador da proposta anteriormente vencedora. Na estrutura 7, o líder de cada grupo, sorteado no início da atividade, teve sempre o voto de desempate para decidir uma proposta finalista e o líder do grupo central, também sorteado no início da atividade, teve o voto de desempate para decidir dentre as finalistas a proposta vencedora. Na estrutura 8, o líder de cada grupo, sorteado no início de cada rodada, teve o voto de desempate para decidir uma proposta finalista e o líder do grupo central, também sorteado em cada rodada, teve o voto de desempate para decidir dentre as finalistas a proposta vencedora. E, finalmente, na estrutura 9, o líder de cada grupo teve o voto de desempate para decidir uma proposta finalista, cujo criador foi o líder de seu grupo na próxima rodada, e o líder do grupo central teve o voto de desempate para decidir dentre as finalistas a proposta vencedora, cujo criador indicou o grupo central.

Realizado o sorteio do arranjo e explicada a sua dinâmica para os participantes, a próxima etapa foi o sorteio do estímulo a ser empregado para o processo criativo em cada rodada. Nesta etapa, uma charge sem legenda, sorteada aleatoriamente dentre os 45 estímulos pré-selecionados para a pesquisa, foi exibida no quadro.

Depois de exibida a imagem de estímulo, iniciou-se o processo criativo induzido, o qual consistiu de criar individualmente uma legenda para a charge. Esta etapa, para fins de comparação entre os resultados, foi a única com duração limitada, a qual prolongou-se exatamente por 1 minuto em cada rodada. O limite de tempo também serviu para simular o contexto de criação normalmente presente nas atividades criativas, pois estas perdem valor comercial se entregues fora do prazo estabelecido. Nisso, foi solicitado a todos os sujeitos que produzissem, por escrito, legendas de qualquer tamanho, próprias para a publicação na contracapa de um jornal de grande circulação de sua cidade, sem que se ultrapassasse o tempo pré-estabelecido.

Nos casos das estruturas consensuais e fractais, procedeu-se, então, a votação das melhores propostas, e nos casos das estruturas centralizadas, procedeu-se a indicação das melhores propostas pelo líder do grupo. Apesar de somente a melhor proposta ter sido utilizada como critérios de rotatividade nos arranjos meritocráticos, foram pontuadas as 3 melhores propostas (as mais votadas ou as primeiras elencadas, de acordo com a estrutura) para definir os ganhadores honorários da atividade. Foi atribuído 10 pontos à proposta que ficou em primeiro lugar em cada rodada, 5 pontos à proposta que ficou em segundo lugar e 2 pontos à proposta que ficou em terceiro lugar. A somatória dos pontos, ao final de toda a atividade, definiu os ganhadores. Nisso, chegou-se à definição final das 3 melhores propostas de cada rodada. Esta definição se deu pelos critérios estabelecidos no momento de sorteio do arranjo estrutural que foi empregado e a autoridade coletiva (nas estruturas consensuais e fractais) ou individual (nas estruturas centraliza-

das) foi inquestionável. A marcação da pontuação individual se procedeu, e esta foi realizada em planilha fechada pelos pesquisadores.

A próxima etapa, então, consistiu da rotação do poder de escolha, a qual só ocorreu nas estruturas com rotação arbitrária e com rotação meritocrática. Esta rotação também obedeceu rigorosamente aos critérios estabelecidos no momento de sorteio da estrutura que foi empregada, com exceção das primeiras rodadas, nas quais todas as posições sempre foram sorteadas. Os sorteios foram realizados eletronicamente em uma planilha geradora de números aleatórios com repetição, os quais correspondiam aos participantes. Esse processo se repetiu 5 vezes com cada estrutura para possibilitar a compreensão subjetiva dos sujeitos a respeito da dinâmica de rotatividade, bem como para produzir médias de desempenho mais acuradas.

Ao término das 5 rodadas com cada estrutura, todos os sujeitos participantes preencheram anônima e secretamente um questionário para avaliar o processo de criação recém realizado. Este questionário foi composto por 5 perguntas respondidas em escala Likert de 7 pontos. As perguntas realizadas foram: Em geral, como você considera o seu próprio desempenho criativo nessas últimas 5 rodadas? Na sua opinião, qual é a qualidade geral das propostas vencedoras nas últimas 5 rodadas? Você acredita que o processo decisório das últimas 5 rodadas foi justo? Você considera que as propostas escolhidas nas últimas 5 rodadas realmente foram as melhores propostas do grupo? Você acredita que a dinâmica do grupo nas últimas 5 rodadas facilitou que os outros compreendessem a sua proposta?

Dava-se sequência à atividade repetindo-se toda a dinâmica com as outras 8 estruturas ainda não sorteadas para fins de comparação com os resultados do mesmo grupo de sujeitos. Por fim, realizava-se o *debriefing*. Nesta etapa, além de se agradecer a participação de todos e de se parabenizar publicamente os 3 sujeitos com o melhor desempenho, ressaltava-se que a marcação pública dos pontos serviu

apenas para motivar o interesse particular em altos desempenhos perante os demais participantes.

Em meio a esse processo, coletou-se dados de três naturezas: as variáveis independentes que estavam sendo controladas (o padrão de conectividade; a dinâmica de rotatividade; e a estrutura social geral); as variáveis dependentes relacionadas ao processo de inovação (o tempo utilizado para selecionar as propostas vencedoras; a quantidade de propostas geradas em cada rodada; e a diversidade de participantes vencedores em cada rodada); e as variáveis dependentes relacionadas aos consequentes pessoais da inovação (a satisfação pessoal com o desempenho criativo próprio; a satisfação pessoal com o desempenho coletivo; a satisfação pessoal com relação à justiça do processo; a satisfação pessoal com relação à eficácia do processo; e a satisfação pessoal em relação à expressão própria). Ademais, terminadas as sessões de coleta de dados, publicou-se anonimamente e em ordem aleatória as três produções vencedoras de cada rodada, de cada uma das dinâmicas de criação, no site DeviantArt. Acompanhou-se a difusão (número de "curtidas", comentários e compartilhamentos) de cada uma das produções na rede social por exatamente 2 meses, para gerar uma medida aproximada do movimento social desencadeado pelas produções. Esse último dado caracterizou-se como uma variável dependente relacionada ao reconhecimento de mercado.

2.2. Resultados da segunda pesquisa

Em cada uma das 450 rodadas da atividade realizada (que foi a unidade de observação empregada nesta pesquisa) participaram, em média, 13,5 estudantes, sendo 12,8 de graduação e os outros 0,7 de pós-graduação. A média de idade em cada rodada foi de 21,1 anos, sendo que o participante mais novo possuía 18 anos e o mais velho 42 anos. Em relação à criatividade prévia, 23,4% dos partici-

pantes declararam já ter recebido algum tipo de reconhecimento formal pela sua criatividade, 37,0% declararam possuir ou pretender abrir uma empresa própria nos próximos 5 anos, 15,2% declararam ter criado um novo produto ou serviço comercializado, e 14,5% declararam já ter registrado alguma patente ou ter criado alguma obra de arte comercializada.

No que se refere ao processo de inovação, no conjunto das 9 estruturas sociais estudadas, os participantes demoraram em média 89 segundos para selecionar as propostas vencedoras; o número de propostas alternativas em cada rodada variou entre 20 e 100% do máximo possível; e a diversidade de vencedores foi relativamente baixa (aproximadamente 19% do total). No que se refere aos consequentes pessoais da inovação, todas as medidas de satisfação auto-declaradas orbitaram em torno do ponto neutro da escala Likert adotada (4), sendo a satisfação pessoal com o desempenho criativo próprio a única variável cuja média ficou abaixo desse mesmo ponto (3,9). Já em relação ao reconhecimento de mercado, todas as três propostas escolhidas em cada uma das rodadas exibiram um máximo de 2 ou 3 ações de disseminação, mas normalmente nenhuma.

Ao se comparar a média dos ranques (foram utilizados testes não-paramétricos devido a ausência de normalidade nas distribuições) dos diferentes grupos formados pelas variáveis independentes, bem como dos grupos formados pela subdivisão das variáveis intervenientes com base em sua mediana, observou-se algumas diferenças estatisticamente significativas em relação aos consequentes da inovação. Em relação ao processo de inovação, primeiro, observou-se que o tempo utilizado para selecionar propostas foi maior nos padrões de conectividade fractal e consensual, nas estruturas sociais fractais e consensuais como um todo e nos grupos de alunos em média mais jovens. Segundo, observou-se também que a quantidade de propostas geradas foi maior no padrão de conectividade fractal, na estrutura social fractal e meritocrática e nos grupos de alunos em média

mais velhos. E, terceiro, observou-se que a diversidade de participantes vencedores foi maior no padrão de conectividade fractal e na estrutura social fractal e arbitrária.

Já em relação à satisfação pessoal, primeiro, observou-se que a percepção sobre o desempenho criativo próprio foi melhor nos grupos de alunos com maior criatividade prévia auto-declarada. Segundo, observou-se que a percepção sobre o desempenho coletivo foi melhor no padrão de conectividade consensual, na dinâmica de rotatividade meritocrática, nas estruturas sociais consensual e meritocrática e centralizada e meritocrática e nos grupos de alunos com menor criatividade prévia auto-declarada. Terceiro, observou-se que a percepção sobre a justiça do processo foi melhor no padrão de conectividade consensual, na dinâmica de rotatividade meritocrática, nas estruturas sociais consensual e sem rotatividade e consensual e meritocrática, nos grupos de alunos em média mais velhos e nos grupos de alunos com menor criatividade prévia auto-declarada. Quarto, observou-se que a percepção sobre a eficácia do processo de criação coletivo foi melhor no padrão de conectividade consensual, nas estruturas sociais consensual e sem rotatividade e consensual e meritocrática, nos grupos de alunos em média mais velhos e nos grupos de alunos com menor criatividade prévia auto-declarada. E, quinto, observou-se que a percepção sobre a capacidade de expressão própria foi melhor no padrão de conectividade consensual, nas estruturas sociais consensual e meritocrática e consensual e arbitrária, nos grupos de alunos em média mais velhos e nos grupos de alunos com menor criatividade prévia auto-declarada.

E, por fim, em relação ao reconhecimento de mercado, primeiro, observou-se que a disseminação da proposta em primeira colocação foi maior no padrão de conectividade fractal e nas estruturas sociais fractal e meritocrática e fractal e arbitrária. Segundo, observou-se que disseminação da proposta em segunda colocação foi maior nos grupos com menor criatividade prévia auto-declarada. E, terceiro, observou-se que a disseminação da proposta em

terceira colocação também foi maior nos grupos com menor criatividade prévia auto-declarada.

Tais resultados indicam que o padrão de conectividade de fato determina a efetividade do trabalho coletivo e a satisfação individual em uma equipe profissional. Observou-se influência significativa dos diferentes padrões de conectividade em todas as variáveis relacionadas ao processo de inovação e em 4 das 5 variáveis relacionadas à satisfação pessoal. De forma específica, por um lado observou-se que os grupos organizados de forma centralizada necessitaram de menos tempo para selecionar as suas propostas criativas, mas que a percepção de justiça, eficácia coletiva e expressividade própria nesse padrão de conectividade também foi menor; e por outro lado observou-se que os grupos organizados de forma consensual necessitaram de mais tempo para selecionar as suas propostas criativas, mas que a percepção de justiça, eficácia coletiva e expressividade própria nesse padrão de conectividade também foi maior.

Para aferir a magnitude do efeito das diferentes condições manipuladas experimentalmente nas variáveis dependentes, calculou-se então a correlação produto-momento de Pearson entre tais valores e uma variável *dummy* indicando cada padrão de conectividade, dinâmica de rotatividade ou arranjo estrutural. De modo a simplificar a interpretação dos resultados, agrupou-se 4 das 5 variáveis relacionadas à satisfação pessoal em um único escore chamado satisfação pessoal geral, mantendo-se somente a variável relacionada à satisfação com o desempenho criativo próprio à parte (o procedimento se justificou por uma redução de dimensionalidade). Nenhuma condição experimental apresentou associação significativa com todos os consequentes da inovação.

Dentre os padrões de conectividade, o padrão consensual demonstrou aumentar significativamente o tempo utilizado para selecionar as propostas, reduzir a quantidade de propostas geradas, reduzir a diversidade de participantes vencedores e, também aumentar a satisfação pessoal

geral. O padrão centralizado, por sua vez, demonstrou somente reduzir o tempo utilizado para selecionar as propostas e reduzir a satisfação pessoal geral. Já o padrão fractal demonstrou aumentar o tempo utilizado para selecionar as propostas, aumentar a quantidade de propostas geradas, aumentar a diversidade de participantes vencedores, melhorar a percepção pessoal sobre o desempenho criativo próprio, reduzir a satisfação pessoal geral e, também, aumentar o reconhecimento de mercado.

Dentre as dinâmicas de rotatividade, a ausência de permutação do poder demonstrou somente reduzir significativamente a quantidade de propostas geradas. Já a permutação arbitrária do poder demonstrou somente reduzir a satisfação pessoal geral, e a permutação meritocrática do poder demonstrou, inversamente, somente aumentar a satisfação pessoal geral.

Por fim, dentre as estruturas sociais gerais, a configuração consensual e sem rotatividade demonstrou reduzir significativamente a quantidade de propostas geradas e também aumentar a satisfação pessoal geral. A configuração consensual e arbitrária demonstrou aumentar o tempo utilizado para selecionar as propostas, reduzir a diversidade de participantes vencedores, aumentar a satisfação pessoal geral e reduzir o reconhecimento de mercado. A configuração consensual e meritocrática demonstrou somente piorar a percepção pessoal sobre o desempenho criativo próprio e aumentar a satisfação pessoal geral. A configuração centralizada e sem rotatividade demonstrou reduzir o tempo utilizado para selecionar as propostas, reduzir a quantidade de propostas geradas e reduzir a satisfação pessoal geral. A configuração centralizada e arbitrária demonstrou reduzir o tempo utilizado para selecionar as propostas, reduzir a diversidade de participantes vencedores e reduzir a satisfação pessoal geral. A configuração centralizada e meritocrática demonstrou somente reduzir o tempo utilizado para selecionar as propostas. A configuração fractal e sem rotatividade demonstrou somente aumentar o tempo necessário para se-

lecionar as propostas. A configuração fractal e arbitrária demonstrou aumentar o tempo necessário para selecionar as propostas, aumentar a diversidade de participantes vencedores e reduzir a satisfação pessoal geral. E, a configuração fractal e meritocrática demonstrou aumentar o tempo necessário para selecionar as propostas, aumentar a quantidade de propostas geradas, aumentar a diversidade de participantes vencedores, melhorar a percepção pessoal sobre o desempenho criativo próprio e aumentar o reconhecimento de mercado.

Tais resultados indicam que o padrão de conectividade e a dinâmica de rotatividade são determinantes estruturais das inovações de sucesso, tanto isoladamente quanto conjuntamente. Além do padrão de conectividade fractal, por si só, apresentar associação positiva e estatisticamente significativa com o reconhecimento de mercado, a magnitude de efeito dessa associação sobe de $r = 0,112$ para $r = 0,156$ quando essa mesma estrutura se associa à dinâmica de rotatividade meritocrática. Ademais, a estrutura social consensual e arbitrária também influencia negativamente o reconhecimento de mercado e diversas outras combinações das condições experimentais influenciam a satisfação pessoal geral e as demais variáveis associadas ao processo de inovação (efetividade organizacional).

Para verificar se essas mesmas influências se sustentam ao longo do tempo, correlacionou-se também as variáveis dependentes em cada sub-amostra das condições experimentais com o número da rodada (de 1 a 5) em que a atividade de criação coletiva se encontrava. Não foi possível incluir nesta análise a percepção pessoal sobre o desempenho criativo próprio e a satisfação pessoal geral, pois o procedimento de coleta de dados realizado aferiu tais variáveis somente uma vez após o término de todas as rodadas de cada sub-amostra. As únicas alterações significativas causadas pelo passar do tempo no resultado das condições experimentais dizem respeito, então, ao decréscimo do tempo utilizado para selecionar as propostas no padrão consensual, ao decréscimo da quantidade de propostas geradas

no padrão fractal, ao decréscimo do tempo utilizado para gerar as propostas na dinâmica inexistente, ao decréscimo da quantidade de propostas geradas e de reconhecimento de mercado na dinâmica arbitrária, ao acréscimo de reconhecimento de mercado na dinâmica meritocrática, ao decréscimo de tempo utilizado para selecionar propostas na estrutura consensual e sem rotatividade, ao decréscimo da diversidade de participantes vencedores e de reconhecimento de mercado na estrutura centralizada e arbitrária, e ao decréscimo da quantidade de propostas geradas na estrutura fractal e arbitrário.

Tais resultados indicam que a dinâmica de rotatividade determina a qualidade final do trabalho realizado coletivamente, já que se observou a influência significativa de ambas as dinâmicas arbitrária e meritocrática no reconhecimento de mercado ao longo do tempo. De forma mais específica, observou-se a influência positiva da dinâmica meritocrática no reconhecimento de mercado, e observou-se a influência negativa da dinâmica arbitrária no mesmo reconhecimento. E, finalmente, os resultados indicam também que a gestão sistemática baseada no controle da estrutura social é capaz de sustentar o processo de inovação continuamente, uma vez que a estrutura fractal e meritocrática exibe influência positiva e significativa no reconhecimento de mercado e que essa mesma influência não decai com o passar do tempo.

3. Discussão geral sobre a complementaridade

Criatividade e inovação, aparentemente, são conceitos simétricos, porém, não intercambiáveis. Enquanto o primeiro refere-se, em geral, à capacidade individual de gerar ideias novas e úteis, o segundo diz respeito, sobretudo, ao processo social de propulsão e de difusão dessas mesmas ideias. Nisso, por mais que as noções de novidade e propulsão e de utilidade e difusão se sobreponham e se mesclêm em seus aspectos operacionais, elas ainda se encontram

em níveis sistêmicos hierarquicamente distintos, ditos o indivíduo e a coletividade. Desse modo, mesmo o objetivo de ambos sendo as capacidades de adaptação e de exploração contextual, a criatividade caracteriza-se, fundamentalmente, pela ação psicológica de uma determinada ideia alterar a inércia mental de um indivíduo, e a inovação caracteriza-se pela ação comportamental de um determinado organismo, singular ou coletivo, alterar a inércia social de um nicho cultural.

Em relação à criatividade, a pesquisa realizada indica que para vencer a inércia mental é necessário a complementaridade entre os quatro grupos periféricos delimitados. Esses grupos oferecem tanto, ou mesmo mais, informação a respeito da criatividade que o próprio núcleo desse fenômeno, pois, uma vez discernido o tipo de desvio comportamental de uma pessoa, pode-se inferir a direção complementar que deve ser trilhada por ela. A Figura 1, então, antes de mais nada, propõe uma forma de organizar a sempre referida complexa personalidade dos criadores (CSIKSZENTMIHALYI, 1996), a qual aparenta parear as dimensões do afeto negativo e da liderança social, e do alto desempenho cognitivo e do afeto positivo.

Já em relação à inovação, a pesquisa realizada indica que a sua complementaridade emerge tanto da sobreposição de estados entre o padrão de conectividade e dinâmica de rotatividade da estrutura social, quanto da sobreposição dos estados extremos do próprio padrão de conectividade (o padrão fractal é a mistura equilibrada entre os padrões consensuais e centralizados). Os resultados indicam que, em geral, todos os grupos de variáveis dependentes, de alguma forma, foram impactados pelas diferentes estruturas sociais propostas para contextualizar o processo criativo coletivo, e isso inibiu ou catalisou a criação de valor, tal como ela foi mensurada. A estrutura fractal e meritocrática foi a que exibiu os melhores resultados gerais. A estrutura consensual e arbitrária, por sua vez, foi a que exibiu os piores resultados, já que impactou de forma negativa o valor de mercado.

Futuras pesquisas na mesma linha deste trabalho deverão sanar algumas dúvidas deixadas e as limitações naturalmente enfrentadas. Para se aprofundar na complementaridade da criatividade, sugere-se os desenhos de pesquisa com coleta de dados direta, e para se aprofundar na complementaridade da inovação, sugere-se buscar a formalização Bayesiana da probabilidade de que os dados coletados de fato representem uma amostra maior e mais diversa que a empregada.

Considerações finais

Este capítulo teve a intenção de contribuir com o pensar sistêmico e abrangente em relação aos fenômenos da criatividade e da inovação. Para tal, sugeriu-se a hipótese da complementaridade em ambos os casos e, até onde os dados coletados permitem dizer, essa hipótese aparenta estar correta. No caso da criatividade, a complementaridade configura-se como um padrão de pensamento que mistura, equilibradamente, as dimensões do afeto positivo, do afeto negativo, da liderança social e do desempenho cognitivo. Já no caso da inovação, ela configura-se como uma série de comportamentos em meio a uma estrutura social fractal (mistura entre os padrões consensuais e centralizados) e meritocrática. Essas dimensões talvez não contemplem o todo dos fenômenos estudados, mas, pelo menos, já indicam que a sua complexidade pode ser cientificamente manuseada.

Referências bibliográficas

AMABILE, T. Social psychology of creativity: A consensual assessment technique. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 43, n. 5, 997-1013, 1982.

BINNEWIES, C.; GROMER, M. Creativity and innovation at work: The role of work characteristics and personal initiative. **Psicothema**, v. 24, n. 1, 2012.

CROSSAN, M.; APAYDIN, M. A multi-dimensional framework of organizational innovation: A systematic review of the literature. **Journal of Management Studies**, v. 47, n. 6, 2010.

CSIKSZENTMIHALYI, M. Creativity: Flow and the psychology of discovery and invention. Nova Iorque: Harper Perennial, 1996.

EDWARDS, K.; JENSEN, P. Design of systems for productivity and well being. **Applied Ergonomics**, v. 45, 2014.

GUILFORD, J. The measurement of individual differences in originality. **The Psychological Bulletin**, v. 50, n. 5, 362-370, 1953.

KLEINSMANN, M.; VALKENBURG, R. Barriers and enablers for creating shared understanding in co-design projects. **Design Studies**, v. 29, 2008.

PASQUALI, L. Psicometria: teoria dos testes na psicologia e na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

PINHEIRO, I. O mapa da criatividade: Validade de construto por meio da análise de redes. Tese (Tese em psicologia) - UFSC. Florianópolis, 2011.

PINHEIRO, I. Criatividade e gestão da inovação contínua em design: Uma proposta metodológica. Tese (Tese em design) - UFSC. Florianópolis, 2016.

PINHEIRO, I.; CRUZ, R. Fundamentos históricos e epistemológicos da pesquisa objetiva em criatividade. **Psico**, v. 40, n. 4, 2009.

RADOSEVIC, S.; YORUK, E. Entrepreneurial propensity of innovation systems: Theory, methodology and evidence. **Research Policy**, v. 42, 2013.

ROTHWELL, R. Towards the Fifth-generation Innovation Process. **International Marketing Review**, v. 11, n. 1, 1994.

STERNBERG, R.; LUBART, T. Investing in creativity. **American Psychologist**, v. 51, n 7, 677-688, 1996.

TIDD, J. A review of innovation models. **Working Paper, Imperial College, London**, p. 1-16, 2006.

O pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal [...] A divisão é tal que “o outro lado da linha” desaparece como realidade, torna-se inexistente e é mesmo produzido como inexistente [...] A característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. O universo “deste lado da linha” só prevalece na medida em que esgota o campo da realidade relevante: para além da linha há apenas inexistência, invisibilidade e ausência não-dialética.

Boaventura de Sousa Santos

CONCEPÇÃO: LET – PPGICH – UFSC

Laboratório de Estudos Transdisciplinares

Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas

Universidade Federal de Santa Catarina

